UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

ALEXANDRE JOSÉ BARBOZA DA COSTA

Das coisas maravilhosas e bestiais do Brasil
Um estudo sobre o gênero histórico em Pero de Magalhães de Gandavo

Exemplar revisado

São Paulo
2017

ALEXANDRE JOSÉ BARBOZA DA COSTA

Exemplar revisado

De acordo, _____

Prof. Dr. João Adolfo Hansen

Das coisas maravilhosas e bestiais do Brasil

Um estudo sobre o gênero histórico em Pero de Magalhães de Gandavo

Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. João Adolfo Hansen.

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C834c Costa, Alexandre José Barboza da
Das coisas maravilhosas e bestiais do Brasil: um estudo sobre o gênero histórico em Pero de Magalhães de Gandavo / Alexandre José Barboza da Costa ; orientador João Adolfo Hansen. - São Paulo, 2016.
311 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Literatura Brasileira.

1. Literatura Brasileira. 2. Retórica. I. Hansen, João Adolfo, orient. II. Título.

COSTA, Alexandre José Barboza da. **Das coisas maravilhosas e bestiais do Brasil**: um estudo sobre o gênero histórico em Pero de Magalhães de Gandavo. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em: ____/ ____/ ____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma bolsa de pesquisa *CAPES*, Programa de Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP, concedida entre junho de 2012 e junho de 2016.

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. João Adolfo Hansen, sem o qual esta tese não teria ocorrido, bem como à Profa. Dra. Adma Fadul Muhana e seu grupo de estudos retóricos, pelos inúmeros apontamentos, críticas e sugestões, e ao Prof. Dr. Paulo Martins, que no exame de qualificação muito colaborou com suas reflexões sobre historiografia latina e écfrases. Além disso, o trabalho não teria sido realizado sem o apoio do Prof. Dr. Luis Armando Bagolin, de Tarcila Lucena e Dona Joana, da Biblioteca Mário de Andrade, que propiciaram meu contato com as edições francesa e inglesa do texto *História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães de Gandavo.

Ofereço esta tese a meus pais Samuel Barboza da Costa e May Lahud (*in memoriam*), Ana Maria de Paulo Ramos, aos meus irmãos Grasielle, Gisele, Samy, Maria de Lourdes Magnoli, Neuza Lahud, Michel Lahud (*in memoriam*) e especialmente a Margarete Barbosa Nicolosi Soares, que me deu as mãos na travessia quando a noite me sorria com seus dentes de chumbo. Além disso, é impossível esquecer-me dos parceiros de caminhada:

Lucas Dezzoti, Dra. Isabel, Julia Barreto, Rodrigo Suñer, Pedro Henrique (BH), Fernanda Botallo, Louisie Otero, Décio, Renata Gomes, Bruno Gambarotto, Tony Monti, seu Jorge, seu Chico, Carlos Augusto Bastos, Solange Berná, Adriana Oppenheim, Jair Marcatti Jr, Andreza Azevedo, Stella Prado, Ana Lia Prado, Eduardo de Almeida Navarro, Célia Navarro, Alessandra Pereira dos Santos, Mel, Fran Alavina, Liliane Severiano (*in memoriam*), Marcelo Lachat, Fábio Passoni, Casa de Dharma (Jair, Isaura e Fabiana Coimbra Sevilha), Alessandra Carneiro, Carolina Díaz Rastello, Thais Caselatto, Jacó, André Luís, Madalena, Dona Mara e Sr. Luís, Vera Lúcia de Mattos, os amigos lisboetas e portenses que tanto me alegraram nas terras de Portugal, os colegas do grupo de retórica: Fernando Munhoz, André Sekkel, Marcos Lemmos, Maurício Nishibata, Rodrigo Pinto e Maria do Socorro e por último os amigos caiçaras e pescadores da seiscentista Ubatuba, que tanto me ensinaram sobre o mais relevante de todos os aprendizados, o exercício da simplicidade.

Obrigado a todos.

“Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso...”

Guimarães Rosa

RESUMO

COSTA, Alexandre José Barboza da. **Das coisas maravilhosas e bestiais do Brasil**: um estudo sobre o gênero histórico em Pero de Magalhães de Gandavo. 2016. 311 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

Este trabalho tem por finalidade analisar o “gênero histórico” em Pero de Magalhães de Gandavo. Tomamos como fontes textuais do autor a edição *princeps* da obra *História da Prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* que saiu da officina de Antonio Gonsalves em 1576, disponível em: <<http://purl.pt/12144/3/>>; o *Tratado da Província do Brasil* com reprodução fac-similar do manuscrito nº 2026 da Biblioteca Sloniana do Museu Britânico e o manuscrito 2, códice 552, do *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes*, disponível em: <<http://purl.pt.211>> e o manuscrito b 28 do Escorial da *História da Província de Santa Cruz*. Para efetuar tal investigação, procuramos tomar como autoridades retóricas Aristóteles, Cícero e Quintiliano e o [Anônimo] de *Retórica a Herênio*, pois em nossa hipótese esses retores eram as autoridades utilizadas em Portugal entre 1570 e 1580. Entre as autoridades no âmbito da historiografia antiga, tomamos como exemplo Plínio, o Velho. Os cronistas contemporâneos de Gandavo, entre outros, são: Fernão Lopes, Zurara, Rui de Pina, João de Barros e Damião de Góis.

Palavras-chave: Gandavo; cronistas; retórica; letras luso-brasileiras.

ABSTRACT

COSTA, Alexandre José Barboza da. **Of the wonderful and bestial things of Brazil:** a study on the historical genre in Pero de Magalhães de Gandavo. 2016. 311 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

This work aims to analyze the “historical genre” in Pero Magalhães Gandavo. We took as textual sources from the author the *princeps* edition of the work *História da Província Sãta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, oficina of Antonio Gonsalves in 1576, available at: <<http://purl.pt/12144/3/>>. *Tratado da Província do Brasil* with fac-simile reproduction of the ms. n. 2026 of the British Museum Library Sloniana and ms.2 codex 552 *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes*, available at: <<http://purl.pt.211>> and the manuscript b 28 of the Escorial *História da Província de Santa Cruz*. To make this research, we try to take as rhetorical authorities Aristotle, Cicero and Quintilian and the [anonymous] from *Rhetoric to Herennius*, because in our case these rethorics were the authorities used in Portugal between 1570 and 1580. Among the authorities in old historiography, we took as example Pliny, the Elder. Contemporary chroniclers of Gandavo, among others, are Jonathan Lopes, Zurara, Rui de Pina, João de Barros and Damião de Góis.

Key words: Gandavo; chroniclers; rhetoric; luso-brazilian letters.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Gandavo e não Gândavo.....	8
O gênero histórico	14
O <i>styllo historico</i> e os contemporâneos de Gandavo.....	27
1 A RECEPÇÃO	35
1.1 Sobre os manuscritos	49
1.2 Fortuna Crítica.....	53
1.3 A Mesa Inquisitorial & a <i>História</i> de Gandavo	59
1.4 Sobre as dedicatórias	66
2 A INVENÇÃO	71
2.1 Sobre os particulares.....	88
2.2 Sobre os lugares-comuns.....	95
2.3 Sobre os prólogos.....	121
3 DISPOSIÇÃO	139
3.1 Apresentação	140
3.2 O <i>Tratado da Província do Brasil</i>	150
3.3 O <i>Tratado da Terra do Brasil</i>	151
3.4 O manuscrito do Escorial	153
3.5 A <i>História da Província de Sãcta Cruz</i> : edição príncipe.....	155
3.6 Manuscritura & Edições.....	167
4 ELOCUÇÃO	177
4.1 Apresentação.....	177
4.2 As écfrases	177
4.3 Imitação.....	190
4.4 Etopeia.....	197
4.5 <i>Auctoritas</i>	200
4.6 Gandavo & Plínio, o Velho	200
CONCLUSÃO.....	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
ANEXO: Códice IV 28 B - Manuscrito do Escorial	232

INTRODUÇÃO

[...] porque a doutrina hystorial, polo grande provimento dos verdadeiros enxemplos passados que consigo teem, he assi doce e conforme a toda a humanidade, que atem os maaos que per lição, ou per ouvida com ella participam torna logo boõs, ou com desejo de o seer: e os boõs muyto melhores. Cuja virtuosa força he tamanha, que per obras ou vontade, dos fracos faz esforçados, e dos escassos liberaes, e dos crûs piadosos, e dos frios na fé católicos e boõs christaaõs; e assy discorrendo per todalas outras virtudes.

Rui de Pina¹

A análise dos textos de Gandavo procura seguir uma matriz teológico-retórico-política. Em nossa análise, julgamos que tal perspectiva permite mapear, sem cometer anacronismos, uma grande área compartilhada de conhecimento, que engloba a poética e a história. A matriz teológica estabelece as condições de origem e propósito providenciais para a feitura dos textos; cabe à matriz política uma leitura institucional sobre as possessões territoriais ultramarinas do Novo Mundo a partir das noções de *Deus/mundo* e *rei/reino*; e cabe à matriz retórica – entre outras funções – regular a verossimilhança e o decoro das práticas discursivas a partir da relação de autor, obra e público.

Estruturamos a tese em quatro momentos: Recepção, Invenção, Disposição e Elocução. O primeiro capítulo versará sobre as questões relativas à recepção e fortuna crítica; o segundo abordará questões inerentes à invenção; o terceiro se referirá aos aspectos de disposição e o quarto capítulo se ocupará da elocução. Em determinados momentos da análise do trabalho não foi possível identificar as páginas dos manuscritos devido o mal estado de conservação das cópias.

Gandavo e não Gândavo

Em nossa análise, preferimos o uso do patronímico Gandavo e não Gândavo porque em nossa consulta notamos que, desde a primeira edição de *História da Província de Santa Cruz* (1576) até a edição de *Tratado da Província do Brasil* (1965), feita pelo Ministério da Cultura do governo brasileiro, o uso do patronímico sem o acento circunflexo era largamente

1

PINA, Rui de. “Cronica D'El Rey Dom Duarte. Deste Nome Ho Primeiro Dos Reys de Portugal Ho Onzeno, Dirigido a El Rey Dom Manuel, Deste Nome Ho Primeiro, Seu Neto Nosso Senhor; Por Cujo Mandado Ruy de Pina, Cavalleiro De Sua Casa, E Seu Cronista Moor e Guarda Moor da Torre do Tombo Primeiramente Compoz”. In: *Crônicas de Rui de Pina* (D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V. D. João II). Intro. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 488.

utilizado. Por algum motivo que não desvendamos, o Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura grafou assim também o patronímico na obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da Língua Portuguesa* (1981). A partir daí, algumas edições também começaram a colocar o acento, como a Assírio & Alvim em 2004. Podemos concluir que, do total de onze fontes consultadas, somente três grafam o patronímico. Nossa escolha não recai sobre um levantamento quantitativo e sim em uma escolha de uso e regularidade ao considerar as primeiras edições bem como a forma com que o patronímico aparece nos manuscritos. Interessante acentuar que, dos três manuscritos consultados, dois deles não trazem o patronímico, mas apenas o nome Pero de Magalhães. Abaixo listamos as fontes em sua grafia original e colocamos em negrito o patronímico e suas respectivas datas:

1. **GANDAVO, Pero de Magalhães de.** *História da provincia Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil feita por **Pero de Magalhães de Gandavo** dirigida ao muito illustre snor Dom Lionis, governador que foy de Malaca & das mais partes do Sul na Índia.* 1ª ed (ed. princeps). **1576**;

2. **GANDAVO, Pero de Magalhães de.** *Historia da provincia Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil feita por **Pero de Magalhães de Gandavo**, dirigida ao muito Illustre Sñor Dom Lionis Pereira.* Manuscrito do Escorial, códice b-IV-28, [?1575-1579];

3. **MAGALHÃES, Per[o] de.** *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes.* 47 f., 23 cm, [16--], cod. 552;

4. **GANDAVO, Pero de Magalhães de.** *Voyages, Relations et Memóries originaux pour servir à la Histoire de la Découverte de L Amerique'. Publies pour la première fois em Français par Henri Ternaux: Histoire de la Province de Sancta-Cruz.* Paris: Arthus Bertrand, 1837;

5. *The Histories of Brazil by **Pero de Magalhães** now translated into English for the first time and annotated by John B. Stetson Jr., with a fac-simile of the Portuguese original, 1576.* Nova York: The Cortes Society, 1922. 2 v.

6. CINTRA, Assis. *Nossa Primeira Historia [**Gandavo**].* São Paulo: Melhoramentos, **1922**. [Este volume traz a Carta de Caminha e *História da Província de Santa Cruz* de 1576, ou

seja, a primeira edição].

7. **GANDAVO, Pero de Magalhães.** *História da Província de Santa Cruz/Tratado da Terra do Brasil*. Intro. de Capistrano de Abreu. Juazeiro: Obelisco, **1964**. (Coleção Cadernos de História, vol. 2).

8. **GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de.** *Tratado da Província do Brasil [Tractado da provincia do Brasil no qual se contem a informação das cousas que ha na terra assi das capitancias e fazendas dos moradores que vivem pella costa, e doutras particularidades que aqui se cõta]*. Prefácio de Emmanuel Pereira Filho. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, **1965**.

9. **GANDAVO, Pero de Magalhães de.** *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Itatiaia; Edusp, **1980**.

10. **GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de.** *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da Língua Portuguesa*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, **1981**.

11. **GÂNDAMO, Pero de Magalhães de.** *A primeira história do Brasil: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Assírio & Alvim, **2004**.

12. **GANDAVO.** *A História da Província Santa Cruz*. São Paulo: Hedra, **2008**.

Segundo Sheila Moura Hue², os textos *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil* passaram por melhor acabamento e renomearam-se *História da Província de Santa Cruz que vulgarmente chamamos de Brasil*, que é ofertada a D. Lionis Pereira, filho natural de D. Manuel Pereira, terceiro conde da Feira, herói que defendeu Málaca contra o duro cerco imposto pelo sultão do Achém. Conhecem-se duas redações diferentes dessa história. A primeira está registrada em um manuscrito da Biblioteca do Mosteiro do Escorial e traz duas ilustrações em cores, o monstro marinho e um mapa do Brasil.

2

GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

Para Hue, esse texto que consta no manuscrito do Escorial esconde uma das histórias mais incríveis de espionagem levada a cabo por Felipe II em relação às novas terras da Coroa portuguesa. Por meio de autorização régia, uma coleção de manuscritos portugueses foi levada secretamente em 1573 à referida biblioteca pelo emissário do rei, Giovanni Batista Gesio, napolitano, que esteve a serviço do embaixador espanhol D. Juan de Borja e que permaneceu em Lisboa de 1569 a 1573.

Armando Cortesão³ e Emanuel Pereira Filho não encontraram elementos que apontassem o manuscrito escorialense da *História da província Santa Cruz* na lista dos livros levados para a Biblioteca do Escorial em 1573. Desta maneira, os estudiosos não puderam identificar corretamente sua origem e a data de sua redação⁴. Na lista enviada a Felipe II, composta pelo cronista Juan Lopez de Velasco, encontram-se *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco, e dois livros sobre a navegação de Magalhães – “*Un tratado de la tierra del Brasil en portugués*”⁵.

Em uma época em que pouco se imaginava acerca da união dos impérios ibéricos, tal missão consistia em reunir e enviar ao rei espanhol o maior número de roteiros e mapas relativos às terras da Coroa portuguesa. O livro de Gandavo se incluía no lote de manuscritos e foi destinado à nova biblioteca de Felipe II.

Hue⁶ acredita que o texto que precedia a *História da Província de Santa Cruz* publicada em 1576 era um manuscrito copiado sob encomenda de um espião e elaborado especialmente para Felipe II. Segundo a estudiosa, as características materiais do manuscrito confirmam a importância de seu destino. Segundo Hue, o manuscrito de Gandavo chegou à Espanha juntamente com um lote de impressos e manuscritos provenientes de Portugal, em 1573, levados pelo florentino Giovanni Bautista Gesio, cuja missão seria adquirir, secretamente, as obras mais significativas para as negociações dos disputados limites das terras espanholas e portuguesas no Novo Mundo. A versão contida no manuscrito escorialense passou ainda por algumas modificações, ganhou um capítulo sobre o modo de vida dos

3

CORTESÃO, Armando. *Portugaliae monumenta cartographica*. Lisboa: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique, 1960.

4

Idem. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Seara Nova, 1935. v. 2, p. 278-280.

5

Ibidem.

6

HUE, Sheila Moura. “Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: Das variantes textuais e das atribuições autorais”. *REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários*, Vitória, ano 5, n. 5, 2009. Disponível em: <www.prppg.ufes.br>. Acesso em: 5 nov. 2016.

colonos e finalmente foi levada à oficina de Antônio Gonçalves, em 1576.

Ao refazer o texto do *Tratado da Terra do Brasil* e escrever a *História da Província de Santa Cruz*, Pero de Magalhães de Gandavo talvez tenha extraído passagens que julgasse não ser de interesse da Coroa portuguesa que fossem publicadas, tais como algumas coordenadas na descrição geográfica da costa brasileira, o número de engenhos em cada capitania e a quantidade da produção de cana-de-açúcar e algodão. Também retira informações que lhe pareciam incertas, como as descrições de algumas espécies de cobras; por outro lado, renomeia alguns léxicos, como por exemplo os “ratos”, que no manuscrito do Escorial passam a ser chamados de “sariguês”, e a quase fantástica “árvore de bálsamo” renomeada de “copaíba”. Este procedimento muito se parece com o que faz João de Barros em suas *Décadas*:

E seguindo mais avãte óbra de vinte legoas, achára hu rio muy notavel a q nós ao presente chamámos Çanága: por razã q o principal resgáte q pelo tepo em diãte se aly coméçou fazer, sou cõ hu negro dos principães da terra chamado per este nome Çanága. Porq o verdadeiro nome do rio, lógo aly na entráda e Ovedech (segudo a lingua dos negros q habitã naquella sua fóz:) & quãto mais se penetra ofertã per onde elle vem, tantos nomes lhe dã os póvos q é bem as suas agoas, dos quães nomes, curso, & nacimeto delle se verã adiãte.⁷

Segundo Hue⁸, a versão é obra de copista profissional. Possui página de rosto com título emoldurado por frontão composto por colunas de capitel jônico cuidadosamente colorido. Traz os títulos de cada capítulo enquadrados em elaboradas molduras policrômicas e as capitulares desenhadas em cores e adornadas com elementos vegetais. Traz, ainda, duas ilustrações: a figura de um monstro marinho e um mapa do Brasil.

Diferentemente da versão impressa, o códice escorialense registra que o Brasil foi descoberto em 1503 e o novo continente se chama América por causa de seu descobridor, Américo Vespúcio. Esses dois dados – que não estão na versão impressa –, segundo Hue, revelam flagrantes tropeços de conhecimento histórico que talvez não sejam da responsabilidade de Gandavo.

Segundo Barbosa Machado, autor da *Biblioteca Lusitana*, Pero de Magalhães de

7

BARROS, João de. “Capitulo XIIIj. Como o capitam Lançarote depois q leixou eftas caravelas de fua cõferva ~q fe vierã pera o reyno: com as outras que o feguirã defcobrio o grande rio a que óra chamamos Çanaga: & dhy foy ter a h~ua jlheta pegáda com o cábo verde”. In: _____. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 4ª ed. revista e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição *princeps* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932; *Scriptores Rerum Lusitanarum*). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. v. 1: Primeira Década, p. 51.

8

HUE, Sheila Moura. “Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: Das variantes textuais e das atribuições autorais”, op. cit.

Gandavo era um humanista e latinista, portanto homem das letras. Dessa maneira, é praticamente improvável que registrasse a data de 1503 para o descobrimento do Brasil. Segundo Hue⁹, provavelmente tal variante seja proveniente de um “revisor” envolvido na feitura do manuscrito escorialense que, não tendo conhecimento dessas fontes de informação usadas por Gandavo, incorreu em tal erro. Em nossa análise, contudo, discutiremos tal ocorrência como variante e não como erro ou acerto histórico, mas como *topoi* retóricos mais ou menos conhecidos, como, por exemplo, no ano de 1503 ter ocorrido a tão afamada viagem de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio ao Brasil, além de ser o ano do estabelecimento da primeira feitoria brasileira.

Para Sheila Moura Hue¹⁰, o códice do Escorial foi copiado de um modelo, provavelmente do “original” de Gandavo. Segundo a estudiosa, pode ser que o manuscrito não tenha sido copiado com fidelidade. Para Hue, um possível “revisor” pode ter inserido modificações no manuscrito “original” e, dessa forma, foi reproduzido pelo copista do códice do Escorial. Este trabalho procurará se distanciar de acepções como *originalidade* e *plágio* no que refere à composição de manuscritos e procurará se aproximar mais da ideia de que os textos compartilhavam determinados lugares-comuns e eram reelaborados a partir de determinadas convenções reguladas segundo o gênero a ser exercitado, nesse caso, o gênero histórico.

Segundo a estudiosa¹¹, uma das inovações da *História da Província de Santa Cruz* relativa aos dois Tratados anteriores – *Tratado da Terra do Brasil* e *Tratado da Província do Brasil* – é exatamente o capítulo primeiro, em que se conta o descobrimento do Brasil e o motivo pelo qual a terra deveria ser chamada Santa Cruz e não Brasil. Segundo Hue, o manuscrito do Escorial, contrabandeado pelo astrólogo e cosmógrafo de Felipe II, Giovanni Batista Gesio, pode ter sido feito sem o conhecimento do autor. Essa hipótese eximiria Gandavo de uma possível traição aos interesses políticos de seu país. As duas versões da *História da província Santa Cruz* (o manuscrito escorialense e a edição impressa em 1576) são muito similares, mas algumas diferenças dizem muito sobre o processo de reelaboração e sobre as modificações que seu autor julgou necessárias para a publicação da obra.

9

Ibidem.

10

HUE, Sheila Moura. “Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: Das variantes textuais e das atribuições autorais”, op. cit.

11

Ibidem.

Para Hue¹², além das atualizações, há a introdução de um novo capítulo (sobre o modo de vida dos colonos) e o segundo capítulo ganha, na edição impressa, um novo título e uma nova redação. De acordo com a política de segredo vigente, o capítulo dois do manuscrito, que tem como título “Em que se descreve o sítio, demarcação e qualidades desta província”, passa a se chamar, na versão publicada, “Em que se descreve o sítio e qualidades desta província”.

O léxico “demarcação” da nova terra (um longo trecho presente no manuscrito e não incluído na versão impressa) mostra-se como matéria não adequada a um livro impresso, caso consideremos as questões políticas implicadas na divulgação das possessões territoriais portuguesas. Além disso, na versão impressa não temos, como indica o novo título, as informações relativas à demarcação das fronteiras, matéria essa de disputa entre as duas Coroas ibéricas.

O gênero histórico

Não há na Antiguidade autores que tenham produzido obras específicas e exclusivas sobre o gênero histórico¹³. O termo é empregado por Heródoto em contraposição a qualquer relato de um poeta sobre lugares, pessoas e eventos. Heródoto não discorre muito sobre seu ofício, mas apresenta um discurso em prosa que trata de uma guerra cujo objetivo é preservar algo ou um feito no tempo, projetando-o à imortalidade¹⁴.

Da Antiguidade até o século XVII, a história não é ensinada como disciplina autônoma, ou seja, ela não faz parte do currículo das nove artes liberais, logo, não pertence ao *trivium* (gramática, retórica e lógica) e ao *quadrivium* (geometria, aritmética, música e astronomia). Desta forma, a história era um conhecimento disponível para a poética e seu papel era o de ilustrar uma narrativa.

12

Ibidem.

13

BONILHA, Alexandre da Cruz. *Manuel de Faria e Sousa, historiador*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – FFLCH-USP, São Paulo, 2011; cf. também uma dissertação sobre o assunto, *De Hellenistica Historiae Conscribenda Arte*, de P. Scheller, que ameaha passagens preceptivas do discurso histórico, mas não chega a tratá-lo como arte autônoma, embora o gênero tenha características específicas. Hansen afirma que as artes desse tempo possuíam fundamentação substancialista e não conheciam a autonomia estética que passaram a ter a partir do século XVIII. Eram entendidas como dispositivos úteis que dramatizavam de forma espetacular os valores político-morais de sua circunstância de produção. HANSEN, João Adolfo. “Artes Seiscentistas e Teologia Política”. In: TIRAPELI, Percival (Org.). *Arte sacra colonial: barroco, memória viva*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001, pp. 180-189.

14

BLUTEAU, R. História. In: _____. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, v. 4, pp. 39-40.

Embora Cícero considere Heródoto o “pai da história”, não deixa de lembrar que em seus relatos há também lendas num discurso que se pauta pela verdade¹⁵. Além da “verdade”, a “utilidade/causa” de uma dada matéria também é regulador do discurso histórico, havendo aí, desde já, uma articulação entre o gênero demonstrativo/epidítico e o deliberativo.

Além dessa, temos o juízo, que opera na eleição da matéria estabelecida por uma causa que é regulada decorosamente em uma ação pretérita; a utilidade da matéria narrada vincula-se ao propósito político de determinada causa que é futura. Por isso um autor deve saber convencer sobre sua causa política, provando ser ela verdadeira com vistas a eleger decorosa e regradamente sua matéria em um discurso enunciado epiditicamente com recursos dramáticos e ornatos decorosos a fim de persuadir e fixá-los na memória, como nos mostra Gandavo no prólogo de sua *História da Província de Santa Cruz*: “Como pois a escritura seja vida da memória/ & a memoria hua semelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que della nos cabe, quiz movido destas razões, fazer esta breve historia [...]”¹⁶.

Essa articulação entre passado e futuro é subjacente à relação elogio/censura. Aristóteles determina na *Retórica*¹⁷:

O elogio e os conselhos pertencem a uma espécie comum, pois o que se pode sugerir no conselho, torna-se encômio quando se muda a forma de expressão. [...] de sorte que, quando quiseses elogiar, olha para o conselho, olha para o que se pode elogiar. A forma de expressão será necessariamente contrária quando a proibição se transforma em não proibição.

Aristóteles em sua *Poética* também considera o discurso histórico, diferenciando-o do poético. Para ele o poético é uno, verossímil e universal, ao passo que o histórico é desconexo, verdadeiro e particular:

[...] Não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em versos as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que um diz as coisas que sucederam, e o outro as que poderiam

15

CÍCERO apud BARHAM, Francis. *The Political Works of Marcus Tullius Cicero*: Comprising his treatise on the commonwealth; and his treatise on the laws. Londres: Edmund Spettigue, 1841-42. v. 2.

16

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prologo ao Lector”. In: _____. *Historia da provincia Sancta Cruz, a que vulgar mente chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito Illustre Señor Dom Lionis Pereira*. Manuscrito do Escorial, códice b-IV-28, [?1575-1579], p. 76. Disponível em <<http://purl121>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

17

ARISTÓTELES, *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 82.

sucedem. Por isso, a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta, o particular. Por “referir-se ao universal” entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança convém a tal natureza, e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibíades ou que lhe aconteceu.¹⁸

Para Aristóteles, a narrativa poética possui unidade, isto é, os “*acontecimentos se devem suceder*”¹⁹ ao contrário da narrativa histórica em que um personagem pode praticar infinitas ações sem que as mesmas unidades tenham unidade ou conexão entre si²⁰. A história pode ser, então, uma coleção de acontecimentos pontuais ou isolados, como os anuários.

Também é manifesto que a estrutura da poesia épica não pode ser igual à das narrativas históricas, que têm de expor, não uma ação única, mas um tempo único, com todos os eventos que se sucederam nesses períodos a um ou a vários personagens e eventos a partir de uma relação causal. Com efeito, por exemplo, a batalha naval de Salamina e a derrota dos cartagineses na Sicília desenvolveram-se contemporaneamente, sem que essas ações tendessem para o mesmo resultado; desta maneira, é possível supor que às vezes acontece que em tempos sucessivos um fato possa ocorrer após outro sem que de ambos resulte comum efeito²¹.

Em relação ao estilo, Cícero analisa o gênero histórico ao lado do panegírico, definindo-os como “apenas ornamentais”. Tanto para o gênero histórico quanto para o panegírico, cada frase deve ser construída segundo a exata maneira de Isócrates e Teopompo²². No *Orator*, Cícero estabelece as características do gênero filosófico, do sofístico e do histórico, aproximando esses dois últimos. O filosófico é definido como um gênero elocutivo médio, enquanto o sofístico e o histórico são graves:

Alguns dos filósofos, na verdade, manifestaram-se em um modo muito belo: Teofrasto, derivou seu nome da divindade de seu estilo; Aristóteles rivalizou a glória de Isócrates; e é dito que as musas mesmas falaram pelos lábios de Xenofonte; e, para não dizer mais, o grande Platão é reconhecido, na gravidade e suavidade, de ter ultrapassado longe a todos os que escreveram e falaram. Mas em suas falas não há nem os nervos, nem a ardência que é exigida pelo orador, quando ele discursa para o

18

Idem. *Poética*. Livro IX, parágrafo 1451a, 50. Porto Alegre: Globo, 1966, p. 78.

19

Ibidem, 1451a, 49.

20

Ibidem, 46.

21

ARISTÓTELES, *Poética*, op. cit., 1454 a 148.

22

CÍCERO. *On The Orator*. Cambridge (MA): LOEB Classical, 1988, seção 207.

fórum lotado. Eles falam apenas para os doutos, cujas paixões preferem antes harmonizar a perturbar, e eles discursam sobre questões de especulação calma não tumultuada, meramente como professores, e não como antagonistas ansiosos: embora mesmo aqui, quando eles se esforçam para nos divertir e deliciar-nos, eles são advertidos por alguns por exceder os limites de sua província. Será fácil, portanto, distinguir esta espécie de elocução de eloquência que estamos tentando delinear. O discurso da filosofia é suave e harmônico, e é inteiramente calculado para os passeios sombreados da Academia; – não armados com esses sentimentos forçados, e mudanças bruscas de expressão, que são adequados para comover as pessoas, nem medidos por números exatos e períodos regulares, mas simples, livres e irrestritos. Não há nenhum ressentimento nele, nada invejoso, nada feroz e flamejante, nada exagerado, nada de maravilhoso, nada ardiloso e desenhado, mas lembra pudor, timidez, uma virgem casta. Podemos, portanto considerá-lo como uma espécie de conversa polida, em vez de um gênero da oratória. Quanto aos sofistas, quem já mencionamos, a semelhança deve ser distinguida com mais precisão: para eles é necessário perseguir industriamente as mesmas flores que são utilizadas por um orador no fórum. Mas eles divergem nisso, – que, como seu principal objetivo é não perturbar as paixões, mas sim afastá-las, e nem tanto para persuadir quanto deleitar, – eles, tentam o último mais abertamente, e com mais frequência do que nós. Eles buscam sentimentos mais agradáveis do que prováveis, eles utilizam mais frequentemente digressões, contos e fábulas, empregam metáforas mais visíveis, e trabalham com elas em seus discursos com fantasia e variedade, como um pintor faz suas cores, e abundam nos contrastes e antíteses, e em cadências semelhantes e correspondentes. Quase aliada a isso é a História, que conduz sua narrativa com elegância e facilidade, de quando em quando esboça um país ou uma batalha, ela também diversifica a sua história com discursos curtos e passagens floridas: mas nesses, apenas limpeza e fluência são esperadas e não a veemência e pungência da gravidade de um orador.²³

Na narrativa histórica prevalece o que convencer como mais verdadeiro. Mas a verdade da história tem sido bastante corrompida por esses escritos elogiosos; muitas circunstâncias que nunca existiram foram gravadas tais como falsos triunfos, uma fingida sucessão de consulados, falsas alianças e elevações quando os homens de menor hierarquia foram confundidos com uma família nobre de mesmo nome²⁴.

Em *Do Orador*, Cícero mostra ao leitor que o gênero histórico fora, no passado, uma coleção de anuários. A emergência da conexão causal dos acontecimentos históricos e sua relação com a poética promoveram a articulação da elocução regulada pela verdade:

— E contudo, replicou Antônio, para que não desprezes os nossos escritores, os próprios gregos, de início, também escreveram à maneira de nosso Catão, de Píctor, de Pisão. 52. De fato, a história não era outra coisa senão a redação de anais, para cuja preservação, assim como a das tradições públicas, o pontífice máximo, desde o início da história romana até o pontificado de Públio Múcio, confiava à escrita todos

23

CÍCERO, *Orator*, 62-66 apud BONILHA, Alexandre da Cruz, op. cit.

24

Idem. “*Brutus*” XVI, (418) (62). Cambridge (MA): LOEB *Classical*, 1998.

os detalhes de cada ano, levando-os ao registro oficial e expondo a lita em sua casa, para que o povo dela pudesse tomar conhecimento: eles que ainda hoje são denominados anais máximos.²⁵

Para Luciano, a virtude discursiva da verdade é imprescindível para o gênero histórico. Diz que a “virtude do discurso” não é um conceito isolado, pelo contrário, depende de prova e argumentação, de matéria, decoro, invenção e elocução pertinentemente articulados²⁶. Os “historiadores” censurados por Luciano não podem ser considerados como tais [articulados] por serem imperitos na arte: são engenhosos, logo, menos verdadeiros, e por isso abusam do fantástico; politicamente têm um horizonte limitado, pois a bajulação que visa o presente enfraquece o conselho futuro; o argumento– tipo é a amplificação que pode ou não agradar um auditório, mas quando não é usada com parcimônia compromete a verdade; pertence ao gênero alto; abusa de procedimentos ético-patéticos, sendo que seus objetivos principais são o deleitar (*delectare*) e o comover (*movere*) ficando o ensino (*docere*) ignorado. Segundo Luciano, este discurso prioriza a elegância grandiloquente, emprega a maledicência (quando censura) perdendo, proporcionalmente, as chances de se provar verdadeiro.

Ao contrário, o gênero histórico preconizado por Luciano segue por um lado a orientação de Aristóteles de narrar em ordem natural, mas também preceitua a unidade narrativa da ação histórica que se funda em um começo e em um fim da narração bem como o agrupamento dos eventos em temas, como a descrição de uma tomada da cidade com suas batalhas, entremeadas de discursos inflamados e fúnebres com ponderações morais e políticas: durante a tomada da cidade ocorrem eventos concomitantes na guerra, mas o narrador subordina o tempo ao tema. Retoricamente, Luciano propõe que o discurso histórico seja epidítico/demonstrativo, sem excesso nos ornatos para que o historiador não se distancie excessivamente da verdade:

E não digo que, na história, não se deva fazer elogios algumas vezes. Mas deve-se elogiar na ocasião oportuna e guardando-se a medida dos fatos, para não molestar os futuros leitores. Em resumo: tais coisas devem ser reguladas tendo em vista a posteridade. [...] Quantos julgam dividir a história em dois, o prazeroso e o útil, e por isso introduzem nela também o encômio como algo prazeroso e agradável para os ouvintes, você ve o quanto se desviam do verdadeiro? Em primeiro lugar, por utilizar uma falsa divisão, pois um só é o produto da história e sua finalidade: o útil – o que apenas a partir do verdadeiro se alcança. Quanto ao prazeroso, o melhor é se acompanha aquele, como a beleza do atleta. Todavia, se isso não acontece, nada

25

Idem. “*De Oratore*” I,9,23. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – FFLCH-USP, São Paulo, 2009, p. 204.

26

LUCIANO. *Lucien de Samosate*, Paris, Garnier Frères: 1933, p. 25 ss 13. (*Oeuvres Complètes*, v. 2).

impedirá que Nicóstrato, filho de Isídoto, por ser nobre e mais valoroso que cada um de seus adversários, se torne um sucessor de Hércules ainda que fosse feíssimo de aspecto e tivesse disputado com o belo Alceu de Mileto, que, conforme, dizem era o amado de Nicóstrato. Assim, a história, se além do mais se ocupa de passagem com o prazeroso, pode atrair muitos amantes, mas, até que tenha atingido sua finalidade própria – digo: a publicação da verdade – se preocupará pouco com a beleza.²⁷

Por outro lado, diz Quintiliano que o ornato – *ornatus* – produz deleite pois ajuda a evitar o tédio – *taedium*²⁸ – fazendo com que o público ouça uma matéria com gosto²⁹ e com atenção³⁰, dessa forma o ornato gera mais crédito³¹, movendo o ânimo³² do auditório para o convencimento da matéria narrada. Para Mascardi, a narrativa histórica é um sub-gênero do epidítico, sendo por ele regida³³.

Luciano critica os historiadores que invocam as musas, os que comparam o general romano com Aquiles e o rei dos persas com Tércites (personagem secundário da *Ilíada* e o mais feio dos gregos), que elogiam a si mesmo, que se dizem melhor que Homero por mencionarem suas origens e são maledicente com relação a Vologases IV, rei persa (par.14); aquele que faz pastiche de Tucídides, só trocando os nomes (15); aquele que compõe um simples relato diário dos eventos redigido num estilo prosaico e baixo (16); o historiador filósofo que utiliza a dialética mediante silogismos, o que tem adulação aborrecida, elogios vulgares e levianos com afetação grega e é imitador de Heródoto (par.17); aquele orador que se parece com Tucídides (pastiche), abusa da descrição geográfica e dos objetos (dedica um livro para escrever um escudo) e esquece da ação da guerra, além disso, relata coisas extraordinárias como um homem que foi ferido no dedão e morreu, Luciano censura também os historiadores que empregam no gênero histórico termos poéticos ao lado de expressões pobres: um ator trágico que calça uma bota num pé e uma sandália no outro.

A questão é: Luciano censura os imperitos na arte (os que não dominam a doutrina retórica, poética, gramática etc.) e aqueles que corrompem a noção de *utilidade* buscando

27

LUCIANO. *Como se deve escrever a História*. I,9. Edição bilíngue. Belo Horizonte: Tessitura, 2009. p. 41

28

QUINTILIANO. *Instituciones Oratorias*. VIII, 3,5. Madrid: Librería de Perlado y Páez, 1916.

29

Ibidem.

30

Ibidem.

31

Ibidem.

32

Ibidem, 6,67.

33

MASCARDI, Agostino. *Dell'Arte Istorica (Rosa di Gerico)*. Modena: Mucchi, 1994.

vantagens imediatas (adulação para obter uma posição). Para o bom historiador, as palavras ilustram as sentenças e as sentenças ilustram as palavras³⁴.

Para Bonilha³⁵, essa *ars* não é colocada em debate, mas sim a imperícia de alguns autores e/ou suas eleições políticas, pois se variarmos a circunstância de “produção” diversificamos a utilidade da história ao seu decoro e invenção próprios. O que descaracteriza o discurso histórico como tal é sua incapacidade de convencer como sendo verdadeiro, ou seja, quando o historiador não consegue convencer acerca da verdade, o discurso histórico não se completa. A fim de persuadir de que é verdadeiro, o autor recorre a um sem número de lugares-comuns: variedade e quantidade de fontes textuais; quando afirma ter interrogado alguém que viu o evento, quando afirma ter ele próprio visto o evento e também quando evidencia quais autoridades imitou. É também fundamental para a verdade que a utilidade ou propósito sejam também autorizados, caso contrário o juízo é comprometido pois incide sobre a invenção decorosa da matéria narrada. Também se vincula a isso a restrição dos recursos da poética na elocução, podendo haver ficção desde que autorizada pelo juízo.

Sobre a disposição, é muito desejável que seja em ordem natural – *ordo naturalis* –, mas não é imprescindível, muito embora não seguir esse preceito é estar sujeito a censuras. Naquilo que se refere aos termos elocutivo-poéticos do discurso histórico, o engenho mostra-se subjugado pelo juízo e pela verdade, pois com qualquer desconfiança quanto à veracidade do discurso, este deixa imediatamente de ser histórico, perde a efetividade e cai em desgraça porque se mostra enganador por não ter utilidade política, não deleitar e não instruir.

A história, como gênero retoricamente ordenado, funciona como simulacro da virtude. A matéria é regulada pelo gênero e seu decoro/elocução estão a ele subordinados. Por seu turno, a amplificação – *amplificatio* – deve ser usada com parcimônia, pois em caso contrário compromete a verdade e a verossimilhança, comprometendo automaticamente a credibilidade – *fides* – outorgada pelo destinatário.

Segundo Koselleck, até o século XVIII, a expressão *magistra vitae* foi índice infalível de permanência da noção de natureza humana. Isso permitiu que as histórias pudessem fornecer provas, sempre reutilizáveis, de ensino moral, teológico ou político. Quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo que os exemplos do

34

SANTAMARIA, J. A. Fernandez. *Juan Luis Vives: Escepticismo y prudencia en el Renacimiento*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1990.

35

BONILHA, op. cit., p. 32.

passado continuavam a ser proveitosos³⁶. Cícero, ao se referir aos modelos helenísticos, cunhou o emprego da expressão *historia magistra vitae*. A expressão pertence ao contexto da oratória; a diferença é que, nesse caso, o orador é capaz de emprestar um sentido à imortalidade e à história como instrução para a vida de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência. Além disso, o uso da expressão está associado a outras metáforas que reescrevem as tarefas da história, como: “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur*”³⁷.

A tarefa principal que Cícero atribui à historiografia é dirigida à prática do orador. Ele se utiliza da História como coleção de exemplos – *plena exemplorum est historia*, ou seja, a história é cheia de exemplos para que se possam instruir os homens por meio dela.

Para Koselleck³⁸, Cícero faz isso a fim de chamar atenção para o proveito que emanava de sua obra quando legou para sempre sua história como patrimônio, ou seja, como bem inextinguível para que se pudessem reconhecer os futuros casos semelhantes.

Na antiguidade latina, cabia ao historiador diversificar sua história pela variedade de estilos polindo-os, bem como dispor as palavras por meio de um suave e uniforme encadeamento do discurso. Segundo Cícero, os preceitos da história são colocados com variedade, clareza e concisão diante de nossos olhos como uma pintura de retratos. Ademais, é do ofício do historiador contemplar a vida e a natureza dos homens afamados, procurando a virtude e afastando-se daquilo que é vicioso.

Cícero considerava o retrato de Ciro feito por Xenofonte útil não porque tinha sido escrito de acordo com o que chamamos anacronicamente de “verdade histórica”, mas sim pelo fato de o retrato de Ciro conter a imagem do justo mandatário³⁹. Ou seja, a história como mestra da vida procura um exemplo de virtude para se apoiar, mas o exemplo configura-se em torno de um *ethos* virtuoso e não necessariamente o procura em alguma pessoa particular, como empiricamente entendemos atualmente.

A história refere-se às condições de um futuro possível que não se deduz somente a

36

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. da PUC-Rio, 2006, p. 43

37

“A História é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador.” CÍCERO. “*De Oratore*”, II, C. 9, C.36 e C. 12, C.51 apud SCATOLIN, Adriano, op. cit.

38

KOSELLECK, R., op. cit., p. 44

39 AMBRÓSIO, Renato. *De Rationibus exordiendi: os princípios da história em Roma*. 1ª ed. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2005, p. 51.

partir da soma de eventos isolados, mas nos eventos que ela investiga se configuram estruturas que estabelecem ao mesmo tempo as condições e os limites de uma ação futura. Desta forma mostra-nos João de Barros:

Devemos ser diligentes e solícitos em guardar em futuro nossas obras pera com ellas aproveitarmos em bom exemplo, como prôtos e constantes na operação presente dellas, pera commum e temporal proveito de nossos naturaes. E vendo eu que nesta diligencia de encomendar as cousas à custodia das letras (conservadores de totalas obras) a nação Portugues he tão descuidada de si [...].⁴⁰

Segundo Pereira⁴¹, o legado ciceroniano nos séculos XV e XVI era maciço. Para termos uma ideia, antes de 1600, entre *adnotaciones*, *dispositiones*, *integrae paraphrases*, *artificia* e *argumentae*, sem contar com as inúmeras coletâneas editadas com anotações publicaram-se pelo menos 479 comentários. Neste gênero, segundo o crítico os trabalhos mais apreciados foram os apontamentos de Melanchton ao *Pro Arquia* (15 edições entre 1532- 1592), de Latomus ao *Pro Milone* (12 vezes publicado entre 1533- 1571) e a coleção do escoliasta Ascano Pediano.

Por sua vez, as *orationes* mais comentadas e editadas foram sem dúvida, em ordem decrescente, o *Pro Archia*, o *Pro Milone*, o *Pro Marcello*, o *Pro Ligario*, as *Phillipae* e o *Pro Deiotaro*. As invectivas trocadas entre Cícero e Salústio atraíram também a atenção de comentadores como Josse Badius Ascensius, Beroaldo, Valla ou Leoniceus. O interesse pelos discursos ciceronianos era tal que o número de comentários que lhes foram dedicados terá dobrado o total de trabalhos consagrados ao *De Inventione* neste período.

No período compreendido entre 1528 e 1570 não há ano em que não tenham vindo a lume um ou mais comentários das *orationes*. Entre 1477 e 1526, houve pelo menos 48 edições de comentários à retórica ciceroniana. Segundo Pereira⁴², nos anos de 1527 a 1560 conhecem-se 566 edições. Somente em um ano, em 1541, saem 24 comentários aos tratados retóricos. Entre 1560 e 1600 vem a lume comentários em pelo menos 128 ocasiões⁴³ Segundo o

⁴⁰ BARROS, João de. *Da Asia de João de Barros e de Diogo do Couto*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778.

⁴¹ PEREIRA, Belmiro Ferreira. *Retórica e Eloquência em Portugal na Época do Renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, p. 578

⁴² loc. Cit

⁴³ loc. cit. CADAFAZ de MATOS, Manuel. “A presença de Cícero na obra de pensadores portugueses nos séculos XV e XVI (1460-1543)”, *Humanitas*, vol. 46, 1994, pp. 259-304; idem, “Leitura e leitores de Cícero em Lisboa e Coimbra ao tempo de D. João III (1534-1543)”, *Humanitas*, vol. 47, 1995, pp 739-776. Cf tb SABBADINI, R. *Storia del Ciceronianismo e di altre questioni letterarie nell'età della Rinascenza*. Torino: Loescher, 1885.; Menéndez y Pelayo, Marcelino. “Apuntes sobre el ciceronianismo en España y sobre la

estudioso, entre 1540 e 1550, há em Portugal um ciceronianismo contemporâneo às diretrizes da contra- reforma e que tem como representantes Damião de Góis, João de Barros, Duarte Resende e Gaspar Barreiros [Barreiros, Gaspar. *Chorographia*, Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1968] entre outros. A recepção ciceroniana no mundo contrarreformado foi consequência do próprio desenvolvimento dos estudos humanísticos que obrigou a atender a novas condicionantes: a redescoberta dos retores gregos, de Dionísio de Halicarnasso, Demétrio de Falerón e, sobretudo, o *Do Sublime* do Pseudo-Longino trouxe nova luz sobre a retórica e a oratória ciceronianas. A importância ciceroniana nos séculos XV e XVI era tanta que em 1535 Nizolino com suas *Observationes in M.T Ciceronem*, posteriormente, converteu tal obra no *Thesaurus Ciceronianus* [Assim se intitula , por exemplo, na edição aldina de Paolo Manuzio da qual consta na BNL (Res. 2585 A) um exemplar usado no Colégio das Artes: Nizolis, sive *Thesaurus Ciceronianus*, omnia Ciceronis Verba, omnemque loquendi atque eloquendi varietatem complexus, nunc iterum, eruditi hominis hercúleo labore atque industria, quarta parte auctoris, Venetjjs, ex Officina aldina, 1570. Na BN de Lisboa não há exemplares. Recorremos ao volume da BPM do Porto (K-14-21).

Para Cícero⁴⁴, a construção da história reside nos temas e nas palavras. Para Aristóteles cabe ao orador cativar os homens, instruí-los e, por último, incitá-los. Das três partes que envolvem o discurso-instrução, o deleite e a comoção – a primeira carece de brandura do discurso, a segunda reclama por precisão e a terceira por força⁴⁵. Em relação à verdade e à temperança regrada pelo juízo elucida-nos Fernão Lopes:

E sse o Senhor Deos a nos outorgasse o que allguus escrevendo nom negou, convem a saber, em suas obras clara certidom da verdade, sem duvida nom soamente memtir do que sabemos, mas ahimda errando, falsso nom quiriamos dizer; como assi seja que outra cousa nom he errar, salvo cuidar que he verade aquello que he falsso.

E nos emganando per ignoramça de velhas scripturas e desvairados autores, bem podiamos ditando errar; porque scpreendo homem do que nom he çerto, ou contara mais curto do que foi, ou fallara mais largo do que deve; mas mentira em este volume, he muito afastada da nossa voomtade. Oo! Com quanto cuidado e diligemça vimos grandes volumes de livros, de desvairadas limguagees e

influencia de Cícero en la prosa latina de los humanistas españoles”, *Bibliografía Hispano-Latina Clásica*, Madrid, CSIC, 1950-53, vol III, PP 177-271.

44

CÍCERO. “*De Oratore*” II, 63, op. cit., p. 206.

45

ARISTÓTELES. *Retórica*. L II, 128-129, op. cit., p. 218.

terras; e isso meesmo pubricas escripturas de muitos cartarios e outros logares nas quaaes depois de longas vegalias e gramdes trabalhos, mais çertidom aver nom podemos da contheuda em esta obra.

E seemdo achado em alguus livros o comtrario do que ella falla, cuidaae que nom sabedormente, mas erramdo muito, disserom taaes cousas. Se outros per ventuira em esta cronica buscam fremosura e novidade de pallavras, e nom a çertidom das estorias, desprazer lhe ja de nosso rrazoado, muito ligeiro a elles douvir, e nom sem gram trabalho a nos de hordenar.

Mas nos, nom curando de seu juizo, leixados os compostos e afeitados rrazoamentos, que muito deleitom aquelles que ouvem, ante poemas a simprez verdade, que afremosemtada falssidade. Nem emtemdaaes que certeficamos cousa, salvo de muitos aprovada, e per escripturas vestidas de fe; doutra guisa, ante nos callariamos, que escrepver cousas fallssas.⁴⁶

Para Bonilha⁴⁷, a história das *res gestae* lusitanas se organiza em torno de três causas eficientes somadas a uma quarta final, que depende da fé e da vontade divina que origina um *télos* cristão. A articulação das virtudes do discurso histórico se dá pelo seguinte modo: a clareza opera por meio do *recte dicendi* e do *ut pictura poesis* – rumo ao *bene dicendi* – para deleitar, mover, visando à persuasão e à memória; a verdade subordina-se ao juízo, que, além de compreender a dispositivo, julga o que deve ser historiável, louvável, sempre sob o critério inquestionável da origem e propósito portugueses. Ainda segundo o estudioso, cabe ao historiador, ao lado do poeta épico, empregar o gênero demonstrativo, fazendo com que a censura e o louvor se articulem às máximas políticas que o constituem, outorgando um regimento de acesso às convenções do centro de poder luso.

Em seu prólogo, Gandavo coloca em evidência qual a finalidade de sua história. Já no início nos diz o motivo dessa escritura e que, passados setenta anos da descoberta do Brasil, ainda não havia sido feita uma história sobre a terra, talvez pelo pouco caso dos lusitanos ou pela falta de engenho das pessoas da terra. Logo no início de sua exposição, utiliza-se da *captatio benevolentiae* e nos mostra a morosidade em se escrever sobre a terra e o motivo pelo qual tal história até então não havia sido escrita. Desta maneira, seria a *História da Província de Santa Cruz* por ele composta, ainda que não tivesse uma escrita copiosa como outros homens de engenho:

A Causa principal que me obrigou a lançar mão da presente hiStoria, & sair com ella a luz, foy por nam aver ategora pessoa que a emprendesse, avendo ja setenta &

46

LOPES, Fernão de. “Prólogo”. In: _____. *Cronica del Rei dom Joham da boa memoria*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977. v. 1, pp. 15-16.

47

BONILHA, op. cit, p. 72.

tantos annos que esta provincia he descuberta. A qual historia creyo que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portuguezes fizeram sempre da mesma provincia, que por faltarem na terra pessoas de ingenho & curiosas que per melhor estilo & mais copiosamente que eu as escrevessem.⁴⁸

Pero de Magalhães considera que é justo os portuguezes terem notícia da nova terra, posto que já se passaram setenta anos; se por um lado os estrangeiros – talvez os franceses – têm notícia sobre a nova terra, parece, segundo Gandavo, decente e necessário os portuguezes também terem informações sobre o novo sítio. Além disso, mostra-nos que a terra é ainda mais salutar e proveitosa para aqueles que vivem no reino em estado de pobreza. Esses não devem titubear, ou seja, devem ir morar no Brasil, pois a Província de Santa Cruz a todos agasalha e convida com seus remédios, por mais pobres e desamparados que sejam os novos moradores⁴⁹:

Porem já que os estrangeiros a tem noutra estima, & sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nós (aos quaes lançáram já os Portuguezes fora della a força darmas per muitas vezes) parece cousa decente & necessaria, terem tambem os nossos naturaes a mesma noticia, especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em pobreza nam duvidem escolhela pera seu emparo: porque a terra he tal, & tam favoravel aos que a vam buscar, que a todos agasalha & convida com remedio por pobres e defemparados que sejam.

Gandavo compartilha da ideia ciceroniana que a história é mestra da vida e a vida, mestra da memória, e a memória, uma semelhança da imortalidade que deve ser desejada por todos. No autor, a memória perpetua-se a partir da escritura que a imortaliza. Ou seja, a escritura é a vida da memória e a memória assemelha-se à imortalidade. A partir da ativação engenhosa e artificiosa de sua *ars memorativa*, o autor presentifica todo um repertório de autoridades que servirá de exemplo – *exemplum* – para a composição elocutiva de sua história:

Daqui vinha aos Gregos & Romanos averem todas as outras nações por barbaras, & na verdade cõ rezã lhes podiã dar este nome, pois eram tam poucoolicitos & cobiçosos de honra que por sua mesma culpa deixavão morrer aquellas cousas que lhes podiam dar nome y fazelos immortaes. Como pois a escritura seja vida da memoria, & a memoria hua semelhança da immortalidade a que todos devemos

48

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prologo ao Lector”. In: _____. *História da provincia Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil feita por Pero de Magalhães de Gandavo dirigida ao muito illustre snor Dom Lionis, governador que foy de Malaca & das mais partes do Sul na Índia*. 1ª ed (ed. princeps), 1576, p. 5.

49

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia....* ed. princeps, op. cit., p. 5.

aspirar, pela parte que della nos cabe [...].⁵⁰

Na antiguidade latina, cabia ao historiador diversificar sua história pela variedade de estilos, polindo-os bem e dispondo as palavras por meio de um suave e uniforme encadeamento do discurso. Segundo Cícero, os preceitos da história são apresentados com variedade, clareza e concisão diante de nossos olhos; além disso, a edificação dela está alicerçada na feitura dos discursos que são construídos com palavras de maneira que todas as causas sejam explicadas e não somente se louve o feito dos grandes homens. Ademais, é do ofício do historiador contemplar a vida e a natureza dos homens afamados, procurando a virtude e se afastando daquilo que é vicioso:

Vedes quanto trabalho de orador há na história? Não sei se aí a fluência ou a variedade do discurso é mais importante. Não encontro, todavia, em lugar algum nos preceitos dos retores, a história ensinada com amplitude: pois os preceitos da história estão postos diante dos nossos olhos. Pois, quem desconhece ser a primeira lei da História não ousa dizer algo de falso? Em seguida, que não se ouse não dizer algo de verdadeiro? E que não haja nenhuma suspeita de favor? E nem de dissimulação? 63. De fato, esses fundamentos são conhecidos por todos; mas a construção da história está baseada nos acontecimentos e nas palavras. O plano dos acontecimentos requer a ordem dos tempos e a descrição das regiões, quer ainda primeiramente, as deliberações nas grandes ações dignas de memória, em seguida os atos, depois que os resultados sejam penetrados com cuidado, e que prove o que for revelado sobre as deliberações, não só aquilo que foi feito e dito, mas também de que modo, e quando for dito algo sobre as consequências, que todas as causas sejam explicadas: do acaso, ou da sabedoria ou da temeridade, e que sejam narrados não só os feitos dos grandes homens, mas também a vida e a natureza daqueles que se sobressaem pela fama e pelo nome. 64. O plano das palavras deve seguir o gênero de discurso profundo e extenso, e que flua abundantemente com certa suavidade uniforme, sem os aguilhões das frases forenses. Vedes que dessas tantas e tão importantes coisas, não se encontram preceitos nas artes retóricas. Nesse mesmo silêncio, muitos outros deveres dos oradores ficaram no esquecimento, exortações, discursos consolatórios, ensinamento, admoestações, todos gêneros que devem ser tratados eloquentemente; mas não têm nenhum lugar próprio naquelas técnicas que foram transmitidas⁵¹.

Para Ambrósio, quando um historiador romano escreve sua obra, não há como preocupação discutir a veracidade das fontes, mas sim exercer sua invenção nas fontes de que dispunha⁵². Além disso cabe ao historiador um discurso ordenado, pois dessa forma estreita-se

50

Ibidem, p. 5.

51

CÍCERO apud AMBRÓSIO, op. cit., p. 38; cf. MANDEL, J. L. "Historiographie hellénistique et son influence sur Cicerón". *Euphrosyne*, n. 10, pp. 7-25, 1980.

52

o lastro da credibilidade – *fides* – assumida entre as partes. Desta maneira, como ocorre com o orador que produz “credibilidade”, não para si, mas para o discurso (*fidem facere orationi*) e esta deve ser atribuída ao discurso pelo ouvinte (*fidem facere auditori*), ou seja, o orador faz com que ao ouvinte seja atribuída a credibilidade do discurso. Por outro lado, caso haja uma diminuição da credibilidade, se comprometerá o uso da autoridade – *auctoritas* – e, por consequência, a verossimilhança também será comprometida⁵³.

Na Antiguidade, a história também sugere remédios para as calamidades e repreende o que for considerado motivo de censura; por outro lado, justifica e corrobora aquilo que for digno de aprovação. Em cada caso anota o que deve ser reprovado ou aprovado. E a exploração do assunto – *res* – se dará pelo engenho – *ingenium* – do historiador que apresentará sua matéria, explorando-o através do ensinamento – *docere*; o deleite – *delectare* e o *movere* – comover – a partir de uma determinada autoridade – *auctoritas* –, a fim de angariar a adesão do ouvinte através da credibilidade – *fides* – com vistas a persuadir. Dessa maneira procuraremos refletir sobre os textos de Pero de Magalhães Gandavo.

Na *Retórica* de Aristóteles, I.9. 1367b⁵⁴, o elogio (*epainos*) tem por finalidade evidenciar a grandeza da virtude (*mégēthos aretēs*) do encômio das obras, ou seja, a ação daquele que se elogia (*tò d'encómion tón ergón estín*). Desta maneira, elogiamos pessoas e encomiamos obras. O gênero demonstrativo ao qual pertencem o *encómion* e o *enarrare vitam* tem como destinatário o ouvinte ou espectador que decide sobre a habilidade do orador. Ao mesmo tempo que o discurso mostra o engenho do orador, também demonstra sua utilidade e sua finalidade que é executada nas convenções do gênero em exercício. Conforme afirma Cassin⁵⁵, o elogio assinala tudo o que é público ou suscetível de se tornar público naquilo que é privado. Por isso o gênero demonstrativo é também um gênero político: julga valores e recria-lhes a comunhão. Sobre a ética no gênero demonstrativo mostra-nos Cícero que “não pode haver gênero de discurso que seja mais fecundo ao dizer ordenadamente ou mais útil à

Cf. WISEMAN, T. P. “Practice and Theory in Roman Historiography”. *History*, n. 66, pp. 375-93, 1981; CHIAPPETTA, A. “Não diferem o historiador e o poeta”: o texto histórico como instrumento de trabalho”. *Língua e Literatura*, n. 22, pp. 15-34, 1996.

53

AMBRÓSIO apud CHIAPPETTA, Angélica. *Ad animos faciendos: comoção, fé e ficção nas Partitiones Oratoriae e no De Officiis de Cícero*. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 1997, p. 83.

54

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. (Biblioteca de Autores Clássicos, v. 5).

55

AMBRÓSIO, R. apud CASSIN, Bárbara. “O consenso e a criação de valores”. In: CASSIN, B; LORAUX, N.; PESCHANSKI, C. *Gregos, bárbaros e estrangeiros: A cidade grega e seus outros*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, pp. 34-55.

cidade, ou no qual o orador se ocupe mais do conhecimento das virtudes e dos vícios”⁵⁶.

Segundo Scatolin⁵⁷, Cícero, em *Brutus*, através da forma dialógica, usa a personagem de seu grande amigo e erudito Ático a fim de observar que é lícito aos retores mentir em seus relatos a fim de apresentar seus temas de maneira mais expressiva afirmando que “é permitido aos retores mentir em seus relatos históricos, a fim de que possam dizer algo de maneira expressiva”⁵⁸. Preceitua Cícero que “em primeiro lugar, no discurso, falemos de maneira pura e correta, em seguida, de modo claro e límpido, então ordenadamente, depois, de maneira adequada à dignidade dos temas e, por assim dizer, decorosa”⁵⁹.

Para Cícero, o *ethos* do orador é dotado de força tanto para se aprovar o caráter, os costumes, os feitos e a vida dos que defendem as causas daqueles em favor de quem as defendem como do mesmo modo é utilizado para desaprovar os adversários⁶⁰. Para Ambrósio:

Se na narração é possível que o autor não apareça como narrador, no exórdio, ao contrário, o autor aparece explicitamente no uso da primeira pessoa. Se na narração o autor trata de algo objetivo, externo aos acontecimentos que compõem a sua história, no exórdio trata de seu desejo e motivações para escrever história, e da importância dessa atividade, para si e para o público. Essa exposição poderia criar uma certa incompatibilidade com as declarações de imparcialidade recorrentes no exórdio, fazendo com que se reduzissem sua *Auctoritas* e sua *Fides* perante o leitor.⁶¹

Para o historiador antigo não há uma postura “metodológica”. O que há é uma técnica de disposição da matéria narrada, que é regulada prescritivamente por um dado decoro que se executa diante da *res gesta*. Esse decoro é regido pela ausência de esperanças ou medos e corresponde, por exemplo, à concepção de história de Salústio: registro escrito (*prescribere*) dos feitos dignos de memória que devem ser submetidos à crítica moral (*reprehendere*) ou fixados para serem lembrados (*de magna virtute atque gloria bonorum memorare*) e que exigem uma postura de equilíbrio, livre de esperanças, medos e alheio à política que é movida pela paixão⁶².

56

CÍCERO. “*De Partitione Oratoria*” XX.69 apud AMBRÓSIO, Renato, op. cit.

57

SCATOLIN, Adriano, op. cit., p. 29.

58

CÍCERO, “*Brutus*” 42, apud SCATOLIN, op. cit, p. 154.

59

Idem. “*De Oratore*” I, 144 apud SCATOLIN, op. cit., p. 38.

60

Ibidem.

61

AMBRÓSIO, Renato, op. cit., p. 67.

62

Segundo Plutarco, o mais eficiente historiador é aquele que, através de uma vívida representação das emoções e dos caracteres, faz com que sua narrativa se pareça com uma pintura⁶³; desta maneira, parece-nos, aqui, que o que está em jogo não é a verdade das coisas, mas a verossimilhança construída segundo as especificidades de um determinado gênero exercitado em seus respectivos decoros. Como Scatolin afirma, “o que está em jogo em tais polêmicas não é propriamente a veracidade das afirmações feitas, mas apenas o estabelecimento e o fortalecimento de uma autoridade em detrimento da outra”⁶⁴.

Ainda segundo o latinista, apresentadas as definições de cada gênero, espécie e sub-espécie, o autor procede à apresentação segundo as normas prescritivas do gênero. Segundo Cícero, os gregos definiam “gênero” a partir da ideia que transita em torno de várias diferenças específicas; já quando tomamos a ideia de “espécie” como paradigma, temos aí uma noção cuja diferença específica pode ser relacionada à sua origem e também como fonte do gênero. Para ele, gênero é uma cognição intrínseca e pré-perceptiva de cada coisa desprovida de explicação. As espécies são aquelas em que se divide o gênero sem omissão de seus constituintes como, por exemplo, alguém que dividisse o direito em lei, costume e equidade.

Os gêneros demonstrativo e deliberativo estão fortemente ligados. Aconselha-se aquilo que se elogiará e se elogia o que se aconselharia, afinal nada pode ser útil sem ser honesto, nem ser honesto não sendo útil. Um problema diferente surge quando algo aparentemente útil parece conflitar com o aparentemente honesto. Esse é o caso do gênero judiciário. Não basta apontar a utilidade ou a honestidade. É preciso descobrir como as duas se articulam em um caso particular em julgamento, ou seja, é preciso reconstruir a história do caso.

O *stylo historico* e os contemporâneos de Gandavo

Ao longo da Idade Moderna, as práticas letradas articulavam-se às estratégias de ação nas cortes, que resultaram na elaboração de diversos discursos que, ao forjarem determinada memória de feitos passados, determinavam escolhas no interior da economia das mercês, sobretudo na forma de cargos na burocracia estatal do Império.

SALÚSTIO. “A *Conjuração de Catilina*”. In: NOVAK, Maria da Glória; NÉRI, Maria Luiza; PETERLINI, Arioaldo Augusto (Orgs.). *Historiadores latinos: antologia bilíngue*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 80-85.

63

PLUTARCO. “Sobre a fama dos Atenienses”. In: _____. *As vidas comparadas dos maiores guerreiros da Antiguidade: Alexandre e César*. São Paulo: Ediouro, 2001.

64

SCATOLIN, Adriano, op. cit., p. 67.

Segundo João de Barros⁶⁵, o corpo textual do gênero histórico, por exemplo crônicas, anais e comentários, era elaborado para que a administração pública tomasse conhecimento daquilo que os homens ilustres e afamados disseram e/ou fizeram. Esses escritos tinham por função o aconselhamento do reino através dos exemplos, *exempla*. Para João de Barros, a história era uma despertadora do entendimento, cuja primeira lição Deus elegeu para o governo da administração pública⁶⁶.

Outro cronista do período, Ruy de Pina⁶⁷, mostra-nos que a história é uma princesa que, em sua conversão, nunca nos recolhe sem nos dar nutrientes de virtudes espirituais e corporais. Desta maneira encontramos-nos em outro ser humano, através de nosso aperfeiçoamento. Segundo o cronista, a “doutrina hystorial”, devido aos grandes exemplos do passado, traz em suas mãos grande lição, fazendo com que, a partir de sua leitura, até as más pessoas tornem-se boas. O cronista mostra-nos que o conhecimento da história torna as pessoas fracas em esforçadas, os escassos em seres liberais, os crus em seres piedosos, os frios na fé em bons cristãos, em suma, transforma seres viciosos em virtuosos:

Estorea, muy excellente Rey, he assi mui liberal Princesa de todo bem, que nunca em sua louvada conversação nos recolhe, que della não partamos, sem em toda calidade de bondades e virtudes spirituaaes, e corporaaes nos acharmos logo outros, e sentirmos em nós hum outro singular melhoramento.

Nem he sem causa; porque a doutrina hystorial, polo grande provimento dos verdadeiros enxemplos passados que consigo teem, he assi doce e conforme a toda a humanidade, que atem os maaos que per lição, ou per ouvida com ella participam torna logo boões, ou com desejo de o seer: e os boões muyto melhores. Cuja virtuosa força he tamanha, que per obras ou vontade, dos fracos faz esforçados, e dos escassos liberaes, e dos crûs piadosos, e dos frios na fé católicos e boões christaaões; e assy discorrendo per totalas outras virtudes.⁶⁸

Rui de Pina, no prólogo da *Croniqua do muy eycellente rey Dom Joham da groriosa memoria dos reys, o trecedimo, deste nome, o segundo de Portugal, e o primeiro que se intitidou senhor da Guiné*, pinta-nos tal qual um retrato que o ofício historial executado nas letras é guardado na memória das coisas passadas para o deleite do corpo, assim como a boa

65

BARROS, João de. “Prólogo”. In: _____. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 6ª ed. atualizada e anotada por Hernani Cidade. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1946. v. 3: Terceira Década.

66

Ibidem.

67

PINA, op. cit., p. 488.

68

PINA, op. cit., p. 488.

governança da vida e a inteira salvação da alma faz com que a bondade e a prudência divinas outorguem aos racionais uma graça muito singular, pois tanto na história como na imagem e na vida somos ensinados não somente por nossos atos viciosos, mas aprendemos também com o exercício de nossas virtudes:

Este officio estorial, que nas letras, e na pluma consiste, que he assi fielmente crara luz de nossa vida, e de nossa memoria, e das cousas passadas testemunha tao verdadeira, que consirados com animo agradecido, os grandes e immensos beneficios, que pera deleitação, proveito do corpo, e boa governança da viva, e inteira salvação d'alma delle sempre recebemos, certo bem parece, que a bondade e prudencia Divina o outorgou soamente a nós os Racionaes por graça mui singular, e bem sobre todos; e porque dos louvados, santos, e virtuosos exemplos, e segura doutrina, que na estoria como em vida e imagem se nos representam sômos assi ensinados, que nao sómente em nossos erros,e vicios naturaes nos esfriam, e refream pera com menos lembrança hos obrarmos mas ainda pera as virtudes e craro nome, em tanto amôr, e desejo nos acendem, que com dobrado coração, e hua virtuosa enveja nos esforçam, e obriguam pera conseguirmos a final tenção porque nacemos, que he vivermos sempre bem, porque moiramos, e acabemos como devemos. E a cada hum de nobre esprito; póde ser assi mesmo mui autorizado eixemplo; pois he certo que nas taes lembranças, e contemplações das eicellentes cousas passadas [...].⁶⁹

Damião de Goes⁷⁰ aponta-nos que desenvolverá seu encômio em um breve discurso, explicando-nos que a história tem início em Fernão Lopes, seguido por Zurara; além disso, descreve as fontes de pesquisa daquele que foi considerado o primeiro cronista. Mostra-nos ainda que as crônicas atribuídas a Fernão Lopes foram de fato por ele compostas, e posteriormente reescritas e coligidas por Rui de Pina; um outro aspecto que merece atenção é o fato de o cronista referir-se ao gênero histórico como “*styllo*” histórico:

[...] E ho mesmo diz no Capit. çento e quarenta & nove, donde se vé na verdade ter este copioso, & discreto scriptor Fernam Lopez feitas, & compostas has chronicas dos Reis atras, & toda ha del Rei dom Ioam Primeiro. Dos quaes lugares reçitados se vé na verdade ter Fernam Lopez scriptas, & acabadas totalas chronicas do regno, começando do Cõde dom Henrrique atte ha del Rei dom Duarte, que fazem em numero doze: mas quomo se lhe roubou ho louvor de tamanho trabalho julgueho quem ho bem entender.

Isto affirmo posta aparte ha Chronica do Conde dom Henrrique, de que não posso dizer nada, pois della nam ha notiçia, que à del Rei dom Afonso Anrriquez, que Duarte galvã diz que fez de novo, faltão muitas cousas que não vieram ha sua

69

Ibidem, p. 891.

70

GÓIS, Damião de Góes. *Terceira Parte da Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel da Gloriosa Memoria, ha qual por mandado do Serenissimo Principe ho Infante Dom Henrrique seu filho, cardeal de Portugal, do título dos sanctos quatro coroados, Damião de Goes colligio, & compos de novo*. Coimbra: Acta Universitatis; Conimbrigensis, 1953. v. 3.

notiça, de cujo stylo não posso julgar nada porque nunca vi outro volume per elle scripto que ho desta Chronica, na qual he muito mais breve do que ho he em algumas cartas que elle screveo ahos Reis dom Ioam.

Segudo, & dom Emanuel, andãdo fora destes Regnos em seu serviço. Mas quanto has chronicas dos Reis dom Sancho primeiro, dom Afonso segundo, dom Afonso terceiro, dõ Denis, dõ Afonso quarto,⁷¹ ho stylo dellas he muim differente do de Rui de pinna, & facilmente dira ser isto assi, quem per ho studo das boas letras, & Artes alcançou ho dom de poder julgar antre stylo, & stylo. E no que toca às dos Reis dom Pedro, dom Fernando, & dom João primeiro, não ha que disputar senão que has compos Fernam Lopez, porque⁷² ho stylo dellas he todo igual, sem ter mistura, & em muitas partes tem semelhança deste stylo has Chronicas dos Reis atras, exçep̃to ha del Rei dom Afonso Henrriquez, que Duarte galvam quomo já appontei diz que fez de novo.

E quanto à del Rei dom Duarte nam ha i duvida senam que ho texto substancial della he de Fernam Lopez, & hos razoamentos da ida de Tanger de Gomezeanes de Zurara, que parece que por ho volume ser pequeno lhe quis acreçentar aqueles razoamentos, com ho enterramento del Rei dom Ioam, que convinha mais á terceira parte de sua chronica, se se fezera, que nam aho começo da del Rei dom Duarte seu filho, ha qual se vé muim claro do stylo que he tocada de tres pinçes, ho primeiro de Fernam Lopez, ho segundo de Gomezeanes de Zurara, ho terceiro de Rui de pinna. Nem he de crer que mandasse el Rei Dom Afonso quinto, gomezeanes de Zurara a Alcaçer çeguer pera se lá melhor informar dos feitos do Conde dom Duarte, & hos screver, sem ser acabada, & apurada ha Chronica del Rei seu pai, porque quem era tam curioso de fazer vir em luz hos feitos deste cõde dom Duarte,

[...] Ho qual Gomezeanes de Zurara screveo tambem ha tomada Darzilla, que foi no anno de Mil quatroçentos setenta, & hum, porque elle viveo alguns anos depois dos de Mil quatroçetos setenta⁷³, & dous em que passou hua carta, per mādado do mesmo Rei dom Afonso ahos moradores de Casqaes [...] ⁷⁴ ho stylo, & ordem mostram serem de Rui de pinna, aho qual, posto que se intitule Author de toda esta chronica, nam negarei ho que se lhe deve por rever, & conçertar ho que nella fez Gomezeanes, & hos demais scriptores, & finalmente acabada per Rui de pinna, & quanto hà del Rei dom Ioam segundo nam ha i duvida a ser feita pello mesmo Rui de pinna, & della se lhe nam pode negar ho trabalho, porque⁷⁵ ho stylo, & proçesso da obra dam verdadeiro testemunho ser tudo seu sem outra nh̃ua mistura.

[...] Depois de acabadas muitas pessoas vi discontentarsse dellas, á minha vontade sem razão, posto que ho stylo de Rui de pina polos muitos adjectivos, & epithetos que se usavam naquelle tempo he muito afeitado. Atte qui abaste ho que diz em sua carta Ioã roiz de Sá, & ho demais deste discurso seja pera se saber hõ que passa açerqua das chronicas do Regno, & a quem se deve no trabalho dellas. Mas quanto à chronica del Rei dom Emanuel Rui de pina não continuou nella mais q atte ha tomada Dazamor, & faleçimeto de dõ Ioã de meneses, quomo já dixi, que foi no

71

Grifo meu.

72

Grifo meu.

73

et. l. setenta.

74

Grifo meu.

75

Grifo meu.

Anno de M.D. XIIIj, tendo ha elle, & seu filho Fernam de pina sucçesivamente a seu cargo atte ho anno de M.D. XLVj, que forão vinte, & çinquo annos depois do faleçimento deste bom Rei, com deixar~e por screver has mais das cousas que neste tempo passaram no Regno, & nas cõquistas delle, & ho que nella screveo Rui de pina era tam desordenado, que fui constringido a começar tudo de novo, sem me poder ajudar de seus trabalhos senão quomo de quaesquer outras lembranças das que me poderam servir pera h~ua tamanha obra quomo foi ha desta chronica.⁷⁶

Para Zurara, a história e o processo narrativo das crônicas filiam-se ambos em grande parte aos *dictorum et factorum memorabilium Libri IX* seguindo a prática reiterada de fazer anteceder de considerações gerais a narração de cada capítulo. A frequência com que recorre à lição dos exemplos entremeia o relato dos acontecimentos com reflexões morais em estilo declamatório⁷⁷.

Para João de Barros, as “qualidades que distinguem a nossa língua são a majestade para coisas graves e eficácia varonil para exprimir grandes feitos”⁷⁸; o autor de *Décadas* afirma que é ofício da história mostrar o substancial dela, ou seja, deve atentar em descrever terras e portos à maneira de um roteiro marítimo ao invés de amplificar as miudezas que somente enfadam e não deleitam: “Somente tomámos o necessário cõ outra mais informaçam, porque em todo o discurso desta nossa Asia mais trabalhamos no substancial da história q no ampliar as meudezas q enfádã & nã deleitã”⁷⁹.

O autor também elucida a intenção do discurso histórico. Parece-nos que amplifica a peleja que os lusitanos travaram com os infiéis e minimiza os relatos de guerra entre lusitanos. João de Barros aponta-nos que do mesmo modo não se deve esperar que se descreva mais do que o necessário para o entendimento da história a fim de que não se manche uma escritura de tão ilustres feitos. Parece-nos aqui evidente o uso do gênero epidítico/demonstrativo na vertente do louvor, pois o cronista amplifica os feitos dignos de encômio e, por outro lado, minimiza o tom de vitupério no que se refere ao projeto expansionista português:

76

GÓIS, Damião de. “Cap. XXXVIII. Em que ho Author, declara quaes foram hos scriptores, que cõposerã has chronicas dos Reis destes Regnos”. In: _____. *Terceira Parte da Chronica*, op. cit., pp. 100-107.

77

CARVALHO, Joaquim de. *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949. v. 1, p. 61.

78

BARROS, João de. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 4ª ed. revista e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição *princeps* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932; *Scriptores Rerum Lusitanarum*). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. v. 1: Primeira Década. Introd. XLVIII.

79

Idem. “LVII, Cap. VIII. Como o Çamorij de Calecut com huass máchinas de castélllos em bárcos & elle per terra, veo cometer os nössos: & desta & doutras vezes que cometeo querer passar o rio ficou tam desbaratádo que se recolheo pera seu reino” In: _____. *Ásia: Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, v. 1, op. cit., p. 273.

E porq nõssa tençam e em todo o discurso desta nõssa Asia escrever sómente a guérria que os Portugueses fizéram aos infiées & nam a que entre sy, nam espére alguem que destas diferenças do viso rey & Afonso Dalboquerque, & assy doutras que ao diante passáram se ája descrever mais que o necessário pera entendimento da histórica, por nam macular hua escriptura de tam jllustres feitos com dios, envejas, cobiças, & outras cousas de tam máo nome de que assy os vencedores como os vencidos podiam perder muyta árte de seus méritos. Porque acerca dos barões de prudencia quando am de julgar meritos de vida alhea, mais * ólho tem ao discurfio de como se ouve em os negócios entre os amigos, que ao pelejar com os jmgos: porque nesta pártē se vé a fortuna de cada hum & na primeira a virtude.⁸⁰

De outra maneira, coloca diante de nossos olhos que a feitura do discurso histórico visa realçar as virtudes e elidir os vícios através da pintura de retrato:

Ao modo do qual filofoho Acuz Farlu, nam por jmitar a elle, porque ajnda eu nam tinha vifto ehta hiftória, mas porque em módo de arte memorativa a memória podeffe reter ehta doctrina moral, como ufou o filofopho Cebétes na pintura de fua tavao q quis jntroduzir a virtude & reprovar os vicios: affy per arteficio de jógo de távoas reduzi toda a Ethica de Ariftoteles em que entrávam todallas virtudes & vicios per exceffo & per defecto.⁸¹

O autor trata a história como um campo onde é semeada toda a doutrina divina, moral, racional e instrumental. João de Barros reflete sobre aqueles que proliferam seu fruto através do conhecimento da história; afirma que esses indivíduos terão suas forças pessoais convertidas em potência de entendimento e memória que serão muito proveitosas para a manutenção de uma justa e perfeita vida que será, dessa forma, convertida em proveito próprio e comum.

Mostra-nos também que a parte principal da história é a verdade que dela emana; além disso, dela também procede mais a licenciosidade dos vícios do que a abstinência deles, ou seja, vícios para os que a mesma natureza fecha os olhos, esconde o rosto e tapa os ouvidos. João de Barros afirma que não convém à história contar o que não ocorreu. Apresenta-nos

80

BARROS, João de. “L III, Cap. VIII – Dalguas diferenças que paffáram entre Affonso Dalboquerque & o Vifo rey fobre a entrega da governança da India: donde procedeo, fer Afonso Dalboquerque levádo de Cochij, a Cananor, & foy entregue a Lourenço de Brito que o teve de chegáda do Marichal”. In: _____. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 4ª ed. revista e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição *princeps* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932; Scriptores Rerum Lusitanarum). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974. v. 2: Década Segunda, p. 139.

81

Idem. “LIV, cap. IIIj. Como per jnduziêmtō do Bendera governador de Maláca elrey ordenou de matar todos los nóffos: y cometeram Diogo López eftando em a fua não jugando o enxedrez: Y da jnvençam delle daquellas pártēs y como Diogo López fe falvou”. In: _____. *Ásia: Dos feitos que*, op. cit., v. 2, p. 178.

também a distinção entre história e fábula, mostrando-nos suas diferenças.

João de Barros diz no Prólogo⁸² que as obras têm por finalidade o bem comum e passada a murmuração ficam elas vivas bem como a memória de seu autor por mais dentadas que a vida lhes dê. Diz ainda que a escritura da história é difícil, laboriosa, e exige as vigílias da noite, o não dormir sextas, tampouco passear pela cidade ou ir espairecer no campo e andar em banquetes, bem como jogar, caçar, pescar e lograr outros passatempos. Como antídoto para tais males, recorre às autoridades que muito auxiliaram os príncipes:

Júlio César com os livros da Antologia da Língua Latina e um poema chamado Caminho que compôs ambos fazendo dous caminhos de Itália pera França e Espanha, Indo em Andas; e absolva-nos Carlos Magno com ua Arte de Gramática, que compôs da Língua Alemã; e absolva-nos o Papa Pio com a Geografia que fez, desculpando-se por tratar daquela matéria e não de outra conforme a sua dignidade; e absolva-nos el-Rei D. Afonso de Castela com suas Távoas dos movimentos dos Orbes Celestes, chamados de seu nome Alfonsis, e com ua Geografia, que compôs, de toda a Espanha; e absolva-nos o Emperador Carlos Quinto com seu comentário da Guerra de Alemanha e outras obras que ainda não saíram à luz, posto que a primeira vai intitulada em quem lhe serve de escritor e revedor delas, por o grande juízo que tem em a censura do composição da História.⁸³

Para João de Barros, esses e outros príncipes não citados nada perderam em compor tais obras, muito pelo contrário, tiveram seu tempo bem dispensado por gastar tinta e papel para mostrar o quanto a “Natureza do Entendimento” não lhes era matéria estranha. Afirma que, se nos príncipes o uso de determinadas autoridades é motivo de glória, nele seria digno de vitupério, de infâmia⁸⁴. Além disso, sua história é escrita para o povo português e não para estranhos:

E porque nós não queríamos dar nem receber escândalo de alguém, nem menos ouvir queixumes de alguns que em nossa escritura demos muito louvor a uns e não tanto a outros, e que em uma parte fomos largo e em outra curto e que escrevemos os bens que cada um fez e não os males e roubos; e assi dizem outras palavras a que pròpriamente podemos chamar fastios de gente enferma de doença de ingratidão, pedimos por mercê a estes enfermos a que nosso trabalho não aprouve, que lhe apraza de nos perdoar o que até aqui tomámos por eles, cuidando de lhe ser aprazível, e nós os não enfastiaremos mais com outra escritura nossa. E não nos hajam per homem que não cumpre com sua palavra, pois no princípio desta escritura

82

BARROS, João de. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 6ª ed. atualizada e anotada por Hernani Cidade. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1946. v. 4: Quarta Década, p. 8.

83

Idem. *Ásia: Dos feitos...* v. 4, op. cit., p. 7.

84

Ibidem, p. 8.

prome [...] temos escrever as cousas que eles fizeram em Europa e África; porque, quando fiz tal promiessa, parecia-me que podia achar em meus naturais aquela aceitação que Lucílio achava nos seus consentinos e tarentinos, pera os quais ele dizia sòmente escrever, e não pera estranhos. Mas pois meus naturais com suas palavras me desobrigam das minhas, não me podem obrigar pola lei da obrigação delas; pois a mesma lei quer que não haja obrigação onde não há aceitação.

E porque nesta arte estou mais obrigado aos estranhos que a eles, por lhe serem meus trabalhos mais aceitos, pera os satisfazer no que esperam de mi, converto a minha pena a estes que me querem, escrevendo a Geografia de todo o orbe descoberto e as gentes dele, imitando nete propósito a S. Paulo (se é lícito usar das grandes cousas pera exemplo das pequenas); o qual, vendo que os Hebreus, seus naturais, a quem ele primeiro que às outras gentes era obrigado denunciar o Evangelho, não o quizeram aceitar per ele, disse: Ecce convertimur ad gentes.⁸⁵

Afirma que as coisas da Índia e das outras províncias orientais descobertas e conquistadas pelos portugueses são dignas de serem noticiadas, porém, nem mesmo os gregos e romanos chegaram a tais partes; além disso, não julga fora de propósito escrever os feitos que os portugueses nessas terras fizeram; mostra-nos que cabe ao historiador referir-se às coisas do local bem como à origem de seus povos, costumes e feitos⁸⁶. O historiador deve contar por meio de uma vividez de matizes sobre a movimentação das milícias nas pelejas mais sangrentas. Cabe ao historiador variar o uso do ornamento como se colocasse diante de nossos olhos a descrição da cena, tal qual a pintura de um retrato. A história também deve servir como mestra da vida e recontar as empresas dos lusitanos para alçar juízo e prudência com o fito de os portugueses se governarem bem em terras desconhecidas. Para João de Barros, esta é a principal finalidade da história:

[...] para assim se vir em mais fácil conhecimento desta história e se poder coligir a estima em que se devem ter os Portugueses, que tantas e tam feras nações tantas vezes venceram e trouxeram a seu jugo; e recebendo deles as páreas e tributos, como vencedores e senhores seus, lhes dão as leis, a língua, e a muitos a religião. Sendo pois nossas cousas tam travadas com aquelas gentes, assi por a guerra como por o comércio que com eles temos, não podemos escrever de cousas nossas, que não seja também das suas. E além da necessidade que temos de tratar parte de suas cousas para melhor entendimento das nossas, não fica sendo pequeno ornamento e utilidade da História, para exemplo e aviso de nossa vida, recontar variedades de empresas e causas por que se intentaram, e os sucessos delas, para com sua notícia alcançarmos juízo e prudência, para nos governarmos em outras semelhantes, que é o principal fim e fruto da História.⁸⁷

85

BARROS, João de, *Ásia: Dos feitos...*, op. cit., v. 4, p. 10.

86

Segundo o comentador, na 1ª edição, a expressão é “desta feita”.

87

BARROS, João de. “LV. Cap. 1 – Em que se descreve o Reino e Guzarate e as gentes de que é habitado”. In: _____. *Ásia: Dos feitos...*, op. cit., v. 4, pp. 253-254.

O cronista revela que o justo é os escritores dizerem a verdade, assim contarão que não foram os gregos, mas sim os portugueses os verdadeiros conquistadores. Afiança que os gregos peregrinaram gozando das delícias e dos refrescos das terras conquistadas e, ao contrário, os portugueses, navegando pelos mares com climas diferentes, atravessaram toda a grandeza do Mar Oceano comendo biscoito duro e carne salgada, bebendo água malcheirosa, passando o mais gélido dos frios, o mais quente dos sóis, suportando tudo aquilo que a natureza humana pode, nos limites do ser humano. Além disso, os lusitanos se depararam com inimigos muito mais contrários dos encontrados pelos gregos que, ao adorar Júpiter, Apolo e Baco, rivalizavam com confrades de uma mesma seita. Já os portugueses encontraram povos remotos do conhecimento de Deus:

Certo que, se os escritores disserem verdade, contarão que, não sendo nós gregos vizinhos da Ásia, mas portugueses mais remotos de todas as gentes, vindo do último do Mundo, donde o Mar e a Terra e o Ar fazem sua demarcação, não peregrinando por terra, como os Gregos, gozando dos refrescos e delícias dela, repousando em partes onde os homens têm paciência para sofrer o frio e a calma e alterações dos tempos, mas que navegamos por mares de climas diferentes, atravessando toda a grandeza do mar Oceano, comendo o duro e podre biscoito e salgada carne, bebendo água corruta e mal cheirosa, com mais frio e ardor do sol, do que a natureza dos homens pode sofrer; e para alívio destas cousas, padecendo assombramentos de tempestades, que não obedecem aos homens nem temem suas armas e ardis, nem algum artifício humano, a que se não pode fugir, nem buscar colheita.

Chegados a este Oriente, achámos os inimigos muito mais contrários e infestos do que os acharam os Gregos, que adorando Júpiter, Apolo ou Baco, achavam os inimigos que adoravam os mesmos, e assi eram todos confrades de uma seita.⁸⁸

1 A RECEPÇÃO

Segundo Stetson⁸⁹, Gandavo fazia parte de um grupo de letrados, entre eles Luís de Camões, o poeta, Manuel Baratta, que compôs um tratado de ortografia, e João de Ocanho, que era editor. Afirma o estudioso que Luís Pereira, governador de Málaca a quem o livro foi dedicado, se compadeceu com a circunstância de vida de Magalhães e lhe consagrou uma posição nas Índias, onde ele já havia vivido por muito tempo. Contudo, não precisa qual posição e tampouco o local onde isso ocorreu. Além disso, afirma que o governador de Málaca concedeu o beneplácito de impressão porque *História da Província de Santa Cruz* foi o primeiro texto favorável a essas possessões. Em uma análise preliminar, é possível inferir que as dedicatórias, nos quatro textos *Tratado da Província de Santa Cruz*, *Tratado da Terra do Brasil*, *História da Província de Santa Cruz* e o manuscrito escorialense, Códice B-IV 28, foram ofertadas aos seus homenageados não por mera gentileza, mas com a função de pedido de proteção real, primeiramente ao poder real e depois a um herói, o governador de Málaca, o que pode ser comprovado pelos seguintes tercetos camonianos oferecidos “Ao muito illustre senhor Dom Lionis Pereira sobre o livro que lhe offerece Pero de Magalhães”⁹⁰ que rogam pelo livro do amigo Gandavo:

E seja elle com vosco defendido, Como o foy de Malaca o fraco muro⁹¹ e também pela seguinte afirmação de Gandavo⁹² na epístola a Dom Leonis: “Poronde com muita razão fauorecido desta confiança possa seguramente sair a luz com esta pequena empresa e diulgala pela terra sem nenhum receo, tendo por defensor della a Vossa Merce”.

Segundo Stetson, tal relação de interesse por proteção real se reforça à medida que levamos em consideração o fato de a segunda versão, *o Tratado da Terra do Brasil*, ser dedicada a alguém que ocupava o cargo de inquisidor-geral. É como se Gandavo já estivesse adiantando um pedido de proteção disfarçado por gentileza, uma espécie de *captatio*

89

STETSON JR., J. *The Histories of Brazil by Pero de Magalhães, now translated into English for the first time and annotade by John the first time and annotade by John b. Stetson Jr. with a facsimile of the Portuguese original, 1576*. Nova York: The Cortes Society, 1922. 2 v.

90

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Ao muito illustre senhor Dom Lionis Pereira sobre o livro que lhe offerece Pero de Magalhães: tercetos de Luis de Camões”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit.

91

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História da provincia Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil: feita por Pero de Magalhães de Gandavo dirigida ao muito illustre snor Dom Lionis, governador que foy de Malaca & das mais partes do Sul na Índia*, Manuscrito do Escorial, op. cit., fr. 4r.

92

Ibidem, f. 4V.

benevolentiae. Convém destacar que, de acordo com Moura⁹³, este “D. Leonis Pereira, conquanto ilustrado pelos seus feitos guerreiros, com certeza não regressava a Lisboa propriamente coberto de retumbâncias da glória militar”. Segundo Stetson, muito provavelmente teremos de ver na dedicatória de Gandavo e nos versos de Camões que o acompanham um gesto de utilização da pena em prol de alguém que em tempos livres tivera um comportamento valoroso no Oriente e que, em Lisboa, tivesse porventura de atravessar uma situação próxima do desfavor ou pelo menos de indiferença real, de modo a pôr-lhe os feitos em relevo e a auferir algum dispêndio da solidariedade assim manifestada.

Como D. Lionis era rico⁹⁴, existe a hipótese de que financiara a edição príncipe da história, corroborando a tese de que Gandavo angariava o beneplácito de Pereira, pois “[...] e o pobre do Gândavo surge com ar pedinchão e seu quê de sabujo, a distribuir Tratados a todos, como diva de alegoria barata, cornucópia na mão e sendas duvidosas, jogando flores por todos os lados”⁹⁵.

No ano de 1793, a Academia Real das Sciencias de Portugal ocupou-se em estabelecer a ortografia da língua portuguesa a fim de compilar um dicionário. Nessa obra, cita Magalhães em sua lista de autores portugueses ilustres recomendados para serem lidos e estudados; desse modo, o autor de *História da Província de Santa Cruz que vulgarmente chamamos de Brasil* começa a ser autorizado a partir de uma aprovação oficial como um homem das letras luso-brasileiras. Nesta lista de autores recomendados, o primeiro elencado foi João Soares de Brito⁹⁶.

No mesmo ano, uma lista de 108 autoridades portuguesas foi impressa em Paris. Tal lista foi preservada pela livraria *Most Christian King Louis XIV*. Uma cópia do texto de Gandavo foi organizada por ordem do visconde de Villa Nova de Cerveira, Tomaz Tellez da Sylva, que tinha um bom diálogo com Barbosa Machado, autor de *Biblioteca Lusitana*, de quem extraiu algumas notícias para sua obra. Machado teve a oportunidade de visitar livrarias de vários monastérios e conventos de Portugal e angariou a simpatia e os favores do rei João

93

MOURA, Vasco Graça. *Sobre Camões, Gândavo e outras personagens: hipóteses de história da cultura*. Porto: Campo das Letras, 2000.

94

MOURA, Vasco Graça, op. cit.

95

GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da provincia do Brasil no qual se contem a informação das cousas que ha na terra assi das capitánias e fazendas dos moradores que vivem pella costa, e doutras particularidades que aqui se cõta]*. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura: 1965, p. 45.

96

Cf. *Theatrum Lusitaniae Litteratum, Sive Bibliotheca Scriptorum Omnium Lusitanorum*. Paris: 1654, p. 272.

V, a quem o seu livro encantou fortemente em 1741. O primeiro volume de *Biblioteca Lusitana* apareceu rapidamente e num curto interregno os volumes se sucederam e foram ao prelo.

Apesar de o reconhecimento da história como trabalho de “literatura” ter surgido em 1793⁹⁷, no ano de 1827 a mesma Academia publica pela primeira vez o *Tratado da Terra do Brasil* de Magalhães. O manuscrito “original” do Tratado não é conhecido, embora o estudioso inglês tenha sido informado de que tal manuscrito em posse da Academia Real das Sciencias é uma transcrição do manuscrito da Biblioteca de Évora⁹⁸. Segundo o estudioso, é interessante notar o uso feito pelos cronistas oficiais de Espanha, Antonio de Herrera e Gil Gonsales D'Avila do texto de Pero de Magalhães. Antonio de Herrera, cronista de Castela e cronista geral das Índias⁹⁹, obteve tal posto no tempo em que Magalhães escreveu sua *História da Província de Santa Cruz*. É impossível afirmar que Herrera se vale do texto de Gandavo para compor seu tratado, mesmo porque, em nossa opinião, ambos compuseram seus tratados dentro das convenções do “gênero histórico”, ou seja, compartilhavam dos mesmos lugares-comuns. Desta maneira, não é evidente em nossa análise, diferentemente de Stetson, que o cronista espanhol se utilize necessariamente do manuscrito de Gandavo que consta na Biblioteca do Mosteiro do Escorial para compor seu texto. Abaixo apresentaremos a mesma tópica retórica desenvolvida por Gandavo e na sequência a de Herrera a fim de notarmos as semelhanças entre ambos os textos quanto aos *topoi* utilizados:

A viraçam destes ventos entra ao meyo dia pouco mais ou menos, & dura ate de madrugada: entam cessa por causa dos vapores da Terra ~q o apagão. E quando amanhece as mais das vezes está o ceo todo cuberto de nuves, & assi as mais das manhaãs chove nestas partes, & fica a terra toda coberta de nevoa, por respeito de ter muitos arvoredos ~q chamam a si todos estes humores.

E neste intervalo sopra hum vento brando que na terra se géra, ate que o sol cõ seus rayos o acalma, & entrando o vento do mar acostumado, torna o dia claro &

97

Cf. ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa, 1793.

98

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia da Provincia de Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito illtre snor Dom Lionis Pa governador que foy de Malaca & das mais partes do Sul na India*; Collation by signatures: A, B, C, D, E e F a cada 8 folhas. Total 48 numerados fólhos. Folha D2 é erradamente marcada D5. Fólho 2 é erroneamente numerado 3: 35 é 34, 41 é 38; Ilustrações: gravada no título da página. Toda página foi feita com gravura em chapa de cobre gravada um monstro no verso do fólho 32 e xilogravura no verso do fólho 40. Cf. COLE, George Watson. *A Catalogue of Books relating to the discovery and early History of North and South America forming a part of the library of E.D. Church*. Nova York: Cambridge University Press, 1907.

99

HERRERA apud GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia da Provincia de Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*, ed. princeps, op. cit.

sereno, & faz ficar a terra limpa & desimpedida de todas estas exalações.¹⁰⁰

El viento entra poco antes de media dia, y tan frio que recrea los hombres: dura hasta la mañana que buelve la calmar, por causa de los vapores de la tierra, y al amanecer esta el cielo cubierto de nuves, y las mas de las mañanas lleve, y la tierra se cubre de niebla por las muchas arboledas que llaman a si las humedades; y vienta de la tierra un ayre blando hasta que el sol con su calor lo apaga, y queda el dia, claro, y sereno, hasta el medio dia que entra el viento acostumbrado.¹⁰¹

A respeito dos indígenas, afirmam Herrera e Gandavo:

Esta gete nam te entre si nhũu rey nũ outro genero de justiça, senã hu principal e cada aldeia, q he como capitã, ao ql obedece por vôtade & nã por força. Quãdo este morre fica seu filho no mesmo lugar per successam, & nã serve doutra cousa senam de yr cõ elles á guerra, & acõselhalos como se hãde haver na peleja: mas nã castiga seus erros, nũ mãda sobre elles cousa algũa cõtra suas vôtades”.¹⁰²

No tiene Rey, ni justicia, sino un principal en cada aldea; al qual obedecen por su voluntad, y, no por fuerça: y muriedo qda el hijo en su lugar, y no sirve de llevarlos a la guerra, y aconsejarlos como se han de governar peleando: no castiga sus delitos, ni les manda cosa contra su voluntad.

Son estos indios muy belicosos, y tienen siempre grandes guerras, unos contra otros: nunca se halla entre ellos paz, ni es possible que tengan amistad: pelean con arcos y flechas, son muy certeros, y muy inclinados a pelear; y es cosa de ver tres, o quatro mil hombres de una parte, y otros tanto de otra, desnudos, flechãdose unos a otros, cõ gran gritta: y mientras dura esta batalla andan de una parte a otra, con mucha ligereza, para no poder ser apuntados.¹⁰³

O cronista seguinte de Castela, Gil Gonsales D'Avila, em sua obra *Descrição das grandezas de Madrid*, publicado em 1623, fez a seguinte declaração¹⁰⁴: “Uma outra parte do Reino de Portugal é o Brazil que tem 400 léguas e divide-se em 8 capitanias. De excelente clima e abundância de frutas nativas Pe[t]ro de Magallanes escreveu em português uma muito douda e curiosa Historia”.

Em nossa análise é relevante considerar que um outro fator gerador da suspensão da circulação desses textos foi o valor político. Espanha e Portugal adquiriram inúmeras possessões territoriais além-mar, além disso, sofriam acentuada concorrência com potências ultramarinas, como Holanda e França. Os soberanos desses países cuidavam desses textos

100

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História...*, ed. *princeps*, op. cit.

101

HERRERA, A. *Teatro de las Grandezas de la villa de Madri corte de los reyes catolicos*, 1623.

102

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit.

103

HERRERA, A., op. cit., p. 504.

104

Cf. Ibidem, p. 505.

com muita diligência, pois era comum que mareantes prestassem serviços a soberanos de outras nações, por conseguinte, os relatos de tais possessões não deveriam circular aleatoriamente, sob pena de cair em “mãos erradas”. Entre os livros que atestam tal preocupação podemos citar o de Martin Fernandez de Enciso em *Suma de Geographia q trata de todas las partidas & provincias del mundo: en especial de las Indias* (Sevilha, 1519); Francisco de Xeres, *Verdadera Relación de la Conquista del Peru* (Sevilha, 1534); e Antonio Galvão, *Tratado dos Diversos & Desvayrados caminhos* (Lisboa, 1563).

Em relação ao texto de Pero de Magalhães Gandavo, o estudioso inglês não afirma que seu texto desaparece de circulação por esses motivos, contudo, um fato irrefutável é que muitas das cópias do texto desapareceram e seu nome foi obliterado na história das letras luso-brasileiras do século XVI.

Segundo Stetson, a primeira cópia encontrada de *História da Província de Santa Cruz* foi encontrada antes de 1582, seis anos depois de ser impressa. Afirma Stetson que tal cópia posteriormente foi de propriedade de Lancelot Voisin de la Popellinière, protestante que atuou parcialmente em guerras religiosas no último quarteto do século XVI e que supostamente foi o historiador oficial de Henrique IV. Seu principal livro é uma história de guerras religiosas, *Les trois mondes*, primeiramente publicado em 1582, que contém uma compilação sobre a importância do Novo Mundo traduzida de várias fontes. Neste tratado ele ocupa-se da extensão das bulas papais de Alexandre VI e a linha demarcatória promulgada pelo Sumo Pontífice sobre as terras a Oriente e Ocidente¹⁰⁵.

Após muita *emendatio*, a cópia de Popellinière com nota marginal através de seus apontamentos aparece na *Bodleian Library*. Além disso, Popellinière relata sobre a breve história do Brasil e que levou consigo uma cópia da referida história. Menciona a autoria do livro: “[...] deste ponto continua favorável ao sul, a terra se estende a 45 graus: uma parte dela estende-se deste modo em uma zona tórrida e de outro lado uma temperada zona como Pero de Magalhaes assegura Dom Louys Pereira, governador das terras ao sul”¹⁰⁶.

Em 1629 surge a primeira bibliografia de livros relativa à América. Foi escrita por Antonio de Leon y Pinelo, que nasceu no Peru e foi educado na Universidade de Lima. Após esse período, foi para Espanha e ocupou importantes cargos na administração pública das Índias. Por fim, sucedeu D’Avila como cronista das Índias. Interessante notar o que disse

105

Cf. POPELLINIÈRE, Lancelot Voisin de la. *Les trois mondes*. 2ª ed. Paris: 1582. v. 3, fólio 222.

106

Ibidem, fólio 22 r.

acerca da história de Magalhães: “Este é um livro de um estudioso, o único de sua espécie”¹⁰⁷.

Nichola Antonio¹⁰⁸, um dos maiores eruditos espanhóis, atesta que apareceu uma referência que outorga a data de impressão de *História da Província de Santa Cruz* em 1579 ao invés de 1576¹⁰⁹. Segundo o bibliófilo espanhol, o acabamento do manuscrito ocorreu em 1672, mas a impressão não começou antes de 1696, alguns anos após a morte de Nichola Antonio.

Além de Barbosa Machado, Gónsalo D'Ávila em 1623, Leon y Pinelo em 1629, João Soares de Brito em 1645 e Nicholas Antonio em 1672 citam sem algum comentário mais cuidadoso o texto de Gandavo o erudito Farinha de Souza (1786) e Pinto de Souza (1799)¹¹⁰.

Ademais, não se descobriu nenhuma edição francesa entre a de Popellinière em 1582 e Ternaux-Compans em 1837. Depois disso, Gandavo tornou-se bem conhecido entre os estudiosos americanos. Seu nome apareceu em uma coleção de livros sobre negócios/intercâmbio com a antiga história da América. Em 1830 o livreiro T. Horpe tinha uma cópia da *História* à venda. Em uma descrição não impressa em seu catálogo diz: “Somente outra cópia desta curiosíssima, excelente e interessante volume é para ser angariado por um grande britânico que foi adquirido por 27 libras esterlinas e agora escolhido pela coleção de Hon T. Greenville”¹¹¹.

Thomas Grenville, um rico inglês, homem de estado e colecionador de livros, gastou uma enorme soma de dinheiro para angariar livros desse período para sua biblioteca, que finalmente foi legada em testamento ao *British Museum*:

Magalhães tem a reputação de existência de um dos mais elegantes escritores da língua portuguesa. Veja o verso de Camões prefixado neste curioso volume, e isto nunca foi supostamente ocorrido à venda aqui, também não foi encontrado o melhor catálogo estrangeiro de Voyages e Travels, que ainda é mais notável, sem mencionar o que foi feito pela Southey's History of the Brazil. Isto é o valor adicionado que o Conde de Funchal, embaixador de Portugal neste país e homem de muita pesquisa literária nunca viu uma cópia deste livro em Portugal ou em outro país que ele

107

Cf. PINELO, Antonio de León. *Epitome de la biblioteca oriental i occidental, nautica y geografica*. Madrid: Iuan Gonzalez, 1629.

108

NICHOLA, Antonio apud STETSON JR., op. cit.

109

Cf. ANTONIO, Nicolás. *Bibliotheca Hispana Vetus sive Hispani Scriptores qui ab Octaviani Augusti Aevo Ad Annum Christ MD. Floruerunt*. Madrid: Francisco Pérez Bayer, 1788. 2 v.

110

Cf. FARINHA, Bento José de Souza. *Summario da Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Antonio Gomes, 1786-1788.

111

Cf. From Ms. notations of Thorpe in his catalogues, kindly communicated to me by Mr. Dring of Bernard Quaritch, Ltd., in a personal letter.

visitou.¹¹²

Um século após Barbosa Machado, grandes bibliógrafos portugueses apareceram. Em 1853, o notável acadêmico Innocencio Francisco da Sylva (1810-76)¹¹³ encampou a empresa de levar adiante o trabalho de Barbosa acerca de Gandavo. Afirma sobre o “autor” de *História da Província de Santa Cruz*: “Este livro é extremamente raro. Senhor Figanière indica a existência de duas cópias (e somente uma é conhecida), uma é da biblioteca do sr. Mr. Ternaux-Compans e a outra é da biblioteca portuguesa do Rio de Janeiro”.

Existiu uma segunda edição feita posteriormente no Rio de Janeiro em 1858 e que foi incluída no volume 21 da *Revista trimensal do Instituto*. No mesmo ano, a Academia Real das Sciencias de Lisboa fez uma outra reimpressão do livro, com o mesmo título da edição de 1576; usou-se para essa nova edição um manuscrito de uma antiga cópia que fora extraída da biblioteca do extinto Convento de Jesus. Esta era a quarta edição, incluindo 22 páginas preliminares e 68 páginas de texto com uma litografia. O terceiro número da coleção de opúsculos reimpressos era relativo a história das navegações, viagens e conquistas dos portugueses. Stetson afirma ainda: “A nova edição do Brasil poderia ser considerada mais correta do que a de Lisboa, considerando que foi feita a partir da cópia da primeira edição, e outra após o ms. Cópia em que, como é usual, a existência de poucos erros é provável”.

Visconde de Juromenha¹¹⁴, reconhecido por se dedicar aos estudos camonianos desde o início de 1837, afirma que a primeira impressão conhecida do trabalho de Camões é uma dedicatória ao material preliminar dos *Colóquios*, de Orta¹¹⁵. Os dois poemas de Camões que constam no material preliminar de *História da Província de Santa Cruz* de Gandavo aparecem pela primeira vez em uma impressão. Na avaliação de Stetson, no curso de sua investigação, Visconde de Juromenha constatou que Magalhães foi o primeiro a mencionar o trabalho de Camões.

Segundo Gomes¹¹⁶, a relação com Camões já aparece em *Regras...*, obra na qual

112

Cf. PAYNE, H. J.; FOSS, H. *Bibliotheca Grenviliana*. Londres: 1848. v. 2, p. 427.

113

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. tomo VI.

114

Cf. VISCONDE de Juromenha. *Obras de Luís de Camões precedidas de um ensaio biographico no qual se relatam alguns factos nao conhecidos de sua vida*. 1860-70.

115

Cf. ORTA, Garcia de. *Coloquio dos simples, e drogas he cousas mediçinais de India*. Goa: 1563.

116

Gandavo cita o poeta como referência, o qual prontamente responde a partir de seus versos em *História da Província de Santa Cruz*, destacando o feito de Gandavo ao elaborar seu texto com ciência e arte. Após despertar de um sono ocupado pela fantasia antes que o sol abrisse o claro dia, Marte com uma lança furiosa e Apolo guiando o carro celestial conclamam Magalhães a defender as obras do herói D. Lionis Pereira que o mundo inveja. Dessa maneira se estabelece a tópica das letras e das armas nos seguintes versos a fim de construir a etopeia do herói de Málaca revivido na pena de Gandavo:

Nunqua Alexandro, ou Cesar nas confusas
Guerras, deixarão o estudo hum breve espaço,
Nem armas das sciencias sam escusas
Nua mão livros, noutra ferro & aço:
A hua rege & ensina, & outra fere
Mais co saber se vence que co braço.¹¹⁷

No epílogo do poema, Marte e Apolo se conformam com a sugestão de Mercúrio e Gandavo desperta do sono: “Acorda Magalhães, & e já se parte/ A vos offerecer Senhor famoso/ Tudo o que nelle pos, sciencia & arte”¹¹⁸.

Na Inglaterra, a primeira notícia da *História da Província de Santa Cruz* apareceu no catálogo de John Carter Brown Library, de 1865¹¹⁹. Poucos anos antes Mr. John Carter Brown, de Providence, havia adquirido uma cópia em Londres. Em breve, descrições do livro feitas por Machado, Ternaux-Compans e Greenville são restabelecidas, mas nada de novo é adicionado. Após 1873 a seguinte notícia aparece na bibliografia sobre as Índias de Field:

O autor desta historia passou um número de anos no Brasil, retornou a seu país, estabeleceu uma escola próximo de Douro e Minho e escreveu esta história que foi publicada pela primeira vez em 1572. Estes principais acontecimentos em sua vida estabeleceu suficientemente seu talento para efetuar bem a tarefa que resulta naquilo que ele oferece-nos. Seu trabalho, poderia, de qualquer modo, ter recebido um pouco de objeção, alguma atenção se ele não fosse simplesmente o narrador no início de sua narrativa. Os portugueses tem sido, sempre, indiferentes (frios, imparciais acerca da influência da literatura e seus exploradores e guerreiros que tem consequentemente partido de registros de experiência e aventura. Do Cap. X ao XIII

GOMES, Rejane Centurion Gambarra. *Gândavo e a Historia da Provincia de Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*: Estudo do léxico e das marcas de autoria. Versão corrigida. Tese (Doutorado em Letras) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

117

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Historia....* op. cit., ed. *princeps*, fr. 3 “Ao muito ilustre senhor Dom Lionis Pereira sobre o livro que lhe offerece Pero de Magalhães: tercetos de Luis de Camões”.

118

Ibidem.

119

Cf. JOHN CARTER LIBRARY. *A Catalogue of Book Relating to North and South America in the Library of the late John Carter Brown of Providence, RI*. Providence: 1875. v. 1.

ele [Gandavo] dedica-se em descrever as maneiras, costumes, guerras, tratamentos dos prisioneiros pelos indígenas e o valor das missões [jesuíticas] entre eles.¹²⁰

Joseph Sabin forneceu em sua bibliografia uma cuidadosa descrição, salientando pontos emprestados de seus antecessores:

Um volume de extraordinária raridade, curioso e interessante, escrito em um puro, simples e eloquente estilo por um autor que residiu muitos anos no Brasil. É o primeiro senão o único português escritor que tentou retratar a peculiar característica dos nativos do Brasil. O trabalho é tão pouco conhecido que raramente é citado por autores portugueses no Brasil [...] Não existem mais do que duas cópias nos Estados Unidos. Não há versão inglesa. O valor e a importância sugeridos pelo sr. Ternaux incluem o decoro em *Relations et Memories*.¹²¹

Brito Aranha¹²² afirma que algumas cópias de *História da Província de Santa Cruz* são bem distintas, a começar pelo título entre as cópias. Em algumas delas existem duas aprovações, ambas datadas de 10 de novembro de 1575. Há cópias, porém, em que há uma terceira data, 4 de fevereiro de 1576, e posteriormente a licença de impressor. É interessante atentar que a última aprovação não se relaciona com o resto da página, então talvez ela tenha sido adicionada após a impressão do livro.

Segundo Stetson, não existem diferenças tipográficas entre as duas cópias. Em 1881, através do esforço do diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, foi realizada uma histórica exibição. Os livros e manuscritos pertencentes à antiga *História do Brasil* foram mostrados, bem como uma descrição memorável do catálogo impresso. A data da descrição da *História* de Magalhães foi tomada dos apontamentos de Barbosa Machado, Innocencio da Sylva e Brito Aranha. Stetson afirma: “No entanto, é preciso confessar que a tradução (Terneaux) não é perfeita em sua totalidade, nem as reimpressões portuguesas de 1858 são feitas com a fidelidade desejada.”¹²³.

Em 1887, Bernard Quatrich, um bibliófilo inglês, tinha uma cópia à venda que fora

120

Cf. FIELD, Thomas W. *An essays towards an Indian Bibliography, being a catalogue of Books relating to the History, Antiquities, Languages, Customs, Wars, Literature, and Origin of the American Indians*. Nova York: Scribner, Armstrong and Co., 1873, p. 258.

121

Cf. SABIN, Joseph. *A Dictionary of Books relating to America from its discovery to the present time*. Nova York: 1868-92.

122

Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900. tomo XVII, p. 218.

123

Cf. TERNAUX. *Catálogo da Exposição de História de Brazil*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, 1881, p. 4; ver também FERREIRA, Félix. *Notas bibliograficas: Exposição de História do Brasil*, Rio de Janeiro: 1882.

descrita da seguinte maneira no catálogo geral de 1887: “O trabalho de Magalhães que é o primeiro da história do descobrimento dos portugueses e fundação do Brasil é tão excessivamente raro que é questionável se há cópias ainda existentes”.

Há quarenta anos atrás duas cópias eram conhecidas: a da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a que pertenceu a Ternaux-Compans. Naquele momento, ambas as cópias desapareceram e não se soube do paradeiro delas. Além disso, também não havia cópias em Portugal, mas uma nova edição foi impressa em Lisboa em 1855, elaborada de um antigo manuscrito impresso em 1576:

O trabalho é absolutamente necessário para estudiosos da América sobre a existência prematura publicada [...] dos primeiros 50 anos do estabelecimento português no Brasil. A História Natural e os costumes dos indígenas são tratados em sucessão em uma narrativa política que pode ser clamada e observada atentamente em direção à América do Sul, em português, em contrapartida ao trabalho de Oviedo sobre os indígenas espanhóis.¹²⁴

Justin Winsor, um estudioso americano, em sua *Narrative and Critical History of America*, refere-se ao trabalho de Magalhães como autorizado, mas seu projeto bibliográfico mostra-se um pouco confuso. A importância de seu comentário reside no fato que ele creditou o “Autor” como o criador da primeira história do Brasil. Para Stetson, a melhor descrição bibliográfica do livro de Magalhães foi escrita por Mr. Cole no *Church Catalogue*; por outro lado, o jornalista brasileiro e colecionador de livros J. C. Rodrigues, que provavelmente tem a mais notável coleção individual de livros sobre o Brasil, não possui uma cópia e diz: “Feliz é quem pode gabar-se em possuir a excelente e rara edição de 1576”¹²⁵. O douto arquivista da Torre do Tombo, F. M. de Sousa Viterbo¹²⁶, afirma que a *História da Província de Sãcta Cruz* impressa em 1576 foi construída pelo mesmo tipógrafo que imprimiu o poema de Camões, ou seja, ambos foram impressos na oficina de Antonio Gonçalves.

Acerca do livro *Regras...*, parece apropriado dizer que supostamente foi editado em 1574, porém existem duas cópias: uma de 1590 e outra de 1592. Segundo o estudioso, há mais edições deste trabalho de Gandavo do que a *História da Província de Santa Cruz*, o que poderia significar que aquela obteve mais popularidade do que *História da Província de Sãcta*

124

Cf. GENERAL CATALOGUE, Londres, v. 5, n. 2848, 1887.

125

Cf. VITERBO, F. M. de Sousa. *Catálogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns authografos e manuscritos*. Rio de Janeiro, 1907.

126

Cf. Fr. Bartholomeu Ferreira, o primeiro censor dos Lusíadas.

Cruz que chamamos Vulgarmente de Brasil.

Stetson Jr. atestou a existência de oito exemplares da edição príncipe, classificados em dois tipos: os que têm duas licenças do Santo Ofício e os que têm três. Entre os primeiros, estavam as cópias de Huntington Memorial Library, Stetson e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e entre as do segundo tipo estavam os exemplares de John Carter Brown Library, British Museum, New York Public Library, The Bodleian Library e Biblioteca Nacional de Lisboa¹²⁷.

O estudioso inglês afirmara que o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro era o mais interessante de todos os oito exemplares conhecidos, haja vista o histórico a ele associado. Ele pertenceu primeiramente ao grande historiador e bibliógrafo Diogo Barbosa Machado, o qual, com muita paciência e discernimento, reuniu uma coleção muito importante de obras portuguesas, incluindo entre elas algumas de rara existência. Na sua coleção particular havia centenas de panfletos e folhas separadas (opúsculos avulsos), os quais, quando finalmente encadernados, chegaram a somar uma centena de volumes.

Após a destruição da biblioteca do rei de Portugal pelo terremoto de 1755, Barbosa Machado ofereceu sua coleção ao rei D. José, que aceitou o presente e instalou a coleção em seu palácio. Lá ela permaneceu até que D. João VI, sob pressão de Napoleão, decidisse mudar sua corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1807, levando a biblioteca inteira consigo para o Brasil. Após apresentar dados biográficos do autor, Machado (1752) aponta as obras, informando a respeito de cada uma, o título completo, oficina responsável pela impressão, local e ano de publicação, pessoa a quem foi dedicada e referência por outros autores. Sobre a *Historia*, chega a transcrever alguns versos de Camões (dos quais se encontram na apresentação da obra) e comentários de autores contemporâneos: para Gil Gonçalves de Ávila, trata-se a obra de Gandavo “*muy erudita e curiosa*” e, para Antonio de Leão, “*Curiosa y unica*”. Atualmente, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui dois exemplares, ambos microfilmados. O exemplar ao qual se refere Stetson Jr. encontra-se encadernado junto a outras obras num dos volumes da Coleção Barbosa Machado, cuja folha de rosto traz a inscrição “Noticias Historicas, e Militares da America, Collegidas por Diogo Barbosa

127

Gambarra afirma que além dos exemplares impressos tomou conhecimento de que duas bibliotecas de Portugal arquivam cópia manuscrita elaborada a partir da publicação de 1576. A primeira está arquivada sob o número 1780, na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, junto à série Azul de manuscritos (informação disponível em <www.2.acad-ciencias.pt/joomla/images/Documentos/Biblioteca/Cat%C3%A1logos/catalogoma.pdf>, p. 487) e a segunda copiada no século XVIII encontra-se arquivada na Biblioteca Nacional de Évora, apresentando o seguinte registro: códice CXVI/I-32 (informação disponível em: <www.evora.net/bpe/Catalogos/Catalogo%20Manuscritos_TomoI.pdf>). 12>).

Machado, Abbade da Igreja de Santo Adrião de Sever, e Academico da Academia Real Comprehende do ano de 1576, até 1757” sendo o volume 32.5.I (estante 023, prateleira 005, volume 001), número 001 e registrado sob o número 813.998 AA 14.07.92, com 329 páginas. Seu índice é manuscrito e na última folha há o brasão da Real Biblioteca confirmando seu histórico.

Segundo Gambarra, *História* é a primeira obra do volume, ocupando a paginação de 4 a 51, sendo considerado o exemplar dois. O outro, classificado como exemplar principal, encontra-se arquivado no cofre (volume C.003.020, exemplar 1), sob o número de registro 36413 C 1948, encadernado em pergaminho. De acordo com Pereira Filho¹²⁸, pertenceu à biblioteca particular de Stetson Jr. Os exemplares contêm 48 fólios, capitais ornamentadas, vinhetas e cercaduras. Sobre a folha de rosto, convém destacar que, conforme registro, é gravada a buril contendo as armas dos Pereira. A medida do exemplar um é de 20 centímetros; o segundo, como foi aparado para ser encadernado junto a outras obras, mede 17,2 centímetros.

Ao afirmar que a *História* se tratava de um livro raro, Stetson Jr.¹²⁹ apresenta como determinante o fato de a publicação estar subordinada às condições de impressão do período, as quais se caracterizavam como “edições pequenas” (*small editions*). Stetson aponta ainda o fato de a obra ter sido publicada quatro anos antes do domínio espanhol sobre Portugal (1580 a 1640), durante o qual pode ter se perdido uma grande quantidade de material, haja visto a transferência da sede de governo. Além disso, ele também via na rivalidade comercial entre os países europeus um dos fatores para a escassez de obras desse gênero. Os soberanos destes dois países (Espanha e Portugal) proibiam seus pilotos e capitães do mar de tomarem serviço de outro príncipe, e de tempos em tempos, quando uma descrição de suas províncias era muito exata e transmitia informações muito valiosas para seus concorrentes, ordenavam que os próprios livros fossem suprimidos, sendo esta considerada a forma mais barata e fácil de prevenir competição¹³⁰. *História da Província de Santa Cruz*, impressa em 1576 e, segundo Capistrano de Abreu, traduzida para o francês por Ternaux-Compans em 1837, foi reimpressa duas vezes quase cinquenta anos depois. Aparece desta forma na *Revista do Instituto Histórico* e nos *Anais da Biblioteca Nacional*: “Voyages relations et mémoires originaux pour

128

PEREIRA FILHO apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província]*, op. cit., 1965, p. 15.

129

STETSON JR., op. cit., pp. 19-20.

130

STETSON JR., op. cit., p. 20.

servir a l'histoire de la découverte de l'Amérique publiés pour la première fois en Français, par Henri Ternaux. Histoire de la province de Sancta-Cruz por Pero de Magalhães Gandavo. Lisbonne 1576. Paris, Arthus Bertrand, M.DCCC. XXXVII (1837)”¹³¹.

Segundo Ramiz Galvão, em 1858 “pagava o Brasil justo preito de homenagem ao seu primeiro cronista, reimprimindo por sua vez a obra de Gandavo”, publicando-a na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* com uma litografia impressa da editora Rensburg¹³². Essa reedição se baseou no original acima descrito. No mesmo ano, Portugal também reimprimia a obra: “*Historia da provincia Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães Gandavo dirigida ao muito ilustre senhor Dom Leonis Pereira, governador que foi de Malaca e das mais partes do Sul na India*. Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1858. In 12º; pról., XX págs., 68 págs”.

Essa reedição foi elaborada baseada na cópia manuscrita existente na biblioteca da mesma Academia, que a obtivera do extinto Convento de Jesus. Essa edição faz parte do tomo I da “Collecção de opúsculos reimpressos relativos à historia das navegações, viagens e conquistas dos Portugueses”.

Em 1921, a dita *História* aparece com o título *Nossa primeira História*, com prefácio de Assis Cintra¹³³. Sobre Gandavo, Assis Cintra se apoia no que já fora dito no catálogo da Biblioteca Lusitana de Barbosa Machado¹³⁴ e nos comentários da edição de Henri Ternaux (1837), nada acrescentando de novo.

Em 1924 saiu nova edição pelo *Anuário do Brasil*, com um prefácio de Capistrano de Abreu e algumas notas bibliográficas de Rodolfo Garcia. Nela está incluído ainda o *Tratado da Terra do Brasil*, do mesmo autor, que até 1826 estivera em sua forma manuscrita. Naquele mesmo ano foi publicado no tomo IV da *Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*.

Provavelmente a edição de 1980 de *Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz* feita pelas editoras Itatiaia e Edusp se ancore na edição de 1924, porque ambas possuem a mesma nota de advertência. Interessante notar que a edição de 1921 não compartilha das referidas notas das outras duas edições:

131

HORCH, Rosemarie “Brasiliana da Coleção Barbosa Machado”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 83, 1963.

132

GALVÃO, Ramiz. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, pp. 367-430

133

CINTRA, Assis. *Nossa Primeira Historia* [Gandavo]. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

134

Tomo III, pg 591.

PERO DE MAGALHÃES GANDAVO, o amigo de Camões, que lhe reconheceu “claro estylo, ingenho curioso”, e a quem o Brasil devia um “Tratado” e uma “História”, esta publicada em 1576, aquele só em 1826, ambos ainda raros à consulta ou à aquisição dos inexpertos, tem agora reunidos, pela primeira vez, num tomo, as suas obras Do “Tratado” obtivemos cópia autêntica do manuscrito original, que se acha na Biblioteca do Porto, graças às obsequiosidade do ilustre historiador português Sr. João Lucio d’Azevedo; da “História” conferimos os textos publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pela Academia das Sciencias de Lisboa, ambos de 1858, com a primeira publicação que a nossa Biblioteca Nacional possui, na collecção Barbosa Machado: este erudito serviço de collecção é do competente Sr. Dr. Rodolpho Garcia, a quem também pertence a “Nota bibliográfica”. O eminente historiador patricio Sr. Dr. Capistrano de Abreu, que tanto se interessa por nossas publicações, concorre com um douto artigo, que serve de “Introducção” e não é dos menores méritos desta edição.¹³⁵

De 1922 data uma tradução para o inglês sob o título: “*The Histories of Brazil by Pero de Magalhães now translated into English for the first time and annotated by John B. Stetson Jr., with a fac-simile of the Portuguese original 1576*. Nova York: The Cortes Society, 1922. 2 vols”. O primeiro volume contém a edição fac-similar; o segundo, a tradução, notas e bibliografia. Segundo Borba de Moraes, esta edição limitada de 250 exemplares foi “the best one etant from the bibliographic aspect due to the sumptuosness of the publication, and the very complete bibliographical notes”¹³⁶.

O *Tratado da Terra do Brasil* apareceu somente em 1826 no quarto volume da “Collecção de noticias para a historia e geographia nas nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhe são vizinhas”, publicada pela *Academia Real das Sciencias de Lisboa*. O *Tratado* foi escrito, em primeiro lugar, antes de 1573, porque não se refere à divisão do Brasil em dois governos. Por isso é possível supor que a estada de Pero de Magalhães Gandavo, hipoteticamente, caso tenha ocorrido, deu-se no final do governo de Mem de Sá (1557-1572) e início do mandato de D. Luiz de Brito e Almeida (1573-1578)¹³⁷.

No século XIX, a obra é descoberta pelo historiador francês Henri Ternaux e foi traduzida ao francês e publicada em 1837 junto ao volume 2 da coleção “*Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l’histoire de la découverte de l’Amérique*”. O estudioso francês, no prefácio da tradução, lamentava a indiferença de portugueses e espanhóis ao

135

CINTRA, Assis. Nossa primeira historia (Gandavo). Editora Proprietaria, Companhia Melhoramentos de São Paulo. Cayeiras, São Paulo – Rio, 1921.

136

Apud STETSON JR., op. cit.

137

Cf. LEITE, Serafim S. I. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. tomo II: Século XVI: a obra, p. 171.

impedir que a obra fosse reimpressa, sendo ela tão rara que não mais que três ou quatro cópias eram conhecidas, não podendo ser encontrada em nenhuma livraria pública de Paris e raramente citada por autores portugueses que escreviam a respeito do Brasil.

Sua história do Brasil, publicada em Lisboa, por Antonio Gonsalvez, em 1576, é certamente uma das obras mais notáveis que apareceram no século dezesseis, sobre a descrição dos países distantes: o estilo é simples, mérito bem raro entre os escritores da sua nação [...] todos o que nela falam concordam em lhe fazer louvor. [...] Por isso, apresento essa obra como um dos livros sobre a América menos conhecidos e mais dignos de o ser.¹³⁸

A tradução francesa proporcionou um acesso mais amplo à obra de Gandavo e, de acordo com Stetson¹³⁹, a partir de 1837 a maioria dos bibliógrafos tiveram a edição francesa por referência. A referida tradução também provocou uma busca dos colecionadores aos raros exemplares da edição príncipe, tendo como consequência duas publicações em português, no ano de 1858, em Portugal e no Brasil: “Finalmente vinte e um ano após o resgate de Terneaux, e quase trezentos anos depois da primeira edição, a primeira História do Brasil ganhava uma segunda edição em sua língua original”¹⁴⁰. Uma cópia do texto de Gandavo foi traduzida em 1837 em um segundo volume e intitulava-se *Voyages*¹⁴¹. No prefácio desta versão se dá a seguinte apreciação do livro de Magalhães: “Esta *História do Brasil* é certamente a primeira e o mais notável trabalho que apareceu no século XVI desses distantes países. O estilo é simples, um raro mérito entre os escritores de seu país”.¹⁴²

A edição portuguesa foi impressa em Lisboa, na Typographia da Academia Real das Sciencias, como parte da “Collecção de Opúsculos Reimpressos Relativos à Historia das Navegações, Viagens e Conquistas dos Portuguezes” e teve como referência “uma copia

138

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Voyages, Relations et Memóries originaux pour servir à la Histoire de la Découverte de L'Amerique*. Publiés pour la première fois em Français par Henri Ternaux: Histoire de la Province de Sancta-Cruz. Paris: Arthus Bertrand, 1837, pp. 4-5. Trad. de GOMES: “Son histoire du Brésil, publiée à Lisbonne chez Antonio Gonsalvez en 1576, est certainement un des ouvrages les plus remarquables qui aient paru dans le seizième siècle, sur la description des pays éloignés: le style en est simple, mérite bien rare chez les écrivains de sa nation [...] tous ceux qui en parlent s'accordent-ils à faire l'éloge [...] Je puis donc présenter cet ouvrage comme un des livres sur l'Amérique les moins connus et les plus dignes de l'être”.

139

STETSON JR., op. cit., p. 31.

140

HUE, Sheila Moura. “Prefácio”. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A Primeira História do Brasil: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, op. cit., p. 15.

141

Cf. GANDAVO, Pero de Magalhães. *Voyages, Relations et Memóries...*, op. cit.

142

Ibidem.

manuscripta que a antiga existia na livraria do extinto convento de Jesus”¹⁴³. A edição brasileira, por sua vez, foi impressa no Rio de Janeiro na Typographia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, junto à *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tendo como referência o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Eis o frontispício que consta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

A Historia da Provincia sãcta Cruz\ a que ‘vulgarmete’ chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito Ills. ro sñor Dom Li/onis Pra governador que foy di’ Malaca & das mais partes/ do Sul na India. (Armas dos Pereiras)

(In fine:) Impresso em Lisboa, na Officina de Antonio/ Gonsalves. Anno de 1576/ In 4º (f.7a: 16,4 x 10,7cms) 8 f.num, pela frente, 2 est. [*Notícias históricas, e militares da America*. nº 1, f. 4-51./ S.L.R 23,5, 1 nº 1.¹⁴⁴

Inoccencio Silva¹⁴⁵, estudioso que continuou a proposta de Barbosa Machado listando os principais autores portugueses e respectivas obras, ao tratar das edições de 1858 da *História da Província de Santa Cruz*, afirmou: “A nova edição do Brasil deve [...] considerar-se mais correcta que a de Lisboa, visto ser feita sobre um exemplar da primeira edição, e a outra sobre copia manuscripta, onde como de costume é provavel que existissem alguns erros”.

Como a edição brasileira se baseara na edição príncipe, Silva pode ter-lhe conferido mais correção pelo fato de presumir ter sido preparada por seu autor, diferentemente da edição portuguesa, a qual, baseada em um manuscrito apógrafo, poderia mais facilmente apresentar variações nas cópias.

1.1 Sobre os manuscritos

Dois são os manuscritos da *História da Província de Sãcta Cruz de Pero de Magalhães*. A seguinte descrição de um deles, que está na Biblioteca do Mosteiro do Escorial, foi adquirida de uma carta endereçada ao criador da referida biblioteca, Visconde de Juromenha¹⁴⁶. Conseguida através da cortesia da referida biblioteca, Stetson afirma possuir

¹⁴³ SILVA, Innocencio, op. cit, 1862, p. 430.

¹⁴⁴ HORCH, Rosemarie. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1967, pp. 29-32.

¹⁴⁵ SILVA, Innocencio, op. cit, 1862, p. 430.

¹⁴⁶

uma autêntica fotocópia do título do livro e algumas páginas do texto e, de algum modo, o que nelas consta difere da descrição publicada por Juromenha.

O manuscrito de Magalhães de Gandavo é um volume em fôlio 4, escrito em papel muito claro, dotado de caligrafia do final do século XVI. O título é adornado com um esboço à mão e pintado em cores, assim são também alguns dos títulos que iniciam os capítulos e suas referidas didascálias.

Segundo Stetson, no manuscrito, no final do capítulo 8 que se intitula “Acerca do Monstro Marinho que se matou na Capitania de Sam Vicente no ano de 61”, há um desenho de um monstro. Encontramos na cópia atribuída à primeira edição no capítulo 9 o título “Do Monstro Marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no anno de 1564”. Em uma análise preliminar, notamos duas diferenças: Stetson afirma que o capítulo é o oitavo, no manuscrito; por outro lado, verificamos na primeira edição que se refere ao capítulo nono; o outro contraste é em relação à data. Stetson atribui o ano de 1561 ao manuscrito e na primeira edição consta o ano de 1564.

Afirma ainda Stetson que na folha 12 do manuscrito, ou seja, no final do primeiro capítulo que se denomina “De como se descobrio esta provincia & a razão porque se deve chamar Santa Cruz e ãã Brasil” há um mapa da Província de Sãcta Cruz comumente chamada Brasil. Não sabemos por qual motivo o mapa aparece acoplado ao texto tampouco por quem foi composto, ou seja, quem foi o autor da cópia.

No começo do manuscrito, o poema de Camões aparece sob a rubrica “Soneto do mesmo Autor ao Sñor Dom Lionis sobre a vitoria que ele obteve no reino de Achem em Malaca”. Por outro lado, esta informação não consta na cópia atribuída à primeira edição.

O manuscrito consiste de 81 folhas e algumas começam e terminam com espaço em branco. A capa está com título queimado pelo fogo apesar de os escritos não terem sido alterados. No alto dos tercetos (parte superior) segue “Ao muito ilustríssimo Sñor Dom Lionis Pereira relativo ao livro que lhe é ofertado por Pero de Magalhães”. A cópia atribuída à primeira edição possui 48 páginas.

Segundo Innocencio¹⁴⁷, o segundo manuscrito encontrava-se no Convento de Jesus e foi reimpresso em Lisboa em 1858. Segundo Stetson¹⁴⁸, todos os vestígios vigentes acerca desse ms foram perdidos.

Cf. VISCONDE de Juromenha, op. cit., v. 1, p. 305.

147

SILVA, Innocencio, op. cit, 1862.

148

STETSON JR., op. cit.

1.1.1 Impressão das cópias da primeira edição

A) Cópia de Sunderland, Quaritch, Church e Huntington:

Esta cópia é a mais conhecida e está em ótimo estado de preservação. Existem alguns leves rasgos abaixo das margens no final da terceira página, mas não prejudicam a leitura do texto. O texto é claro e enrugado. Para Stetson¹⁴⁹, caso existam cópias dessa impressão, sem dúvida, estaria mais próxima do “original”. No ato de separação da sociedade da Sunderland Library de Londres, em dezembro de 1881, a primeira edição de *História da Província de Sãcta Cruz* foi negociada em leilão por 43 libras. A cópia de Quaritch, descrita em detalhe no catálogo geral, foi avaliada em 100 libras. Stetson não precisa se Mr. E. D. Church adquiriu o livro por de Quaritch ou se foi direto das mãos de Henry Stevens. De qualquer maneira, tornou-se a primeira “peça” escolhida e escrita no catálogo de seus livros. Quando, em 1911, Mr. Henry Huntington comprou toda a coleção, a cópia passou para suas mãos e, segundo o estudioso inglês, agora a *História da Província de Sãcta Cruz* faz parte da Huntington Memorial Library de San Gabriel, na Califórnia.

B) Cópia de Christie-Miller e Stetson

Stetson afirma que há uma coleção privada sob a rubrica de Christie-Miller, contudo, não dá muitas informações acerca da cópia de Gandavo e dados de compra e venda dos manuscritos.

C) Cópia de Barbosa Machado, rei João VI e da Biblioteca Nacional

A cópia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é encadernada em marroquim e tem o título *Notícias Históricas e Militares da América: compreendendo do anno de 1576 – 1757*. Está em esplêndido estado de conservação, mas pouco ornado. Segundo Stetson¹⁵⁰, das oito cópias conhecidas, esta é a mais interessante de todas dadas as informações nela contidas. Afirma o estudioso inglês que Diogo Barbosa Machado trouxe essa cópia consigo anexando-a a uma importantíssima coleção de livros.

Na coleção havia cem panfletos e opúsculos avulsos, posteriormente encadernados. Após a destruição da livraria do rei de Portugal pelo terremoto de 1755, Barbosa Machado

149

STETSON JR., op. cit.

150

Ibidem.

ofereceu sua coleção ao rei D. José, que aceitou o presente e instalou a coleção em seu palácio. Lá permaneceu até D. João VI decidir transferir a corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1807, segundo Stetson, e levou a biblioteca inteira consigo ao Brasil. Após a instauração da República, a biblioteca do rei torna-se o núcleo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

1.1.2 A impressão das cópias da segunda edição

A) Cópia de Henry Stevens e John Carter Brown.

Esta é uma linda cópia encadernada integralmente com azul marroquim com bordas douradas. Não existem reparos. Foi negociada por Henry Stevens da American Book, negociante em Londres, que a vendeu ao Mr. John Carter Brown de Providence, Rhode Island, na década de 1850. Hoje constitui uma parte da coleção de John Carter da Brown Library.

B) Cópia de Greenville e British Museum.

Esta cópia, como a de John Carter Brown, é elegantemente encadernada em marroquim azul. No catálogo de T. Thorpe, datado de 1830, item 2288, há a seguinte nota: “Acredita-se que apenas uma outra cópia deste volume muito curioso e extremamente interessante está na Grã-Bretanha, que foi comprada por 27 libras esterlinas e está agora na coleção de Hon. T. Greenville.”

C) Cópia de Ternaux, Compans-Lenox e da New York Public Library

Este volume é encadernado totalmente com azul marroquim em forma de elmo. Aparece o nome Ternaux esculpido em ouro de cada lado do livro. O título do livro é reforçado e a última folha é corrigida em alguns lugares já desgastados pelo uso. Existem vários outros menores reparos nas margens, mas o texto no geral mantém um bom estado de apresentação. Embora o estado de conservação desta cópia não se iguale às outras, seu interesse é grande. A cópia de Henri-Ternaux foi usada para se elaborar a versão do texto de Gandavo em língua francesa em 1887. Stetson¹⁵¹ acredita que esta cópia veio das mãos de Mr. Stevens em Londres, que, cômico da rivalidade entre Mr. Lenox e Mr. Brown, sentiu como dever enviar uma cópia para a França. Mr. Lenox posteriormente cedeu sua coleção de livros

para a New York Public Library, em Nova York.

D) Cópia da Bodleian Library

Cedida pelo secretário da livraria, Mr. Gibson, Stetson¹⁵² constata que a encadernação desta cópia foi elaborada em estilo francês do século XVII, ou seja, em pele de bezerro; a capa do livro é ornamentada em ouro com margem vermelha. O estado de conservação da cópia é bom, sem reparo, contendo notas nas margens do antigo manuscrito. Parte das notas foram corrigidas e emendadas. Este volume é provavelmente o primeiro publicado por T. Thorpe em seu catálogo de 1830 (item 2288) e negociado com preço de libras esterlinas. Embora sem descrição, a encadernação mostra que a cópia da Bodleian Library foi adquirida em 1843 e há uma anotação feita à lápis anotando o valor de “15 guineas”, valor este que possivelmente indicaria que as duas cópias eram idênticas. Stetson supõe que a cópia da Bodleian Library estava no Colégio do Jesuíta em Paris. Há no título da obra em notas marginais o nome do proprietário: Lancelot Voisin de la Poppelinière.

E) Cópia de Biblioteca Nacional de Lisboa

Segundo o diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa, o livro é encadernado em pele de carneiro verde ornamentada em ouro. A capa é moderna e o livro foi reparado; a cópia “original” não é conhecida. De acordo com Feliz Ferreira¹⁵³, essa cópia foi adquirida pela Livraria Nacional de Lisboa por volta de 1865.

1.2 Fortuna Crítica

Segundo Picchio¹⁵⁴, a obra *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576) de Pero de Magalhães Gandavo¹⁵⁵ é uma apologia da ação jesuítica no Brasil. O mais interessante desta, segundo a autora, é o levantamento descritivo operado pelo autor no tocante às plantas, frutos, animais exóticos e nas alusões aos metais e pedras preciosas que ofuscam a visão do visitante. Se de um lado afirma que a obra possui um

152

Ibidem.

153

FERREIRA, Félix, op. cit.

154

PICCHIO, Luciana Stegagno. “As grandezas do Brasil e a catequese jesuítica”. In: _____. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 83.

155

Cf. SILVEIRA, Joaquim da. *Gandavo, não Gândavo*. In: Brasília, III, 9. Coimbra 1946, p. 525-528

“alarde de erudição”¹⁵⁶, por outro define seu estilo pejorativamente, chão, além de nos mostrar um Gandavo que mais exalta do que informa:

Nele não se reconhece a marca de quem, na esteira do grande João de Barros, precedentemente se metera a codificador de escritura e louvador da língua portuguesa, como na obra Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia portuguesa com um Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua, Lisboa, 1574.¹⁵⁷

Há os que veem a história de Gandavo como uma descrição sucinta das capitanias, referindo-se sumariamente à sua geografia, condições meteorológicas, flora e fauna. Contudo, para alguns críticos, segundo Motta: “Nada accentúa de maior importancia, por falta de competência e de conhecimento da região”¹⁵⁸.

Para Coutinho¹⁵⁹, a partir do autor há o aparecimento de obras atreladas mais a descrições objetivas sobre a terra. Além disso, o estudioso afirma que algumas delas eram destinadas a poucos leitores e todas visavam evidentemente a uma propaganda imigratória.

Já Sílvia Romero, através de uma pena marcadamente positivista¹⁶⁰, mostra Gandavo como um autor que descreve o Brasil quinhentista através dos centros mais populosos, como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Vicente, em um momento histórico em que o ensino era ministrado pelos inicianos. Para o crítico, é evidente no texto de Gandavo que a mestiçagem já mostrava sua face através da tríade português, índio e negro.

Sodré¹⁶¹ identifica os autores do Quinhentismo como prosadores de utilidade para o conhecimento da terra e da gente. Contudo, os distancia do campo da literatura negando-lhes arte e engenho em suas penas.

Castelo¹⁶², um dos únicos a ver em Gandavo uma poesia encomiástica, sem tratar o

156

Ibidem.

157

Ibidem.

158

MOTTA, Arthur. *História da literatura brasileira: Época de formação (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1930, p. 69.

159

COUTINHO, Afrânio. “A literatura e o conhecimento da terra”. In: _____. *A literatura no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Global, 2013. v. 1: Introdução Geral, pp. 233-234.

160

ROMERO, Sylvio. Livro II: Primeira Época ou Período de Formação (1500-1750). Capítulo I: Estado do paiz em fins do século XVI. Poetas e chronicistas n’esse tempo. In: *História da Litteratura Brasileira*. Tomo Primeiro (1800-1830). 2 ed. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1902, p. 113

161

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: Seus fundamentos econômicos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1938.

162

CASTELO, José Aderaldo. “Notícias do Brasil”. *O Estado de São Paulo*, 13 ago. 1960, p. 4.

texto com um sentido pejorativo, afirma:

Acompanhando a obra de Gandavo, que é sobre o Brasil, e por isto de relativa repercussão no ambiente colonial, podemos apontá-lo como o primeiro exemplo português, oferecido às manifestações literárias do Brasil-Colônia, da poesia encomiástica que se tornará tão fértil e frequente entre nós, do século XVI ao XVIII. Quanto às intenções da obra em si, definidas no “Prólogo ao leitor” é a definição mesma dos próprios objetivos da literatura informativa do colonizador português sobre o Brasil [...].

[...] Distribuída em capítulos regulares, a matéria da obra é de natureza histórica, sobre as primeiras ocorrências e desenvolvimento da colonização, a partir da notícia do descobrimento, alargando-se logo mais em informações variadas, ao alcance da experiência do autor, sobre as condições de vida no Brasil-Colônia, a sua fertilidade e as suas riquezas naturais, a situação ou o estado do elemento indígena.

Segundo Castelo¹⁶³, a obra de Gandavo é organicamente elaborada e inserida no “espírito” dos cronistas portugueses quinhentistas, além de ser dotada de um acentuado caráter erudito. O crítico se refere à edição de Assis Cintra¹⁶⁴. Para o estudioso, a matéria da obra é de natureza histórica e versa sobre as primeiras ocorrências e desenvolvimento da colonização a partir da notícia do descobrimento, mostrando que o texto de Gandavo alarga-se em informações variadas ao alcance da experiência do autor sobre as condições de vida no Brasil Colônia, bem como sua fertilidade e as suas riquezas naturais, além da situação e do estado do indígena. Segundo Castelo, o texto gandaviano, dada a simplicidade de seu estilo, “sobressai muito mais a preocupação informativa do que o enaltecimento ou desprezo”¹⁶⁵.

Já Capistrano de Abreu¹⁶⁶ é um dos que mais se dedicou a Pero de Magalhães Gandavo. Identifica o autor como natural da cidade de Braga, descendente de flamengos e cujo nome corresponde a Gantois, morador ou filho de Gand. O crítico atesta que o autor bracarense residiu algum tempo no Brasil, porém não precisa a estadia. Reconhece-o como excelente latinista e humanista, bem como fundador de uma escola pública entre o Douro e o Minho, onde foi casado. Segundo o estudioso, Gandavo também era amigo de Camões.

Capistrano supõe que, devido às minúcias dos relatos acerca da capitania de São Vicente e Ilhéus, o autor possivelmente tenha residido em uma delas. Além disso, considera o

163

ASSIS Brasil. *A literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967. v. 1: Manifestações literárias da Era Colonial (1500-1808/1836), p. 35.

164

ASSIS Brasil. *Nossa primeira história*. Com 5 gravuras. São Paulo: Melhoramentos, 1922. Ela contém a História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil e a Carta de Pêro Vaz de Caminha

165

Idem. *Nossa primeira história*, op. cit., p. 36.

166

ABREU, J. Capistrano. *Ensaio e estudos: Crítica e história*. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Briguiet, 1932, pp. 297-304.

historiador que o nome *História* cai mal ao livro. Afirma que a obra gandaviana versa sobre o descobrimento da terra. Além disso, para Capistrano, Gandavo elenca o nome dos primeiros donatários, as primeiras explorações da costa e as feitorias: sua “história é antes natural que civil [...]”¹⁶⁷.

Para Capistrano de Abreu, o autor da *História da Província de Santa Cruz* pretende incentivar as pessoas sem recursos a povoarem a terra e sua obra é de inspiração utilitária. Contudo, mostra-nos um autor curioso e convicto que, por detrás das aparências, esconde mistérios que podem ou não ser revelados.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o Renascimento foi também marcado por autores que procuravam descrições que tendiam mais à imparcialidade, ou seja, relatos menos carregados de elementos míticos. Para o referido comentador, parece ser o caso de Gandavo:

A estrita obediência, neste ponto, a um esquema fixo e tradicional não impede Gandavo de mostrar-se, muitas vezes, observador imparcial e clarividente. Em escritos como os seus, que já puderam ser considerados uma espécie de “propaganda de imigração”, não falta mesmo algum dado mais próprio para afugentar do que para atrair forasteiros, como o que trata de um vento da terra, sumamente perigoso e doentio, que “se acerta ficar alguns dias, morre muita gente, assim portugueses como índios (Gandavo, *Tratado...*, p. 42) e, isso justamente na página onde se gaba a insigne bondade de uma região onde os velhos ganham vida longa e como que renovada.

Se for exato que ele se mostra por vezes fiel ao velho esquema das visões edênicas, a sua não deixa de ser, ainda assim, uma visão corrigida e muitas vezes atenuada até os limites do plausível. Nisto inscreve-se Gandavo numa tendência geral entre os cronistas e viajantes portugueses que descreveram o Brasil quinhentista. Se entre estes existe, de fato, algum pendor para ver concretizadas nas terras descobertas, sobretudo na Terra de Santa Cruz, as imagens sugeridas pela nostalgia do Paraíso, pode dizer-se que apenas a firme crença no bom temperamento dos ares que nelas se respiram, segundo testemunho de tantos viajantes, ares que, preservando os moradores de quaisquer enfermidades, os asseguram também contra a morte prematura, chegou a alcançar duradouro crédito.

É de notar que não entrava nisto qualquer sugestão de mistério ou magia, e mesmo os que se tinham por adversos àquilo a que chamavam lendas, abusões e ignorâncias dos antigos, admiravam por vezes sem reservas a pretensa imunidade a todas as doenças de que desfrutariam os moradores do Brasil.¹⁶⁸

Faoro afirma que Gandavo descreve a terra de uma maneira menos idealizada, tão peculiar aos lusitanos:

167

GANDAVO, Pero de Magalhães. “Introdução”. In: _____. *Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980, p. 15.

168

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 369.

A visão paradisíaca, criada pelo grupo dominante, filtrada da imaginação dos letrados, servia para calar os ódios guardados. Longe, em outros hemisférios, fora do caldeirão das cobiças, havia terras virgens, habitadas de bons selvagens, onde a vida se oferece sem suor, para Glória de Adão antes do pecado. Esta a imagem que desenha Pero Vaz de Caminha, em consonância com o quadro que seria o mesmo de Pero de Magalhães Gandavo, setenta anos depois pintado, de modo mais consciente, como o mesmo seria desde Montaigne, ainda no século XVI.¹⁶⁹

Sobre o autor de *História de Província de Santa Cruz*, José Dias¹⁷⁰ define o autor como um cronista alheio aos tratados de história natural do Quinhentismo:

A observação foi uma prática do conhecimento nos “ultramarinos” portugueses, estimulada pelo inédito dos ambientes e das coisas, antes de ser um dos pólos teóricos do método nos filósofos da Europa. O seu uso era corrente, mesmo entre homens sem especial formação científica ou sem vínculos com a pesquisa no campo da história natural. Assim o vemos, por exemplo, em Pero de Magalhães Gandavo.

Para Kothe¹⁷¹, autores como Pero Vaz de Caminha, Pero Gandavo, Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim e outros nunca pretenderam escrever ficção “[...] são textos que deveriam ser lidos e estudados nas aulas de história, não de literatura. O mais correto seria ignorá-los nos estudos literários, pois não formam o gosto”.

Para o estudioso, em Gandavo é o diferente que precisa ser contado, ou seja, o inusitado por meio de categorias não alheias ao leitor europeu do tempo. Afirmar ainda o referido comentador que os textos do autor não foram constituídos como parte integrante do sistema nacional literário, mas como parte integrante, funcional e informacional do reino português:

O cânone comete dupla violentação, ao transformá-lo em literatura e brasileiro. Sua integração no sistema literário brasileiro é uma violentação de seu sentido original, sob a aparência de recuperá-lo. Não é o referencial temático que insere um texto no sistema de uma literatura nacional. Mesmo o fato de autores de língua portuguesa terem no período colonial nascido dentro do território “brasileiro” não os torna automaticamente parte do sistema literário “nacional”, pois não havia uma nacionalidade própria, separada. O sistema da nação brasileira (mais uma ficção do que um fato) é uma invenção posterior, de meados do século XIX, para a qual foram

169

FAORO, Raymundo. “O Brasil até o Governo-Geral”. In: _____. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 115. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, v. 1).

170

DIAS, J. da SILVA. *Os descobrimentos da problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1973, p. 101.

171

KOTHE, Flavio. *O Cânone Colonial*. Brasília: Ed. da Unb, 1997, p. 254.

convocados defuntos ilustres.¹⁷²

O texto de Gandavo, segundo ele, também não pode ser incorporado ao sistema da literatura portuguesa pois, embora português, não é literatura. Se a literatura produzida no Brasil continuasse sendo parte da literatura portuguesa, “[...] provavelmente não seriam incorporados vários textos antiportugueses ou de ufanismo local destacados no sistema vigente”¹⁷³.

Segundo Kothe, no autor de *História da Província de Santa Cruz* a literatura tinha um objetivo muito aparente: a propaganda das coisas da terra, mas não no sentido de uma propaganda nacionalista como quer o cânone sob o gesto de tentar atrair outros portugueses; havia o sentimento de solidão e abandono: “[...] embora a sua perspectiva não seja brasileira, mas reinol, o contato com a natureza e a cultura da colônia já o levava a ver alternativas de vida”¹⁷⁴.

Já para Guilherme Luz, os textos de Gandavo devem ser lidos como pragmáticos e místicos, sem que se infira uma partilha natural entre essas duas esferas: místicos devido a sua ênfase no providencialismo da descoberta e visível nos sinais da vontade divina de lançar os portugueses à tarefa de condução dos seus habitantes ao corpo de Cristo; pragmáticos por reconhecerem a necessidade da ação do homem na coautoria dessa vontade de Deus que deve dispor de meios justos e prudentes para a realização da tarefa. Tanto o pragmatismo quanto o “misticismo” de Gandavo são apresentados na forma de uma escrita histórica retoricamente orientada para a demonstração de valores éticos, políticos e religiosos. Através dos exemplos da Terra de Santa Cruz, traz ainda em seus textos um juízo prudente acerca do próprio sentido do império português¹⁷⁵.

Para Francisco Adolfo de Varnhagen:

Um dos primeiros escritores que tratou das raças nativas do Brasil foi Magalhaes Gandavo. Sua história da Província de Sãcta Cruz traduzida do francês, esteve em modo entre os curiosos, suas declarações foram aceitas sem discussão e certamente, hoje, ele é referido entre os escritores estrangeiros como uma autoridade para ser relido com exatidão de suas informações sem que suas falhas de si mesmas atinjam resultados da mais atenta observação de outros viajantes ou sem cautela que a

172

KOTHE, Flavio, op. cit., p. 265.

173

Ibidem, p. 266.

174

Ibidem, p. 267.

175

LUZ, Guilherme Amaral. “Pero de Magalhães Gandavo e a ética ultramarina portuguesa na Terra de Santa Cruz”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 32-33, n. 67-90, jan./jul. - ago./dez. 2005, p. 23.

análise adicionou à experiência que deve aconselha-lá.¹⁷⁶

Em linhas gerais, a fortuna crítica sobre Gandavo o compreende a partir de um viés positivista, como um cronista que a serviço do Reino não faz mais nada do que uma “propaganda reinol”. Em nossa hipótese, Gandavo executa a dita “propaganda reinol”, mas a partir de uma outra perspectiva. Infelizmente a crítica literária releu os textos do autor por um ponto de vista inadequado, com isso, inevitavelmente, cometeu anacronismos ao tratar não somente esse autor mas os outros do período sob a rubrica de aventureiros e exploradores. Além disso, uma parte da crítica literária trata esse grande e variado corpus textual como “literatura de viagens”, o que em nossa hipótese é um equívoco, pois julgamos que os textos se executam em uma prática retoricamente regrada e estão inseridos em uma cultura escribal que é alheia e anterior à abordagem proposta pelos estudos de filologia romanticamente determinada. Portanto, estamos diante de um mundo que desconhece a cópia como plágio, em que a ideia de originalidade é inexistente e no qual a circulação de manuscritos era largamente difundida sem pejo algum.

Defendemos a tese de que o autor desenvolve retoricamente a “propaganda reinol” a partir de determinadas autoridades, entre elas, Cícero, Aristóteles, Quintiliano e o [anônimo] da *Retórica a Herênio*. Em nosso ponto de vista o ofício do historiador desde a Antiguidade greco-latina confundia-se muito com o do retor, logo, em nossa perspectiva, ao erigir uma “propaganda reinol”, Gandavo o faz dentro do gênero demonstrativo, responsável por se elogiar as coisas louváveis e vituperar as não elogiáveis:

Dada a causa, é preciso considerar seu gênero para que possamos fazer o exórdio com maior comodidade. Os gêneros de causa são quatro: honesto, torpe, dúbio e humilde. Considera-se honesta a causa quando ou defendemos aquilo que parece que deve ser defendido por todos, ou atacamos o que parece que deve ser atacado por todos, como, por exemplo, quando estamos a favor de um homem valoroso ou contra um parricida.¹⁷⁷

Ao construir seu texto de louvor e vitupério para mostrar as coisas bestiais e louváveis sobre o Brasil, julgamos que Gandavo ao construir seu texto e suas écfrases no gênero histórico proposto pela retórica na antiguidade o faz para mostrar a seu destinatário os benefícios de se morar na terra, assim como procura lhe demonstrar o que deve ser evitado na província de Santa Cruz. Para isso se vale, em nossa opinião, do gênero

176

Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 30, parte II, p. 26 e 37.

177

Cf. “Gêneros de Causa”. In: *RETÓRICA a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005, p. 57.

demonstrativo/epidítico. Além disso as partes da retórica, como invenção, disposição e elocução, são reatualizadas em um contexto providencialista, ibérico e pós-tridentino. Ou seja, Gandavo, um homem de corte, fala para a corte, ou seja, para os discretos a partir de lugares-comuns compartilhados pelos seus pares e como cronista reinol o faz no “gênero histórico”.

1.3 A Mesa Inquisitorial & a *História* de Gandavo

Em 1536, em Portugal foi criado o Santo Ofício da Inquisição e nesta data passa a vigorar a Carta Pontifícia de Leão X, de 1515, a partir da qual as obras deveriam passar por exame e autorização prévios à sua publicação sob pena de excomunhão. No entanto, apenas a partir de 22 de junho de 1539, com a nomeação do Inquisidor Geral, Cardeal Infante D. Henrique, a censura passou a existir de fato. A partir de 1540 era necessária a aprovação explícita do Santo Ofício em todos os livros editados em Portugal, indicando, inclusive, a censura prévia.

Portugal foi o único país europeu a aplicar totalmente o *Index*, ou seja, o Índice do Concílio de Trento, em 1564. Uma das normas prescrevia que as obras deveriam passar por aprovação episcopal, além das já em exercício pelo inquisidor local. Finalmente, em 4 de dezembro de 1576, foi promulgado um alvará de D. Sebastião, o qual determinava que toda obra deveria receber aprovação dos oficiais do Tribunal Superior da Justiça, o Desembargo do Paço. Dessa maneira, a partir de 1576 qualquer obra em Portugal passava a ser submetida a uma tríplice censura: a do Santo Ofício (a Inquisição central), a do Ordinário (o bispo local) e a do Desembargo do Paço (o poder do Rei). Dada a severidade e rigor da Inquisição portuguesa, “foi então preparado o mais importante Índice português das obras proibidas, o de 1581, que compreende um comentário das regras previstas pelo Concílio de Trento além de um elenco de advertências”¹⁷⁸.

Em relação à censura, devemos considerar que ela interfere muito no que se refere à variação textual, pois nessa época todo escrito necessitava de licença para ser publicado¹⁷⁹. Os manuscritos escapavam com mais constância ao controle da censura do que os impressos. A concessão da impressão – *Imprimatur* –, outorgada pelos agentes da Coroa, não se referia somente às impressões executadas em Portugal, mas também valia para obras impressas fora

178

SPAGGIARI, Barbara. “A censura na transmissão da obra de Luís de Camões”. In: SPAGGIARI, Barbara; PERUGGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 316.

179

CAYUELA, Anne. *Le Paratexte au Siècle d’Or: Prose romanesque, livres et lecteurs em Espagne au XVII^e siècle*. Genebra: Droz, 1996, pp. 15-52.

da Lusitânia, quando fossem de autoria de vassallos dos “reinos e senhorios de Portugal”¹⁸⁰.

Vejamos, por exemplo, o caso de *História da Província de Santa Cruz* de Gandavo:

APROVAÇAM

Li a presente obra de Pero de Magalhães, por mandado dos Senhores do Conselho geral da Inquiçiam, e nam tem cousa que seja contra nossa Santa Fee catholica, nem os bons costumes, antes muitas, muito pera ler, oje dez de Novembro de 1575. – Francisco de Gouvea.

Vista a informaçam pode-se imprimir, e torne o próprio com hum dos impressos a esta Mesa: e este despacho se imprimirá no principio do Livro com a dita informaçam. Em Evora a dez de Novembro. – Manoel Antunes Secretario do Conselho geral do Santo Officio da Inquiçiam o fez de 1575 anos. – Lião Anriques. – Manoel dos Coadros.

A adoção de edições de clássicos latinos e gregos *ad usum delphini* cristalizou-se entre os membros da Companhia de Jesus e, segundo as *Constituciones*, as obras que não pudessem ser expurgadas de “*cosas y palabras deshonestas*” por serem em demasia não deveriam ser lidas: “*Si del todo algunos no se pudiesen limpiar, como Terencio, antes no se lean; porque la cualidad de las cosas no ofenda la puridad de los animos*”¹⁸¹.

Afim de procedermos uma investigação mais atenta em nossa análise, é necessário investigarmos também a relação bibliográfico-textual, aliada ao uso das prescrições retoricamente regradas, bem como seus aspectos políticos e teológicos. Ou seja, entendemos que os textos se ordenavam segundo seus elementos retóricos e esses se atrelavam às questões políticas e teológicas. Julgamos relevante compreender se o discurso está dentro ou fora do ato que o produziu. A produção/enunciação e registro escrito podem não ser coetâneos¹⁸².

Os paratextos, ou seja, a parte introdutória do livro – o frontispício, as censuras do Estado e da Igreja (aprovações e licenças), as preliminares autorais (dedicatórias e prólogos) – contribuem para a construção da função de autor e significação do texto da obra que

180

ORDENAÇÕES Afonsinas. Reprodução fac-similada da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Livro V, Título CXVII; cf. também LOYOLA, San Ignacio de. *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca de Auctores Cristianos, 1952, p. 474; JUAN, J. Huarte de S. “La obra”. In: _____. *Examen de Ingenios para las Ciencias*. Madrid: Nacional, 1976, pp. 30-40; RIZER, Donald. “Self-Censorship and Textual Editing”. In: _____. *Textual Criticism and Literary Interpretation*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1985.

181

MOREIRA, Marcelo. *Crítica Textualis in Caelum Revocata?* Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2001, p. 513. Cf. *Constituciones*.

182

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: Língua, Instrução e Leitura”. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa, pp. 331-385.

precedem. Com exceção do prólogo ao leitor e das dedicatórias autorais, tratamos as demais preliminares, como faz Cayuela¹⁸³, como “discursos oficiais”: manifestações de controle político e teológico e, logo, também moral, sobre a produção impressa. Segundo Santos e Valle, para o Concílio de Trento os livros deveriam estar sujeitos ao consenso unânime dos padres para não ofenderem o verdadeiro sentido e interpretação das escrituras, pois a ninguém era lícito imprimir:

a ninguém é lícito imprimir, nem mandar imprimir Livros alguns de matérias sagradas sem nome do Autor, nem vendê-los daqui em diante; nem também tê-los em seu poder, sem serem primeiro examinados, e aprovados pelo Ordinário, sob pena de excomunhão [...]. E se forem Regulares (os Autores) além deste exame, e aprovação, estarão obrigados a impetrar também Licença dos seus Superiores, sendo por eles examinados os livros, na forma das suas Constituições.¹⁸⁴

As penas também se estendiam para os impressores, vendedores, possuidores e leitores da obra. A censura do Ordinário em Portugal e Espanha já era exercida antes do Concílio de Trento. A licença do Ordinário subordinava-se à petição do Conselho Geral da Inquisição. Assim como os clérigos deveriam ter a permissão dos superiores da Ordem, os súditos deveriam se subordinar à aprovação do rei, o que em Portugal se fazia pela censura do Paço: “[...] a aprovação do Santo Ofício apenas ratifica, aparentemente sem exame, a informação de que o livro não continha coisa que se pudesse considerar inimiga da santa Sé”¹⁸⁵.

A IV Sessão do Concílio de Trento determina que ninguém distorça a sagrada Escritura em benefício próprio, contra aquele sentido que abraça a Santa Madre Igreja a que pertence julgar o verdadeiro sentido e interpretação dela. Os que a isso se opuserem sejam pelos Ordinários declarados castigados e com penas estabelecidas por direito¹⁸⁶. A obra de Gandavo porta tal autorização. Em relação ao texto *História da Província de Santa Cruz*, elencamos tanto a aprovação da primeira edição como a da edição de 1980. Contudo, no manuscrito do Escorial não consta licença de impressão:

Vi a presente obra de Pero de Magalhães, por mandado dos senhores do Conselho geral da Inquisiçam, & nam tem cousa que seja contra nossa sancta Fee catholica,

183

CAYUELA, Anne, op. cit., p. 133

184

Cf. Sessão IV, do Concílio de Trento apud VALLE, Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza. “Introduções e notas”.

185

VALLE, Ricardo; SANTOS, Clara C., op. cit., p. 21.

186

Cf. Sessão IV, do Concílio de Trento apud VALLE, Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza, op. cit., pp. 59-61.

nem os bõs costumes, antes muitas, muito pera ler, oje dez de Nouembro de 1575.
Francisco de Gouvea¹⁸⁷

Li a presente obra de Pero de Magalhães, por mandado dos Senhores do Conselho geral da Inquiçã, e nam tem cousa que seja contra nossa Santa Fee catholica, nem os bons costumes, antes muitas, muito pera ler, oje dez de Novembro de 1575.
– Francisco de Gouvea.¹⁸⁸

Vista a informaçam podese imprimir, & torne o proprio cõ hum dos impressos a esta mesa: & este despacho se imprimirá no principio do livro com a dita informaçam. Em Evora a dez de Novembro: Manoel Antunez Secretario do Conselho geral do Sancto Officio da Inquiçã o fez de 1575 anos. – Lião Anriques. – Manoel dos Coadros¹⁸⁹.

A partir da segunda metade do século XVI, as aprovações do Ordinário, da Inquisição e do Paço atestavam a verdade da instrução que o livro continha segundo as leis católicas e do Império português. Havia tanto os livros úteis – os de Lei e os Sagrados –, quanto os de recreação – história ou poesia. Nesta categoria se incluíam os de histórias fingidas, que são os de cavalarias, *res ficta*, tendo como pares muitos gêneros da poesia, e de outro lado os de história verdadeira, como podem ser pensadas as crônicas, décadas e tratados da terra¹⁹⁰.

Somente a concordância entre as mesas (Ordinário, Inquisição e do Paço) conferia a autorização para a impressão e circulação do livro. Obviamente tal autorização se realizava a partir da averiguação qualitativa das obras pautadas segundo as prerrogativas do Concílio de Trento:

[...] esta verdade, e disciplina se contém em livros escritos, e sem escritos, nas Tradições, que recebidas pelos Apóstolos da boca de Cristo, ou ditadas pelo Espírito Santo, dos mesmos Apóstolos como de mão em mão chegaram até nos; seguindo o exemplo dos Padres Orthodoxos [...]; com ditadas pela boca de Cristo, ou pelo Espírito Santo, e por uma contínua sucessão, conservadas na Igreja Católica [...]¹⁹¹

Dos exemplares da *História da Província de Santa Cruz* de que se tem conhecimento, há os que possuem duas aprovações e os que têm três. Segundo Stetson, no caso de Gandavo, “o fato de a última aprovação não estar alinhada com o restante superior da página sugeriria que ela fora adicionada depois que o livro estava impresso. Não há outras diferenças

187

GANDAVO, Pero de Magalhães. *História...* ed. *princeps*, op. cit..

188

Idem. *Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz*, op. cit.

189

Idem. “APROVAÇAM”. In: _____. *História...* ed. *princeps*, op. cit.

190

Cf. LOBO apud VALLE Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza, op. cit.

191

Cf. Sessão IV, do Concílio de Trento apud VALLE, Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza, op. cit.

tipográficas”¹⁹². É uma hipótese aceitável, já que a censura do Desembargo do Paço fora estabelecida apenas em 1576, ano da publicação da obra.

Como a referida aprovação data de 4 de fevereiro de 1576 e o estabelecimento da censura do Desembargo do Paço ocorre, por lei, a partir de 4 de dezembro de 1576, é possível supor que na data de sua elaboração e despacho já se tinha encaminhado o processo da terceira censura e esta já se praticava informalmente, ou, então, a data pode ter sido inserida aleatoriamente após a lei, apenas para constar a licença.

A consulta às edições portuguesa e brasileira de 1858¹⁹³ nos aponta que a primeira apresenta cópia da folha de aprovação, no entanto, a última licença consta no ano de 1575, e não de 1576, como em sua edição príncipe. Anteriormente, mostramos que Silva¹⁹⁴ informara que a edição portuguesa se baseara num manuscrito que havia no extinto Convento de Jesus, do qual Stetson¹⁹⁵, por outro lado, afirma não haver nenhum vestígio.

O fato de a obra ter de passar por censura prévia implica, consequentemente, a escolha de determinados léxicos quando comparamos a primeira edição com o manuscrito escorialense. Assim, devido às condições de feitura do texto oferecidas pelo autor, ao preparar o texto para publicação, cremos que o autor pode ter alterado determinados trechos para adequar o texto à aprovação dos avaliadores da Inquisição, por exemplo: algumas informações precisas sobre o território brasileiro são omitidas dado o desinteresse da Coroa em divulgá-las, pois omitindo-as presumivelmente o autor estaria “conquistando” a aprovação do Desembargo do Paço.

As duas versões da *História da Província de Santa Cruz* (o manuscrito escorialense e a edição impressa em 1576) são muito similares, mas algumas diferenças dizem muito sobre o processo de aperfeiçoamento e sobre as modificações que seu autor julgou necessárias para a publicação da obra. Além das atualizações linguísticas, há a introdução de um novo capítulo (sobre o modo de vida dos colonos) e o segundo capítulo ganha, na edição impressa, um novo título e uma nova redação.

De acordo com a política de segredo vigente, o capítulo 2 do manuscrito, que tem como título “Em que se descreve o sítio, demarcação e qualidades desta província”, passa a se chamar, na versão publicada, “Em que se descreve o sítio e qualidades desta província”.

192

STETSON JR., op. cit., p. 38.

193

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Voyages, Relations et Memóries...*, op. cit.

194

SILVA, Innocencio Francisco da, op. cit., 1862.

195

STETSON JR., op. cit.

Segundo Hue¹⁹⁶, a “demarcação” da nova terra (um longo trecho presente no manuscrito e não incluído na última versão) mostrava-se matéria não adequada a um livro impresso, e na versão impressa não temos, como indica o novo título, as informações relativas à demarcação das fronteiras que era matéria de disputa entre as duas Coroas ibéricas. Seria uma inteligente alteração tendo em vista a aprovação do livro pela censura do Paço real. No manuscrito escorialense da *História da Província*, copiado antes de 1573, encontramos a seguinte redação:

Cap. II. Em que se descreve o sitio, demarcação, & qualidades desta província.

O princípio desta província sancta Cruz dista dous graus da equinocial pera a banda do sul, a que chamão polo antártico. Tem por linha direita de norte a sul em mayór distancia quarenta e cinco graos, e fica situada vinte e tres e meyo debaixo da zona tórrida, e os mais que restão debaixo da temperada. Sua medida de levante a ponente não he em todas as partes ãa, por causa de estar formada á maneira de ãa arpa, de modo que em principio tem dezoito graos: e dahi pera o sul de cada vez se vay mais estreitando, até ficar em ãa po[n]ta aguda, que procede de ãa linha meridional, que está trezentas e setenta e cinco legoas a soeste de sancto Antão ilha das do cabo verde. Aqual tocando a América (que he ãa das quatro partes do mundo onde cae esta província, cujo nome se derivou de Americo Vespucio seu descobridor) a costa na forma já dita, mostrando a Raya e lemite por onde partem os Reis de Portugal e Castella. Pela banda do norte, corre sua costa leste o este, e está olhando directamente a equinocial. E pela do sul acaba dez graos até daquelle espantoso rio da Prata: o qual entra no oceano com quarenta legoas de boca: e he tão o impitu de agoa doce que traz de todas as vertentes do Perú, que os navegantes primeiro no mar bebem suas agoas que veção a terra donde este bem lhes procede. Pela banda de leste, corre sua costa desde seis graos até vinte e tres quasi nórt e sul. E desta altura que he o cabo frio, torna a costa directamente a soeste até o rio de Janeiro. E dahi corre nornordeste e sussudueste, até a boca do mesmo rio da prata. E a mais distancia dos graos que avãte restão, se corre quase ao sudueste ate chegar a Raya, onde por costa faz fim como já disse. Esta província por toda esta parte cõfina com o mar oceano, e olha directamente os Reinos de Congo e Angola até o cabo de boa esperança que he o seu opposito. E pela de soeste confina com as altíssimas serras dos Andes e fraldas do Perú¹⁹⁷: as quais são tão soberbas encima da terra, que se diz terem as aves trabalho em as passar. E até hoje um só caminho lhe acharam os homens vindo do Peru a esta província: é este tão agro, que em o passar perecem águas pessoas, caindo do estreito caminho que trazem, e vão parar os corpos mortas tam longe dos vivos, que nunca os mais vem, nem podem ainda que queiram darlhes sepultura.¹⁹⁸

Na *História da Província* impressa em 1576, encontramos a seguinte redação (grifo de

196

HUE, Sheila Moura. “Em busca do cânone perdido”, op. cit.

197

Grifo de Hue.

198

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia....* ed. *princeps*, op. cit.

Hue):

CAPÍTULO 2

Em que se descreve o sítio e qualidade desta província

Esta provincia Santa Cruz està situada naquella grande America, uma das quatro partes do mundo. Dista o seu principio dous graos da equinocial para a banda do Sul, e dahi se vai estendendo para o mesmo sul até quarenta e cinco graos. De maneira que parte della fica situada debaixo da Zona torrida e parte debaixo da temperada. Està formada esta Provincia á maneira de hũa harpa, cuja costa pela banda do Norte corre do Oriente ao Ocidente e está olhando diretamente a Equinocial; e pela do Sul confina com outras Provincias da mesma America povoada e possuidas de povo gentílico, com que ainda nam temos communicaçam. E pela do Oriente confina com o mar Oceano Africo, e olha diretamente os Reinos de Congo e Angola até o Cabo de Boa Esperança, que he o seu opposito. E pela do Occidente confina com as altissimas serras dos Andes e fraldas do Perú¹⁹⁹ as quaes sam tam soberbas encima da terra que se diz terem as aves trabalho em as passar. E até hoje hum só caminho lhe acharão os homens vindos do Perú a esta Provincia, e este tam agro que em o passar perecem algumas pessoas cahindo do estreito caminho que trazem, e vam parar os corpos mortos tam longe dos vivos que nunca os mais vem, nem podem ainda que queirão dar-lhes sepultura.²⁰⁰

Como é notório através da comparação das duas versões, a longa e detalhada “demarcação” da província do manuscrito escorialense dá lugar a uma sumária “demarcação” na versão impressa em 1576. Quando aprontou o texto para o prelo, o [pseudo] Gandavo retirou trechos que não era conveniente divulgar e que eram de conhecimento da Coroa espanhola através do manuscrito contrabandeado por Gesio. Para o autor é inevitável o cometimento de deslizos no ato de compor/copiar extensos manuscritos ou sequência de textos curtos, contudo a clareza no ato de copiar não deve ser ofuscada pelo rebuscamento caligráfico desmedido para o escriba denunciar seu talento, como expressão pessoal; contudo, a clareza também não deve prescindir do ornamento (*ornatus*). A caligrafia funcional deve atuar como um médium literário decorosamente regrado: segundo Moreira²⁰¹, um *gentleman* inglês desenvolvia seu traçado diferentemente daquele que não o fosse; o traçado caligráfico era traço distintivo de decoro. Segundo Moreira, no século XVII – supomos que também no XVI –, o ato de leitura engloba não somente a mensagem de natureza linguística, mas também se codifica o engenho do copista; para o estudioso, o olho não se dissocia do juízo. Para

199

Grifo de Hue.

200

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia da provincia Sancta Cruz, a que vulgar mente...*, Manuscrito do Escorial, op. cit.

201

MOREIRA, Marcelo. *Crítica Textualis in Caelum Revocata?* Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra.

Lefbvre²⁰², os copistas estavam subordinados a uma regulamentação universitária e corporativa e, além disso, colocados sob a autoridade dos chefes e dos conselhos das universidades. O tipo de caráter utilizado em um determinado local permitia situar um manuscrito à primeira vista. Para cada categoria de obra, um determinado *ethos* do copista: por exemplo, para o clérigo ou para o universitário, livros de Escolástica ou de Direito Canônico impressos em letras de Soma; para o leigo, obras narrativas escritas geralmente em língua vulgar e impressos em caracteres bastardos. O autor, diante da encomenda de um texto já aprovado por um mecenas, podia, a partir de um exemplar pessoal, requerer a cópia a um copista que seria pago, tornando-se dessa maneira editor de seu próprio texto.

1.4 Sobre as dedicatórias

A primeira versão manuscrita é dedicada a Dona Catarina de Áustria, que se casou com o rei D. João III em 1525, que reinou entre 1521 e 1557. Após a morte deste, assumiu D. Sebastião (de 1557 a 1578), neto de D. Catarina, que assumiu a regência do reino entre 1557 e 1562. Dom Henrique, segundo homenageado no manuscrito 2, foi sucessor de Dom Sebastião e reinou entre 1578 e 1580.

Dom Lionis Pereira, homenageado na terceira versão manuscrita e também na edição príncipe, não pertencia à família real. Fora governador de Málaga e lutou contra o sultão de Achem, sendo o principal herói da defesa do território. A elaboração da obra se deu, portanto, durante o reinado de Dom Sebastião.

No século XVI, aqueles autores que receberam títulos de nobreza os conseguiram por meio do beneplácito papal e da insígnia da Ordem dos cavaleiros. No século XVII, tais condecorações não eram privilégio só dos italianos, mas também das cortes holandesas e flamengas.

Para Menandro²⁰³, sempre que se relatarem as virtudes de si ou de outrem há de ser feito um proêmio para que não pareça insignificante e de importância menor aquilo que se dirá. Através de uma epístola, Gandavo dirige-se ao mesmo senhor Dom Lionis Pereira de maneira a se valer de uma *captatio benevolentiae* em que demonstra sua intenção de redigir uma breve e concisa história que trará frutos ao reino. “Aos pobres remediará e a Deus

202

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri Jean. *O aparecimento do livro*. Trad. de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1992.

203

MENANDRO, El Rétor. *Dos tratados de retórica epidítica*. Madrid: Gredos, 1996.

agradará”:

Este pequeno serviço (muito illustre senhor) que offereço a V.M. das premicias de meu fraco entendimento, poderá nalgúa maneira conhecer os desejos que tenho de pagar com minha possibilidade algua parte do muito que se deve á inclita fama de vosso heroyco nome. E isto assi pelo merecimeto do nobilissimo sangue & clara progenie donde traz sua origem, como pelos tropheos das grandes victorias, & casos bem afortunados que hão succedido nessas partes do Oriente em que Deos o quis fauorecer com tão larga mão, que nam cuido ser toda minha vida bastante pera satisfazer á menor parte de seus louvores.²⁰⁴

Neste pequeno serviço, muito illustre Senhor, que offereço a V.M. das primicias de meu fraco entendimento poderá nalguma maneira conhecer os desejos que tenho de pagar com minha possibilidade alguma parte do muito que se deve a inclita fama do vosso heroico nome. E isto assi pelo merecimento do nobilissimo sangue e clara progenie donde tras sua origem, como pelos trophéos das grandes victorias e casos bem afortunados que lhe hão succedido nestas partes do Oriente em que Deus o quis favorecer com tão larga mão, que nam cuido de ser toda minha vida bastante pera satisfazer à menor parte dos seus louvores.²⁰⁵

Pero de Magalhães de Gandavo, em seu prólogo, coloca em evidência qual a finalidade de sua história. Seu prólogo nos evidencia o motivo dessa escrita: passados setenta anos da descoberta do Brasil, ainda não havia sido feita uma história sobre a terra, talvez pelo pouco caso com que os lusitanos a trataram ou pela falta de engenho das pessoas da terra. Gandavo logo no início se utiliza da *captatio benevolentiae*, mostrando-nos a morosidade em se escrever sobre a terra e que tal história até então não havia sido escrita; dessa maneira, seria a *História da Província de Santa Cruz* por ele composta, ainda que não tivesse uma escrita copiosa como outros homens de engenho:

A Causa principal que me obrigou a lançar mão da presente historia, & sair com ella a luz, foy por nam aver ategora pessoa que a emprendesse, avendo ja setenta & tantos annos que esta provincia he descuberta. A qual historia creyo que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portuguezes fizeram sempre da mesma provincia, que por faltarem na terra pessoas de ingenho & curiosas que per melhor estilo & mais copiosamente que eu as escrevessem.²⁰⁶

Tal qual João de Barros, Gandavo compartilha da ideia que a história é mestra da vida e vida da memória, e que a memória é uma semelhança da imortalidade que deve ser desejada

204

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Ao Muito Illustre Senhor Dom Lionis Pereira. Epístola de Pero de Magalhães”. In: *História...* ed. *princeps*, op. cit.

205

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Introdução”. In: _____. *Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 75.

206

Idem. “Prologo ao Lector”. In: _____. *Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 76.

por todos. Tinham os gregos e romanos todos os outros povos por bárbaros e, segundo Gandavo, este nome lhes era justo, pois eles eram tão pouco solícitos e cobiçosos de honra que por sua culpa deixavam morrer a perpetuidade da memória.

Aristóteles nos mostra, em *Tratados Breves de História Natural*, mais especificamente em “Acerca da Memória e da Reminiscência”²⁰⁷, que as pessoas que têm boa memória são as mesmas que têm facilidade para rememorar; todavia, afirma-nos que em relação ao presente não há memória e sim percepção. Ele afirma que a memória se dá com algo já ocorrido, ou seja, ninguém poderá dizer que se recorda do presente, estando no presente. Sempre que alguém exercita a faculdade de recordar, algo em seu interior diz aquilo que anteriormente ouviu ou pensou. Portanto, a memória, segundo Aristóteles, não é uma sensação, tampouco um juízo, e sim um estado de afeto capaz de perdurar no tempo até realizar-se como recordação. Não há memória repentina, de uma hora para outra. Em suma, no tempo presente há uma sensação; em relação ao futuro, o que existe é uma expectativa; no tocante ao passado, simplesmente recordamos. Sendo assim, toda recordação implica um lapso temporal.

O Estagirita, além disso, afirma que a imagem é uma afecção de sentido comum²⁰⁸. Desta forma, a memória circunscreve-se no campo semântico do entendimento (*toû noû mén*). Segundo Aristóteles, sempre que alguém exerce a faculdade da memória, percebe o que tem visto, ouvido ou aprendido. Dessa maneira, as coisas recordáveis são aquelas suscetíveis de ser imaginadas. É possível pensarmos que o afeto sobre a coisa é presente, ainda que o objeto seja ausente; nesta perspectiva, pode-se recordar algo que não é presente.

Uma determinada imagem pode suscitar a recordação de outra coisa vista ou ouvida; quando isso ocorre, a imagem deixa de existir em si e passa a ser considerada como ponto de partida para tratar ou recordar o que ela suscitou. Mostra-nos Aristóteles que os exercícios conservam a memória porque trazem algo dela à baila uma ou outra vez. Por outro lado, a recordação não se produz até que um tempo não tenha ocorrido, pois, no momento da enunciação, recorda-se o que se viu anteriormente. O que agora se experimenta em um tempo presente não é passível de recordação.

Já na memória artificial, segundo Hansen²⁰⁹, as coisas não são empíricas – ou seja,

207

ARISTÓTELES. *Tratados Breves de Historia Natural*. Intro., trad. e notas por Ernesto La Croce e Alberto Bernabé Pajares. Madrid: Gredos, 1987, p. 233. (Biblioteca Clásica Gredos, v. 107).

208

Cf. ARISTÓTELES. “Acerca del Alma” 418a17, 425a14; “Acerca de la sensación y de lo sensible” 437 a8-9; “Acerca del sueño y de la vigília” 454a23. In: _____. *Tratados Breves de Historia Natural*, op. cit.

209

HANSEN, J. A. “Lugar-comum” In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando. *Retórica*. São Paulo: IEB-USP; Annablume, 2012, p. 162.

algo estabelecido de um conhecimento prático –, mas *topoi*, lugares retóricos e lugares dialéticos. As palavras que se deseja lembrar recebem a forma de imagens (*eikona/eidola*), dispostas em determinada ordem e arranjadas em específicos lugares espaciais como em um edifício imaginário. O estudioso afirma ainda que nas versões latinas dessa arte, os *loci* – lugares-comuns –, têm a forma de *imagines* ou *effigies* que ocupam os *loca*, lugares espaciais, como um edifício, uma casa ou um palácio imaginário²¹⁰.

Segundo Hansen²¹¹, a percepção das imagens pela memória funciona como percepção de sensações desprovidas de matéria, ou seja, nenhuma memória restitui a matéria do passado. O que não existe no passado é justamente o próprio passado, por exemplo, seu tempo está extinto e seu espaço se arruinou. Falando de outro modo, a memória é necessariamente só a imagem do que não é mais. Em realidade, produzimos imagens de uma presença que se ausentou: por exemplo, somente nos é permitido lembrar dos mortos quando associamos aos seus nomes os lugares físicos que seus corpos ocupavam em determinada circunstância.

Assim, os nomes funcionam como uma ordem de imagens que, na ausência dos corpos, inventam a presença deles como o parecer luminoso de um fantasma. No caso de Gandavo, a memória perpetua-se a partir da escritura que imortaliza a memória, ou seja, a escritura é vida da memória e a memória assemelha-se à imortalidade, logo, a partir da ativação artificiosa de sua *ars memorativa*, o autor presentifica todo um repertório de autoridades que servirá de exemplo – *exemplum* – para a composição elocutiva de sua *História*:

Daqui vinha aos Gregos & Romanos averem todas as outras nações por barbaras, & na verdade cõ rezã lhes podiã dar este nome, pois eram tam pouco folicitos & cobiçofos de honra que por sua mesma culpa deixavão morrer aquellas coufas que lhes podiam dar nome y fazelos immortaes. Como pois a efcritura feja vida da memoria, & a memoria hua femelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que della nos cabe [...].²¹²

De maneira parecida, João de Barros reflete sobre a *ars memorativa* e sua relação com a sua perpetuidade através da escritura: “E péro que aquela região de idolatria coma o seu corpo, pois por honra de sua pátria em os fins da terra pôs aquele padrão de seus descobrimentos, não comerá a memória de sua sepultura, enquanto esta nossa escrita

210

Cf. CHIAPPETTA, Angélica. “Uma arte da memória do século XVII”. In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando. *Retórica*, op. cit., pp. 63-93.

211

HANSEN, J. A, “Lugar-comum”, op. cit., p. 163.

212

GANDAVO, Pero de Magalhães. “Prologo”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit, p. 76.

durar”²¹³.

Além de João de Barros, Pero de Magalhães nos diz que fez uma breve história cujo ornamento não fora procurado em epítetos esquisitos, tampouco buscou sua escritura na formosura de vocábulos usados pelos oradores que costumam deles se utilizar por artifício de palavras:

“[...] quis movido destas razões, fazer esta breve história, pera cujo ornamento nam busquey epitetos exquisites, nem outra fermosura de vocabulos de q os eloquentes oradores costumão vsar pera com artifício de palavras engrandecerem suas obras”²¹⁴.

Ele revela que procurou escrever seu texto em um estilo fácil e chão, conveniente a seu fraco engenho, e nada mais anseia do que “agradar” àqueles que desejam ter notícia da terra. Após essa breve *captatio benevolentiae*, insere o seu destinatário no *genus humile*, dotado de pouco ornato à medida que anseia o ensinamento, o *docere*²¹⁵. Gandavo pede desculpas a seu leitor pela falta de zelo que pode haver em seu texto que indistintamente será notado pelos discretos e idiotas maldizentes:

Somente procurey escrever esta na verdade, per hum estilo facil & chão, como meu fraco ingenho me ajudou, desejoso de agradar a todos os que della quiserem ter noticia. Pelo que devo fer desculpado das faltas que aqui me podem notar: digo dos discretos, quem com tam zelo o costumão fazer, que dos idiotas & maldizentes bem sey que nam hey descapar, pois está certo nam perdoarem a ninguem.²¹⁶

Notamos em Gandavo um discurso pedestre e modesto de cunho didático. Julgamos que a clareza e brevidade são os pontos centrais da elocução do texto gandaviano e de seus contemporâneos na composição do estilo histórico ou, como diziam os cronistas, da *doutrina storyal*. Para Aristóteles:

[...] quanto mais concisos de forma mais contrastante forem expressos [estilos], tanto maior reputação obterão. A razão é que a aprendizagem através da oposição é maior, e mais rápida através da concisão. É forçoso prestar atenção a que a expressão seja sempre correctamente aplicada em relação àquele de quem se fala, e

213

BARROS, João de. “LVI, Cap. II – Do que Simão de Andrade fêz enquanto esteve no pôrto de Tamou da China, por onde houve causa do alevantamento daquelas partes contra nós; e dos males que os nossos passavam neste tempo, e depois que Duarte Coelho pelejou com os capitães dos chins”. In: _____. *Ásia: Dos feitos...*, v. 3, op. cit., p. 309.

214

GANDAVO, Pero de Magalhães. “Prologo”, In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 76.

215

LAUSBERG, H. “Genera Elocutionis (465-469)”. In: _____. *Elementos de retórica literaria*. 5ª ed. Trad. de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Edições 70, p. 271.

216

BARROS, João de. “Prologo”, op. cit., p. 77.

se o que se diz é verdadeiro e não superficial. Pois é possível possuir estas qualidades separadamente [...].²¹⁷

O Estagirita também preceitua que o discurso seja claro e apropriado, ou seja, caso a enunciação seja prolixa, ela maculará a clareza; logo, a virtude do discurso poderá ser comprometida. Aristóteles, além disso, recomenda que o estilo médio é o mais ajustado e será tanto mais agradável quanto mais o estilo adequar-se à matéria narrada; por consequência, sua conveniência é pautada no seu decoro, que é regulado pelo *ethos* do orador. De outra forma, poderíamos dizer que não cabe a um poeta falar como um historiador ou vice-versa; a expressão deve ser conveniente tanto à causa quanto ao gênero em exercício e o estilo funciona como um dispositivo que modula o gênero em questão.²¹⁸

217

Cf. ARISTÓTELES. *Retórica*, op. cit., Livro III, parágrafo 1412a, p. 200.

218

Ibidem.

2 A INVENÇÃO

Interessa-nos aqui ressaltar que os textos de Gandavo – *Tratado da Terra do Brasil*, *Tratado da Província do Brasil* e *História da Província de Santa Cruz* – mencionam em seus respectivos prólogos um curioso e discreto leitor. Se uma obra é útil é porque ensina e deleita; ensinar e deleitar também são estratégias retóricas utilizadas pelos escritores para aprovar suas obras, pois a utilidade de uma obra também garante sua aprovação.

O curioso leitor deve ser satisfeito de maneira que nada lhe falte na exposição da matéria narrada; para isso, o historiador deve ter variedade elocutiva em sua narração. As dedicatórias dos textos de Gandavo – *Tratado da Província do Brasil*, *Tratado da Terra do Brasil* e *História da Província de Santa Cruz* – talvez possam ser lidas a partir do dispositivo retórico da captação da benevolência – *captatio benevolentiae* – encaminhado ao destinatário a partir de uma *sermocinatio*²¹⁹ proferida por um vassalo que preza o engenho e para quem o exercício das letras não é menos importante que o das armas.

No caso de *História da Província de Santa Cruz*, o homenageado, Lionis Pereira, não representa somente a si mesmo como pessoa, mas as autoridades administrativas do Império Ultramarino como um todo. Esse texto apresenta os modelos de virtude que compõem o “móvel superior” dos grandes feitos, associados, por sua vez, aos sucessos militares e às ações bélicas que fazem parte da manutenção e ampliação dos domínios ultramarinos. Para Valle²²⁰, nesse texto de Gandavo, tendo em vista os mecanismos da imensa hierarquia do império português, o autor demonstra a utilidade de seu discurso colocando-o a serviço do necessário encorajamento às carreiras militares, jurídicas, fiscais etc. na costa do Brasil, ainda designado Província de Santa Cruz.

Dirige-se, portanto, à gente de carreira, isto é, gente minimamente remediada para as instituições civis, educadas para o preenchimento de funções direta ou indiretamente administrativas na povoação e defesa dos novos domínios do reino, conforme o caso, mas acometida por toda sorte de infortúnio. Antonio de Guevara, grande autoridade letrada no Império Habsburgo no século XVI, avisava dos perigos da corte quando se dirigia a homens dignos de alguma distinção, mas também aos empobrecidos por má-fortuna. Desse modo,

219

LAUSBERG, H., op. cit., p. 254: “432. O afastamento do orador de si próprio (431) consiste na *sermocinatio* (*ethopeia*) por meio do qual o orador coloca o seu discurso, muito embora seja ele próprio a falar, na boca de outra pessoa, e isto, no discurso directo e imita, neste caso a maneira de falar característica daquela pessoa (daí chamar-se *etopeia*)”.

220

VALLE, Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza. “Introduções e notas”, op. cit., pp. 9-38, 2008.

recomendava os benefícios da recolha à província.

As diferenças entre os argumentos do elogio da aldeia de Guevara e da recomendação feita nos exórdios dos breves tratados históricos da terra de Gandavo são proporcionais ao assunto e finalidade de cada livro. Em ambos os casos se recomenda o afastamento da corte como um caminho difícil, mas seguro, para o exercício das boas virtudes cristãs ou dos úteis serviços da fidelidade monárquica com promessas de prêmios nesta ou em outra vida.

Preenchendo o lugar retórico da captação da benevolência – *captatio benevolentiae* – defesa e encarecimento da matéria tratada, a recomendação de Gandavo, ainda que tenha significação política de “propaganda imigratória”, pode ser lida com um fim providencialista marcado por uma ação política expansionista e não apenas como um libelo à imigração:

Minha tenção não foi outra neste summario (discreto e curioso lector) senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundancia da terra do Brasil para que esta fama venha a noticia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhe-la para seu remedio; porque a mesma terra he tam natural e favoravel aos Estranhos que a todos agazalha e convida como remedio por pobres e desemparados que seão.²²¹

Os leitores, principalmente os discretos, dos séculos XVI e XVII compartilham dos mesmos preceitos retóricos, eclesiásticos e morais do autor. Assim, o leitor sabe o que vai encontrar nos discursos coloniais no que se refere ao tema e ao modo como este é narrado. Nos textos analisados de Gandavo, definiremos o núcleo central da matéria tratada como o “*das cousas notáveis da terra*”, ou seja, das coisas memoráveis, célebres, como atesta Bluteau²²².

Para Cícero, cada ocasião demanda tipos de causas e argumentos distintos, e cabe ao orador a investigação dos argumentos adequados aos diferentes tipos de causas a fim de investigar seu estado da questão – *status qualitatis*²²³. Para o Arpinatense, aos argumentos específicos das causas individuais se antepõem os lugares próprios de todo tipo de questões²²⁴.

Segundo Cícero, são cinco tipos de causa: digna, extraordinária, insignificante, dolosa

221

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prólogo ao Lector”. In: _____. *Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz*, op. cit.

222

BLUTEAU, R. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...*, op. cit., v. 5, p. 414.

223

CÍCERO. *La Invención Retórica*. I, 9, 12. Madrid: Gredos, 1997, p. 100. (Biblioteca Clássica Gredos, v. 245).

224

Idem. “De Oratore”. II, 117. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção ...*, op. cit., p. 216.

e obscura (*honestum, admirable, humile, anceps et obscurum*). A causa é digna quando, desde o princípio, antes de tomar a palavra, o ânimo do ouvinte se mostra favorável a nossa causa; extraordinária quando o ânimo dos que vão nos escutar está contra a nossa; insignificantes são aquelas que os ouvintes desprezam e não consideram dignas de grande atenção; duvidosa quando o ponto a julgar é incerto ou a causa, que é em parte digna e em parte desonrosa, suscita vez ou outra simpatia ou hostilidade; obscura quando a causa está por cima da inteligência dos ouvintes ou comporta circunstâncias difíceis de compreender²²⁵. Já o Anônimo define os tipos de causas como gêneros de causas e assim nos mostra:

Dada a causa, é preciso considerar seu gênero para que possamos fazer o exórdio com maior comodidade. Os gêneros de causa são quatro: honesto, torpe, dúbio e humilde. Considera-se honesta a causa quando ou defendemos aquilo que parece que deve ser defendido por todos, ou atacamos o que parece que deve ser atacado por todos, como, por exemplo, quando estamos a favor de um homem valoroso ou contra um parricida. Entende-se que a causa é torpe quando ou combatemos algo honesto, ou defendemos algo torpe. O gênero é dúbio quando a causa tem em si um parte honesta e outra torpe. É humilde quando diz respeito à matéria desprezada.²²⁶

Para Quintiliano²²⁷, estado de causa é o ponto cardeal que o juiz deve tomar por base para informar se a coisa é o que é e como é, contudo, antes deve haver um “sujeito” na questão, porque não podemos ver o que é tampouco como algo é se não existir um indivíduo. Mas, caso não saibamos o que é a coisa, ainda que estejamos certos de sua existência, resta, todavia, indagar acerca de suas qualidades. Identificadas essas premissas, faremos com que os ouvintes estejam atentos se mostrarmos que os assuntos que trataremos são importantes, novidadeiros ou incríveis ou que afetam todos os cidadãos, ouvintes, alguns homens ilustres, deuses imortais ou interesses gerais do Estado. Além disso, devemos atentar à brevidade na exposição da causa, dando a conhecer o ponto a ser julgado como único ou variado. Procurar-se-á fazer com que os ouvintes se mostrem interessados pela causa se ela for exposta com clareza a partir de uma breve exposição, ou seja, é importante elucidar em que consiste a controvérsia, haja vista que para despertar o interesse do destinatário deve-se lograr sua atenção.

Segundo o retor²²⁸, uma mesma causa pode ter várias questões e portanto vários *status*.

225

CÍCERO. “De Inventione”. I,18. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção ...*, op. cit., p. 112.

226

RETÓRICA a Herênio, op. cit., p. 57.

227

QUINTILIANO. *Institutiones Oratoriae*, op. cit., p. 149.

228

Simplex é a causa que mostra uma única coisa unida por várias questões que orbitam em torno dela. Para o retor, cada questão dessas causas origina diferentes *status*, que podem ser do mesmo tipo ou distintos, mas sempre em um mesmo plano, nunca uns subordinados aos outros. A causa simples teria uma questão somente dotada de um só *status principalis*, uma só decisão – *iudicatio* –, que poderia ser defendida pelo acusado de várias maneiras e conter outras questões menos importantes, constituindo a essência da causa denominada de *status incidente*.

Para Cícero²²⁹, é simples aquela causa que resolve um questão complexa. Por exemplo, diz-nos “Devemos declarar guerra a Corinto ou não?”. Uma causa complexa, segundo ele, consta várias questões e nela se respondem várias perguntas. Por exemplo: “Devemos destruir Cartago, devolvê-la aos Cartagineses ou estabelecer ali uma colônia?”. A causa implica uma comparação quando se confrontam diferentes ações para decidir qual é preferível ou qual delas é o melhor. Em segundo lugar é preciso atentarmos que a questão nasce da contraposição entre duas teses, por exemplo: *Teria direito de fazer algo? Não teria direito de fazer algo?*. O conflito entre as teses, portanto, é o que determina o estado da questão, ou seja, o *status quaestionis*. Segundo Cícero, dele surge o que chamamos *questão*.

A justificativa é aquilo sobre o que se baseia a causa; se a suprimirmos não existiriam motivos para sua discussão²³⁰. Uma causa obtém credibilidade, autoridade e solidez por meio da argumentação. Essa parte tem regras precisas que classificaremos segundo os diferentes tipos de causas²³¹. Segundo o retor²³², o estado da questão nasce da situação de luta encampada na confrontação das partes em litígio e se distingue de quatro formas: *coniecturae*, *finitionis*, *qualitatis* e *translationis*. O *status coniecturae* tem a missão de comprovar se o feito foi cometido ou não; o *status finitionis* tem por objetivo dar a denominação apropriada e legal ao estado de causa; o *status qualitatis* indaga se o ato que se cometeu foi ou não conforme o direito (*iure/non iure*). Já em *Partições oratórias*, Cícero mostra que a causa é dividida segundo o tipo de auditório:

Ibidem, III,6,7.

229

CÍCERO. “De Inventione”. I,18. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção ...*, p. 108.

230

CÍCERO. “De Inventione”. I,18. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção...*, op. cit., p. 108.

231

Sobre os *loci argumentorum* na teoria retórica: cf. LAUSBERG, op. cit., pp. 348-430; RIPOSATI, *Problemi*, pp. 748 ss; GRIMALDI, W. “The Aristotelian Topics”, *Traditio* 14 (1958), 1-16, y “Studies in the Philosophy of Aristotle’s “Rhetoric”, Wiesbaden, 1972, págs 155 ss; M.C Leff “The Topics of Argumentative Invention in Latin Rhetorical Theory from Cicero to Boethius”, *Rhetorica* I (1983), 23-44

232

CÍCERO. “De Inventione” I, 86. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção...*, op. cit.

Pois, ou o ouvinte é do tipo que apenas ouve, ou é o juiz, isto é, o moderador da causa e da sentença, de modo que seja encantado aquele que apenas ouve ou o outro estabeleça algo. [...] Assim, três são os gêneros: o do julgamento, o da deliberação e o da ornamentação, o qual, por aplicar-se acima de tudo no elogios, tem já a partir do elogio seu nome particular.²³³

Cabe ao orador, estabelecidas as causas e seus fundamentos²³⁴, justificar o argumento mais sólido para defesa, centrando-se no ponto a ser julgado. Em nossa leitura, a matéria tratada nos textos *Tratado da Terra do Brasil*, *Tratado da Província do Brasil* e *História da Província de Santa Cruz* de Gandavo é de cunho demonstrativo e deliberativo, haja vista que os textos se propõem a aconselhar um “discreto e curioso leitor”, em uma ação externa futura (a imigração de pobres à colônia americana), a partir de uma ação colonizadora que redunde na expansão da Coroa portuguesa em mais um de seus domínios ultramarinos. Além disso, os textos apresentam-se como uma ação útil a partir de uma causa que em nossa análise é honesta porque aquilo que defenderá é louvável de ser elogiado e aquilo que criticará é alvo para ser vituperado. Para nós, o autor procura mostrar a seu destinatário os vícios e as virtudes da terra, já passados setenta anos desde seu descobrimento:

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente historia, & sair com ella a luz foy por nam aver ategora pessoa que a emprendesse avendo já setenta & tantos annos que esta provincia he descuberta. A qual historia creyo que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portuguezes fizeram sempre da mesma provincia, que por faltarem na terra pessoas de ingenho & curiosas, que per melhor estilo & mais copiosamente que eu a escrevessem.²³⁵

Através do elogio e do vitupério, ou seja, através de ambas modulações do gênero demonstrativo, o autor busca, em forma de aconselhamento, o elogio, e busca no aconselhamento deliberar sobre os motivos que o fizeram escrever sobre as coisas da terra a um discreto e curioso leitor:

Minha tenção não foi outra (discreto & corioso lector) se não denunçiar neste sumario em breves palavras a fertilidade e abundancia da terra do Brasil pera que esta fama venha a noticia de muitas pessoas que nestes Reinos vive com pobreza e não duvide escolhella pera seu Remedio porq a mesma terra he tam natural e favoravel aos estraños que a todos agazalha e convida com Remedio por pobres e

233

Idem. “Partitiones Oratoriae” 10 In: CHIAPPETTA, op. cit, p. 163.

234

Idem. “De Inventione” I, 19. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção...*, op. cit., p. 108.

235

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prologo ao Lector”. In: *História ...*, ed. princeps, op. cit.

desemparedados que seião.²³⁶

Segundo Araújo, o binômio *utile/inutile* próprio do gênero deliberativo se atualiza no texto do autor através do elogio como *officium suadendi*, pois “a mesma terra he tal & tam favoravel aos que a vam a buscar, que a todos agasalha & convida [...]”²³⁷. Em nossa hipótese, o discurso deliberativo que tem como lugar-comum o aconselhamento, no caso de Pero de Magalhães, traz consigo um *laudatur locus*, um elogio de lugar, porque nos mostra uma terra viçosa, nem quente nem fria, repleta de águas cristalinas e alimentos salutareis com uma flora exuberante. Por outro lado, a terra é dotada de pestilências, um habitante local que não tem fé, lei e rei e bichos venenosos. Nessa perspectiva, podemos dizer que tanto o elogio quanto o vitupério funcionam como conselheiros de uma ação futura, que ao ser executada terá guardados na memória seus ilustres feitos diante de uma causa que se apresenta como honesta, ou seja, se elogiará o que merece ser elogiado e se criticará o que deve ser vilipendiado.

Defendemos a hipótese de que Gandavo cumpre integralmente a preceptiva que estabelece conexões íntimas entre o gênero deliberativo e o demonstrativo, pois nessa perspectiva Quintiliano nos mostra que todos os gêneros se ajudam mutuamente. O retor também salienta que o gênero demonstrativo tem algo de semelhante aos discursos de cunho deliberativo, pois, enquanto aconselhamos, elogiamos e, ao elogiar, aconselhamos²³⁸. Dessas premissas, ou seja, a de que quando aconselhamos elogiamos e ao elogiar aconselhamos, podemos extrair uma terceira, que é o seu cunho ético. Para nós, o discurso de Gandavo faz com que o conselho seja regulado pelo exercício do gênero demonstrativo no afã de gerar no destinatário uma tomada de decisão: vir ou não à terra. É ilustrativo mostrar que Gandavo se vale dos artifícios do epidítico procurando deleitar o ouvinte/leitor para mostrar o quanto a terra é aprazível com sua fauna e flora; por outro lado, o quanto é diabólica por causa do índio e pestilenta por causa de seus ares insalubres. Temos, dessa maneira, coexistindo no mesmo pólo dois traços opositivos bem marcados em relação à terra, tais como: salubridade/insalubridade e maravilhoso/diabólico.

236

Idem. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província...]*, op. cit., p. 59

237

ARAÚJO, Sarissa Carneiro. “A História (1576) de Pero de Magalhães Gândavo: notas para uma releitura desde a retórica e a gramática”. *Locus*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, pp. 71-83, 2009.

238

QUINTILIANO, Marco Fabio. “Cap. VII”. In: _____. *Instituciones Oratorias*. Madrid: Biblioteca Clásica Hernando, 1942. Tomo I, v. 8, pp. 182-184

Sam tantas & tam diversas as plantas, frutas, & hervas que ha nesta provincia, de q se podiam notar muitas particularidades, que seria cousa infinita escrevelas aqui todas & dar noticia dos effectos de cada hua meudamente. E por isso nam farey agora mençam, se nam de alguas em particular, principalmente daquillas de cuja virtude & fruto participam os Portuguezes.²³⁹

[...]

Porem de quanta immundicia & variedade de animaes por ella espalhou a natureza, nam avia lá nenhus domesticos, quando começaram os Portuguezes de a povoar.²⁴⁰

Segundo Aristóteles, delibera-se sobre guerra, paz, defesa nacional, legislação e também sobre a felicidade, bom nascimento, amizade, virtudes, reputação e honra. Incide variavelmente sobre a narração um componente ético, ou seja, sobre ela se expressa um caráter (*éthos*) e assim resulta a produção de um caráter moral dotado de uma determinada intenção atrelada a uma dada finalidade²⁴¹. No caso de Gandavo, o *ethos* que fala é o da virtude e o do vício, anunciando as coisas notáveis – maravilhosas e bestiais – da terra a ser anunciada. Em nossa análise, o epidítico no autor modula-se em torno das amplificações que lhe são inerentes, como o elogio e o vitupério e, no caso de Gandavo, especificamente, o aconselhamento é coparticipativo do gênero demonstrativo, pois se amplifica o que se aconselha e se aconselha o amplificado. Dessa maneira, podemos supor que o texto de Gandavo é dotado de uma deliberação amplificada, pois visa mostrar para seu destinatário que o Brasil é um lugar que merece ser povoado, ainda que seja dotado de bichos pestilentos e de gente “sem fé, lei ou rei”. No caso do gênero demonstrativo na vertente de elogio, o autor mostra ao seu curioso e discreto leitor que a terra, apesar de ser uma espécie de “inferno tropical”, é um lugar aprazível e salutar para se viver, pois dela emana uma natureza resplandecente, verdejante, dotada de uma fauna e flora viçosa: “[...] he esta provincia sem contradicham a melhor pera a vida do homem que cda hua das outras de America, por ser comummente de bõs ares & fertilissima, & gram maneira deleitosa & apravivel à vista humana”²⁴².

Em Gandavo notamos uma associação do gênero deliberativo com o demonstrativo porque se justapõem concomitantemente aspectos laudatórios com o caráter (*éthos*) do

239

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo V. Das Plantas, Mantimentos e Frutas que Ha Nesta Provincia”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 17.

240

Idem. “Cap. VI. Dos Animaes e Bichos Venenosos Que Ha Nesta Provincia”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 21.

241

ARISTÓTELES. *Retórica*. III, 16,1417, op. cit., p. 288. tomo I, v. 8.

242

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 2. Em que se descreve o sítio e qualidades desta província”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cot.,

narrado. Notamos no texto que o autor delibera sobre uma causa futura elogiando-a no presente, ou seja, convoca o seu destinatário a se mudar para o Brasil, dizendo-lhe que a nova terra ofertará prosperidade caso tenha meia dúzia de escravos:

As pessoas q no Brasil quere viver tão q se fazem moradores da terra por pobres que seião, se cada hu alcansar dous pares ou mea duzia d'escravos (que pode hu por outro custar pouco mais ou menos ate dez cruzados) logo tem Remedio pera sua sostetação porq hus lhe pescão e cação outros lhe fazem mantimetos e fazenda. E assy pouco a pouco enriquece ôs homes & vivem honrradamente na terra com mais descanso q neste Reino, porq os mesmos escravos indios da terra buscão de comer para sy e par ôs sñors, & desta maneira não fazem os homens despeza com seus escravos em mantimetos ne[m] com suas pessoas.²⁴³

Para Aristóteles, os gêneros deliberativo e demonstrativo são muito próximos²⁴⁴, pois um conselho pode se tornar encômio e um encômio torna-se um conselho, “[...] quando quiseses elogiar, olha para o conselho que se poderá dar; e quando quiseses dar um conselho olha para o que se pode elogiar”²⁴⁵.

Segundo Cícero, no gênero demonstrativo as razões de louvar e vituperar dizem respeito não só ao bem dizer, mas também ao viver honestamente²⁴⁶. Para o autor, nenhum gênero é mais fértil nem mais útil à cidade do que aquele no qual o orador tem que tratar da cognição das virtudes e dos vícios. A cada virtude há um vício correspondente ou oposto e outros vícios menos acentuados que facilmente se podem confundir com virtude. A amplificação é considerada parte importante do elogio porque tudo que se acrescenta de bom a respeito de um indivíduo o faz parecer melhor; deve-se mencionar todas as circunstâncias que ajudem a destacar a grandeza do indivíduo, inclusive aquelas que são derivadas do tempo e das ocasiões, por exemplo, quantas vezes ele obteve sucesso em algo, se lhe foi inventada alguma honraria, se teve uma estátua erguida em sua homenagem. Caso não haja matéria suficiente para o elogio, a pessoa deve ser comparada com alguém de renome, dado que se assemelhar aos virtuosos amplifica suas qualidades, e se ainda assim não for possível comparar com alguém de renome é necessário estabelecer símiles com outras pessoas a fim de parecer superior para que se evidencie uma determinada virtude.

243

Idem. *Tratado da Província do Brasil* [*Tractado da provincia do Brasil no qual...*, op. cit., p. 135.

244

ARISTÓTELES. *Retórica*, I.3 1358 b, op. cit., p. 20-40.

245

Ibidem, 1368 a.

246

CÍCERO. “Part. Orat”, 10 apud CHIAPPETTA, *Ad animos faciendos*, op. cit.

Também, para Chiappetta, os gêneros demonstrativo e deliberativo estão fortemente ligados. Um problema diferente surge quando algo aparentemente útil parece conflitar com o supostamente honesto. Esse é o caso do gênero judiciário. Não basta apontar a utilidade ou a honestidade. É preciso descobrir como as duas se articulam em casos de particular julgamento, ou seja, é preciso reconstruir a história do caso²⁴⁷. Para a estudiosa: “Ser útil é próprio do gênero deliberativo e deleitar com o honesto é tarefa do demonstrativo”²⁴⁸. Para Cícero, em *Partições oratórias*, as regras de louvar e vituperar não são valorosas apenas para o bem-dizer, mas também para o viver honestamente. Para ele, a narração que versa sobre pessoas deve dar a conhecer junto com os feitos os modos de se expressar e seu *ethos*. Essa recomendação não se distancia muito do conselho aristotélico sobre o caráter ético relativo aos gêneros. Também para o autor grego os feitos narrados devem traduzir as intenções morais, já que esses feitos são resultantes de uma reflexão e de uma decisão com vistas a conseguir um fim. Devem ser louvadas todas as coisas que se reúnem com a virtude e vituperadas as que são viciosas.

Em Gandavo, o autor elogia a virtude da terra e vitupera os índios e alguns bichos que julga pestilentos. A relação entre virtude e vício é mediada por uma ética regulada na amplificação do gênero demonstrativo a fim de demonstrar as coisas maravilhosas e as bestiais da nova terra e deliberar sobre as novas possibilidades de moradia no local descoberto há setenta anos. Além disso, não podemos esquecer que o texto de Gandavo também é de cariz católico, pós-tridentino, de semblante expansionista: “Esta província Santa Cruz, alem de ser tã fertil como digo, & abastada de todolos matimentos necessarios pera a vida do homem, he certo ser tambem muy rica, & aver nella muito ouro & pedraria, de que se tem grandes esperanças”²⁴⁹.

Interessante anotar que o léxico “esperança” reside, segundo Bluteau²⁵⁰, no ato ou movimento do apetite de um bem ausente, dificultoso, possível, animado com a confiança de se conseguir algo. Portanto, para Gandavo é honesta a causa à medida que atenda às prerrogativas e anseios do projeto colonizador e expansionista português de conquista e que procure estimular em seu destinatário a esperança de viver em um local aprazível dotado de

247

CHIAPETTA, A. *Ad animos faciendos*, op. cit., p. 409.

248

Ibidem, p. 411.

249

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo 14: Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertam”. In: _____. *História...* ed. princeps.

250

BLUTEAU, R. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...*, op. cit., v. 3, p. 269.

pedras preciosas e prosperidade econômica. Assim estabelecido, o elogio se modulará no aconselhamento para a edificação desse projeto, para que ambos – elogio/vitupério e aconselhamento – gerem a adesão à causa pela audiência. Em Gandavo elogia-se aquilo que é abundante na terra e o que dela o homem retira para ter mais conforto; por outro lado, censura-se o que da terra é vil, bestial e peçonhento, como afirma o autor em um capítulo intitulado “Dos Animais e bichos venenosos”. Contudo é relevante acentuar que em seus textos – *História da Província de Santa Cruz*, *Tratado da Terra do Brasil* e *Tratado da Província do Brasil* – a dicotomia fauna/flora/elogia x índio/ vitupério é uma regra que pode incorrer em ciladas. Vejamos um exemplo de vitupério não relativo ao índio e sim à qualidade da terra, ou seja, mais uma vez é possível constatar que a relação fauna/flora como sinônimos de encômio pode ser frágil, ou seja, nem todos os bichos e nem todas as plantas e frutas são suscetíveis de elogio:

Outros animaes ha nefta provincia muy feros, & perjudiciaes a toda esta caça, & ao gado dos moradores; aos quaes chamão Tigres, ainda que na terra a mais da gente os nomea por Onças: mas algumas pessoas q os conhecem & os viram em outras partes, affirmão q sam Tigres. Estes animaes parecesse naturalmente com gatos, & nam differem delles em outra cousa: salvo na grandeza do corpo, porque alguns sam tamanhos como bezerros, & outros mais pequenos. Tem o cabello dividido em varias & distintas cores, conveasaber, em pintas brâcas, pardas & pretas. Como se acham famintos, entram nos curraes do gado, & matão muitas vitellas & novilhos q vão comer ao mato, & o mesmo fazem a todo o animal que podem alcançar.²⁵¹

Segundo Chiappetta, o deleite buscado pelo gênero demonstrativo se refere ao reconhecimento do honesto, do prudente, do justo, do magnânimo e do decoroso. Gandavo apresenta-nos as “cousas notáveis e bestiais” do Brasil, com sua terra dotada de bichos peçonhentos, índios bravios, enfim, anuncia ao novo morador um mundo violento dotado de inúmeras dificuldades já anunciadas logo no início da *Historia da Província de Santa Cruz* a partir da tópica do mar indômito, que transita da tormenta à calmaria, e que é apresentada no capítulo 1, “De Como se descobrio esta provincia e a razão por que se deve chamar Santa Cruz e não Brasil”²⁵²:

Reinando aquelle muy Catholico & Serenissimo Principe ElRey Dom Manuel fezse hua frota pera a India de que hia por capitam mór Pedralvarez Cabral: que foy a

251

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 6. Dos Animaes & bichos venenosos que há nesta província”. In: _____. *História...* ed. *princeps*, op. cit., pp. 22-23.

252

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 1. De como se descobrio esta provincia e a razão por que se deve chamar Santa Cruz e não Brasil”. In: _____. *História...* ed. *princeps*.

segunda navegação que fizeram os Portuguezes pera aquellas partes do Oriente. A qual partio da Cidade de Lixboa a nove de Março no anno de 1500. E sendo ja entre as Ilhas do Cabo Verde (as quaes hão demandar pera fazer ahi agoada), deulhes hum temporal, que foy causa de as nam poderem tomar, & dese apartarem alguns navios da companhia. E depois de haver bonança junta outra vez a frota [...].²⁵³

A construção das causas deleitosas corresponde à anunciação de uma terra onde se vive anos a fio em local dotado de rios caudalosos e arvoredos verdejantes. Uma terra que não é muito quente nem muito fria, local dotado de fauna, frutos e flora abundantíssimos, que encherão a barriga e os olhos do novo habitante; por outro lado, também é um mundo brutal, violento, peçonhento e aqueles que nele pretenderem viver devem possuir meia dúzia de escravos: “As pessoas q no Brasil quere viver tão q se fazem moradores da terras por pobres que seião, se cada hu alcansar dous pares ou mea duzia d ´escravos (que pode hu por outro custar pouco mais ou menos ate dez cruzados) logo tem Remedio pera sua sustentação”²⁵⁴.

Para viver neste mundo sanguinolento e edênico, segundo Gandavo, dele se deve tirar algum proveito e para isto são necessárias a peleja, a contenda e a disposição de viver entre gente bestial sem fé, lei e rei como propõe o autor:

“A lingoa deste gentio toda pella costa he huma, careçe de tres letras – S – não se acha nella f, nem l, nem R, cousa digna despanto, por q assy não têm fê ne lei, nem Rei; & desta maneira vive sem justiça e desordenadamente”²⁵⁵.

Nesta perspectiva, o elogio e o vitupério se transformam, também, em aconselhamentos. O texto a todo momento alterna *vicioso* e *virtuoso*, gerando aconselhamentos por meio de uma dada amplificação tão própria ao demonstrativo; o autor mostra uma terra deliciosa e fresca, dotada de terras infinitas, mas também de virações marítimas e climáticas. Parece que a modulação discursiva de Gandavo transita entre os extremos, ou seja, o horrendo *versus* o edênico; contudo, os aspectos laudatórios da terra acabam ganhando dos de vitupério, em proporção: “E isto causa nam aver la frios, né ruinas de inverno que offendam as suas plantas, como cá offendem ás nossas. Enfim que assi se ouve a Natureza com todas as cousas desta provincia, & de tal maneira se comedio na temperança dos ares, que nunca nella se sente frio nem quentura excessiva”²⁵⁶.

253

Ibidem.

254

Idem. “Cap. 7 da condição e costumes dos indios da terra”. In: _____. *Tratado da Província do Brasil* [Tractado da provincia do Brasil no qual..., op. cit., p. 177.

255

Ibidem, fr. 920, p. 181.

256

No caso do índio, nota-se que Gandavo considera primeiramente os aspectos mais dignificantes dele e posteriormente enumera os viciosos. Mostra que vivem em comunidade, que se ajudam mutuamente e não têm cobiça; posteriormente, começa a gradação do vitupério, pois o índio não tem “Lei, Fé e Rei”, pratica o ritual de antropofagia e não é confiável; em suma, parece que, para o autor, índio bom é índio morto. O índio não é dotado de dignidade e de honra que, segundo Aristóteles, é sinal de boa reputação.

Para Aristóteles os componentes da honra são os sacrifícios, as inscrições memoriais em verso e em prosa, os privilégios, as doações de terra, os principais assentos, os túmulos, as estátuas, os alimentos concedidos pelo Estado, assim como as práticas bárbaras de subjugar e ceder o lugar e os presentes apreciados em cada país. O presente é a dádiva de um bem e um sinal de honra, e por isso o desejam tanto os que ambicionam riqueza como os que perseguem honras, pois obtêm o que buscam²⁵⁷. Inferimos no caso do índio descrito por Gandavo que o autor parte de um elogio menos afetado, ou seja, de um *pathos* mediano para um vitupério mais ostensivo; por outro lado, em relação às plantas e à fauna, o autor parte de um vitupério menos afetado para um elogio mais ostensivo:

Estes Indios sam de cor baça & cabello corridio; tem o rosto amassado & algumas feições delle á maneira de Chins. Pela maior parte sam bem dispostos, rijos & de boa estatura; gente muy esforçada & e que estima pouco morrer, temeraria na guerra & e de muito pouco consideraçam. Sam desagradecidos em gran maneira, & mui deshumanos e crueis, inclinados a pelejar, & vingativos ao extremo.²⁵⁸

Porem de quanta immundicia & variedade de animaes por ella espalhou a natureza, nam avia la nenhuns domesticos, quando começaram os Portuguezes de a povoar. Mas depois que a terra foy delles conhecida, & vieram a entender o proveito da criação que nesta parte podiam alcançar, começarãohe a levar da ilha do Cabo Verde cavalos & egoas, de que agora ha já grande criação em todas as capitánias desta província. E assi ha tambem grande copia de gado q da mesma ilha foy levado a estas partes, principalmente do vacum ha muita abundancia: o qual pelos pastos serem muitos, vay sempre em grãde crescimento. Os outros animaes que na terra se acháram, todos sam bravos de natureza, & alguns estranhos nunca vistos em outras partes: dos quaes darey aqui logo noticia começando primeiramente por aquelles que na terra se comem, de cuja carne os moradores são mui abastados em todas as capitánias.²⁵⁹

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 2. Em que se descreve o stio e qualidade desta província”. In: _____. *História...* ed. *princeps*, op. cit., fl. 9.

257

ARISTÓTELES. *Retórica*, op. cit., 1361b.

258

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap X – Do Gentio que ha nesta provincia, da condição e costumes delle, e de como se governam na paz”. In: _____. *História...* ed. *princeps*, op. cit., p. 33.

259

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo VI – Dos Animaes e Bichos Venenosos que Ha Nesa Provincia”. In: _____. *História...* ed. *princeps*.

Nota-se que o epidítico e o deliberativo se complementam no caso de Gandavo. Um aconselhamento é passível de elogio ou vitupério, pois a matéria elogiada é presente no ato de enunciação, mas sua obtenção ou realização são futuras em relação ao aconselhamento. Ou seja, em Gandavo o gênero demonstrativo se presentifica no elogio visando uma ação futura, que, no caso, é incentivar o português do século XVI a viver no Brasil com todas suas virtudes e vícios.

Desta forma podemos levar em consideração que em ambos os casos o limite é a honestidade da causa. Como ela é honesta, tanto o elogio quanto o vitupério estão assentados em bases éticas, pois elogia-se o honesto e critica-se o desonesto, logo, seus respectivos decoros lhe são inerentes porque não se aconselha o que é reprovável, tampouco reprova-se o que é elogiável. Segundo o Anônimo²⁶⁰, considera-se honesta uma causa quando defendemos aquilo que parece que deve ser defendido por todos ou atacamos o que parece que deve ser atacado por todos, por exemplo, quando estamos a favor de um homem valoroso ou contra um parricida. Defendemos a hipótese de que Gandavo aplica os lugares-comuns – que serão discutidos mais adiante – a partir daquilo que julga mais honesto nos elogios e mais desonestos nos vícios, ou seja, enfeixa, variavelmente, de um lado tudo que é disforme e no outro tudo o que é belo, ambos a fim de angariar a *fides* do auditório/leitor para enunciar e anunciar a utilidade de seu discurso, que é o de aconselhar a moradia na nova terra por meio da exposição tanto das coisas gerais quanto dos particulares da matéria tratada.

Nas preceptivas dos séculos XVI e XVII, o estilo empregado no gênero histórico tem como pilar a verossimilhança, o decoro e a prudência. O decoro e a prudência adequam-se à elocução retórica dos lugares-comuns da invenção do gênero, bem como ao grau hierárquico das pessoas circunstantes²⁶¹. Afirma Cícero que é decoroso aquilo que convém ao honesto porque é conveniente não somente usar da razão e do discurso com prudência, mas também fazer aquilo que a razão determina para ser feito de maneira considerada apta a ver e proteger o que houver de verdadeiro. Para que o gênero demonstrativo cumpra a finalidade do seu emprego nos textos de Gandavo – incentivar a colonização no Brasil – é necessário que o autor elogie o que deve ser elogiado – os aspectos edênicos da terra – e vilipendie o índio, que não tem fé, nem lei, nem rei, sendo como página em branco a ser escrita. Nossa premissa é a de que o decoro gandaviano se exerce efetuando a dicotomia *virtude/vício* como seu pressuposto,

260

RETÓRICA a Herênio, op. cit., p. 57.

261

CÍCERO. “De officiis” I, XXVII.93. In: CHIAPPETTA, *Ad animos faciendos*, op. cit., p. 263.

mostrando o que é digno de louvor com écfrases elogiosas e o que é torpe com rubras tintas. Por exemplo, vejamos como nos mostra os papagaios e depois como nos apresenta alguns bichos venenosos:

Entre todas as cousas de que na presente historia se pode fazer mençam, a que mais aprazível e fermosa se offerece á vista humana, he a grande variedade das finas e alegres cores das muitas aves que nesta Provincia se crião, as quaes por serem tam diversas em tanta quantidade [...].²⁶²

Como esta Provincia seja tão grande e a maior parte della inhabitada e cheia de altissimos arvoredos,e espessos matos, nam he d'espantar que haja nella muita diversidade de animaes, e bichos mui feros e venenosos, pois cá entre nós, com ser terra já tam cultivada e possuida de tanta gente, ainda se crião em brenhas cobras mui grandes de que se contão cousas mui notaveis, e outros bichos e animais mui danosos, esparzidos por charnecas e matos, a que os homens com serem tantos e matarem sempre nelles, nam podem acabar de dar fim, como sabemos. Quanto mais nesta Provincia, onde os climas e qualidades dos ares terrestres, nam são menos dispostos para os gerarem, do que a terra em sim, pelos muitos matos que digo, acomodada pera os criar.²⁶³

Ainda Cícero²⁶⁴, em *De Officiis*, diz que em toda virtude há o decoroso. Assim como encanto e beleza do corpo não podem ser apartados da saúde, da mesma forma o decoro está todo ele confundido com a virtude. Assevera também que o decoro está de acordo com a excelência do ser humano naquilo que a natureza deste se distingue dos outros seres animados e a parte que está submetida a cada tipo é a moderação e a temperança. Já a conveniência pode ser compreendida como aquilo que convém tanto aos viciosos quanto aos virtuosos. É da conveniência dos índios criarem seus filhos tal qual o fazem, pois tal forma de organização social atende a uma determinada prática que não é decorosa e é inconveniente do ponto de vista de um europeu cristão quinhentista. A pena do(s) cronista(s) impõe marcas de um agente discursivo eurocêntrico, cristão, e somente a partir dessa perspectiva é possível estabelecer como taxonomias válidas um determinado decoro, a conveniência, a prudência, a virtude e o vício. A voz que fala é quinhentista, europeia, católica, e acredita na redenção, no pecado original e no casamento monogâmico abençoado pelo Sumo Pontífice. Diz Gandavo:

262

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo VII. Das Aves Que Ha Nesta Provincia”. In: _____. *História...* ed. *princeps*, op. cit., p. 24.

263

Idem. “Capítulo VI. Dos Animaes e Bichos Venenosos que Ha Nesta Provincia”. In: _____. *História...* ed. *princeps*, op. cit.

264

CÍCERO. “De officiis”. In: CHIAPPETTA, *Ad animos faciendos*, op. cit., p. 264.

Todos criã seus filhos viciosamente sem nhua maneira de castigo, & mamão até a idade de sete oito annos, se as mães téntam nam acertam de parir outros q os tire das vezes. Não ha entre elles nhuas boas artes a que se de, né se occupam noutro exercicio, senam em grangear com seus pais o que ham de comer, debaixo de cujo amparo estam agazalhados ate que cada hu por si he capaz de buscar sua vida sem mais esperarem heranças delles, nem legitimas de que enriqueçam, somente lhes pagam com aquilla criação em que a natureza foy universal a todos os outros animaes que nam participam de razam.²⁶⁵

Segundo Cícero, uma causa é torpe²⁶⁶ quando são vergonhosas as ações. Assaltar, fraudar, adulterar são torpes pela coisa feita, mas são coisas feitas ditas não obscenamente. No texto de Gandavo, o autor julga o índio torpe devido a seus hábitos e modos. Nessa consideração tece o vitupério em seu epidítico. O movimento do ânimo e dos afetos, no caso dos índios, é de natureza quase bestial. Segundo Hansen²⁶⁷, eles eram vistos pelos portugueses como um:

[...] ser do inferno verde, uma besta mista, heteróclita, em cuja monstruosidade também se pode ler, pelo avesso, o recalcado das fobias do observador, crente em Deus, temente do Diabo, perseguidor da heresia, vassalo fiel que, vindo de uma nação de comerciantes fidalgos, não vê problema em aliar a ética do perfeito cortesão à acumulação.

Um ponto importante a salientar é que, segundo o estudioso, as discussões quinhentistas e seiscentistas sobre os indígenas são antes de mais nada de cunho teológico e menos antropológico, visto que Deus é o fundamento metafísico do Direito, da Política e da Ética, que regulam a invasão e a conquista das novas terras. A humanidade do indígena só é reconhecida por meio dos atributos metafísicos do catolicismo, ou seja, por referência à mesma substância criada por Deus, a alma. Esta é o núcleo teórico das classificações do indígena como “animal” ou como “humano”²⁶⁸.

Ainda segundo o estudioso, o que regulava as práticas católicas em relação aos índios era, basicamente, o autocontrole dos apetites, já prescrito anteriormente na ética aristotélica, pois, segundo a doutrina católica do poder adotada em Portugal, é da concórdia individual e

265

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo X. Do Gentio que Ha Nesta Provincia, Da Condição e Costumes Delle, E De Como se Governam na Paz”. In: _____. *História...*, ed. principes, op. cit., p. 36.

266

CÍCERO. “De officiis”. In: CHIAPPETTA, *Ad animos faciendos*, op. cit., p. 128.

267

HANSEN, J. A. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o e bárbaro”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 347.

268

Ibidem, p. 349.

da amizade coletiva que nasce a paz. Para assegurá-la, a Coroa aplica medidas de várias espécies, como a violência física, judiciária e militar, bem como o combate às heresias, além da censura intelectual.

Segundo Hansen, o “bem-comum” do reino é um objetivo político a ser alcançado como o estado social em que se harmonizam interesses e conflitos particulares por meio da subordinação voluntária do todo do corpo místico da comunidade à cabeça do Império, o rei, em um pacto de sujeição pelo qual os indivíduos, os estamentos e as ordens se alienam do poder²⁶⁹. O novo tipo de homem encontrado na América, “o índio”, deve ser incluído na política do Império:

O novo objeto – chamado de “índio” por causa do equívoco geográfico de Colombo, que acreditou ter chegado à Índia, em 1492 – é construído por meio de um mapeamento descritivo de suas práticas, ao qual se associam prescrições teológico-políticas que as interpretam e orientam segundo um sentido providencialista da história, que faz de Portugal a nação eleita por Deus para difundir a verdadeira fé. Obviamente, não havia “índio” nem “índios” nas terras invadidas pelos portugueses, mas povos nômades, não cristãos e sem Estado. No contato, repito, os missionários e os cronistas do século XVI classificam a pluralidade desses povos como “índios” e, simultaneamente, produzem uma essência, “o índio”, que definem como alma selvagem ou animal sem alma naturalmente subordinado às instituições. Quando classificam o novo objeto com as metáforas “animal”, “gentio”, “índio”, “selvagem” e “bárbaro” também evidenciam a positividade prescritiva da universalidade de “não-índio”, ou seja, o “civilizado”, branco, católico de preferência fidalgo e letrado²⁷⁰.

Acertadamente afirma o estudioso que Pero de Magalhães Gandavo, no *Tratado da Terra do Brasil* de 1570, chega a definir o indígena como um vegetal, uma erva má que afoga as plantas cristãs. Gandavo afirma que os índios andam armados contra as nações humanas (os portugueses), mas reconhece com alívio que, como são muitos em número, felizmente a Providência Divina permite que façam guerras uns aos outros e se destruam. Se assim não fosse, os portugueses não poderiam viver na terra, nem seria possível conquistar tamanho “poder de gente”²⁷¹.

A maneira que os portugueses viam os índios não era privilégio apenas dos ibéricos, mas também de reformados como Villegagnon, que classificava o indígena como *bête portant*

269

HANSEN, J. A. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o e bárbaro”, op. cit., p. 350.

270

Ibidem, p. 352.

271

Ibidem, p. 354

la figure humaine, ou seja, besta de aparência humana²⁷².

Para Hansen²⁷³, no caso português, pode-se dizer que há uma exegese operada segundo padrões retóricos e teológico-políticos específicos do imaginário da dilatação da Fé e do Império, uma vez que tal interpretação é escrita e detém o poder de armazenar o passado em oposição às fábulas selvagens, que se perdem na memória oral. Esta hermenêutica tem o poder de superar e vencer a distância, em oposição à voz selvagem que está circunscrita ao presente da enunciação e no auditório. Segundo o estudioso, a escrita facilita a acumulação primitiva de dados simbólicos extraídos da observação dos “selvagens”, conservando-os intactos para usos futuros, como um arquivo das coisas do Brasil. Como poder de memória da experiência e poder de previsão do futuro, a escrita coloniza. Assim, no caso português, observa-se nela uma dupla reprodução, ou seja, uma repetição ortodoxa, que preserva o passado da *traditio* das autoridades canônicas em uma repetição missionária que avança baseada na tradição aplicada aos dados simbólicos preservados e adaptados às novas situações, conquistando o espaço, a oralidade, a suposta falta de história e a inconsciência dos selvagens com os processos do tempo teológico-político que os hierarquiza. Ainda, para assegurar a autoridade do poder enquanto se ocupa do novo, a escrita mantém intacta a relação com seu lugar de produção originário, a Europa e as autoridades canônicas que orientam o sentido dos enunciados. Novamente, aqui concorrem os modelos retórico-poéticos de organização da escrita e a teologia-política cristã que fundamenta a jurisprudência do Estado português aplicada aos negócios coloniais.

Nos textos quinhentistas sobre os indígenas do Brasil, encontramos uma “dupla articulação”, como diz o estudioso²⁷⁴. Em uma delas, os enunciados figuram a gigantesca dispersão do novo, a maneira de viver dos indígenas, animais de estranhas raças, coisas assombrosas ou curiosas que a terra produz, descritos de maneira muito analítica com profusão de minúcias. Na mesma dispersão crítica produzida a partir de um mapeamento classificatório, a enunciação projeta o princípio que unifica teológica e politicamente o que é dito. A proliferação e a multiplicidade dos seres e eventos da nova terra são subordinados, enfim, como semelhanças distantes do mesmo princípio interpretativo que as atravessa como universalidade de causa primeira e final: Deus. Logo, tudo que é diferente é interpretado

272

Cf. VILLEGAGNON, Nicolas de. “Lettre à Calvin”. In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil français*. Paris: Maisonneuve, 1878, pp. 292-397.

273

HANSEN, J. A. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o e bárbaro”, op. cit., p. 349.

274

HANSEN, J. A. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o e bárbaro”, op. cit., p. 349.

como uma variação distante Dele.

Não há nenhuma naturalidade na observação, mas total subordinação da experiência do novo ao padrão cultural vivido como universalidade de lei de Deus. Segundo Hansen, os cronistas portugueses como Gandavo e Gabriel Soares de Sousa adotam a universalidade como os jesuítas Nóbrega, Anchieta e Cardim para fundar a ação portuguesa no Brasil²⁷⁵. Para o estudioso “embora seja humano, o índio não consegue pensar segundo a ordem da verdade eterna e necessária, o que fica evidente na falta de ‘letras’ (= fonemas) de sua língua, como F, L, R”²⁷⁶. Esta tópica já se encontrava em Santo Agostinho²⁷⁷, em *De Trinitate*, XV, XIII,22:

Mas acaso Dios Padre, de quien es nacido el verbo [...] en la sabiduría que el es para sí, ha conocido unas verdades por sí mismo y otras por los sentidos del cuerpo? Quién que, en la medida de su capacidad, piense en un Dios que no es animal racional sino que está sobre el alma racional, y lo prefiere a todos los animales y a todas las almas, aunque no lo vea ahora sino en un espejo, en enigmas y por conjeturas, no cara a cara, tal como es, se atreverá a decir esto?

Afirma o estudioso que, à medida que a exegese jesuítica decifra o tupi, automaticamente lê seus sons como uma escrita selvagem a que faltam letras, como F, L, R, para concluir que, sem fé, sem lei e sem rei, o gentio não conhece a revelação da verdadeira Igreja visível, nem a racionalidade hierárquica das ordens no corpo místico do Império português, nem instituição política legítima, como a monarquia ibérica. Segundo Hansen²⁷⁸, Gandavo, ao usar o termo “índio”, utiliza-o como metáfora, como produto de processos unificadores dos padres jesuítas. O léxico evidencia as categorias do agente do discurso, que subordinam à sua suposta unidade uma enorme variedade de povos do litoral brasileiro do século XVI, devendo ser entendido como uma generalização passível de crítica.

Para Hansen²⁷⁹, o *topos* da falta de letras na língua do “índio” é contraditório e objeto de várias apropriações nos séculos XVI e XVII. Nelas conflitam os posicionamentos da Coroa, de colonos e padres. Segundo o enunciado jesuítico, não se pode afirmar sem heresia

275

Ibidem, p. 364.

276

Cf. Idem. “A Escrita da Conversão”. In: COSTIGAN, Lúcia Helena (Org.). *Diálogo da Conversão: Missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005, nota n. 6, p. 18.

277

SAN AGUSTÍN. “Capítulo XIII: Diferencia entre nuestra ciencia y nuestro verbo mental y la ciencia y el verbo de Dios”. In: _____. *Obras Completas de San Agustín*. Trad. de Luis Arias. Madrid: Biblioteca Autores Cristianos, 1985.

278

HANSEN, J. A. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o e bárbaro”, op. cit., p. 349.

279

Ibidem.

que a analogia está ausente do tupi, como se lê na tese de cronistas portugueses que, fazendo a propaganda da imigração, defendem a escravização e o extermínio dos selvagens, mostrando ainda que a escrita funciona como um esboço ou resultante sensível das operações do juízo do seu *ethos* que, sendo prudente, é eticamente regulado como proporção retórica “simples”. Como consequência, o decoro aplicado à escrita também tem interpretação de conveniência moral e ética, pois o decoro do seu estilo corresponde à equidade do *ethos* prudente da enunciação. Um discurso fundado de direito na verdade, a enunciação por vezes também especifica certo estado deliberativo dos temas discutidos em termos de previsão futura. No caso de Gandavo, justamente como qualidade moral que é projetada participativamente nos atos enunciativos e em seus enunciados, o *éthos* desenha-se na escrita como um análogo do universal da Fé prefigurado nos casos retóricos, que tornam legítima a decisão a ser tomada quando são representados. Para Gandavo, o apetite sensual dos índios reside em um lugar-comum, seu *ethos* torpe.

2.1 Sobre os particulares

Para Aristóteles, em relação ao útil, coisas particulares são mais importantes que as universais²⁸⁰. A questão finita tratada no texto de Gandavo, ou seja, a utilidade da colônia americana para o aumento do Reino e amparo de seus pobres, aparece, ocasionalmente, como *quaestio* comparativa: em determinados momentos o historiador compara a província de Santa Cruz com Portugal, sobretudo no que se refere às condições de vida oferecidas em ambos os lugares. Insiste o letrado que no Brasil nenhum pobre anda pelas portas como pedinte, tal como ocorre em Portugal. Muito pelo contrário, os habitantes se tratam muito bem e são até mais generosos que no Reino. Os recém-chegados costumam receber ajuda efetiva dos antigos moradores.

Aos argumentos específicos das causas individuais, antepõe Gandavo os lugares próprios de todo tipo de questões²⁸¹. Cícero diz que a invenção²⁸² consiste na busca pelos argumentos verdadeiros ou verossímeis. Diz que, antes de procurar os termos gerais ligados ao caso particular, o orador deve estabelecer o principal ponto de controvérsia. É preciso determinar o estado da questão – *status quaestionis* – que se faz ao tentar estabelecer qual a

280

ARISTÓTELES. *Retórica* II, 1395a, op. cit., p. 151.

281

CÍCERO. “*De Oratore*” II 27, 117. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção ...*, op. cit., p. 216.

282

Cf. Idem. *La Invención Retórica*, op. cit., p. 100.

pergunta prioritária: *sitne? Quid sit? Quale sit?* A resposta à primeira pergunta são as evidências; à segunda são as definições e, à terceira, os princípios de *certo* e *errado*. A última é chamada de questão de qualidade (*qualitas*). Quanto mais detalhada a *quaestio definita* (causa ou hipótese) – que corresponde à trama na narrativa de ficção –, tanto mais precisamente devem ser expressas as *quaestiones indefinitae* (teses) que revelem sua significação. Pois, quanto maior a particularidade com que alguém investiga as circunstâncias de um caso, mais se vê envolvido em motivos, escolhas e outras questões éticas de uma dada *qualitas*.

A apreensão da qualidade dos objetos físicos – daquilo que os faz ser o tipo de coisa que são – corresponde à apreensão de seus atributos sensíveis. Quando as coisas definidas são ações humanas, a qualidade torna-se ética. Para qualificar uma ação, é preciso lembrar que o “excesso” e a “falta” são mensuráveis em relação a uma norma estabelecida. Essa norma pode ser mensurada no “meio-termo”, que pode ser absoluto (aritmético) ou relativo. Por exemplo, a arte de governar inclui a arte de estabelecer leis. É impossível que algo invariável como a lei possa tratar satisfatoriamente de algo que nunca é uniforme, como as ações humanas. Na lei, o meio-termo absoluto é representado pelo princípio estático de igualdade ou justiça; o meio-termo relativo é representado pela medida flexível da equidade. É no esforço de qualificar uma medida quantitativa, por exemplo, atribuir uma pena a um delito, que a equidade encontra sua proporção adequada, movendo-se da circunstância particular para produzir um julgamento mais adequado ao caso específico²⁸³. Mostra-nos Aristóteles que todo discurso de questões práticas tem de ser expresso em linhas gerais e de modo não exato, ou seja, é igualmente no início que os discursos devem ser exigidos conforme a matéria, pois o que está envolvido nas ações e coisas proveitosas nada tem de fixo²⁸⁴.

Julgamos que Gandavo escolhe e inventa seu assunto a ser tratado entre as coisas notáveis, assombrosas e bestiais relativas ao descobrimento e conquista de novas terras para os domínios da Cristandade pelos varões de Portugal. Pelo fato de a sua invenção histórica ser comprometida com os verossímeis, por definição, ela investiga sua matéria entre os particulares, ainda que declare que falará das *cousas* que são *geraes*. Gandavo divide ambas as obras, *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil*, em dois tratados: Tratado Primeiro e Tratado Segundo:

No Tratado Primeiro, apresenta-nos as capitânias, e no Segundo, as coisas da terra em

283

CHIAPPETTA, Angelica. *Ad animos faciendos*, op. cit., p. 50.

284

ARISTOTELES. *Ética Nicomachuea*. São Paulo: Odysseus, 2008. II, 2 1104a1-5.

Tratado da Terra do Brasil e Tratado da Província do Brasil. É conhecida a existência de duas cópias do *Tratado da Província do Brasil*. A primeira delas se encontra arquivada na Coleção Sloniana da Biblioteca do Museu Britânico, na Inglaterra, sob o número 2026, e foi publicada em 1965, pelo Instituto Nacional do Livro, em edição (fac-similada e anotada) preparada por Emmanuel Pereira Filho (1965). Conta com dezessete capítulos: nove na primeira parte e oito na segunda, distribuídos em quarenta e oito fólhos, em *recto*. Face externa de um fólho; frente; com o livro aberto, corresponde sempre à página da direita, à de número ímpar. É o oposto de verso²⁸⁵ e verso. Nela consta:

[Folha de rosto]: Tractado da província do Brasil no qual se contem a informação das cousas que ha na terra, assi das capitancias e fazendas dos moradores que vivem pella costa, & doutras particularidades que aqui se cõtam: como tam be da condição e bestiaes costumes dos Indios da terra, & doutras estranhezas de bichos q ha nestas partes, offerecido a muito Alta e sereníssima Sora Dona Catherina Rainha de Portugal snora nossa. Visto e aprovado pellos deputados da Sancta inquisição.

[Dedicatória]

Prollogo ao lector.

Declaração da Costa

Tratado Primeiro:

Capitulo 1. Da capitania de Tamaracá

Capitulo 2. Da capitania de Phernâbuco

Capitulo 3. Da capitania da Bahia de Todollos sanctos.

Capitulo 4. Da capitania dos ilheos.

Capitulo 5. Dua çerta nação de gentio que se acha nesta capitania.

Capitulo 6. Da capitania de Porto Seguro.

Capitulo 7. Da capitania de Spirito São.

Capitulo 8. Da capitania do Rio de Janeiro.

Capitulo 9. Da capitania de São Viçente.

Tractado segundo das cousas q são gerais por toda côsta do Brasil.

Cap. 1. Das fazendas da terra

Cap. 2. Dos costumes da terra

Cap. 3. Das quallidades da terra

Cap. 4. Dos mantimetos da terra.

Cap. 5. Da caça da terra.

Cap. 6. Das frutas da terra.

Cap. 7. Da condição e costumes dos indios da terra.

Cap. 8. Dos Bichos da terra

[Epílogo]²⁸⁶

285

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. “Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica”. In: GIL, Beatriz Daruj; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDÉ, Valéria Gil (Orgs.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 233.

286

A outra cópia encontra-se na Biblioteca da Ajuda, em Portugal, registrada sob o número 51-VII-31, constante no inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul, de Carlos Alberto Ferreira, 1946.

Já o *Tratado da Terra do Brasil*, em função das suas variantes textuais e alterações em relação ao *Tratado da Província do Brasil*, é considerado como segunda versão de elaboração²⁸⁷, que segundo Pereira Filho redundou na *História da Província de Sãcta Cruz* publicada em 1576, ponto de vista que pretendemos discutir pormenorizadamente no capítulo três, que se denomina *Dispositio*.

Em relação aos dois tratados, notou-se alteração no título, dedicatória ofertada a pessoa diferente e acréscimo de um capítulo ao final da segunda parte. É composto por quarenta e seis fólios com registros em recto e verso, e um (o último) com registro apenas em recto. Ainda estruturado em duas partes, mas dessa vez com nove capítulos em cada uma, está organizado da seguinte maneira o *Tratado da Terra do Brasil*:

[Folha de rosto]

[Dedicatória]

Prollogo aolector

Declaração da costa

Cap. 1. Da capitania de Tamaracá

Cap. 2. Da capitania de Phernãbuco

Cap.3. Da capitania da Bahya de Todollos Sanctos

Cap. 4. Da capitania de Ilheos.

Cap. 5. Dua nasção de gentio q se acha nesta capitania

Cap. 6. Da capitania de Porto Seguro

Cap. 7. Da capitania de Spirito Sancto

Cap. 8. Da capitania do Rio de Janeiro

Cap. 9. Da capitania de San Viçente

Tractado segundo das, cousas que são, gerais por toda, costa do Brasil

Cap. 1. Das fazendas da terra

Cap.2. Dos costumes da terra

Cap.3. Das callidades da terra

Cap.4. Dos mantimentos da terra

Cap.5. Da caça da terra

Cap. 6. Das fruitas da terra

Cap. 7. Da condição e costumes dos indios da terra

Cap. 8. Dos bichos da terra

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da provincia do Brasil no qual..., op. cit.*

287

HUE apud GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil*, op. cit., 2004; PEREIRA FILHO apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da provincia..., op. cit., 1965; STETSON JR., op. cit.*

Cap. 9. Da terra q çertos homes da capitania de porto Seguro foraõ a descobrir, e do q acharão nella.
[Epílogo]

Ambos os tratados contam sobre uma terra tão “pouco sabida”, com poucos vestígios de “Lei, Fé e Rei”, e que recentemente vinha sendo ocupada por ordens cristãs e pouco noticiada de feitos heroicos que encarecessem a narração das boas novas da nova terra. Por isso, os aspectos particulares que se apresentam e sobretudo se louvam nos tratados *Tratado da Terra do Brasil*, *Tratado da Província do Brasil* e *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil* são provenientes quase sempre das taxonomias aristotélicas e plinianas, nesse momento absorvidas pela sociedade portuguesa pós-tridentina. Trata, pois, de minerais, vegetais, animais e gentios e, entre estes, nações mansas e bravas, dóceis e danosamente bárbaras, como podemos notar ao compararmos as matérias narradas em cada capítulo, como acima expusemos. Além disso, no interior de cada texto podemos notar como se modula o discurso no gênero demonstrativo, ora na vertente de louvor ora na vertente de vitupério, tanto nas descrições sobre as capitánias quanto nas écfrases sobre as coisas gerais da terra. No primeiro caso, temos um elogio mais tênue do que no segundo. Vejamos:

A povoação da primeira Capitania, e mais antiga está numa ilha que se chama Tamaracá pegada com a terra firme; tem tres legoas de comprido e duas de largo. Tem trinta e cinco legoas de terra pela Costa pera o Norte. He de dona Jeronima Dalbuquerque²⁸⁸, mulher que foi de Pero Lopes de Sousa, na qual tem posto Capitão de sua mão. Ha nella hum engenho dassucre e agora se fazem dous novamente e muito pau do Brasil e algodão. Póde ter até cem vizinhos. Ha nesta Capitania muitas e boas terras pera se povoarem e fazerem nellas fazendas.²⁸⁹

A povoação da primeira capitania e mais antiga esta nua ilha que se chama Tamaracá pegada com a terra firme, tem três legoas de comprido e duas de largo. Tê trinta e cinco legoas de terra pela costa pera o norte. He de dona Jeronima Dalbuquerque molher que foi de Pero Lopes de Sousa naqual tem posto capitão de sua mão. Ha nella hu engenho dassucre, e agora se faze dous novamente, e muito pao do brasil e algodão. Pode ter até ce vizinhos. Ha nesta capitania muitas e boas terras pera se povoarem e fazerem nellas fazendas.²⁹⁰

288

D. Jeronyma de Albuquerque de Sousa, filha de Pedro Lopes de Sousa e D. Isabel de Gambôa, foi casada com D. Antônio de Lima.

289

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo Primeiro. Da Capitania de Tamaracá”. In: _____. *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 25.

290

Idem. *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes/ feito por Per[o] de Magalhães*. 47 f, 23 cm. [16--], cod 552.

A povoação da primeira capitania e mais antiga está nua ilha que se chama Tamaracá pegada com a terra firme. Tem tres legoas de comprido e duas de largo, te trinta e cinco legoas de terra pela costa pera o norte. He de dona Jeronima dAlbuquerque molher que foi de Pero Lopez de Sousa, na qual tem posto capitão de sua mão. Ha nella hu engenho dassucre & agora se fazem dous novamete e muito pao do Brasil e de algodão. Pode ter ate çem vezinhos. Ha nesta capitania muitas e boas terras pera se povoare e fazere nellas (fazendas).²⁹¹

Vejamos agora o epidítico menos tênue na vertente de elogio:

Huma das cousas que sustenta e abasta muito os moradores desta terra do Brasil, he a muita caça que ha nestes matos de muitos generos e de diversas maneiras, a qual os mesmos índios da terra matão assy com frechas como por industria de seus laços e fojos onde costumão tomar a maior parte della.²⁹²

Hua das cousas que sustenta e abasta os moradores desta terra do Brasil, he a muita caça que ha nestes matos de muitos generos e de diversas maneiras, a qual os mesmos índios da terra matão assy com frechas como por industria de seus lassos e fojos onde costumão tomar a maior parte della.²⁹³

Hua das cousas que sustenta e abasta muito os moradores desta terra do Brasil he a muita caça q ha nestes mattos de muitos generos e de diversas maneiras, a qual os mesmos índios da terra matão assy com frechas como por industria de seus laços e foios onde costumão tomar a maior parte della.²⁹⁴

Ainda para acentuar os particulares, é interessante notar que neste ambiente bravoio, violento, pestilento, mas também edênico, alguns vassalos do rei e homens de armas são imitados a partir do uso de determinadas *auctoritates* como uma espécie de heróis e têm seu encômio executado no gênero histórico. Tomamos como exemplo o caso de Fernão de Sá, filho do Capitão-General da Província e morto em fidelidade na mão dos índios:

Outro caso de nam menos admiraçam aconteeo entre Porto Seguro & o Spírito Sancto, naquelas guerras onde matáram Fernão de Sá, filho de Mem de Sá, q entam era Governador géral destas partes. E foy q tendo os Portugueses rendida hua aldeia com favor dalguns Indios nossos amigos que tinham de sua parte, chegarão a hua casa pera fazerem presa nos inimigos como já tinhã feito em cada hua das outras.

291

Idem. “Capitulo 1. Da Capitania de Tamaracá”. In: _____. *Tratado da Província do Brasil* [Tractado da província, op. cit.

292

Idem. “Capitulo Quinto. Da Caça da Terra”. In: _____. *Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 49.

293

Idem. “Capitlo 5”. *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes/ feito por Per[o] de Magalhães*, op. cit.

294

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 5. Da caça da terra”. In: _____. *Tratado da Província do Brasil* [Tractado da província..., op. cit.

Mas elles, deliberados a morrer, nam consintiram que nenhum entrasse dentro; & os de fora vendo sua determinaçam, & que por nenhua via se queriam entregar, dixeranlhes que se logo a hora o não faziam, lhes aviam de por fogo á casa sem nenhua remissam. E vendo os nossos cõ elles nam aproveitava este desengano, antes se punham de dentro em determinação de matarquantos podessem, lhes poseram fogo: & estando a casa assi ardendo, o Principal deles vendo que já nam tinham nenhu remédio de salvaçam nem de vingança, & que todos começavã de arder, remeteu de dentro uma grande fúria a outro Principal dos cõtrários que passava por defronte da porta da banda de fora, & de tal maneira o abarcou, que sem se poder livrar de suas mãos, o meteo consigo em casa & no mesmo instante se lançou com elle na fogueira, onde arderam ambos com os mais que lá estavam sem escapar nenhum.²⁹⁵

Gandavo se preocupa em indicar os passos fundamentais que garantiriam a prosperidade dos futuros habitantes da Província. Aconselha que as pessoas que pretendam viver no Brasil deverão possuir meia dúzia de escravos, logo, terão remédio para sua sustentação e pouco a pouco enriquecerão e viverão nessa terra com mais descanso que em Portugal:

As pessoas q no Brasil querem viver tão q se fazem moradores da terra por pobres que seião, se cada hu alcançar dous pares ou mea duzia d'escravvos (que pode hu por outro custar pouco mais ou menos ate dez cruzados) logo tem Remedio pera sua sostetação porq hus lhe pescão e cação outros lhe fazem mantimetos e fazenda. E assy pouco a pouco enriqueçe ôs homes & vivem honrradamente na terra com mais descanso q neste Reino, porq os mesmos escravos indios da terra buscão de comer para sy e para ôs snõrs, & desta maneira não fazem os homes despeza com seus escravos em mantimetos com suas pessoas.²⁹⁶

Segundo Políbio, em sua *História*, cabe ao historiador averiguar a dimensão das causas da matéria, pois não basta dizer quando um feito ocorreu, nem tampouco como ocorreu, mas sim aclarar porque esse “quando” e “porque”. Diz ainda que os elementos mais necessários da história são os relativos às causas²⁹⁷. Políbio ainda mostra que a dimensão da causa se relaciona com outras, como o pretexto, pois quando expõe a guerra encampada entre Roma e Cartago expõe como primeira causa o sítio de Sagunto pelos cartagineses e como segundo, o rio Ebro. Políbio observa aqui que esses feitos são os inícios e não as causas. A causa e o pretexto são os primeiros elementos que originam a descrição. Para ele, o mais

295

Idem. “Das Guerras que têm uns com outros e a maneira de como se hão nelas”. In: *História....* ed. *princeps*, op. cit., p. 40.

296

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província....]*, op. cit., pp. 134-135.

297

POLIBIO. *Histórias*. Intro. de A. Díaz Tejera. Trad. e notas de Manuel Balasch Recort. Madrid: Gredos, 1981, p. 25. (Biblioteca Clássica Gredos, v. 38: Libro I-IV).

relevante é a noção de *causa* e esta se diferencia do início não porque é anterior, mas porque está em toda base da ação. Para ele, a causa constitui uma série de operações mentais, ideias e afetos.

Ao tomarmos a reflexão de Políbio sobre pretexto e causa, como poderíamos pensar o texto de Gandavo? O autor português escreve uma história sobre o Brasil e no prólogo nos diz que o faria, pois, passados setenta anos de seu descobrimento, nenhum português de grande vulto realizou esse feito; segundo o autor, a escritura é a vida da memória e a memória é uma semelhança a que todos devem aspirar. Vejamos nas três versões do texto como Gandavo nos apresenta seu fragmento:

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história, e sair com ella a luz, foi por não haver atégora pessoa que a emprendesse, havento já setenta e tantos annos que esta Provincia he descoberta.²⁹⁸

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história, & sair com ella a luz foy por nam aver ategora pessoa que a emprendesse, avendo ja setenta & tantos annos que esta provincia he descuberta.²⁹⁹

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presenti historia é sair com ella a luz, foy por ver que não ouvi atégora pessoaque a imprendesse: avento ja sententa e tantos annos, que esta provincia he descuberta.³⁰⁰

Em Políbio, a causa tem de ser buscada nas considerações de todo tipo e se faz em torno do poderio de Cartago e das aspirações romanas. A noção de pretexto se descobre na ideia dos princípios do texto, mas a causa dá lugar à ação, ainda que o pretexto justifique a causa e o início à medida que adquire um caráter axiológico evidente. Por exemplo, Alexandre formula como pretexto da guerra contra a Ásia castigar as injúrias³⁰¹ dos persas contra os gregos. Nesse sistema há uma tríade *pretexto-causa-princípio*. O pretexto justifica a causa. Em Gandavo, o pretexto é escrever uma história sobre o Brasil das coisas notáveis passados setenta anos. O princípio norteador da ação é mostrar o Brasil em um gênero que aconselha e que louva, ou seja, para que o habitante de Portugal se sinta comovido para se

298

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prologo ao Lector”. In: _____. *Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 76

299

Idem. “Prologo ao Lector”. In: _____. *História...*, ed. princeps, p. 5.

300

Idem. “Prologo ao Lector”. In: _____. *Historia da provincia Sancta Cruz, a que vulgar mente...*, Manuscrito do Escorial, op. cit.

301

POLIBIO, op. cit., p. 26; DIODORO de Sicília. *Bibliothèque Historique*. Londres: Heinemann, 1967. v. 2, pp. 65-81.

mudar para o Brasil é necessário louvar a terra a fim de convencê-lo à ação, pois somente dessa maneira se anunciará a utilidade do local que carece de moradores para a edificação e glória do reino.

No caso de Gandavo, também poderíamos afirmar, como Políbio, que o pretexto justifica a causa, que é honesta. Notamos uma narração assentada no tripé *modo, tempo, causa*. Em seu sentido mais restrito, o gênero histórico em Gandavo é proveniente de uma tripla dimensão que tem como pilar a demonstração e esta consiste em limitar os feitos, as *res gestae*, nas categorias de tempo, modo e causa. Em seus textos – *Tratado da Terra do Brasil*, *História da Província de Santa Cruz* e *Tratado da Província do Brasil* –, o argumento passa a ser visto cada vez menos a partir da proporção do *falso X verdadeiro* e mais pela noção do *utile* ou *dulce*, respectivamente. A invenção em seu texto não é fechada e absoluta. É sempre executada tendo em vista aquele a quem se deseja persuadir. Para tanto, deve buscar estabelecer a fé (*fides*) e comover o ânimo do leitor.

2.2 Sobre os lugares-comuns

Segundo Hansen, os lugares-comuns³⁰² (*topoi/loci*) podem ser pensados como lugares retóricos ou dialéticos guardados em lugares físicos imaginários (*topoi/ loca*) da memória, onde se armazenam como sede de argumentos que são aplicados pelo autor. Tanto gregos como romanos pensavam que havia uma memória natural, como faculdade de lembrar as coisas, e uma memória artificial, como conjunto de técnicas usadas para guardar e lembrar coisas.

Dessa maneira, estaríamos diante de uma *mnemotekné*, *ars memorativa* ou arte da memória. Para o estudioso, a imagem formada mentalmente e espacializada é um *topos*, um “lugar”, que se repete quando os vários gêneros do discurso são usados, por isso é “comum”, ou seja, é lugar comum porque aplicado a causas diversas de um mesmo gênero, além de ser coletivo e anônimo.

O autor encontra os lugares-comuns armazenados em sua memória para compor o discurso, sabendo que o ouvinte já os conhece; de mais a mais, o discurso e o uso de seus respectivos lugares-comuns devem ser adequados à audiência, à circunstância e às coisas de que se trata. E são chamados de comuns também porque neles residem as sedes de argumentos que são transferíveis de uma causa para outra; por isso, também são “comuns”

302

HANSEN, J. A. “Lugar-Comum”, op. cit., pp. 159-178.

porque são aplicados a causas diversas do mesmo gênero.

Segundo Alves³⁰³, Cícero define o tópico como “*hae (eae) quasi sedes e quibus argumenta promuntur*”³⁰⁴ e o argumento como “*rationem quae rei dubiae faciat fidem*”³⁰⁵. Sede dos argumentos pode ser compreendido como alicerce, base e depósito. Na definição de Cícero é o de fazer a fé de algo, isto é, de estabelecer a credibilidade do que está em jogo na argumentação, ou seja, o assunto em questão, a pessoa do orador e o tipo de questão. Para Aristóteles, “elemento ou tópico é aquilo a partir do que se formam muitos argumentos”³⁰⁶.

Os tópicos são como “etiquetas” de argumentos e nisso reside sua natureza: elas são a noção abstrata que confere a identidade do tópico. Em Cícero, o tópico é uma espécie de suporte onde os argumentos são buscados. Segundo Alves³⁰⁷, pode ser comparado a uma chave e o argumento ao motor: o tópico aciona o argumento. Embora a formulação do tópico apresente alguma semelhança com a de um argumento, ele é parte do argumento. Isto é o que garante a passagem das premissas à conclusão. Cícero demonstra que em cada argumento encontra-se incluída uma ideia subentendida (ou seja, o tópico) que assegura sua validade.

Os tópicos que expressam a divisão do assunto podem dar a impressão de que o orador está analisando a questão sob todos os ângulos e demonstrando todas as possibilidades de tratá-las. Desse modo, pode amplificar ou reduzir a importância de uma controvérsia a fim de conduzir as ações segundo seus interesses, ou seja, reafirma a importância de sua questão e a impertinência da questão do adversário.

Os lugares-comuns não são apenas dotados de ética, como as virtudes e os vícios, mas, em todos os gêneros do saber, são compostos por argumentos primordiais que contêm as fontes e a totalidade dos conhecimentos. Não podem ser usados ao mesmo tempo e em qualquer discurso, mas é fundamental que sejam conhecidos como lugares primordiais de conhecimento, pois constituem um conjunto de máximas inventivas sobre os mais diversos assuntos, extraídas de toda parte em poetas e prosadores. A coletânea deles constitui um conhecimento perfeito e os grandes autores são lidos para deles se retirar um determinado número de sentenças úteis à causa exposta.

303

ALVES, Baltazar de Oliveira. *Os tópicos de Marco Túlio Cícero*: Introdução e tradução. Dissertação (Mestrado em Letras) – FFLCH-USP, São Paulo, 2001.

304

“sedes, como se assim fossem, de onde os argumentos são retirados.”

305

“o método que dá crédito a uma exposição duvidosa”. Cf. CÍCERO, Top. 2,8

306

ARISTÓTELES, *Retórica*, 2, 26, 1403^a, op. cit.

307

ALVES, op. cit., p. 37.

Segundo Alves³⁰⁸, na retórica, a palavra *status* designa o posicionamento do orador levando em conta a situação, a emoção, a atitude de seu adversário e as regras do jogo. Essas regras correspondem aos tipos de questão que indicam se há ou não um adversário. Se for uma questão deliberativa, em que a solução de uma situação influencia a vida futura, ou uma questão judiciária, quando se decide a respeito de um delito já cometido, tais providências ocorrem em torno de um problema. Entretanto, a regra equivalente à questão laudatória é comparada a um jogo amistoso, ou seja, onde não há ganhador ou perdedor. A *ars laudandi* não se estrutura sobre um problema, sobre um litígio, mas sim acerca de um elogio ou de um vitupério.

Para Cícero³⁰⁹, quando se disserta sobre o justo e o injusto serão coligidos os tópicos da equidade. Estes são separados em duas partes: lei da natureza e instituição. A lei da natureza compreende duas partes: a atribuição de cada pessoa do que ela possui e o direito de vingar uma ofensa; e a instituição da equidade é dividida em três partes: a primeira é assegurada pelas leis, a segunda pela conveniência e a terceira por costumes de longa data.

Logo adiante, Cícero mostra a natureza das causas³¹⁰, afirmando que existem três tipos, a saber: a judiciária, a deliberativa e a laudatória. A própria finalidade de cada uma demonstra quais tópicos podem ser utilizados. A finalidade da causa judiciária é a justiça (o direito) a partir do que a causa recebe seu nome, já a finalidade da causa laudatória é a honra.

Ainda segundo Cícero³¹¹, quando se discute sobre a utilidade, honra, equidade e sobre as coisas que lhes são contrárias, incorre-se aí um status – posicionamentos – de questão de direito ou de nome do assunto. Acontece a mesma coisa nos discursos laudatórios. Por exemplo, pode-se negar que o fato elogiado foi realizado ou que ele não deve ser estabelecido pelo nome com o qual aquele que elogia lhe conferiu. Ou ainda que o fato não é absolutamente digno de elogio porque não é correto e não foi realizado de acordo com a lei.

Para nós, a honra exercitada na *ars laudandi* em Gandavo associa-se à noção de utilidade. O autor ativa os códigos de honra provenientes da sociedade ibérica, cristã e pós-tridentina, de fisionomia aristotélico-escolástica. Essa ideia, segundo Bluteau³¹², associa-se a

308

ALVES, op. cit., p. 92.

309

CÍCERO. Top. I, 90.

310

Idem. Top. I, XXIV, 91.

311

Idem. Top, XXV, 94.

312

BLUTEAU, R. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...*, op. cit, v. 4, p. 51.

uma outra a respeito da razão da nobreza, virtude ou outra excelência de alguém ou algo. Ainda segundo o autor, pode-se daí extrair também uma outra, que é a de boa fama adquirida pelo exercício de determinada virtude adquirida com boas ações. Para Bluteau, sem virtude não há honra verdadeira.

Em nossa análise, a noção de *honra* atrela-se à do exercício da virtude. Nos textos de Gandavo, circunscreve-se em torno dessas ideias a utilidade de morar na nova terra e de como o novo morador terá como presente a virtude da mesma. Dessa noção extraímos outra, de cunho ético, direcionada a respeito da validade da imigração. Por que motivo Gandavo procura convencer seu destinatário a se mudar para a nova terra? Que benefícios o novo morador teria em habitar a nova terra?

Defendemos a hipótese de que Gandavo se utiliza do encômio à terra a fim de mostrar seus aspectos louváveis para captar a atenção e a adesão do seu destinatário em relação à nova terra. Afirma, logo no início de *História da Província de Santa Cruz*, especificamente no capítulo segundo – “Em que se descreve o sítio & qualidades desta província” – que essa terra, sem contradição, é a melhor para a vida do homem em comparação com as outras da América, pelo fato de ser de bons ares, fertilíssima e em grande maneira deleitosa e aprazível à vista humana:

[...] he esta provincia sem contradiçam a melhor pera a vida do homem que cada hua das outras de America, por ser comummente de bõs ares & fertilissima, & em gram maneira deleitosa & aprazível à vista humana. O ser ella tam salutifera & livre de enfermidades, procede dos ventos que geralmente cursam nella [...].³¹³

Em Gandavo, o exercício da virtude reside, primeiramente, em habitar essa nova província que já foi semeada pelos padres da Companhia de Jesus; depois, cabe ao novo morador instituir formas de organização social para a edificação do reino. Como recompensa, os novos moradores terão como presente uma terra aprazível dotada de fauna e flora exuberantes. Para nós, o exercício da virtude segundo Gandavo requer um esforço por parte do novo morador, que também poderá contar com meia dúzia de escravos para ter uma vida satisfatória no novo local. Para tanto, é preciso estar alerta para a advertência de que, apesar de a terra ser edênica, é necessário ter conhecimento de que ela é habitada por uma gente indômita, bestial, de práticas abomináveis e, além disso, de que a terra também tem bichos pestilentos. Em suma, parece-nos que o exercício da virtude que requer boas ações para

adquirir honra exige do novo morador que consiga ultrapassar a barreira das coisas torpes. Ou seja, o torpe e o honesto dialogam constantemente no texto de Gandavo com as noções de *útil/inútil*.

As imagens dos lugares-comuns também requerem uma elocução conveniente no uso e escolha do repertório lexical; uma imagem criada com intensidade é mais eficaz porque efetua *páthos*, paixão e compaixão; por seu turno, para que o efeito intenso dessa imagem seja pateticamente eficaz, sua vividez deve se adequar à verossimilhança que é definida pelo gênero do discurso. Em *Retórica a Herênio*, há a seguinte ideia de lugar-comum:

A memória artificial constitui-se de lugares e imagens. Chamo lugar aquilo que foi encerrado pelo homem ou pela natureza num espaço pequeno inteira e distintamente, de modo que possamos facilmente percebê-lo e abarcá-lo com a memória natural: como uma casa, um vão entre colunas, um canto, um arco e coisas semelhantes. Já as imagens são determinadas formas, marcas ou simulacros das coisas que desejamos lembrar. Por exemplo, se queremos guardar na memória um cavalo, um leão ou uma águia, será preciso dispor suas imagens em lugares determinados.³¹⁴

Os lugares-comuns da invenção e o repertório lexical da elocução sempre são extraídos da boa opinião – *ek endoxon* – que não contraria a *doxa*, que é a opinião considerada provável ou verdadeira pelos sábios ou pela maioria deles. Na invenção de cada gênero, imitam-se os *endoxa* próprios de cada lugar-comum para que a audiência reconheça na enunciação a semelhança com o discurso que se acredita ser verdadeiro segundo as regras de cada gênero.

Segundo Hansen³¹⁵, quando o orador fala eficazmente, constrói na memória do destinatário um reconhecimento daquilo que é dito. Para que isso ocorra, repete os lugares-comuns que são patrimônios da memória coletiva e além disso especifica as qualidades de suas particularidades, como se estas não fossem alheias ao ouvinte, pelo contrário, parecem como se estivessem muito próximas deles.

Segundo a taxonomia aristotélica³¹⁶, nos gêneros deliberativo, judicial e epidítico suas distâncias dimensionam-se como se o enunciado estivesse para acontecer ou tivesse acabado de se realizar, dizendo coisas e estados de coisas como se temporalmente estivessem muito próximos do ouvinte. Para se obter esse efeito, aplicam-se lugares da invenção, ordens da

314

RETÓRICA a Herênio, op. cit., pp. 183-184.

315

HANSEN, J. A. “Lugar-Comum”, op. cit., pp. 159-177.

316

ARISTÓTELES. *Retórica*, III, op. cit., pp. 175-182.

disposição e clareza da elocução que efetuam verossimilhanças e decoros específicos. O estilo do discurso é modelado em concomitância com a variação elocutiva das palavras, ou seja, há a construção de uma perspectiva em que o destinatário recebe as imagens como se fosse contemporâneo aos aspectos figurados nas imagens, semelhantes aos lugares-comuns que ele já conhece.

No ato da recepção empírica, a posição simbólica do destinatário é ocupada assimetricamente pelas diversas posições de audiência que verifica se a imagem é semelhante às opiniões do costume que as considera verdadeiras (*ek endoxa*), por isto julga se o efeito de presença de coisas ausentes é verossímil ou semelhante ao que se memoriza como verdadeiro. Públicos cultos também julgam a engenhosidade da combinação dos lugares e a perícia técnica do autor que os aplicou segundo a variação e clarezas das propriedades elocutivas.

Segundo Hansen³¹⁷, lugar-comum pode também ser assimilado como uma rubrica, um índice classificatório de assuntos, além disso, como uma premissa maior de um silogismo que é amplificada em uma demonstração. Segundo o estudioso, quando o orador fala no gênero deliberativo, são lugares-comuns “o útil, o honesto, o fácil, o agradável, o necessário, o que se deve temer, o que se deve esperar” etc; no gênero demonstrativo “a nação, a pátria, os bens (males) do corpo”, como a “beleza e a feiura; os bens (males) do ânimo ou “da alma”, como as “virtudes” e os “vícios”. Para o estudioso não há uma lista metódica de todos os lugares. O que mais se aproxima de uma tópica ou uma sistematização deles são os repertórios de exemplos medievais de virtudes e vícios ordenados alfabeticamente.

Julgamos que em Pero de Magalhães Gandavo os lugares-comuns se espacializam e por seu turno se materializam em torno do par *encômio/elogio* a partir de um aconselhamento, ou seja, a partir de uma deliberação. A noção de *útil* modula-se com a de *honestidade* com vistas a edificar uma honra, seja da cidade, da fauna ou da flora. Por outro lado, vitupera-se a honra do índio mostrando-o de maneira torpe. O índio parece um espelho invertido daquele quem narra, pois tudo que é virtuoso na perspectiva quinhentista eurocêntrica é ausente no índio e toda a sua torpeza selvagem ou bárbara é ausente no católico do século XVI. Em Gandavo, também o uso do lugar é comum porque se apresenta como uma repetição partilhada coletivamente através de uma variação elocutiva feita como emulação de discursos que já foram anteriormente usados. Esses mesmos lugares foram e são repetidos em situações novas, ou seja, em circunstâncias reinventadas no ato de enunciação. Mostra-nos a tópica da descoberta no capítulo 1 – “De como se descobriu esta Provincia, e a razam por que se deve

chamar Santa Cruz e não Brasil” –, colocando-nos diante dos olhos que o rei católico e sereníssimo príncipe El Rey Dom Manuel mandou expedir uma frota para a Índia, comandada por Pedro Álvares Cabral. Segundo o autor, a frota parte de Lisboa em nove de março de 1500. Gandavo afirma que a nau, após passar por tantos vieses, chega a seu destino. Da nova terra nos mostra³¹⁸:

E no lugar que lhes pareceo della mais accomodado, surgiram aquella tarde, onde logo tiveram vista da gente da terra: de cuja semelhança nam ficáram pouco admirados, porque era differente da de Guiné, & fóra do comum parecer de toda outra que tinham visto. Estando assi surtos nesta parte que digo, faltou aquella noite com elles tanto tempo, que lhes foy forçado levarem as ancoras, & com aquelle vento que lhes era largo por aquelle rumo, foram correndo a costa ate chegarem hum porto limpo & de bom surgidouro onde entraram: ao qual poseram entam este nome, que hoje em dia tem de Porto feguro, por lhes dar colheita & os assegurar do perigo da tempestade que levavam. Ao outro dia seguinte, sahio Pedralvarez em terra com a mayor parte da gente: na qual se disse logo Missa cantada, & ouve pregação: & os Indios da terra que ali se ajuntáram ouvião tudo com muita quietaçam, usando de todos os actos & cerimonias que vião fazer aos nossos. E assi se punham de gíolhos & batião nos peitos, como se tiveram lume de Fé, ou que por algua via lhes fora revelado aquelle grande & ineffabil mysterio do Sanctifsimo Sacramento. No que mostravam claramente estarem dispostos pera receber a doctrina Christã a todo o tepo q lhes fosse denunciada como gete que não tinha impedimeto de idolos, nem professava outra ley algua que podesse contradizer a esta nossa, como a diante se vera no capitulo que trata de seus costumes. Entam despedio logo Pedralvarez hum navio co a nova a el Rey Dom Manuel, a qual foy delle recebida com muito prazer & contentamento: e dahi por diante começou logo de mandar alguns navios a estas partes, & assi se foy a terra descobrindo pouco a pouco & conhecendo de cada vez mais, até que depois se veo toda a repartir em capitánias & a povoar da maneira que agora está. E tornando a Pedralvarez seu descobridor, passados alguns dias que alli esteve fazendo sua agoada & e esperando por tempo que lhe serviffe, antes de se partir, por deixar nome aquella província, por elle novamente descuberta, mandou alçar hua Cruz no mais alto lugar de hua arvore, onde foy arvorada com grande solennidade e benções de Sacerdotes que levava em sua companhia, dando a terra este nome de Sancta Cruz: cuja festa celebrava naquelle mesmo dia a Sancta madre Igreja (que era aos tres de Mayo).

Em relação aos lugares-comuns da *fidelidade*, *honra* e *glória*, a heroicidade da “descoberta” recai sobre a figura do príncipe Rei Dom Manuel e de Pedro Álvares Cabral, pois o herói é um tipo de vassalo fiel, zeloso, de renome, numa representação política efetuada por meio dos principais lugares demonstrativos da fidelidade estamental, do reconhecimento dos pactos, da hierarquia universal e providencialista: “Reinando aquele mui católico e sereníssimo Príncipe el – Rei Dom Manuel, fez uma frota para a Índia de que ia por

318

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. Primeiro, De como se descobrio esta provincia, & a razão porque se deve chamar Sancta Cruz, & nam Brasio”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit.

capitão-mor Pedro Álvarez Cabral; que foi a segunda navegação que fizeram os portugueses para aquelas partes do Oriente”³¹⁹.

Ainda sobre o capítulo 1, é interessante notar o desvio das naus pela tempestade. A tópica da dificuldade de navegar pelos promontórios e oceanos indômitos encarece ou amplifica a ação que se louva no discurso demonstrativo e como verdade histórica que aí se supõe; além disso, pensa o mundo como uma ordem mística politicamente instituída, tornando a superação do obstáculo um dado providencialmente divino na rota dos “descobrimentos”.

Um pouco mais adiante, Gandavo começa a ponderar qual o motivo de a terra chamar-se Brasil e não Santa Cruz. Em nossa análise, intenciona persuadir ao leitor/ouvinte que, se a terra se chamar Terra de Santa Cruz, estará cada vez mais distante da ação do demônio e isto se observa nas práticas gentílicas dos habitantes locais. Por outro lado, mostra-nos que é sem propósito o novo sítio chamar-se Brasil que nada mais é do que um pau avermelhado que se assemelha a uma brasa³²⁰:

O que nam parece carecer de mysterio, porque assi como nestes Reinos de Portugal trazem a Cruz no peito por insignia da ordem e cavallaria de Chrifthus, assi prouve a elle que esta terra se descubrisse a tempo, que o tal nome lhe podesse ser dado neste sancto dia, pois avia de ser possuida de Portugueses, & ficar por herança de patrimonio ao mestrado da mesma ordem de Christus. Por onde nam parece razão, que lhe neguemos este nome, nem que nos esqueçamos delle tam individamente por outro que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o pao da tinta começou de vir a estes Reinos. Ao qual chamaram brasil por ser vermelho & ter semelhança de brasa & daqui ficou a terra com este nome de Brasil. Mas pera que nesta parte magoemos ao Demonio, que tanto trabalhou & trabalha por extinguir a memoria da Santa Cruz, & e desterrala dos corações dos homes (mediante a qual fomos redemidos & livrados do poder de sua tyrannia), tornemoslhe a restituir seu nome, & chamemoslhe província de Santa Cruz como em principio (que assi o amoesta tambem aquelle illuftre & famofo escritor João de Barros na sua primeira Década, tratando deste mesmo descobrimento). Porque na verdade mais he destimar & melhor foy nos ouvidos da gete Christão nome de hum pao em que se obrou o misterio da nossa redempçam que o doutro que nam serve de mais que de tingir panos ou cousas semelhantes.

Neste primeiro capítulo, notamos alguns lugares-comuns, como a pessoa que autoriza a expedição – o rei D. Manuel –, bem como sua linhagem, a natureza do feito, assim como as intempéries sofridas pela expedição. As matérias narradas apresentam em *ordo naturalis* os acontecimentos: autorização régia, navegação, encontro com os índios, pregação da missa,

319

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. Primeiro, De como se descobrio esta provincia, & a razão porque se deve chamar Sancta Cruz, & nam Brasil”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit.

320

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. Primeiro, De como se descobrio esta provincia, & a razão porque se deve chamar Sancta Cruz, & nam Brasil”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit.

reconhecimento do território, divisão política do local e investigação etimológica do nome da terra seguida de uma proposição de renomeação da topografia e por fim a autoridade de João de Barros.

Para Teón³²¹, a argumentação se fará a partir de sucessos anteriores e/ou posteriores ao relato; a descrição de lugares, épocas, modos ou personagens se fiará na beleza, utilidade e no prazer. As virtudes do discurso segundo o preceptista são a clareza, vivacidade, concisão e adequação ao tema. Além disso, segundo ele, uma descrição virtuosa é uma composição exposta em detalhe e apresenta de maneira vívida ante os olhos do leitor/ouvinte o objeto colocado em evidência. Já em relação aos lugares-comuns elencados pelo preceptista, temos: *guerra, paz, fome, tempestade e epidemia*; os lugares: *prado, praias, cidades, ilhas, desertos*; as épocas: *primavera, festividades*; os modos: *armas e máquinas de Guerra*. Segundo o retor, à medida que expomos os feitos, no caso de Gandavo as *res gestae*, inserimos também nossa opinião, dizendo se as ocorrências são boas ou más, pois, em nossa opinião, ambas são a substância do gênero demonstrativo e apontam para um aconselhamento que é o elemento central do gênero deliberativo. Na descrição, a exposição dos feitos será executada a partir dos sucessos que os precedem e os que os seguem, por exemplo, caso se trate de uma guerra, examinaremos primeiro as circunstâncias que a antecedem, o contingente de soldados e as armas utilizadas nas batalhas, os temores de ambos os lados, a devastação do país, os assédios; depois, as feridas, as mortes, os duelos e por último a conquista, a vitória e os troféus. Além disso, os feitos devem ser apresentados de uma maneira gradativa, ou seja, em primeiro lugar, parte-se dos feitos realizados em sequência por um particular, por exemplo os feitos executados por um rei, posteriormente os realizados por uma cidade, em último lugar, os ocorridos em algumas regiões ou povos.

No primeiro capítulo, Gandavo apresenta a terra, os habitantes locais e o nome do local. A amplificação em *História da Província de Santa Cruz* é dada tanto pelos lugares-comuns elencados pelo autor quanto pela vividez das descrições executadas na elocução. Nossa suposição é que a disposição das matérias proposta por Gandavo em *História da Província de Santa Cruz* segue um determinado percurso: mostra-nos a autorização régia para a expedição, depois a chegada à terra, o contato com o índio, o estabelecimento das feitorias que mais tarde se transformaram em capitanias hereditárias. Mais adiante mostrará os bichos peçonhentos da terra e as qualidades das frutas; avançando um pouco mais na leitura, teremos

321

HERMÓGENES; TÉON; AFTONIO. *Ejercicios de Retorica*. Madrid: Gredos, 1991. (Biblioteca Clássica Gredos, v. 158).

contato com a “barbárie” dos índios, que são alheios a “Fé, Lei e Rei”, a atuação dos padres da Companhia de Jesus e, por fim, para finalizar o relato, as riquezas minerais da terra.

Mostra-se relevante compreendermos a divisão da matéria narrada considerando o gênero demonstrativo. Por exemplo, no capítulo 2, “Em que se descreve o sitio e qualidades desta província”, o autor descreve de maneira patente a topografia do local nomeando capitânias, rios, donatários; posteriormente situa a Província de Santa Cruz que vulgarmente chamavam de Brasil na América em uma das quatro partes do mundo, localizando-a entre a zona tórrida e parte debaixo da zona temperada, sítio este definido pelo autor como dotado de ares salutíferos, pois a terra não se mostra muito quente, tampouco muito fria. Em vista disso, neste momento da descrição o autor ativa o dispositivo encomiástico do gênero demonstrativo comparando o Brasil a uma harpa³²²:

Esta provincial Sancta Cruz está situada naquella grande America, hua das quarto partes do mundo. Dista o seu principio dous graos da equinoctial pera a banda do Sul, & dahi se vay estendendo pera o mesmo Sul a te quorenta & cinco graos. De maneira que parte della fica situada debaixo da Zona torrida, & parte debaixo da téperada. Está formada esta provincial á maneira de hua harpa: cuja costa pella banda do Norte corre do Oriente ao Occidente & está olhando diretamente a Equinocial. E pela do Sul confina com o mar Oceano Africo, & olha diretamente os Reinos de Congo & Angola a te o Cabo de boa eferança que he o feu opposito.

[...] Além disto he esta provincial sem contradizam a melhor pera a vida do homem que cada hua das outras de America, por ser commummente de bõs ares & fertilissima, & em gram maneira deleitosa & aprazivel á vista humana. O ser ella tam salutifera & livre de enfermidades, procede dos ventos q gerallmente cursam nella: os quaes fam Nordeftes & Sues, & algumas vezes Lestes & Lesuestes.

À noção de lugar paradisíaco regado por uma natureza clemente de águas caudalosas, doce luz, primavera perpétua, suaves perfumes e música celestial localizadas em uma montanha alta em algum longínquo lugar são já provenientes das tópicas greco-romanas e se fundiram, ao menos parcialmente, a partir da era Cristã, com evocações bíblicas do pomar do Éden, pois conta-se que, circunscrito em um lugar abençoado pela prodigalidade ofertada pela natureza, podia-se encontrar associado à abundância de água, exalação perfumada, justeza de temperatura, nem quente tampouco fria, ausência de dor, convivência tranquila e harmoniosa entre os homens e os animais. Três grandes temas favoreceram essa evocação de uma terra ditosa: os da Idade de Ouro, dos Campos Elísios e das Ilhas Afortunadas – sendo eles ora confundidos, ora separados. Sobre a Idade do Ouro, Hesíodo [séc. VIII a VII aC] nos

322

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 2. Em que se descreve o sitio & qualidades desta província”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit.

apresenta em *Os trabalhos e os dias*:

Eram do tempo de Cronos, quando no céu este reinava
como deuses viviam, tendo despreocupado coração,
apartados, longe de penas e misérias; nem temível
velhice lhes pesava, sempre iguais nos pés e nas mãos,
alegravam-se em festins, os males todos afastados,
morriam como por sono tomados: todos os bens eram
para eles: espontânea a terra nutriz fruto
trazia abundante e generoso e eles, contentes,
tranquilos nutriam-se de seus pródigos bens.
Mas depois que a terra a esta raça cobriu
eles são, por desígnios do poderoso Zeus, gênios
corajosos, ctônicos, curadores dos homens mortais.³²³

A Idade de Ouro platônica faz do período o reinado feliz de Cronos. Nesse tempo, os homens tinham fartamente as benesses oferecidas pela natureza. Viviam nus, pois as estações eram tão equânimes no que tange à temperatura que viviam a maior parte do tempo ao ar livre. Seus leitos originavam-se da relva nutrida pela Terra³²⁴.

Na vertente latina, a mesma Idade é relatada por Ovídio em *As metamorfoses*³²⁵. Afirma o poeta que a primeira dessas idades a florescer foi a do Ouro, que sem demandas praticava somente a virtude a fé. Penalidades como os castigos e o temor eram desconhecidas, o povo não tremia diante do juiz, a nação dispensava exércitos e tropas, pois se vivia no seio da paz, enfim, uma vida repleta de doces lazes. A terra era livre da ação humana. Desconhecia a enxada, o arado, e ofertava aos homens tudo o que eles necessitavam sem coerção:

A Primavera era eterna e os mansos zéfiros acariciavam com os seus hálitos tépidos as flores nascidas sem sementeira. Pouco tempo depois, a terra que ninguém tinha trabalhado cobria-se de colheitas; os campos, sem cultivo, tornavam-se amarelos sob as pesadas espigas; então rios de leite, rios de néctar corriam aqui e além e a azinheira de folhagem verde destilava o mel louro.³²⁶

Os Campos Elísios, na tradição grega, aparecem como morada encantada no canto IV da *Odisseia*. Nestes, lá nos confins da Terra, a menos dura existência é ofertada aos homens

323

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. 3ª ed. São Paulo: Pólen; Iluminuras, p. 31.

324

DELUMEAU, Jean. *Uma história do Paraíso: O jardim das delícias*. Lisboa: Terramar, 1994, p. 283.

325

OVÍDIO. *Métamorphoses*. Paris: Les Belles Lettres, 1924, pp. 10-11.

326

Ibidem.

perto da morada do louro Radamante. Esse sítio é desprovido de neve, inverno rigoroso, também há ausência de chuvas e os ventos suaves sobem dos oceanos para refrescar os homens³²⁷. Esta mesma natureza encantada, mas situada no além-túmulo, fora descrita por Homero no canto VII da *Odisseia*. Trata-se do episódio na ilha dos Feácios, do Jardim de Alcino, “encerrado num recinto”:

Nele crescem altas árvores, muito frondosas, pereiras, romãzeiras e macieiras de frutos brilhantes; figueiras que davam figos doces e viçosas oliveiras. Destas árvores não murcha o fruto, nem deixa de crescer no inverno nem no verão, mas dura todo o ano. Continuamente o zéfiro faz crescer uns, amadurecendo outros. A pera amadurece sobre outra pera; a maçã sobre outra maçã; cacho de uvas sobre outro cacho; figo sobre figo.³²⁸

As Ilhas Afortunadas, segundo o *Décimo Sexto Epodo* de Horácio, mostra:

Onde a Terra, todos os anos, ao homem entrega Ceres sem trabalho; onde, constantemente, a vinha floresce sem que a podem; onde germina o ramo de uma oliveira que nunca ilude; onde o figo trigueiro decora uma árvore que é a sua; onde o mel escorre do côncavo da azinheira; onde, do alto dos montes, ressalta com sonoridade a onda Ligira. Ali, sem serem conduzidas, as cabras vêm até as vasilhas de ordenhar e o rebanho traz de bom grado as tetas distendidas. O urso não ruge ali à tardinha em redor dos rediz; o solo profundo não está ali cheio de víboras [...]; o húmido, Euro não mina ali os campos debaixo das suas torrentes de chuva; [...] as grossas sementes não são queimadas debaixo dos torrões ressequidos [...]. Nenhum contágio ataca o gado, nenhum astro consome os rebanhos com os seus ardores desenfreados.³²⁹

Diodoro da Sicília, em *Biblioteca Histórica*, conta sobre a viagem de um certo Lambulus. Este partiu da Etiópia e viajou lá para as bandas do Equador. Nesse lugar, afirma, os moradores são bem feitos de corpos. Não dispõem de pelos no corpo, exceto os cabelos, pestanas e sobrancelhas. Nossos ouvidos são menos desenvolvidos do que os deles. Podem dialogar com duas pessoas simultaneamente, visto que têm uma língua dupla. O clima é temperado, apesar de sua latitude, e não sofrem os que lá moram nem com o calor tampouco com o frio. A água é abundante e reparte-se desaguando em nascentes quentes e regatos frescos. A natureza produz com abundância tudo o que é necessário à existência. Faz nascer animais extraordinários e úteis. Os moradores dessa ilha desconhecem a dor e a doença e, variavelmente, falecem por envelhecimento lá pelos cento e cinquenta anos. Para lá dessa

327

HOMERO. *L'Odyssée*. Paris: Les Belles Lettres, 1924, p. 107.

328

Idem. “Canto VII, 115-120”. In: _____. *Odisseia*. São Paulo: Penguin.

329

HORÁCIO. “Sixième Epode”. In: _____. *Odes et Épodes*. Paris: Les Belles Lettres, 1927, p. 266.

idade, são convidados a abandonar a vida, deitando-se sobre uma planta particular que os adormece definitivamente.

Não há casais. Todos os filhos são comuns e tomam-se medidas para que as mães não reconheçam os seus. Não há pelejas entre as mulheres pela disputa da prole. Vivem em grupos de parentesco que não ultrapassam quatrocentos membros. Há regras alimentares. Em um estipulado dia come-se carne e noutro, peixe. A harmonia reina entre os habitantes: as discórdias lhes são desconhecidas³³⁰.

Em linhas gerais, a concepção de formação do Jardim do Éden origina-se da junção de ideias ligadas à Idade do Ouro e às Ilhas Afortunadas, ambas pertencentes à tradição grega; além disto somam-se à concepção latina, figurada por Horácio, de um lugar aprazível, *locus amoenus*. Isso originou três principais tipos de evocação: uma paisagem concebida como um jardim, uma natureza em estado selvagem, mas maravilhosamente dotada pelos deuses, e um ambiente pastoril propício para o amor, como se pode constatar também no *Sétimo Idílio* de Teócrito (315-250 aC), que funde paisagem e amor:

Acima de nós, numerosos choupos e olmos tremulavam e inclinavam as suas folhas sobre as nossas cabeças; ao pé, uma água sagrada caía, murmurante de um antro consagrado às Ninfas. Contra os ramos frondosos, as cigarras queimadas pelo sol não se cansavam de palrar; a rã verde, ao longe, fazia ouvir o seu grito nas moitas de espinheiros; as cotovias cantavam, e os pintassilgos; a rola arrulhava; as abelhas de um amarelo dourado volteavam em torno das fontes. Tudo exalava o odor da bela estação opulenta, o odor da estação dos frutos. Pêras aos nossos pés maçãs em nosso redor rolavam em abundância; e ramos ajouçados de ameixas curvam-se para a Terra.³³¹

O Paraíso cristão é repleto de odores perfumados, além da nascente no meio do jardim e pedras preciosas. Avitus, aproximadamente em 507 d. C., na composição de seu *locus amoenus*, afirma que nesse lugar: “Não se conhece nem a bruma, nem o excesso de calor, nem o frio, nem a fúria dos tufões. A vegetação está sempre verde; as árvores mantêm suas folhas; os lírios não murcham, ‘tocar nas violetas não as violenta’”³³².

A existência das *Insulae Fortunatae*, ou seja, as Ilhas Afortunadas, não oferece, aliás, dificuldade para a exegese cristã estabelecer uma identidade entre elas e o Paraíso bíblico. Porém, em sua obra *Etymologias*, Isidoro de Sevilha atenta para o fato de que as Ilhas

330

DIODORO, op. cit., pp. 65-81.

331

Cf. TEÓCRITO. “Septieme Idylle”. In: _____. *Bucoliques Grecs*. Paris: Les Belles Lettres, 1972, p. 14.

332

DELUMEAU, op. cit., p. 22; cf. PATCH, H. R. *The Other World According to Descriptions in Medieval Literature*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1950, p. 140.

Afortunadas, apesar de possuírem vinhas e árvores preciosas repletas de frutos de toda espécie, não devem ser confundidas com o Jardim do Éden. Para o autor, “Afortunadas” chamam-se aquelas terras porque possuem todos os bens e são consideradas felizes e ditosas:

Esponaneamente dão muito rico fruto as árvores; os bosques cobrem-se espontaneamente de vides, em vez de ervas há ali messes: de onde aquele erro dos gentios, e dos versos dos poetas quando julgaram que tais ilha, pela fecundidade do solo, constituem o Paraíso. Situam-se no Oceano, do lado esquerdo da Mauritânia, próximas do Ocidente, e separadas pelo mar.³³³

As Ilhas Afortunadas, as ditosas ilhas, achavam-se perdidas em algum sítio inacessível aos mortais. O Éden, pode-se dizer, estava fechado aos humanos desde o Pecado Original. Segundo Isidoro de Sevilha, o paraíso terrestre situa-se em um lugar geograficamente reconhecível, o continente asiático – Índias – e desta maneira se apresenta:

[...] compreende numerosas províncias e regiões cujos nomes e localizações vou enumerar resumidamente, começando pelo paraíso. O paraíso é um lugar do Oriente cujo nome traduzido do grego de em latim hortus. Além disso, em hebreu chama-se Éden: o que na nossa língua significa deliciae. A função das duas palavras dá hortus delciarum. Este acha-se plantado de todas as espécies de árvores, em particular de árvore frutíferas, e contém também a árvore da vida: ali o frio e a canícula são desconhecidos (g.m), o ar é sempre temperado (g.m) (tema familiar aos antigos sempre que evocam a idade do Ouro e as Ilhas Afortunadas). No meio dele surge uma nascente que o irriga (g.m) inteiramente e que, ao dividir-se, dá origem a quatro rios. Depois do pecado, o acesso a este lugar é proibido ao homem. Está com efeito rodeado de todos os lados por uma chama semelhante a uma espada de folha dupla, isto é, por uma parede de fogo cujas labaredas se elevam ao céu. Foi dada ordem a um querubim [...] de proibir a entrada no paraíso, a todo o espírito e a toda a carne.³³⁴

“O africano” Lactâncio (330), em *De Ave Phoenix*, recorda sobre a existência de um lugar conhecido pela ventura, contudo afastado e situado do “primeiro oriente” próximo ao pólo Eterno. Neste, uma mata cerrada guarnece e coroa uma montanha erguendo-se acima de sua planície. É a região de uma primavera eterna, sem nuvens nem chuva. Há abundância de água corrente. Ali não se conhece doença, nem a desditosa velhice, nem o falecimento cruel, tampouco o medo³³⁵. É possível deduzir que a fusão das “autoridades” para a formação do Paraíso Terreal começou no século IV, através desse poema latino atribuído a Lactâncio:

333

SAN ISIDORO de Sevilha, *Etimologias*, XIV, VI,8: Patr.Lat, t.82, c.514, p. 350.

334

SAN ISIDORO de Sevilha, *Etimologias*, op. cit.

335

Ibidem, p. 21.

Em todas as direções estende-se a planura, sem que a intercepte sequer um outeiro ou valado. É certo, no entanto, que o lugar sobrepuja em alturas as nossas montanhas de duas vezes seis braças. Aqui se vê a selva solar: um bosque cerrado onde as verdes árvores têm glória da folhagem perene. Quando se abrasava o céu do fogo de Faetonte, conservou-se todo o sítio indene das chamas. E quando o dilúvio inundou mundo inferior, emergia ele das águas de Deucalião. Não o infesta a peste sombria, nem a achacosa velhice e o medo mordaz. Não abriga o crime iníquo, a sede insana da pecúnia ou a ardente volúpia assassina. Longe estão o luto acerbo, a andrajosa miséria, a fome pungente. As tempestades não raivam, não se enfurece a tórrida violência dos vendavais, nem o tiritante rocio cobre a terra de seu aljofre gélido. Do meio do jardim jorra, porém uma límpida fonte serena de doces águas, a que dão os homens o nome de “fonte da vida”.³³⁶

Nos séculos IV, V e VI, uma série de poetas latinos e cristãos evocam o paraíso terrestre com características virgilianas e ovidianas associando, com êxito, dados do *Gênesis* com a tradição greco-romana. Um dos que tiveram maior influência é Prudêncio (410) em seu *Cathemerinon*³³⁷. Orígenes (252 ou 254), sem negar a existência passada ou presente de um lugar intermediário entre a terra e o reino dos céus, advoga, por seu lado, a interpretação alegórica do texto bíblico:

Quem há de ser tonto o bastante que pensa que, tal como um homem que é agricultor, Deus plantou um jardim no Éden, da banda do Oriente, e fez nesse jardim uma árvore da vida visível e sensível, de maneira que aquele que provou do seu fruto com dentes corpóreos receba a vida? E, do mesmo modo, que alguém participe do bem e do mal por ter mastigado o fruto colhido nessa árvore?³³⁸

Na construção mítica do “Brasil”, é possível situá-lo dentro do paradigma de Ilhas Afortunadas, pois delas e o topônimo em questão declinaram-se alguns títulos como *Terra Prometida*, a *ilha do Brasil*. Daí a ligação estabelecida por vários mapas, nomeadamente pelo de Grazioso Benincasa, entre a ilha do Brasil e a de São Brandão. A ilha do Brasil aparece pela primeira vez em um mapa catalão de 1325 ou 1330. Posteriormente, tal ilha se localizará a oeste da Espanha nos mapas dos irmãos Pizzigani (1375-1378) e no de Andrea Bianco (1436). A partir da segunda metade do século XVI, o “Brasil” designa cada vez com mais frequência a terra “descoberta” por Pedro Álvares Cabral. Contudo, um atlas composto antes de 1568 pelo português Fernão Vaz Dourado comporta simultaneamente o nome *Hobrasili*

336

Minor Latin Poets, pag. 643-665; Lactantii *De Ave Phoenixe* with Introduction Text translation and commentary

337

Cf. PRUDÊNCIO, *Cathemerinon*: Patr. Lat., t.59, c. 803-804, III, v 101-110 ec. 826-827, II, V 113-124.

338

Cf. ORÍGENES apud DELUMEAU, op. cit., p. 343

aplicado ao Brasil atual e o de *Obrasil* que designa uma ilha misteriosa situada a sudoeste da Irlanda. No verão de 1486, dois navios tinham deixado Bristol “afim de descobrir a ilha chamada Isle of Brasile”. Partiam ambos sob a condução de um dos melhores pilotos da Inglaterra³³⁹:

O Éden começa a deslocar-se para o Atlântico a partir do encontro do Velho com o Novo Mundo. Juntamente consigo vem à baila todo um arcabouço narrativo-mítico composto por miríficos cenários já prenunciados através das tradições pagãs das Ilhas Afortunadas ou do Jardim das Hespérides de algum modo fertilizadas na mitologia céltica, principalmente irlandesa e gaélica, dando como resultado várias obras que alcançaram vasta popularidade durante toda a Idade Média.

Américo Vespúcio, nos anos 1499-1502, reconheceu as costas do Suriname e do Brasil e retomou a descrição do que viu em uma carta a Lourenço de Médicis, para descrever a natureza sul-americana, relacionando-a uma terra de bons ares coberta com árvores muito altas e abundantes em quantidade e verdura aromáticas; ademais, esse lugar aprazível, *locus amoenus*, era composto de frutos saborosos e bons para a saúde do corpo. Essa carta de Américo Vespúcio deu lugar à nova redação apócrifa que conheceu numerosas edições no início do século XVI sob o título *Mundus Novus*. Nessa mesma perspectiva, um anônimo inglês, em 1554, relata o Brasil:

Os que lá foram concordam unanimemente em que ali se encontram as melhores e mais verdes pradarias e campinas do mundo inteiro, as montanhas mais aprazíveis, cobertas de árvores e frutos de toda a espécie, os valesinhos mais belos, os mais deliciosos rios de água fresca, cheios de uma variedade infinita de peixes, as florestas mais densas, sempre verdejantes e carregadas de frutos. Quanto ao ouro, à prata, às outras variedades de metais, às especiarias de todas as naturezas e aos frutos desejáveis, seja pelo seu sabor e o seu toque, seja pelo efeito salutar que produzem, tão grande é a sua abundância que até à data não foi possível imaginar que pudesse existir noutra parte tanto como aqui. Em conclusão, pensa-se agora que o paraíso terrestre não pode ficar senão abaixo da linha equinocial ou nas proximidades: Aquele é o único lugar perfeito do mundo.³⁴⁰

Por conseguinte, Gandavo reativa a mesma tópica do *ex utilitate (ut in locis salubris vel fertilibus)*, ou seja, a tópica do remédio – *non ibi frigus non aestus* – já desenvolvida, entre outros, por Isidoro de Sevilha. Em seu texto são elogiados os bons ares, a fertilidade, a abundância, a riqueza, em um discurso demonstrativo que faz uso de várias tópicos como o da

339

DELUMEAU, op. cit., p. 129.

340

Cf. HAKLUYT, R. *The Principal Navigations: Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*. Londres: J.M. Dent & Sons, 1927. v. , p. 174.

eterna primavera³⁴¹:

Esta provincia he à vista muy deliciosa & fresca em gram maneira: toda está vistida de muy alto & espesso arvoredado, regada com as agoas de muitas & muy preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda terra: onde permanece sempre a verdura com aquella temperança da primavera que cá nos offerece Abril & Mayo.

Não parece demasiado ponderar sobre uma tópica dos remédios, ou seja, um lugar aprazível, com temperatura “harmoniosa”, nem quente tampouco fria, com uma viçosa fauna e flora. Nessa tópica, a natureza é pródiga, generosa e amiga, pronta para ser transformada pelo homem. São muitos os relatos nos textos de Gandavo em que fauna e flora se dissociam do homem da terra, o índio, ou seja, no bracarense em muitos momentos há a impressão de que a natureza é desprovida de seres e está pronta para ser povoada³⁴².

A capitania do Rio de Janeiro cidade de São Sebastião está seçenta legoas do Sprito Sancto em vinte e tres graos e hu terço, terra delRei nosso sñor. Pode ter pouco mais ou menos çento e corenta vezinhos, agora se começa de povoar novamete. Esta há a mais fertil e viçosa terra que há no Brasil, tem terras mui singulares e muitas agoas pera engenhos dassucre. Há nella muito infinito pao do Brasil de que os moradores da terra faze m[ui]to proveito. Esta capitania tem hu Rio mui largo e fermoso: divide se dentro em muitas partes & quantas terras estão ao longo delle se pode aproveitar, assy para Roçs de mantimentos como p[er] a canas dassucres e algodões porq são mui viçosas e milhores de quantas há por toda esta costa. Há nesta çidade hu mosteiro de padres da Companhia de Jesus, os quais tambem augmentarão muito esta terra & desejião vella povoada de muitos moradores porq são como digo as terras desta capitania mui largas & sabem quã proveitosas são pera toda gente pobre q as for possuir, & por tempo hão se fazer nellas grandes fazendas: & os que lá fore viver com esta esperança não se acharão enganados.

Em Gandavo, as potencialidades edênicas da colônia estão à disposição do português e ele pode, caso queira, contar com os braços indígenas para a construção da grei do Senhor, além de fazê-los amealhar fazendas para seu sustento na província. Nossa hipótese é que a visão edênica para Magalhães estrutura-se na relação natureza/trabalho, ou seja, o último realiza-se em detrimento do primeiro, utilizando-se com mais ou menos sutileza da mão de obra indígena para edificar na colônia os desígnios da metrópole. Estamos diante de um mundo violentamente católico, em realidade, estamos ante um “desmundo”.

No capítulo 4, denominado “Da governança que os moradores destas capitanias tem

341

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 2. Em que se descreve o sítio & qualidades desta província”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit.

342

Idem. “Cap.8. Da Capitania do Rio de Janeiro, 405-445”. In: _____. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província...]*, op. cit., pp. 111-117.

nestas partes e a maneira de como se hão em seu modo de viver”, o autor mostra como a terra foi dividida politicamente, sua partição jurídica e organização social, bem como a quantidade de engenhos de açúcar em cada capitania, os respectivos donatários, as virtudes e os vícios da fauna, da flora e do habitante local. Faz tudo isso a fim de mostrar para o iminente morador uma maneira de proceder, ou seja, delibera sobre a melhor conduta futura. Nossa hipótese é que Gandavo visa instruir – *docere* – o novo morador para que ele saiba enriquecer e como receituário mostra que ao adquirir meia dúzia de escravos o colono aumentará suas rendas. Dessa maneira, sugerimos que Pero de Magalhães Gandavo encomia as virtudes da nova terra para a expansão do projeto colonizador português, mas, por outro lado, ensina e aconselha como o novo habitante deve viver no Brasil. Por isso, supomos que o autor usa sua história, também como ensinamento – *docere* – pois em seu encômio apresenta uma ética apropriada para o novo habitante viver na província do Brasil:

Os mais dos moradores que por estas Capitánias estão espalhados ou quasi todos, tem suas terras de sesmaria dadas & repartidas pelos capitães & governadores da terra. E a primeira cousa que pretendem adquirir, são escravos pera nellas lhes fazem suas fazendas: & se hua pessoa chega na terra a alcançar dous pares, ou meya dúzia delles (ainda que outra cousa não tenha de seu) logo tem remedio pera poder honradamente sustetar sua familia: porque hum lhe pesca & outro lhe caça, os outros lhe cultivão & grangeão suas roças, & defta maneira não fazem os homes despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir quanto mais foram acrecentadas as fazendas daqueles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como ha muitos moradores na terra que não tem menos desta contia & dahi pera cima.³⁴³

Do capítulo 10, “Do gentio que ha nesta provincia, da condiçam & costume delle, & como se governam na paz”, do capítulo 11, “Das Guerras que tem hus com outros & a maneira de como se hão nellas”, e capítulo 12, “Da morte que dá aos cativos & crueldades que vêm com elles”, é possível depreender que a vertente executada do gênero demonstrativo é a do vitupério. No capítulo 10³⁴⁴, Gandavo logo no início da descrição nos coloca diante de seu plano argumentativo inserindo sua *descriptio* na vertente do vitupério:

Já que tratamos da terra, & das cousas que nella foram criadas pera o homem, razão parece que demos aqui noticia dos naturaes della: a qual posto que não seja de todos

343

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 4. Da governança que os moradores destas capitánias tem nestas partes, & a maneira de como se hão em seu modo de viver”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit.

344

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 10. Do Gentio que há nesta provincia, da condiçam & costumes delle & de como se governam na paz”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 33

em geral sera especialmente daquelles q habitam pela costa, & em partes pelo sertã dentro muitas legoas com q temos communicaçam. Os quaes ainda que estejam divisos, & aja entre elles diversos nomes de nações, todavia na semelhança, condiçam, costumes, & ritos gentilicos todos sam hus. E se nalgua maneira differem nesta parte, he tam pouco, que se nam pode fazer caso disso, nem particularizar cousas semelhantes, entre outras mais notaveis, que todos geralmente seguem, como logo adiante direy.

Gandavo mostra-nos a cor da pele dos índios, a textura de seus cabelos, o contorno de suas faces, que compara com o rosto dos chineses. Posteriormente, descreve a compleição física dos naturais da terra, pintando-os com um retrato de valentia, contudo de desumanidade e crueldade, inclinados a pelejar e vingativos ao extremo. Paulatinamente, a descrição – *descriptio* – se tonaliza de marcas de vitupério, cujas cores se matizam gradativamente. Dessa forma julgamos que Pero de Magalhães desenvolve em relação ao habitante local uma etopeia, pois extrai do retrato do índio costumes e hábitos bárbaros, mostrando ao leitor a valentia, mas também a crueldade³⁴⁵:

Estes Indios sam de cor baça & cabello corridio; tem o rosto amassado & alguas feições delle á maneira de Chins. Pela mayor parte sam bem dispostos, rijos & de boa estatura: gente muy esforçada & que estima pouco morrer, temeraria na Guerra & e de muito pouca consideraçam. Sam desagradecidos em gran maneira, e muy deshumanos e crueis, inclinados a pelejar & vingativos por extremo. Vivem todos mui descansados sem teré outros pensamentos, senam de comer, beber & matar gente [...].

Notamos que em Gandavo a exposição da matéria é conveniente à finalidade do gênero demonstrativo, ou seja, mostra os índios com tintas cruéis ao amplificar o vitupério diante do leitor/ouvinte. Gradativamente, minimiza o elogio ao índio, aumentando as tintas do vitupério. Mostra que os índios não têm “Fé, Lei e Rei”. Seu máximo de senso de justiça é a existência de um principal em cada aldeia, que é como capitão ao qual os outros naturais obedecem por vontade e não por força. Hermógenes³⁴⁶ aponta que, ao descrevermos uma guerra, devemos mencionar em primeiro lugar as circunstâncias que lhe são anteriores, como as levadas de tropas, os gastos, os temores e as mortes, bem como a continuação da peleja, o troféu e, por último, os vencedores ante as lágrimas e a escravidão dos conquistados. Julgamos que em Gandavo, no capítulo 11 “Das guerras que tem hus com outros & a maneira

345

Ibidem.

346

HERMÓGENES; TÉON; AFTONIO. *Ejercicios de Retorica*.

de como fe hão nelas”, a descrição se assemelha às recomendações do preceptista³⁴⁷:

As armas cõ q pejeja, sam arcos & frechas, nas q es andam tã exercitados q de maravilha erram a cousa q apõtem por difficil q seja dacerar. E no despedir dellas sam muy ligeiros em extremo, & sobre tudo muy arriscados nos perigos & atrevidos e gram maneira cõtra seus adversarios. Quando vã á guerra sempre lhes pareceq té certa a Victoria, & q nenhu de sua cõpanhia ha de morrer, & assi em partindo, dizem, vamos matar sem mais outro discurso ne cõfideraçã: & e nã cuidá q tambem podem ser vencidos. E sómente cõ esta sede de vingança, sem esperanças de despojos, né doutro algu interese q a isso os mova, vão muitas vezes buscar seus immigos muy lõge caminhando por ferras, matos, desertos e caminhos mui ásperos.

No referido capítulo, Gandavo diz que os índios sempre pelejam uns com os outros, quase nunca há entre eles tempos de paz, visto que são odiosos e vingativos. Afirma que para se evitar tais discórdias e para que os índios se tornem mais dóceis é importante que seja semeada a doutrina cristã pelos clérigos da Companhia de Jesus.

As armas com que pelejam são arcos e flechas. Os índios andam tão exercitados nesses instrumentos que raramente erram o alvo. Quando vão às guerras, sempre são dotados de ímpeto de vitória, como se já tivessem vencido a batalha e nenhum deles pudesse morrer. Ao se encaminharem para o embate, não cuidam que podem ser vencidos. O trajeto para a luta corporal é feito em canoas pelo mar, de umas terras para outras. As canoas são feitas à maneira de lançadeiras de tear ou de um só pau em cada uma. Nelas embarcam cerca de vinte ou trinta remadores.

Segundo Gandavo, todos os índios em combate são determinados, pelejam com muita animosidade ao som estridente de grandes assovios e gritarias, movimentando-se com grande destreza de um lugar para outro a fim de confundir o inimigo. Todavia, pelejam desordenadamente e desmandam-se muito uns aos outros porque não possuem capitães que os governem nem outros oficiais de guerra a que teriam de obedecer. Por outro lado, são muito prudentes na escolha do momento da peleja e basicamente atacam o rival na calada da noite. E quando acontece de não poderem entrar no território do inimigo, por algum obstáculo, vão pouco a pouco, ao longo dos dias, adentrando na localidade do rival. O autor diz que os índios são muito atrevidos e extremamente confiantes de sua valentia, de maneira que não há força contrária tão poderosa que os assombre nem que os faça desviar de suas bárbaras e vingativas intenções.

Gandavo conta que na Capitania de São Vicente, sendo capitão Jorge Ferreira,

347

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capitu 11. Das guerras que tem hus com outros & a maneira de como se hão nelas”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 37.

aconteceu de atacarem os contrários uma aldeia que estava não muito longe dos portugueses. Nesse assalto mataram um filho do principal da mesma aldeia. E pelo fato de ele ser benquisto e amado por todos, não havia pessoa naquela aldeia que não o pranteasse, mostrando com lágrimas e palavras magoadas o sentimento de sua morte, mas o pai pediu a todos que, se o amavam, dissimulassem temporariamente a perda do filho. Passados três ou quatro meses, depois da morte dele, rememorou àquela gente o ocorrido, estimulando-os à vingança pelo filho morto. Gandavo assim expõe o plano de vingança:

E dali a poucos dias derã consigo na terra dos cōtrários (q seria a distância de tres jornadas pouco mais ou menos) onde fezerã suas ciladas junto da aldeia parte q mais podessem offender a seu imigos:: & tanto que anoiteceo, o mesmo Principal se apartou da cōpanhia cō dez ou doze frecheiros escolhidos de que elle mais se confiava, & cō elles entrou na mesma aldeia dos imigos, que o aviam offendido: & deixandoos a parte, só sem outra pessoa o seguir, começou de rodear hua casa & outra espreitãdo cō muita cautela de maneira q nam fosse sentido: & da pratica q elles tinham uns com os outros veo a conhecer pela noticia do nome qual era, & onde estava o que avia morto seu filho, & pera se acabar de satisfazer, chegou-se de bãda de fora a sua estãcia, & como foy bem certificado de elle ser aqle, deixou-se ali estar lançado em terra esperando que se aquietasse a gente. E tanto que vio horas acomodadas pera fazer a sua, rōpeo a palma muy mansamente, de q a casa estava cuberta, & entrando foise direito ao matador qual cortou logo a cabeça em breve espaço com hu cutello que pera isso levava. Feito isto tomou a nas mãos & sahiose fora a seu salvo. Os imigos que neste tepo acordãram ao revolico 7 estrondo do morto, conhecendo serem contrários, começaram de os seguir. Mas como seus cōpanheiros que elle avia deixado em guarda estavam promptos, ao sair das casa matãram muitos delles, & assi se foram defendendo ate chegarem as ciladas, donde todos saíram com grande impetu contra os que os seguiã, & ali mataram muitos mais. E cō esta victoria se vierã recolhendo pera sua terra cō muito prazer & cōtento.³⁴⁸

No capítulo 12, “Da morte que dão aos cativos e crueldade que usam com eles”, Gandavo apresentava o leitor com sua *descriptio* da natureza humana dos índios, relatando que eles muito se parecem com qualquer outro homem, contudo se distanciam nas grandes e excessivas crueldades. Diz o autor que uma das coisas que nos índios mais repugnam o ser da natureza humana são as suas excessivas crueldades, pois executam qualquer pessoa que não seja de sua convivência uma vez que estão livres de todo e qualquer afeto pelos seus contrários. Além do mais, para intensificar a crueldade indígena, Gandavo diz que no arremate da guerra os índios vencedores celebram a vitória comendo a carne de seus contrários com cruezas tão diabólicas que nem mesmo os brutos animais desprovidos de razão

348

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 11. Das guerras que tem hus com outros & a maneira de como se hão nellas”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., pp. 38-39.

conseguiriam fazer como eles.

Além do mais, segundo o autor, os índios são vingativos, porém não executam a vingança no “calor de seus afetos”, mas aguardam o momento mais oportuno para fazê-lo, ou seja, agem em surdina, na calada da noite. Atacam o inimigo quando este menos espera. Além disso, não têm líderes ou capitães que organizem a peleja; todos se lançam no embate sem temer a derrota.

Supomos que o embate entre os índios, segundo o relato de Gandavo, funciona como um ataque a um *pathos* ferido, mas dotado de muita prudência, porque esperam que os oponentes se esqueçam do ocorrido e, quando menos esperam, o ataque aos contrários é desferido por meio de uma indescritível crueldade, em meio a muitos assovios e gritarias.

Segundo Gandavo, quando conquistam um contrário, os índios não o matam no calor da batalha. Levam-no às suas terras para que possam se vingar dele com mais crueldade. O contrário, ao chegar à aldeia, é recebido com grandes afrontas e vitupérios, ao som de flautas que costumam fazer de ossos das pernas de contrários que foram mortos da mesma maneira. Entrando triunfalmente e puxado pelo conquistador, lançam ao pescoço do cativo uma corda de algodão atada por duas pontas que o impede de fugir. Dali o metem em uma casa e, juntamente da estância daquele que o cativou, armam-lhe uma rede. Todos os agravos lançados ao prisioneiro são suspensos. A primeira coisa que lhe ofertam é uma moça, a mais formosa e honrada que há na aldeia, que será sua mulher. Daí por diante, ela tem o cargo de lhe dar de comer e de o guardar e assim não vai nunca para parte alguma sem sua companhia. Depois de um ano ou o tempo que querem, matam-no. Segundo Gandavo, um dia antes de sua morte brindam festivamente o momento iminente com muitos vinhos e o sumo de uma planta que chamam de aipim.

No outro dia, antes do alvorecer, tiram o contrário de sua estalagem com grandes cantares e o levam a banhar-se em uma ribeira. Levam-no atado a uma corda de algodão que é trespassada pelo corpo, tendo as mãos livres, pois se divertem em ver o cativo lutar para tentar se livrar. Sua vingança é sutilmente cruel. Segundo Gandavo, aquele incumbido de o matar é um dos mais valentes e honrados da terra, a quem que por favor ou preeminência de honra é concedido esse ofício. Ele cobre todo o corpo com penas de papagaios e de outras aves de várias cores. E assim saem com um índio, que lhe traz a espada sobre um alguidar, a qual é feita de um pau duro e pesado, elaborado à maneira de uma maçã, ainda que na ponta tenha alguma semelhança com pá; chegando ao padecente, toma a maçã nas mãos e a passa por baixo das suas pernas e braços, meneando-a de uma parte a outra.

Feitas essas cerimônias, afasta-se algum tanto do rival e dele começa a fazer uma fala

a modo de pregação, estimulando o rival a defender sua pessoa para que ninguém diga que foi desonrado nem tampouco digam que matou um homem fraco, afeminado e de pouco ânimo; além disso, que se lembre dos valentes que morreram daquela maneira em mãos de seus inimigos e não em suas redes, como mulheres fracas que não foram nascidas para com suas mortes ganharem semelhantes honras

Caso o padecente seja honrado e não se amedronte, responde-lhe com soberba e ousadia que o mate, porque o mesmo tem ele feito a muitos de seus parentes e amigos. Ainda diz ao algoz que assim também os seus hão de vingar sua morte como valentes homens. Depois disso, arremete o matador contra ele e com espada levantada nas mãos em postura de matar o ameaça muitas vezes, fingindo o golpe. Por outro lado, segundo Gandavo, o padecente que sobre si vê a espada entregue nas mãos dos inimigos em vão se defende o quanto pode. O matador, em tempo oportuno, desfere uma pancada na cabeça do rival fazendo o crânio dele em pedaços. Com uma cabaça grande na mão, conforme o contrário cai depois da paulada na cabeça, uma índia velha depressa apoia a cabaça na cabeça do morto para dele tomar os miolos e o sangue. Continua Gandavo:

E como desta maneira o acabam de matar fazem-no em pedaços, & e cada principal q ahi se acha, leva seu quinhão pera cõvidar a gente de sua aldea. Tudo enfim assam & cozem, e nam fica delle cousa que nam comão todos quantos há na terra, salvo aquelle que o matou nã come delle nada, & alem disso mandese sarjar por todo o corpo, porqu tem por certo que logo morrerá, sem nam derramar de si aquelle sangue tanto que acaba de fazer seu officio.

Algu braço, ou perna, ou outro qualquer pedaço de carne costumão assar no fumo, & tello guardado algus mezes, pera depois quando o quiserem comer, fazerem novas festas, & cõ as mesmas cerimoniaes tornarem a renovar outra vez o gosto desta vingança como no dia em que o matáram. E e depois que assi chegã a comer a carne de seus contrarios, ficam os odios confirmados perpetuamente, porqu sentem muito esta injuria, & porisso andam sempre a vingar-se hus dos outros, como já tenho dito. E se a molher que foy do cativo acerta de ficar prenhe, aquella criança q pare, depois de creada matãna & comena sem aver entre elles pessoa alguma que se compadeça de tam injusta morte.³⁴⁹

Os capítulos 5, 6, 7 e 8, ou seja, “Das plantas, mantimentos, & frutas que ha nesta província”; “Dos animaes & bichos venenosos que ha nesta província”; “Das aves que ha nesta província”; “De algus peixes notaveis, baleas y ambar que ha nestas partes”, estão inseridos de uma maneira geral no gênero demonstrativo, na vertente de louvor; contudo, em determinados momentos, ainda que a matéria seja de louvor, apresenta uma descrição menos

349

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capitulo 12. Da morte que dam os cativos & crueldades que usam com eles”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 42.

encomiástica, em comparação com outras descrições na vertente de louvor.

No tocante às plantas, frutas e mantimentos, Gandavo inicia sua *descriptio* encomiástica pela mandioca, seguida pela banana, ananás, cajú, melões, pepinos, romãs, figos e uvas; em relação às árvores, descreve a copaíba, caborahiba e a obirá paramaçai que, segundo o autor, em língua portuguesa significa “*pau para enfermidade*”.

Na chave do vitupério, Gandavo descreve no capítulo 6 da *História da Província de Santa Cruz* da edição *princeps* as cobras, veados, antas, cotias, tatus, coelhos, tigres, tamanduás, bugios, lagartos e conclui o capítulo demonstrando que esses animais são frutos de um local ensolarado, onde a quentura influencia sua proliferação. Parece-nos que, nesse caso, o autor não desenvolve a tópica dos ares salutíferos como remédio para as enfermidades locais ao relatar determinadas espécies rastejantes, como as cobras e lagartos; pelo contrário, mostra que tais bichos somente poderiam prosperar em um local pestilento, ensolarado mas desprovido de ares salutíferos:

Como esta Provincia seja tam grande, & a mayor parte della inhabitada & chea de altissimos arvoredos & espessos matos, nã he despantar que aja nella muita diversidade de animaes, & bichos muy feros & venenosos: pois cá entre nós, com ser terra ja tam cultivada & possuida de tanta gente, ainda se criam em brenhas cobras muy grandes de que fe contam cousas muy notaveis & outros bichos & animaes muy danosos, esparzidos por charnecas & matos, a que os homes com serem tantos & matarem sempre nelles, nam podem acabar de dar fim, como sabemos. Quanto mais nesta provincia, onde os climas & qualidades dos ares terrestres, nam sam menos dispostos pera os gerarem, do q a terra em fi, pelos muitos matos que digo, accomodada pera os criar. Porem de quanta immundicia & variedade de animais por ella espalhou a natureza, nam havia la nenhys domesticos, quando começáram os Portuguezes de a povoar.³⁵⁰

Outros muitos animaes & bichos venenosos ha nefta provincial de que nam trato, os quaes sam tantos em tâta abundacia, que feria historia muy cõprida nomealos aqui todos, & tartar particularmente da natureza de cada hum, avendo (como digo) infinidade delles nestas partes: aonde pela disposiçam da terra & dos climas que a senhoream, nam pode deixar de os aver. Porque como os ventos que procedem da mesma terra, fe tornem inficionados das podridões das hervas, matos & alagadiços, geranse coma influencia do Sol que nisto cõcorre muitos y muy peçonhentos, que per toda a terra estã esparzidos: & a esta causa se criam & acham nas partes maritimas, & pelo sertam dentro infinitos da maneira que digo.³⁵¹

350

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 6. Dos animaes & bichos venenosos que há nesta província”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 20.

351

Idem. “Capit. 6. Dos animaes & bichos venenosos que há nesta província”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 20.

Por outro lado, no capítulo 7 – “Das aves que ha nesta província”³⁵² – notamos que, entre todas as coisas que nessa história se deve mencionar, a mais aprazível e formosa que se oferece à vista humana é a grande variedade das finas e alegres cores das muitas aves. Gandavo pinta as espécies dizendo que, além de muito formosas, são de várias castas, entre elas águias, açores, gaviões, macucocagóas, jacus, perdizes, pombas, rolas e papagaios; entre estes, araras, corícas, tuins, maracanãs e goarás. Além disso, cita a ema e uma espécie não denominada:

Huas certas aves se acham també na capitania de Paranambuco pela terra dentro mayores duas vezes q galos do Perú: as quaes sam pardas, & tem na cabeça acima do bico, hum esporam muito agudo como corno, variado de branco & pardo escuro, quasi do comprimento de hum palmo, & tres semelhantes a este em cada asa, algum tanto mais pequenos, convemasaber, hus nos encontros, outros nas juntas do meyo, outros nas pontas das mesmas asas. Estas aves tem o bico como de Aguia, & os pés grossos e muito compridos. Nos gíolhos tem hus callos tamanhos como grandes punhos. Quando pelejam com outras aves viranse de costas, e assi fe ajudam de todas estas armas que a natureza lhes deu para sua defesa.³⁵³

Especificamente no capítulo “Do monstro marinho que se matou na Capitania de Sam Vicente, anno 1564”, os lugares-comuns ativados distinguem-se dos desenvolvidos ao longo do texto. Parece-nos que o autor se dedica no transcorrer do texto a elaborar descrições sobre a terra e o índio mostrando o que ambos têm de elogiável e vituperável. Nesse capítulo deduzimos que os lugares-comuns ativados são mais de topotesias, havendo menos topográficos na constituição geral da obra. Julgamos que em *História da Província de Santa Cruz* esse tipo de descrição afasta-se de seu sistema discursivo, pois Gandavo constrói seus lugares-comuns aplicando-os aos elementos topográficos locais, para daí explorar seus argumentos e modular tanto o elogio quanto o vitupério; contudo, nesse capítulo, ao invés de se utilizar da topografia como ponto de partida para a elaboração de seus argumentos, utiliza-se da topotésia. Basicamente, a matéria narrada orbita em torno de uma batalha fantástica entre um português e um monstro marinho:

Entam se levãtou elle [Baltezar Ferreira] muy de pressa, & lançou mão a hua espada que tinha junto de si, cõ a qual botou sómente em camisa pela porta fora, tendo pera si (quando muito) que feria algum Tigre, ou outro animal da terra conhecido, com a vista do qual fe desenganasse do que a India [escrava] lhe queria persuadir. E pondo

352

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capitulo 7. Das aves que há nesta província”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 22.

353

Ibidem.

os olhos naquella parte que ella lhe assinalou, vio cõfusamente o vulto do monstro ao longo da praya, sem poder divisar o que era, por causa da noite lho impeder & o monstro tambem ser cousa nam vista, & fora do parecer de todos os outros animaes. E chegando se hum pouco mais a elle pera q melhor se podesse ajudar davista, foy sentido do mesmo mōstro: o ql e levantando a cabeça, tâto q o vio, começou de caminhar pera o mar donde viera.

Nisto conheceo o mancebo q era aquillo cousa do mar, & antes que nelle se metesse, acodio com muita presteza a tomarlhe a dianteira. E vendo o mōstro que elle lhe embargava o caminho, levantoufe direito peracima como hu homem, fincado fobre as barbatanas do rabo, & eftando afsi apar cõ elle, deulhe hua estocada pela barriga, & dandolha no mesmo infante se desviou pera hua parte com tanta velocidade, q nam pode o Monstro levalo debaixo de si: porem nam pouco afrontado, porque o grande torno de sangue q sahio da ferida, lhe deu no rosto com tanta força que quasi ficou sem nenhua vista. E tanto que o Monstro se lâçou em terra deixa o caminho que levava, & assi ferido hurrando com a boca aberta sem nenhum medo, remeteu a elle, & indo pera o tragar a vnhas, & a detes, deulhe na cabeça hua cotilada muy grande: cõ a qual ficou já muy debil, & deixando sua vã porfia, tornou entam, a caminhar outra vez pera o mar. Neste tempo acodíram alguns escravos aos gritos da India que estava em vella: & chegando a elle, o tomáram todos já quasi morto, & dali o levaram detro á povoaçam onde esteve o dia seguinte á vista de toda a gente da terra.³⁵⁴

Segundo Hansen³⁵⁵, retoricamente, qualquer discurso implica a relação de pressuposição entre a pessoa e a situação em que age, personagem ou a cena onde atua; assim, tanto a descrição do caráter e paixões de pessoas e personagens quanto a do espaço subordinam-se homologamente aos preceitos do gênero. Julgamos que seja pertinente indagar em que medida descrições como o desse capítulo de Gandavo são constantes no gênero histórico e como o autor as reinventa em relação a outros autores, principalmente em relação a seus contemporâneos. Segundo a tipologia utilizada por Hansen sobre as categorias epidíticas, na écfrases, ponderamos que ao mesmo tempo que estamos diante de uma topografia – descrição de lugares comuns –, também estamos diante de uma topotésia – descrição de lugares imaginários- ambos coordenados pela *chronografia*, descrição do tempo que, nesse texto, explicitamente apresenta-se em *ordo naturalis*. Ou seja, a cena apresenta-se através de uma sucessão dos acontecimentos em ordem cronológica e tem como consequência uma clareza e credibilidade médias, próprias ao gênero histórico.

Gandavo inicia seu relato mostrando-nos por meio de suas écfrases os aspectos topográficos da cena, dizendo que, já sendo altas horas da noite e quando todos os moradores começavam a se entregar ao sono, saiu assustada para fora da casa de um capitão da Capitania

354

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 9. Do Monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no ano de 1564”. In: _____. *História...*, ed. princeps, op. cit., p. 30.

355

HANSEN, J. A. “Categorias epidíticas da Ekhphrasis”. *Revista USP*, São Paulo, n. 71, set./ nov. 2006.p. 6.

de São Vicente uma escrava índia que, ao lançar o olhar a uma vasta área descampada que era próxima do mar, viu andar um monstro movendo-se de uma parte a outra com passos e movimentos desusados.

Depois de uma estrondosa gritaria, sai fora da casa o filho do capitão, cujo nome era Baltezar Ferreira. Segundo Gandavo, os índios não eram gente digna de crédito e por isso Baltezar repreendeu a índia, ordenando-lhe que investigasse bem o ocorrido. A escrava mais uma vez sai à porta da casa e constata outra vez o monstro. Imediatamente, Baltezar se levantou muito depressa e lançou mão de uma espada que tinha junto de si. Colocou somente camisa e saiu pela porta afora, julgando que seria algum tigre ou animal conhecido da terra. Esperançoso de o relato da índia ser uma falácia, quando pôs os olhos na várzea que se mostrava diante de seus olhos Baltezar mirou um vulto não distante da praia. Pelo relato acima, o autor inicia sua *descriptio* utilizando-se da cronografia, ou seja, seu relato é feito em *ordo naturalis*. Logo em seguida, o autor coloca diante de nossos olhos a topografia que envolve toda a cena e finalmente temos a *narratio* propriamente dita do embate entre o português e o monstro, encenada em um espaço indeterminado e que, em nossa hipótese, pode ser uma topotesia, pois Gandavo em sua *descriptio* nos diz que a peleja se dá ao longo da praia:

Nisto conheceo o mancebo q era aquillo cousa do mar, & antes que nelle se metesse, acodio com muita presteza a tomarlhe a dianteira. E vendo o monstro que elle lhe embargava o caminho, levantouse direito pera cima como hu homem, fincado sobre as barbatanas do rabo, & estando assi a par cõ elle, deu-lhe hua estocada pela barriga, & dandolha no mesmo instante se desviou pera hua parte com tanta velocidade, que nam pode o Monstro levalo debaixo de si: porem nam pouco afrontado, porque o grande torno de sangue que sahio da ferida, lhe deu no rosto com tanta força que quasi ficou sem nenhuma vista. E tanto que o Monstro se lãçou em terra deixa o caminho que levava, & assi ferido hurrando com a boca aberta sem nenhum medo, remeteo a elle, & indo pera o tragar a unhas, e a de[n]tes, deulhe na cabeça hua cutilada mui grande: cõ a qual ficou já muy debil, & deixando sua vaã porfia tornou entam a caminhar outra vez para o mar. Neste tempo acodíram algu[n]s escravos aos gritos da India que estava em vella: & chegando a elle o tomáram todos ja quasi morto, & dali o levaram de[n]tro á povoaçam, onde esteve o dia seguinte ár vista de toda a gente da terra.³⁵⁶

Gandavo evidencia em sua descrição que o retrato do monstro foi tirado pelo natural que era quinze palmos de comprido, além disso, o monstro marinho era semeado de cabelos pelo corpo e no focinho tinha uma sedas “mui grandes” como bigodes. Segundo o autor, os

356

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 9. Do Monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no ano de 1564”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 30.

índios da terra o chamam de hipupiára que, segundo eles, quer dizer “demônio da água”; o autor de *História da Província de Santa Cruz* mostra-nos como um determinado léxico era apreendido pelos naturais e como era “traduzido” pelos portugueses. Finaliza dizendo:

Os Indios da terra lhe chamão em fua lingua Hipupiára, que quer dizer demonio dagoa. Algus como efte fe viram ja neftas partes: mas achanfe raramente. E afsi tambem deve de aver outros muitos monftros de diverfos pareceres, q n menos efranzeza & admiraçam: & tudo fe pode crer por difficil que pareça: porque os fegredos da natureza nam foram revelados todos ao homem, pera que con razam poffa negar, & ter por impofsivel as coufas q não vio, nem de que nunca teve noticia.³⁵⁷

Acerca do conflito entre Baltezar e o Hipupiára, o autor narra que o homem tomou a dianteira e, jogando-se contra o monstro, ficou sobre as barbatanas do rabo de Hipupiára. Depois disso, o animal deu-lhe uma estocada na barriga e o grande volume de sangue que saiu do monstro lançou Baltezar por terra, deixando o caminho livre para o monstro feri-lo e traga-lo a unhas e dentes. Dessa maneira, o monstro deu-lhe uma cutilada e já muito débil retornou ao mar.

Nesse sentido, notamos em Gandavo uma descrição vívida de uma cena seguindo uma justa proporção que ajusta a elocução aos *topoi* que modelam a material do discurso. Além disso, notamos uma simetria da pronúncia ou declamação veiculada pelo enunciado com o ouvido do destinatário. Sabemos que este somente fica persuadido com o efeito porque, ouvindo ou lendo o encômio ou vitupério de coisas conhecidas ou prováveis, espera que seja engenhoso o modo de descrevê-las.

2.3 Sobre os prólogos

O autor define no Prólogo as bases de sua “breve história” cujo ornato se pautará pela clareza, brevidade e concisão de uma escrita em estilo chão, segundo o autor³⁵⁸:

Somente procurey escrever esta na verdade, per hum estillo facil & chão, como meu fraco ingenho me ajudou, desejoso de agradar a todos os que della quizerem ter noticia. Pelo que devo ser desculpado das faltas que aqui me pódem notar: digo dos discreto [...], que com sam zelo os costumão fazer, que dos idiotas & mal dizentes bem sey que nam hey descapar, pois está certo nam perdoarem a ninguém.

357

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 9. Do Monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no ano de 1564”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 30.

358

Idem. “Prologo ao Lector”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*.

Em nossa hipótese, os elementos que anunciam o estilo histórico de Gandavo orbitam em torno da taxonomia proposta em *Retórica a Herênio*, que classifica o discurso em grave, médio e tênue³⁵⁹, por isso não muito ornada e própria à instrução. Este é o fim das espécies do discurso didático de cunho deliberativo e encomiástico dos tratados históricos que amplificam e deliberam sobre a topografia como categoria ecfrástica.

A cena autoral figurada pelo autor transita entre a retórica epidítica, a deliberativa e a política. O *ethos* histórico do autor dirigido ao *Muito ilustre senhor Dom Lionis Pereira* na primeira edição de sua história desenvolve a antiga tópica das letras e das armas tratando de homens de armas como o capitão governador de Málaca a quem o livro é dedicado. Esta tópica cuida da posteridade da própria fama, promovendo as letras, ciências e artes livres. Com o louvor desses varões ilustres, ao menos no esquema moral da recepção coetânea da obra, pretende-se exortar os então atuais atores da potência do Império português a providenciar a posteridade de seus feitos com a cultura das letras que os perpetuam.

Em seu prólogo, Pero de Magalhães coloca em evidência qual a finalidade de sua história, evidenciando o motivo dessa escritura: passados setenta anos da descoberta do Brasil ainda não havia sido feita uma história sobre a terra, talvez devido ao pouco caso com que os lusitanos a tratavam ou à falta de engenho das pessoas da terra:

A Causa principal que me obrigou a lançar mão da presente historia, & sair com ella a luz, foy por nam aver ategora pessoa que a emprendesse, avendo ja setenta & tantos annos que esta provincia he descuberta. A qual historia creyo que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portuguezes fizeram sempre da mesma provincia, que por faltarem na terra pessoas de ingenho & curiosas que per melhor estillo & mais copiosamente que eu as escrevessem.³⁶⁰

Considera que é justo os portugueses terem notícia da nova terra, posto que passou-se setenta anos; se por um lado os estrangeiros – talvez os franceses – tenham notícia sobre a nova terra, parece, segundo Gandavo, decente e necessário os portugueses também terem informações sobre o novo sítio; além disso, mostra-nos que a terra é ainda mais salutar e proveitosa para aqueles que vivem no reino em estado de pobreza e esses não devem titubear, ou seja, devem ir para o Brasil, pois a província de Santa Cruz a todos agasalha e convida com seus remédios, por mais pobres e desamparados que sejam os novos moradores. Dessa

359

RETÓRICA a Herênio, op. cit., pp. 2217-2223.

360

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prólogo”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit.

forma, julgamos que Gandavo preceitua o Brasil como uma tópica dos remédios àqueles que procurarem na nova terra agasalho ou amparo. Nossa hipótese é que o destinatário a que se dirige Gandavo é um “discreto” e não necessariamente um campesino, um lavrador. Julgamos que estamos diante de um destinatário institucionalizado que compartilha dos mesmos lugares-comuns e autoridades utilizadas pelo autor:

Porem já que os estrangeiros a tem noutra estima, & sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nós (aos quaes lançáram já os Portuguezes fora della a força darmas per muitas vezes) parece cousa decente & necessaria, terem tambem os nossos naturaes a mesma noticia, especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em pobreza nam duvidem escolhela pera seu emparo: porque a terra he tal, & tam favoravel aos que a vam buscar, que a todos agazalha & convida com remedio por pobres e desemparados que sejam.³⁶¹

Segundo Gandavo, também há na Província de Santa Cruz coisas dignas de grande admiração e tão notáveis que parecerá descuido e fruto de pouca curiosidade não as mencionar em discurso e dá-las em sua perpétua memória como costumavam fazer os antigos:

[...] aos quaes nam escapava cousa algua que por extenso nam reduzissem a hiftoria, & fizessem mençam em suas escrituras de cousas menores que estas, as quaes hoje em dia vivem entre nós como sabemos, & viverám eternamente. E se os antiguos Portugueses, & ainda os modernos nam foram tam pouco afeiçãoados á escriptura como sam; nam se perderam tantas antiguidades entre nós de que agora carecemos, nem ouvera tam profundo esquecimento de muitas cousas, em cujo estudo tem muitos homes doctos cansado, & revolvido grande copia de livros sem as poderem descubrir, nem recuperar da maneira que passaram.³⁶²

Tal qual João de Barros, Gandavo compartilha da ideia que a história é mestra da vida e vida da memória e a memória uma semelhança da imortalidade que deve ser desejada por todos. Aristóteles mostra-nos em *Tratados Breves de História Natural*³⁶³, especificamente em “Acerca da Memória e da Reminiscência”³⁶⁴ que as pessoas dotadas de boa memória são as mesmas que tem facilidade para rememorar; todavia, em relação ao presente não há memória e sim percepção. Aristóteles ainda afirma que a memória é algo já ocorrido, ou seja, ninguém poderá dizer que se recorda do presente estando no presente.

361

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prólogo”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit.

362

Ibidem.

363

ARISTÓTELES. “Acerca de la Generación y la corrupción”. In: _____. *Tratados Breves de História Natural*, op. cit., pp. 146-147.

364

Idem. “Acerca de la memoria y de la reminiscencia”. In: _____. *Tratados Breves de História Natural*, op. cit., pp. 233-234.

Sempre que alguém exercita a faculdade de recordar, algo em seu interior diz aquilo que anteriormente tinha ouvido ou pensado. Portanto, a memória, segundo Aristóteles, não é uma sensação tampouco um juízo e sim um estado de afeto capaz de perdurar no tempo até realizar-se como recordação. Não há memória repentina, de uma hora para outra. Em suma, no tempo presente há a sensação em relação ao futuro que é uma expectativa; no tocante ao passado, simplesmente recordação. Sendo assim, toda recordação implica em um lapso temporal.

Uma determinada imagem pode nos suscitar a recordação de outra coisa vista ou ouvida, quando isso ocorre, a imagem deixa de existir em si e passa a ser considerada como ponto de partida para tratar ou recordar o que ela suscitou. A recordação não se produz até que um tempo não tenha ocorrido, pois, no momento da enunciação se recorda o que se viu anteriormente; o que agora se experimenta em um tempo presente não é passível de recordação.

No caso de Gandavo, a memória perpetua-se a partir da escritura que imortaliza a memória, ou seja, a escritura é vida da memória e a memória assemelha-se à imortalidade, isto é, a partir da ativação artificiosa de sua *ars memorativa* o autor presentifica todo um repertório de autoridades que servirá de exemplo – *exemplum* – para a composição elocutiva de sua história:

Daqui vinha aos Gregos & Romanos averem todas as outras nações por barbaras, & na verdade cõ rezã lhes podiã dar este nome, pois eram tam pouco folicitos & cobiçofos de honra que por sua mesma culpa deixavão morrer aquellas coufas que lhes podiam dar nome y fazelos immortaes. Como pois a efcritura feja vida da memoria, & a memoria hua femelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que della nos cabe [...].³⁶⁵

O autor de *História da Província de Santa Cruz* indica-nos que faz uma breve história cujo ornamento não foi procurado em epítetos esquisitos; tampouco buscou sua escritura na formosura de vocábulos usados pelos oradores que costumam deles se utilizar por artifício de palavras. Ressalta que procurou escrever sua história em um estilo fácil e chão que, segundo ele, é conveniente a seu fraco engenho. Nada mais anseia do que “agradar” àqueles que desejam ter notícia da terra.

Após essa breve *captatio benevolentiae*, insere o destinatário no *genus humile* à medida que anseia o ensinamento por meio dos gêneros deliberativo e epidítico. Notamos em

365

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prologo”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 5.

Gandavo um discurso pedestre e modesto, de cunho didático, deliberativo e encomiástico. Julgamos que a clareza e brevidade são os pontos centrais da elocução do seu texto e dos de alguns de seus contemporâneos – João de Barros, Rui de Pina etc. – na composição do estilo histórico.

Aristóteles recomenda que o estilo médio é o mais ajustado e será tanto mais agradável quanto mais adequar-se à matéria narrada; por consequência, sua conveniência é pautada no seu decoro³⁶⁶. De outra forma, poderíamos dizer que não cabe a um poeta falar como um historiador ou este falar como um comediógrafo, porque a expressão deve ser conveniente, decorosa e ajustada a um caráter determinado – *ethos* – do falante para um destinatário específico. O estilo do autor funciona como um dispositivo que se ajusta ao modelo em execução.

Segundo Araújo³⁶⁷, o proêmio capta benevolência a partir da pessoa do historiador que declara com modéstia afetada a inferioridade de seu talento para realizar a tarefa que é a de servir ao Reino e no Reino com sua escrita. Também no proêmio, Gandavo capta a atenção de seu destinatário, sublinhando a novidade do assunto tratado bem como o fato de os estrangeiros estarem adiante dos portugueses nos relatos sobre as coisas do Brasil. Segundo a estudiosa, outras fórmulas retóricas do *exordium* utilizadas por Gandavo na *História da Província de Santa Cruz* são a promessa de ser breve e a apresentação da matéria como assunto de máximo interesse para o leitor.

A brevidade – *brevitas* – prometida no proêmio se cumpre na narração – *narratio*. Segundo nossa hipótese, Magalhães apresenta preocupações com a brevidade, que é a virtude central de seus textos, além da clareza e da verossimilhança. É possível que Gandavo tenha como modelo de *brevitas* o que Cícero diz sobre o estilo breve. Para Cícero, a *brevitas* é um dispositivo que deve afetar não somente os *verba* mas também a *res*, ou seja, a *inventio*:

[...] la hacemos comenzar en el punto preciso, es decir, si nos remontamos a los acontecimientos más lejanos, si cuando basta señalar los aspectos generales no mencionamos demasiados detalles, pues a veces es suficiente enunciar el resultado sin narrar cómo se produjo; si no prolongamos la narración más de lo necesario y nos abstenemos de cualquier digresión.³⁶⁸

O autor aí define para a “breve história” o ornamento em estilo simples que

366

ARISTÓTELES. *Retórica* 1413B, op. cit., p. 205.

367

ARAÚJO, op. cit., pp. 71-83.

368

Cf. CÍCERO. “De Inventione” XX,28, op. cit., p. 122.

supostamente anuncia seu estilo, definindo, por si, o decoro elocutivo da prosa histórica mantido não longe de uma dicção média, por isso ornada no interior dos parâmetros do gênero histórico que visa à instrução que é o fim das espécies do discurso didático.

Para Mendiola³⁶⁹, a lógica figurativa é preponderante em relação à dedutiva ou conceitual. Os relatos transmitem imagens a seus leitores. Essas podem ir desde a apresentação de uma ação até a sequência das ações. Os relatos são pinturas em movimento. A escritura da história da Antiguidade até o século XVII se produz por meio de imagens, ou seja, convida seus leitores a usarem a imaginação. As crônicas do século XVI compõem eventos para serem vistos pelo leitor e não meramente explicações conceituais. No século XVI, a escrita da história é feita pressupondo o esquema bíblico da instituição eclesiástica cristã. A verdade exposta na narração não pode e nem deve ser comprovada empiricamente, pois esta não é uma preocupação dos homens dessa época; a narração é construída a partir da repetição dos lugares-comuns que são reconhecidos pelos leitores. Nessas narrativas, os lugares pertencem, com frequência, à memória cristã e à antiguidade greco-romana. Como nos lembra Alfonso Mendiola³⁷⁰, a arte retórica, quando atribui a propriedade de uma verdade a um enunciado, não se refere à empiria, mas à memória figurativa; isto é, para a retórica, algo é verdadeiro porque a sociedade não o esqueceu.

369

MENDIOLA, Alfonso. *Retórica, comunicación y realidad: La construcción retórica de las batallas em las crónicas de la conquista*. México: Universidad Iberoamericana, 2003, p. 274.

370

MENDIOLA, Alfonso. *Retórica, comunicación y realidad*, op. cit., p. 11.

3 DISPOSIÇÃO

3.1 Apresentação

Neste capítulo, abordaremos primeiramente a noção de *ductus*, a partir das lições de Marciano Capela e Fortunaciano; em seguida, procuraremos, a partir de ambos os preceptistas, gerar uma reflexão sobre *thema* e *consilium*. Em uma etapa posterior, discutiremos tais questões em Gandavo, para elucidarmos como a disposição dos seus textos se articula em ambos os processos, ou seja, tanto no que se refere aos seus aspectos internos quanto nos aspectos externos. Além disso, procuraremos estabelecer uma análise sobre a disposição (*dispositio*) desses textos³⁷¹ e verificar se há diferentes princípios organizativos neles. Por último, teceremos uma oposição à ideia de “gênese textual” defendida pelo crítico Pereira Filho, que procura enquadrar os textos de Gandavo – *Tratado da Província do Brasil*, *Tratado da Terra do Brasil*, *História da Província de Santa Cruz* e o manuscrito escorialense IV-28B – em um “todo orgânico”. Ou seja, procuraremos desconstruir a ideia de “originalidade” e “pureza textual”, bem como desfazer a noção de que os textos de Gandavo evoluem para um estágio mais avançado, pois, segundo o crítico, eles são ensaios preparatórios para um texto mais maduro, que é a edição príncipe de *História da Província de Santa Cruz*. Para isso nos ancoraremos em questões concernentes à manuscritura, feitura e recepção desses textos no século XVI.

A *dispositio* pode ser compreendida como preceito mimético com que o autor inventa o discurso segundo as convenções do gênero em exercício. Um historiador, por exemplo, pode narrar sua história utilizando o verso, do mesmo modo que um poeta pode recorrer à prosa, como ocorre nas epopeias em prosa seiscentista³⁷². Há tantas disposições ou ordens do discurso quanto são os gêneros; por exemplo, a “ordem natural” do gênero histórico narra ações e eventos do mais passado até o presente do historiador; por outro lado, a “ordem artificial”, como a do gênero épico, faz a epopeia começar no meio da ação, seguindo-se a

371

MOREIRA, Marcelo. *Crítica Textualis in Caelum Revocata?* Uma proposta de edição e estudo da *Tradição* de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Edusp, 2011, p. 253. Cf. também: MORRISON, Ken.

“Estabelecendo o texto: A Institucionalização do Conhecimento por meio das formas históricas e filosóficas da argumentação”. In: BOTTÉRO, J.; MORRISON, K. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995, pp. 141-200; FRAENKE, Beatrice. “A Assinatura contra a corrupção do escrito”. In: BOTTÉRO, J.; MORRISON, K. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995.

372

Cf. MUHANA, Adma. *A epopéia em prosa seiscentista*. São Paulo: Unesp; Fapesp, 1997.

rememoração do que ocorreu antes e a narração de ações posteriores³⁷³.

Para a compreensão dos fenômenos da *dispositio*, podemos utilizar como símile a imagem do bailarino cujo comportamento mostra dois extremos: a pausa sem expressão e o movimento com arte. A ordenação considerada natural do pensamento e da linguagem chama-se *ordo naturalis*, que, por exemplo, ocorre na sucessão de acontecimentos e que corresponde ao decorrer histórico desses mesmos eventos na *narratio* ou na sucessão linguisticamente usual das partes da frase e na própria frase³⁷⁴. A ordem natural – *ordo naturalis* – tem como consequência uma clareza e uma credibilidade médias; quando empregada com imperícia, corre o perigo de ser demasiado uniforme (*vulgare dicendi genus*) e assim provocar o tédio (*taedium fastidium*). As histórias são escritas para que os grandes feitos não se percam no esquecimento e os que participam dela adquiram fama³⁷⁵.

Para Quintiliano³⁷⁶, divisão é a separação que se faz de muitas coisas dispondo-as cada uma por si, ordenando-as sequencialmente; por disposição entendemos uma prudente distribuição que fazemos das ideias e das partes do discurso. Ela pressupõe que se digam umas coisas antes das outras. Segundo o retor, a principal disposição e economia de um discurso são aquelas que nos ensinam as circunstâncias do assunto. Essas nos dirão quando usaremos do exórdio e quando não, qual o momento de colocarmos a narração sequencialmente e qual o momento de ordená-la em partes; além disso, qual o momento que devemos começar pelo princípio e quando, seguindo o exemplo de Homero, devemos iniciar pelo meio da ação. Para que a disposição seja executada com eficácia, segundo Quintiliano, é necessário não estar atento somente às regras, mas também à natureza, procurando converter em matéria de *ars* algo dado como natural. Enfim, a *dispositio* também pode ser compreendida nessa acepção, como um enquadramento da *narratio* no plano geral do discurso. Para dispor seu material em um arranjo persuasivo, o orador deve dividi-lo em questões. A ordem em que ele, por divisão, descobre as questões na etapa analítica é diferente da que ele usa no discurso, ou seja, na síntese de representação. O processo tem dois

373

HANSEN, J. A. “Instituição Retórica, Técnica Retórica, Discurso”. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul./ dez. 2013.

374

LAUSBERG, H., op. cit., p. 96.

375

FREIRE, Deolinda de Jesus. *A competição entre os discursos e as artes na História de la Conquista de México de Dom Antonio de Sólís*. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Hispano-Americana) – FFLCH-USP, São Paulo, 2014.

376

QUINTILIANO. *Instituciones Oratorias*, op. cit. IO. VII, I.

movimentos: um de análise, o outro de síntese³⁷⁷. A *dispositio* também engloba a *partitio* que designa, por exemplo, uma das partes do *exordium* do discurso: aquela em que o orador apresenta uma espécie de resumo do modo de argumentar que está para usar³⁷⁸. De modo breve, a *partitio* incumbe-se de cumprir uma das grandes pretensões do discurso, que é a de estimular o desenvolvimento de conceitos através de uma distribuição estratégica das ideias que são pensadas sequencialmente³⁷⁹. É uma técnica de montagem que simula predispor a distribuição das ideias enquanto ainda estão em gestação de um dado repertório em cadeia que gera novos elos conceituais. Não podemos esquecer que a *partitio* está simultaneamente ligada à *inventio* e à *dispositio*. Ela estabelece o elo entre ambas.

Para Lausberg³⁸⁰, a *dispositio* é constituída pela escolha e ordenação favoráveis ao partido, às quais no discurso se realizam nos pensamentos (*res*), nas formulações linguísticas (*verba*) e nas formas artísticas (*figurae*). Os pensamentos estão à disposição do orador e também do historiador na *copia rerum*; já as formulações linguísticas residem na *copia verborum*. Ainda segundo o autor, a *dispositio* se divide em externa e interna. A *dispositio* externa à obra orienta-se segundo a finalidade partidária (*utilitas causae*) e dirige-se “para fora”: consiste na “planificação” (*consilium*) feita pelo orador no afã de conseguir atingir a finalidade do discurso que é a persuasão. A planificação que se dirige para fora manifesta-se no interior do discurso como princípio ordenador, o qual garante que a totalidade dele seja capaz de realizar a sua função exterior. A *dispositio* interna à obra, como atividade ordenadora, consiste por consequência na escolha (*electio*) e ordenação (*ordo*) das partes e das formas artísticas (*figurae*) capazes de desempenharem funções no que diz respeito à totalidade do discurso (da obra).

Em Gandavo, a disposição das *res* e das *verba* também atende a um princípio estruturador interno (*thema*) e um princípio ordenador externo (*consilium*). Seu discurso tem por finalidade convencer seu destinatário sobre as virtudes e vícios da terra e do morador local a fim de atingir uma dada finalidade: a colonização do Brasil. Desta maneira, podemos supor que a planificação exterior de seus textos – *História da Província de Santa Cruz*, manuscrito escorialense, *Tratado da Terra do Brasil* e *Tratado da Província do Brasil* – coordena seus aspectos internos (*thema*), que se realiza por meio do gênero demonstrativo nas vertentes de

377

CHIAPPETTA, Angelica. *Ad animos faciendos*, op. cit., p. 62.

378

Ibidem, p. 72.

379

Cf. EMANUELE, Pietro; PLEBE, Armando. *Manual de Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 78.

380

LAUSBERG, H., op. cit, pp. 95-96.

elogio e de vitupério, para demonstrar as virtudes e vícios da terra. Dessa forma, temos também no gênero demonstrativo executado por Gandavo o desenvolvimento transversal do gênero deliberativo no exercício do encômio, pois no autor o epidítico também é dotado de um caráter ético, que funde *utilidade/beleza* ou *inutilidade/feiura* na construção de seu discurso, tanto no que se refere às coisas bestiais quanto no que diz respeito às coisas maravilhosas do Brasil.

Segundo Lausberg³⁸¹, a *dispositio* trata, respectiva e concretamente, de uma distribuição eficaz e favorável ao partido, da *ordo naturalis* e da *ordo artificialis* (figura) na totalidade do discurso, para que se assegure a credibilidade (*fides*) de um lado e de outro se combata o tédio (*taedium fastidium*).

Os textos de Gandavo, especificamente *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil*, iniciam seus respectivos planos de obra descrevendo no capítulo primeiro de ambos a capitania de Tamaracá, seguida da capitania de Phernãbuco e, sequencialmente, a capitania da Bahia de Todollos Sanctos e a capitania de Ilheos. No quinto capítulo de ambas as obras, temos “Dua çerta nação de gentio que se acha nesta capitania” e, sequencialmente, a capitania de Porto Seguro, capitania do Spirito São, a do Rio de Janeiro e a de São Viçente. No Tratado segundo de ambas as obras, o capítulo primeiro é o que versa sobre os recursos da terra denominado “Das Fazendas”, seguido do capítulo 2, intitulado “Dos costumes da terra, Das qualidades da terra, dos mantime[n]tos da terra, Da caça da Terra, Das frutas da terra, Da condição e costumes dos indios da terra e Dos bichos da terra”.

Na obra *Tratado da Terra do Brasil*, em comparação com o *Tratado da Província do Brasil*, há um capítulo a mais, denominado “Da terra que certos homens da capitania de Porto Seguro foram a descobrir, e do que acharão nella”. Desse modo, concluimos que nesses textos de Gandavo a escolha pela *dispositio* é a da *ordo artificialis* que, segundo Lausberg³⁸², ocorre quando a sucessão dos acontecimentos, no transcorrer da *narrativo*, não corresponde à sucessão histórica deles, como por exemplo na *Odisseia*, que logo se lança no meio do decorrer dos acontecimentos e que, só depois, na narração feita por Ulisses, lembra ao leitor as fases anteriores do decorrer dos acontecimentos.

No caso do autor, a disposição (*dispositio*) nesses textos orbita em torno dos lugares comuns extraídos já na invenção (*inventio*) de ambos os tratados. No Tratado primeiro se referem basicamente às virtudes da terra, com todas suas potencialidades econômicas e seus

381

Ibidem.

382

LAUSBERG, H. “Dispositio”. In: _____. *Elementos de Retórica Literária*, op. cit., p. 96.

traços edênicos, e seu discurso é desenvolvido na chave de louvor. Já no Tratado segundo, os lugares-comuns de vitupério são extraídos também dos habitantes locais, ou seja, dos índios. Códigos de honra, dignidade, ascendência, altanaria, hábitos, concórdia e discórdia na paz e na guerra se opõem a traços como crueldade, bestialidade, animalidade, vingança, intemperança, destemor, imprudência etc. Notamos, dessa maneira, a articulação em torno do gênero demonstrativo tanto na vertente de louvor quanto de vitupério, tendo como elementos nucleares a ideia do útil e do belo *versus* o inútil e o horrendo.

Como dissemos acima, na primeira parte o autor procura desenvolver a tópica dos lugares aprazíveis, o Brasil como tópica edênica, mostrando a fertilidade da terra e suas potencialidades econômicas e naturais; no Tratado segundo, em menor proporção, comparando com as descrições de louvor, mostra-nos os costumes gentílicos. Por exemplo, na obra *Tratado da Província do Brasil*, no primeiro capítulo intitulado “Da Capitania de Tamaracá”, o autor mostra que a povoação da dita capitania é a mais antiga e se situa em uma ilha chamada Tamaracá, próxima à terra firme. Tem três léguas de comprimento e duas de largura; além disso, possui cinco léguas de terra pela costa do norte. Sequencialmente mostra os donatários, informando que a dita capitania é de Dona Jerônima de Albuquerque, que foi esposa de Pero Lopes de Souza. Por conseguinte, mostra as potencialidades econômicas dizendo que há nela um engenho de açúcar e que naquele momento se construíam mais dois. Além disso, da terra se extrai muito pau-brasil e algodão. A capitania tem, aproximadamente, cem vizinhos. Por fim, diz que nessa capitania há “bõas terras pera se povoar e fazere nellas [fazendas]”³⁸³.

No capítulo 4, o da “Da Capitania de Ilheus”, Gandavo mostra que a capitania está a trinta léguas da Baía de Todos os Santos em catorze graus e dois terços. É de propriedade de Francisco Giraldez, que tem posto de capitão. Deve haver nela cerca de duzentos vizinhos. Tem um rio por onde os navios entram. Nessa capitania há oito engenhos de açúcar. Dentro da povoação há um mosteiro dos padres da Companhia de Jesus. Distante sete léguas da mesma povoação por terra a dentro existe uma lagoa de água doce que tem três léguas de comprimento e três de largura, com dez ou quinze braças de fundo para cima. Sai dela um rio pequeno pelo qual navegam os barcos. Tem essa lagoa uma entrada tão estreita que cabe apenas um barco de cada vez:

[...] Sae delaa hu Rio pequeno pello qual vão lá ter os barcos, tem esta lagoa hu[m]

bocal neste Rio tão estreito q apenas cabe hu barco por elle, & depois que anda dentro quasi não sabe determinar por onde entrou. Tem tanta abundância dagoa que podem andar nella quais quer naos por grandes q seião a vella.³⁸⁴

Por outro lado, na chave de vitupério, especificamente no capítulo 7 do Tratado segundo, que se denomina “Da Condição e costumes dos indios da terra”, o autor diz que não se pode enumerar tampouco compreender a multidão do bárbaro gentio que semeou a natureza por toda a terra do Brasil, pois ninguém consegue caminhar com segurança em terra onde se encontram povoações de índios armados contra todas as nações humanas. Assim, como são muitos, permitiu Deus que fossem inimigos uns dos outros e que houvesse entre eles muitos ódios e discórdias. Gandavo diz ainda:

Avia muitos destes indios pella côsta junto das capitánias tudo enfim estava cheo delles quando começarão os Portugueses a povoala terra: mas porque os mesmos indios se levantavão cõtra elles, & faziam lhes muitas treições, os governadores e capitães da terra destruirão nos pouco a pouco e mataráo m[ui]tos delles. Outros fogirão pera o sertão & assy ficou a côsta despovoada de gentio ao longo das capitánias. Junto dellas ficarão algumas aldeas destes indios que são de paz e amigos dos portugueses.

A lingoa deste gentio toda pella costa he hua, careçe de tres letras – S – não se acha nella f, ne[m] l, ne[m] R, cousa digna despanto por q assy não tem fê ne[m] lei, nem Rei, & desta maneira vive[m] sem justiça e desordenadamente.³⁸⁵

Primeiramente, o autor apresenta geograficamente a terra, depois mostra o donatário, sequencialmente as potencialidades naturais do local e por último suas potencialidades econômicas; por outro lado, mostra os índios com seus traços de crueldade e subumanidade. Contudo, se fizermos um levantamento quantitativo a fim de notarmos se há mais capítulos de louvor ou de vitupério, chegaremos à conclusão de que ambos os textos, basicamente, são obras de louvor de encômio à terra. Vejamos:

- Capitulo 1. Da capitania de Tamaracá
- Capitulo 2. Da capitania de Phernãbuco
- Capitulo 3. Da capitania da Bahia de Todollos sanctos.
- Capitulo 4. Da capitania de Ilheos.
- Capitulo 5. Dua certa nação de gentios que se acha nesta capitania.
- Capitulo 6. Da capitania de Porto Seguro.
- Capitulo 7. Da capitania de Spirito São.

384

Idem. “Capitulo 4. Da Capitania de Ilheos”. In: _____. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província...]*, op. cit., p. 87.

385

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 7. Da Condição e costumes dos indios da terra”. In: _____. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província...]*, op. cit., p. 177.

Capitulo 8. Da capitania do Rio de Janeiro.

Capitulo 9. Da capitania de São Vicente.

Tractado segundo das cousas q são gerais por toda côsta do Brasil.

Cap. 1. Das fazendas da terra

Cap. 2. Dos costumes da terra

Cap. 3. Das qualidades da terra

Cap. 4. Dos mantimentos da terra.

Cap. 5. Da caça da terra.

Cap. 6. Das frutas da terra.

Cap. 7. Da condição e costumes do índios da terra.

Cap. 8. Dos Bichos da terra

Já na obra *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, edição *princeps*, notamos uma preocupação maior do autor em construir seu plano de obra em *ordo naturalis*, ou seja, as cenas apresentam-se sucessivamente e em suas particularidades e tais ações/feitos são relatados por uma primeira pessoa. Segundo Hansen,

desde a *Poética* de Aristóteles, o discurso da história foi diferenciado do da ficção não propriamente pelo compromisso de dizer a verdade sobre o passado, antes pelo compromisso de afirmar que a história é uma versão do passado despojada de ficção. Isto é, pretendendo dizer a verdade do tempo, mas não podendo assumir com todas as letras a pretensão de ser verdadeiro, o discurso da história constitui a ficção como irreabilidade e, pelo avesso da constituição, o irreal da ficção o define como real: “foi assim”. A mesma distinção aristotélica de história/poesia supunha, porém, que tanto o historiador quanto o poeta aplicam esquemas retóricos nos discursos que narram. Usam *endoxa*, *topoi* ou lugares-comuns que, nos *Tópicos* I, Aristóteles define como opináveis, opiniões que parecem verdadeiras para todos os sábios ou para a maioria deles e que devem ser aplicadas para a constituição do evento no discurso. Ou seja: os *endoxa* formulam os *mythoi*, os discursos que são o *a priori* do discurso historiográfico ou poético, pois definem a plausibilidade do que se narra, conforme a opinião, fazendo com que o narrado se assemelhe ao que é tido como um acontecimento verdadeiramente visível e dizível. Obviamente, o mesmo Aristóteles propõe, os opináveis da história distinguem-se dos da poesia, pois são enunciados de existência, enquanto que a poesia opera com enunciados de essência. Mas ambos aplicam opináveis para constituir os eventos que narram³⁸⁶.

Os textos de Gandavo apontam para as coisas maravilhosas e bestiais sobre a terra, de outra maneira, julgamos estar mais diante de uma história sobre o Brasil do que ante uma história do Brasil. Uma indagação que merece atenção é a seguinte: por que um cronista quinhentista ou seiscentista, vivendo num período em que o Estado da Índia – constelação de feitorias díspares ligando Moçambique a Macau – constituía o centro do Ultramar português,

preocupar-se-ia com a eventual unidade dos diversos enclaves litorâneos da América do Sul que viriam a ser o Brasil³⁸⁷?

Gandavo inicia o primeiro capítulo mostrando como se descobriu a província e a razão de ela se chamar Santa Cruz e não Brasil; em seguida, no segundo capítulo, apresenta-nos as qualidades da província; no capítulo terceiro, as capitânias e povoações de portugueses que existiam na província; o capítulo quarto versa sobre as governanças e a maneira como se há de viver na terra; o próximo, ou seja, quinto capítulo, sobre as plantas, mantimentos e frutas da província; o capítulo sexto sobre os animais e bichos venenosos da província; o capítulo sétimo sobre as aves da província; o capítulo oitavo sobre alguns peixes notáveis; o nono sobre o monstro marinho que se matou na capitania de São Vicente; o capítulo 10 versa sobre os índios, seus costumes e modos de governança; o capítulo 11 sobre as guerras que tem uns com os outros; o capítulo 12 sobre a morte que os índios dão aos cativos e suas crueldades; o capítulo 13 sobre o fruto que fizeram nessas terras os padres da Companhia de Jesus; e o capítulo 14 sobre as riquezas que se esperam na terra do sertão.

No manuscrito escorialense da *História da Província de Santa Cruz*, o copista inicia o texto mostrando como se descobriu a província do Brasil e por que razão ela deve ser chamada Santa Cruz e não Brasil. O capítulo segundo versa sobre o sítio, demarcação e qualidades da província. O capítulo terceiro sobre as capitânias e povoações de portugueses; o quarto capítulo, versa sobre as plantas, mantimentos e frutas existentes na província; o capítulo quinto sobre os animais e bichos venenosos que há na província, o capítulo subsequente, ou seja, o sexto, sobre as aves que existem na província. O capítulo sétimo, sobre alguns peixes notáveis; o oitavo, sobre o monstro marinho que se matou em São Vicente no ano de 61; o nono capítulo, sobre a condição, costumes e governança dos índios; o décimo sobre as guerras que travam uns com os outros; o décimo primeiro sobre a morte e crueldade que os índios davam a seus cativos; o décimo segundo, do fruto que fazem os padres da Companhia de Jesus na terra; e, finalmente, o décimo terceiro versa sobre as grandes riquezas contidas no sertão.

Segundo Aristóteles, é indispensável, antes de tudo, selecionar sobre cada assunto um conjunto de propostas acerca do que é possível e mais oportuno. Quanto às questões que surgem de improviso, a investigação deve seguir do mesmo modo, atendendo não aos argumentos indeterminados, mas aos que são inerentes ao discurso, englobando o maior

387

“Como escrever uma história do Brasil se o Brasil não era o Brasil?” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 21; cf. também: HOLANDA, Sergio Buarque, op. cit., pp. 315-316.

número possível e que estejam mais próximos do assunto em causa, pois dessa maneira será mais fácil a demonstração³⁸⁸.

A ordem do relatos/feitos executados e demonstrados por Gandavo em suas écfrases está em sintonia com os propósitos do gênero demonstrativo, pois louva as coisas edênicas da terra, censura as torpes e delibera sobre as melhores condições de habitação da terra. Uma pergunta útil que merece ser feita é: qual a finalidade do discurso? Segundo Aristóteles³⁸⁹, nos discursos epidíticos é necessário fazer o ouvinte pensar que partilha do elogio e do vitupério da matéria narrada. Julgamos que Gandavo assim procede no exercício do gênero demonstrativo para construir sua história sobre o Brasil. Ainda para Aristóteles³⁹⁰, é conveniente que a narração seja ética, que exprima caracteres, ou seja, mostre sua intenção moral: o caráter corresponde ao tipo de intenção e a intenção moral, por sua vez, ao tipo de finalidade para a qual aponta o texto.

Segundo Lausberg, a disposição interna de uma determinada obra é guiada pelo juízo (*iudicium*) do orador e se refere à escolha e ordenação das partes que forma a totalidade do discurso. A planificação (*consilium*) como vontade semântica (externa à obra) efetuada (*voluntas*) não tem de concordar diretamente com o *thema*. A relação entre elementos exteriores e interiores do discurso, ou seja, entre *consilium* e *thema*, chama-se *ductus*³⁹¹. O *consilium* está orientado para o elemento externo (público, sentido sério); o *thema* aponta para o elemento interno (sentido preliminar do texto). Ainda, para Lausberg, o *ductus* é um fenômeno de “tática do discurso”.

Podemos distinguir os seguintes modos de “tática do discurso”:

- 1) O *ductus simplex* consiste na concordância de *consilium* e *thema*. O orador quer realmente dizer o que ele diz (*confessum, sinceritas*): tem um *verum consilium*. Como meio de expressão presta-se à clareza (*perspicuitas*)³⁹².
- 2) No *non verum consilium* falta a concordância entre *consilium* (a verdadeira vontade semântica efetuada) e o conteúdo semântico diretamente manifestado no tratamento do tema. Aqui temos, portanto, uma semântica com dois planos, a qual acarreta o perigo de ser

388

ARISTÓTELES. *Retórica*, L II, 22, op. cit., 1998, p. 154.

389

Ibidem, L III, 14, op. cit., p. 212.

390

Ibidem, L III, 16, op. cit., p. 216.

391

Fortun. 1, 5-7; Mart. Cap. 20, 470-472

392

LAUSBERG, H., op. cit., p. 126.

tudo o discurso mal interpretado. Distinguem-se três variantes de duplo na totalidade do discurso:

- a) No *ductus subtilis*, o orador simula ter, no primeiro plano (*thema*), determinada opinião, no segundo plano, a intenção (*consilium*) de provocar no público uma opinião contrária à opinião expressa. O discurso inteiro é, assim, uma ironia de simulação.
- b) No *ductus figuratus*, o orador serve-se, no discurso inteiro, da ênfase do pensamento ou da alegoria, porque o seu pudor o impede de se exprimir no *ductus simplex*.
- c) O *ductus obliquus* somente distingue-se do *ductus figuratus*³⁹³ pela sua motivação: o orador serve-se da ênfase de pensamentos ou da alegoria, porque o medo (por exemplo, de um tirano) o impede de se exprimir no *ductus simplex*.
- d) O *ductus mixtus* consiste na mistura dos mencionados quatro *ductus*³⁹⁴.

Para Margarida Vieira Mendes, a relação trabalhada pelo orador entre o *thema*, ou seja, o assunto interno à oração e nela explicitado, e o *consilium*, ou seja, a intenção exterior à oração, visa efetuar uma determinada ação. Dessa forma, o discurso se planifica em torno de uma dada finalidade³⁹⁵.

Nessa perspectiva, o *ductus* é o que orienta o discurso, operador da relação entre *thema* e *consilium*, segundo Pinto³⁹⁶, expostos como “assunto interno à oração e nela explicitado” e de “intenção exterior à ação”. De outra maneira, o *consilium* pode ser o lugar em que se delibera e se aconselha³⁹⁷ e também pode ser definido como projeto, plano e desígnio³⁹⁸. Em suma, o *thema* dirige-se para o *consilium*, ou seja, a disposição interna do texto é reatualizada e adaptada às circunstâncias sociais que são externas ao texto. Para Fortunaciano³⁹⁹, eis o que é o *ductus*:

393

Ibidem, p. 126.

394

Ibidem, p. 103.

395

MENDES, M. V. A. *Oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 1989, p. 174.

396

PINTO, Rodrigo Gomes de Oliveira. *Entre borões e cadáveres*: Os sermões de Dominga de Quaresma de Antônio Vieira. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – FFLCH-USP, São Paulo, 2009, p. 58.

397

Cf. também. CÍC. VERR. 1,31; CÉS. B. Gal. 2,31

398

Ibidem. At. 5,11,6; Cés. B. Gal. 1,12,6

399

Quando conhecermos ser consistente a matéria, o que primeiro inquirimos? O ducto. O que é o ducto? O modo como a causa toda deva ser tratada. Que diferença há entre ducto e modo? O ducto é próprio de todo o discurso, o modo por sua vez, de alguma parte do discurso. Os ductos quantos são? Cinco: simples, sutil, figurado, oblíquo, misto.

Simple o que é? Quando tratamos algo simplesmente, tal como proposto no tema. Sutil, o que é? Quando uma coisa está no tema, outra na vontade do orador. Figurado, o que é? Quando o pudor impede de dizer claramente. Oblíquo, o que é? Quando o perigo proíbe tratar a causa abertamente. Misto o que é? Quando o ducto não é único.

Onde encontramos o ducto? Do Conselho. Como? Se o conselho for verdadeiro, então, o ducto não será simples, mas sutil, se uma coisa estiver no tema, outra na vontade do orador ou figurado, se o pudor impedir de dizer claramente ou oblíquo, se o perigo proibir tratar a causa abertamente, ou misto, se o ducto não for único.⁴⁰⁰

Defendemos a hipótese de que, nos textos analisados de Gandavo, seu *ductus*, ou seja, a relação entre *consilium* e *thema* é complementar: o *consilium* (aspectos externos) à obra coordena seus aspectos interiores textuais (*thema*), interferindo na *dispositio* do texto. Em nosso julgamento, os textos – *Tratado da Província do Brasil*, *Tratado da Terra do Brasil*, *História da Província de Santa Cruz e o Manuscrito do Escorial* –, ainda que façam parte de um grupo textual que classificamos com a rubrica “gênero histórico”, eram veiculados oficialmente na corte portuguesa, pois ao longo do século XVI as práticas letradas articulavam-se às estratégias de ação nas cortes e resultaram na elaboração de diversos discursos que, ao forjarem determinada memória de feitos passados, determinavam escolhas e procedimentos decorosos no interior das mercês, sobretudo na forma de cargos na burocracia estatal do Império.

Segundo João de Barros⁴⁰¹, o gênero histórico e seu corpo textual, como por exemplo as crônicas, anais e *comentarii*, era texto elaborado para que a administração pública tomasse conhecimento daquilo que os homens ilustres e afamados disseram e/ou fizeram. Esses escritos tinham por função o aconselhamento do reino através dos exemplos – *exempla*. Para João de Barros, a história era uma despertadora do entendimento, cuja primeira lição Deus tinha eleito para o governo da administração pública⁴⁰².

FORTUNATIANI. *Ars rhetorica*. Intro., ed. crítica, trad. italiana e comentários de Lucia Calboli Montefusco. Bolonha: Pàtron, 1979.

400

FORTUNATIANI apud PINTO, Rodrigo, op. cit., p. 63.

401

BARROS, João de. “Prólogo”, op. cit.

402

BARROS, João de. “Prólogo”, op. cit.

Em nossa hipótese, o *ductus* utilizado por Gandavo é o simples; nele, o orador quer realmente dizer o que diz (*confessum, sinceritas*): tem um *verum consilium*. Como meio de expressão, presta-se à clareza (*perspicuitas*) e executa-se em *ordo naturalis*. Toda a sucessividade e causalidade nos relatos de Gandavo provêm de sua *inventio*, a fim de direcionar a leitura para uma dada finalidade, pois inicia a *História da Província de Santa Cruz* mostrando a chegada das naus cabralinas em 1500 e finaliza o texto mostrando que no interior da província há muitas riquezas a serem exploradas.

A causa é própria do tempo passado, o conselho é verdadeiro, ou seja, não desviante, por isso é simples o *ductus*. Por exemplo, no texto de *História da Província de Santa Cruz* e nos demais, o autor não economiza tintas rubras ao vituperar os índios nem os bichos peçonhentos; por outro lado, também não economiza tintas elogiosas ao encomiar a fauna e flora. Julgamos que não diz A para querer dizer B, ou seja, afirma o que pretende dizer e anuncia o que pretende afirmar sem desvios, como podemos notar já no exórdio do referido texto. Julgamos que no texto de Gandavo a relação *thema* e *consilium* é simples e, como dissemos acima, não desviante: “Estes Índios te sempre grandes guerras hus cõtra os outros & assi nuqua se acha nelles paz, nem sera possível (segundo sam vingativos & odiosos)”⁴⁰³.

Outras muitas fruitas há nesta provincia de diversas qualidades comuas a todos, & sam tantas, que já se acháram pela terra dentro alguas pessoas, as quease se sustentáram com ellas muitos dias sem outro mantimento algum. Estas que aqui escrevo, sam as que os Portugueses tem entre si em mais estima, & as melhores da terra.⁴⁰⁴

Entre todas as cousas de que na presente historia se póde fazer mençam, a que mais aprazível & fermosa se offerece à vista humana, he a grande variedade das finas & alegres cores das muitas aves que nesta provincia se crião as quaes por serem tam diversas em tanta quantidade, nam tratarey senam somente daquellas de que se póde notar algua cousa, & que na terra sam mais estimadas dos Portugueses & Índios que habitam estas partes.⁴⁰⁵

De outra maneira, podemos dizer como Marciano Capela que o *ductus* é simples quando não há uma coisa no conselho e outra nas palavras; por exemplo, se bem elogia o mérito, uma falta deve ser acusada, ou seja, não se deve fingir elogiar uma falta para que o

403

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap 11. Das Guerras que tem hus com outros & a maneira de como se hão nelas”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 37.

404

Idem. “Cap. 5. Das plantas, mantimentos, & fruitas que há nesta província”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 18.

405

Idem. “Cap. 7. Das aves que ha nesta província”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 23.

leitor a partir disso deduza um vitupério. Podemos supor que o *ductus* nasce do conselho e este provém daquilo que causa o litígio, o produtor da dúvida⁴⁰⁶, ou quando se louva o mérito e acusa-se a falta, ainda que o gênero demonstrativo não se preocupe com uma causa em litígio. O exemplo encena o gênero demonstrativo já recordado por Menandro, quando o retor propõe:

De certo, convém recordar que, dos encômios, uns são honrosos [*endoxa*]; outros, desonrosos [*ádoxa*]; outros, ambíguos [*amphidoxa*]; outros paradoxais [*parádoxa*]: honrosos, os que se referem a bens comumente reconhecidos, por exemplo, um Deus ou algum outro bem evidente, desonrosos, os que se referem a demônios e algum mal manifesto; ambíguos aqueles que, em parte, são honrosos, em parte desonrosos; os que se encontram nos Panatenaicos de Isócrates e Aristides, pois do que se defende, umas coisas são dignas de elogio, outras de vitupério; e paradoxais, por exemplo, o encômio da morte, de Alcidametne, ou da Pobreza, de cínico Proteu.⁴⁰⁷

Em nota, Manuel García e Joaquín Gutiérrez Calderón, os tradutores espanhóis, propõem que a classificação quatripartida do encômio em *endoxa*, *ádoxa*, *amphidoxa* e *parádoxa* remonta à distinção dos *genera causarum*, tal como exposta na *Retórica a Herênio*. Nessa obra, lê-se:

Os gêneros de causa são quatro: honesto (*honestum*), torpe (*turpe*), dúbio (*dubium*) e humilde (*humile*). Considera-se honesta a causa quando ou defendemos aquilo que parece que deve ser defendido por todos, ou atacamos o que parece que deve ser atacado por todos, como, por exemplo, quando estamos a favor de um homem valoroso ou contra um parricida. Entende-se que a causa é torpe quando ou combatemos algo honesto, ou defendemos algo torpe. O gênero é dúbio quando a causa tem em si uma parte honesta e outra torpe. É humilde quando diz respeito à matéria desprezada.⁴⁰⁸

Segundo Pinto⁴⁰⁹, à luz da classificação de Menandro, é “simples” o *ductus* quando se louva o que é digno de encômio, à medida que o seja *endoxal*, ou seja, no sentido atribuído por Aristóteles, o plural *endoxa* significa opiniões geralmente aceitas por todos, pela maioria ou pelos sábios⁴¹⁰. As demais feições do encômio descritas pressupõem, nos termos em que se propõem, a negação, a dualidade ou até mesmo a contrariedade da *dóxa* e são carentes de um

406

CAPELLA apud PINTO, R., op. cit., p. 71.

407

MENANDRO, op. cit., p. 114.

408

RETÓRICA a Herênio, op. cit., p. 57.

409

PINTO, R., op. cit., p. 74.

410

ARISTÓTELES. *Tópicos* 100 b 18. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa – Casa da Moeda, 2007.

consenso no qual o “*ductus* simples” parece dependente, seja para o louvor ou para o vitupério, visto que prescreve a retórica que aquilo que convém a um também serve ao outro⁴¹¹.

Nos textos analisados de Pero de Magalhães, julgamos que o autor, ao executar o gênero demonstrativo, segue a prescrição da *Retórica a Herênio* ao louvar o mérito e acusar a falta. Assim, ao tecer considerações sobre a fauna e a flora diz ao seu destinatário o quão aprazível é província de Santa Cruz. Mostra primeiramente a posição estratégica do local, depois os alimentos mais apetitosos e rejuvenescedores, os bichos mais notáveis – entre eles, os peixes:

Ale disto he esta provincia sem contradiçam a melhor para a vida do homem que cada hua das outras de America, por ser comumente de bõs ares & fertilissima, & em gram maneira deleitosa & aprazível à vista humana.⁴¹²

Sam tantas & diversas as plantas, fruitas, & hervas que há nesta provincia, de que se podiam notar muitas particularidades, que seria cousa infinita escrevelas aqui todas & dar noticia dos effectos de cada hua meudamete. E por isso nam farey agora mençam, se nam de alguas e particular, principalmente daquillas, de cuja virtude & fruto participam os Portugueses.⁴¹³

He tam grande a copia do sabroso & sadio pescado que se mata, assi no maralto, como nos rios & bahias desta p[ro]vincia de que geralmente os moradores sam participâtes e todas as capitancias, que esta só fertilidade bastará a sustentalos abundantissimamente, ainda que nam ouvera carnes ne outro genero de caça na terra de que provéram atras fica declarado.⁴¹⁴

Podemos ver nos exemplos acima que o autor elogia o mérito das coisas maravilhosas da terra; por outro lado, acusa a falta, denunciando as coisas bestiais dela. Nessa perspectiva, o vitupério, basicamente, destina-se aos índios e bichos peçonhentos da província de Santa Cruz:

São muy incostantes [índios] & mudaveis: crem de ligeiro tudo aquillo que lhes persuadem por difficultoso y impossivel q seja, & cõ qualquer dissuasam facilmente o torná logo a negar. Sam muy deshonestos & dados à sensualidade, & assi se entregam aos vicios cmo se nelles nam ouvera razão de homes: ainda que todavia

411
RETÓRICA a Herênio, op. cit., p. 161.

412
GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 2. Em que se descreve o sitio & qualidades desta província”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 8.

413
Idem. “Cap. 7. Das aves que ha nesta província”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 23.

414
Idem. “Capitulo 8. De algus peixes notavaveis, baleas & ambar que há nestas partes”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 27

em seu ajuntamento os machos com as fêmeas tem o devido resguardo, & nisto mostram ter alguma vergonha.⁴¹⁵

Como esta provincia seja tam grande, & a mayor parte della inhabitada & chea de altissimos arvoredos & espessos matos, nã he despantar que aja nella muita diversidade de animais, & bichos muy feros & venenosos: pois cá entre nós, com ser a terra jam tam cultivada & possuida de tanta gente, ainda se criam em brenhas cobras muy grandes de que se contam cousas muy notaveis, & outros bichos & animaes muy danosos, esparzidos por charnecas & matos, a que os homes com serem tantos & matarem sempre nelles, nam podem acabar de dar fim como sabemos. Quanto mais nesta provincia, onde os climas & qualidades dos ares terrestres, nam sam menos dispostos pera os gerarem, do que a terra em si, pelos muitos matos que digo, accomodada pera os criar. Porem de quanta immundicia & variedade de animais por ella espalhou a natureza, nam avia la nenhues domesticos, quando comecáram os Portugueses de as povoar.⁴¹⁶

Sobre o *consilium*, tomamos como analogia a arte bélica demonstrada por Quintiliano. O retor aconselha a um general que todas as vezes que for dispor o exército em linha de batalha, endireite-o na linha de frente e faça seus homens marchar pelos flancos por ambos os lados; além disso, cabe-lhe ordenar a seus comandados que se coloquem os cavaleiros à frente pelos flancos. Afirma o retor que essa provavelmente seria a tática mais correta tanto quanto ela fosse possível, mas que poderia ser modificada conforme a natureza do terreno se porventura aparecesse algum monte ou caso um rio servisse de obstáculo, ou estivesse impedido por colinas, florestas ou qualquer outro empecilho. Seria modificada conforme o tipo de inimigo, de acordo com as condições imediatas de ritmo: em determinados momentos teria avançado em linhas de batalha; além disso, pode-se lutar com tropas auxiliares ou com os legionários e, por vezes, mesmo tendo-se dado as costas, lograr-se-ia uma fuga simulada⁴¹⁷.

Nessa perspectiva, o conselho é um tributo que permite ao estrategista planejar a ação militar mais confiável, assim como a *dispositio* permite ao orador considerar os meios mais eficazes para persuadir, pois, segundo Quintiliano⁴¹⁸, é próprio do conselho decidir o que se deve dizer, o que se deve calar ou postergar, se é melhor negar um ato ou defendê-lo, quando se deve empregar um exórdio e de que espécie, bem como o momento oportuno para

415

Idem. “Capit. 10. Do gentio que há nesta provincia, da condiçam & costumes delle, & de como se governam na paz”. In: _____. *Historia...*, ed. princeps, op. cit., p. 33.

416

Idem. “Capit. 6. Dos animaes & bichos venenosos que há nesta província”. In: _____. *Historia...*, ed. princeps, op. cit., p. 20.

417

QUINTILIANO. *Instituciones Oratorias*, op. cit.; Cf. também VASCONCELLOS, B. A. *Ciência do dizer bem: A concepção retórica de Quintiliano em Institutio Oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2005, pp. 110-1.

418

QUINTILIANO. *Instituciones Oratorias*, op. cit.

empregar a narração e a maneira mais conveniente para buscar a defesa na lei ou na equidade e qual a melhor forma a ser adotada, enquanto se pode decidir acerca do estilo e afirmar se é conveniente falar de modo áspero, gentil ou humilde⁴¹⁹. Não há causalidade nessa sucessividade; enfim, ciente do que preceitua a arte retórica, o orador avalia o mais adequado ao discurso a ser executado ao considerar as circunstâncias.

Defendemos a hipótese de que, ao acusar a falta e ao encomiar as coisas elogiáveis, Gandavo também aconselha o destinatário como deve proceder ao escolher a província para morar; além disso, mostra os cuidados que deve tomar com os índios e bichos peçonhentos da terra, assim também como pode aproveitar dos recursos naturais fornecidos por ela:

Esta provincia he à vista muy deliciosa & fresca em gram maneira: toda está vistida de muy alto & espesso arvored, regada com as agoas de muitas & muy precisas ribeiras de que abundantemente participa toda terra: onde permanece sempre a verdura com aquella temperança da primavera que cá nos offerece Abril & Mayo. E isto causa nam aver la frios, ne ruinas de inverno que offendam as suas plantas, como cá offendem ás nossas. Enfim que assi se ouve a Natureza com todas as cousas desta provincia, & de tal maneira se comedio na temperança dos ares, que nunca nella se sente frio nem quentura excessiva.⁴²⁰

O *ductus* é um procedimento retórico de que se deve utilizar o orador tão logo se conheça de maneira consistente a causa, ou seja, a escolha do *ductus* é tomada da causa. Quando a matéria é histórica, especificamente no caso de Pero Magalhães de Gandavo, como dissemos acima, o *ductus* é simples, pois ele se organiza em seu aspecto temporal na ordem natural – *ordo naturalis* –, que é a ordenação sequencial e temporal utilizada para representar as circunstâncias dos acontecimentos, sem possibilidade de confusão das coisas posteriores com as anteriores. Como afirma Hansen sobre as cartas de Antônio Vieira:

Se a matéria é histórica, consistindo o discurso que a representa na narração de eventos sucessivos, como ocorre nas cartas de Holanda que expõem as idas e vindas das negociações com os Estados Gerais, impõe-se a ordem sequencial para representar as circunstâncias dos acontecimentos, sem possibilidade de confusão das coisas posteriores e as anteriores, como se vê por exemplo também na Ânuia de 1626.⁴²¹

Em Gandavo, o *ductus* simples executa-se em *ordo naturalis* para representar e

419

Ibidem.

420

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit. 2. Em que se descreve o sitio & qualidades desta província”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 9

421

HANSEN, J. A. *Antônio Vieira. Cartas do Brasil (1627-1697)*. São Paulo: Hedra, 2003, p. 48.

atualizar circunstâncias dos acontecimentos, para que o destinatário não confunda as coisas anteriores com as posteriores a fim de demonstrar os relatos com verossimilhança histórica que é preceituada dentro do gênero em exercício, ou seja, o gênero histórico. Inicia a *História da Província de Santa Cruz* mostrando a chegada das naus cabralinas à nova terra, dizendo que partiram de Lisboa em nove de março de 1500. A partir daí, continua seu plano de obra, mostrando ao seu destinatário as qualidades da província, as capitanias e povoações, a governança da terra e os modos de nela se viver, as plantas e mantimentos/frutas da terra, os animais e bichos venenosos, as aves, os peixes; relata o caso do monstro marinho que se matou na capitania de São Vicente, refere o gentio e seus costumes, as guerras travadas entre os índios e como elas ocorrem, bem como a maneira pela qual os índios executam seus cativos, o trabalho de catequese executado pelos padres da Companhia de Jesus e finalmente fala sobre as grandes riquezas que se encontram no interior da província, ou seja, nas terras do sertão:

Esta provincia Sancta Cruz, alem de ser tã fertil como digo, & abastada de todos los mantimentos necesarios pera a vida do homem, he certo ser tambien muy rica, & aver nella muito ouro & pedraria, de que se tem grandes esperanças. E a maneira de como isto se veo a denunciar & ter por cousa averiguada, foy por via dos Indios da terra.⁴²²

O anônimo⁴²³ preceitua que se deve buscar “não discursar” de modo confuso, obscuro, inusitado; não passar a outro assunto, tampouco começar de muito longe, além de não seguir muito adiante e não deixar de lado o que diz respeito à matéria no afã de angariar a finalidade da narração, que é a verossimilhança. Isso ocorrerá quando se respeitar o que postula o costume (*mos*), a opinião (*opinio*) e a natureza (*natura*), conservando-se a duração do tempo, a dignidade dos personagens, as razões das deliberações e as oportunidades do lugar. Já no proêmio de *História da Província de Santa Cruz*, mostra a seu destinatário que seu discurso será pautado pela clareza, brevidade e concisão:

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história, & sair com ella a luz foy por nam aver ategora pessoa que a emprendesse, avendo já setenta & tantos annos que esta provincia he descoberta. A qual historia creyo que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os Portugueses fizeram sempre da mesma provincia, que por faltarem na terra pessoas de ingenho & curiosas, que per melhor estillo & mais copiosamente que eu a escrevessem. Porém já que os

422

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo 14. Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertam”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 46.

423

RETÓRICA a Herênio, op. cit., p. 57.

estrangeiros a tem noutra estima, & sabem suas particularidades melhor & mais de raiz que nós (aos quaes lançáram já os Portugueses fora della a força darmas per muitas vezes) parece cousa decente & necessario, terem tambem os nossos naturaes a mesma noticia, especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em pobreza nam duvidem escolhela pera seu emparo: porque a mesma terra he tal, & tam favoravel aos que a vam buscar, que a todos agasalha & convida com remedio por pobres & desamparados que sejam. Em tambem ha nella cousas dignas de grande admiraçam, & tam notaveis, que parecêra descuido & pouca curiosidade nossa, nam fazer mençam dellas em algum discurso, & dalas a perpetua memoria, como costumavam os Antiguos: aos quaes nam escapava cousa alguma que por extenso nam reduzissem a historia, & fizessem mençam em suas escripturas de cousas menores que estas, as quaes hoje em dia vivem entre nós como sabemos, & viverám eternamente. E se os antigos Portugueses, & ainda os modernos nam foram tam pouco affeiçãoados à escriptura como sam, nam se perderam tantas antiguidades entre nós de que agora carecemos, nem ouvera tam profundo esquecimento de muitas cousas, em cujo estudo tem muitos homes doctos cansado, & revolvido grande copia de livros sem as poderem descobrir, nem recuperar da maneira que passaram. Daqui vinha aos Gregos & Romanos averem todas as outras nações por barbaras, & na verdade cõ rezã lhes podiã dar este nome pois eram tam pouco sollicitos & cobiçosos de honra que por sua mesma culpa deixavão morrer aquellas cousas que lhes podiam dar nome & fazelos immortaes. Como pois a escriptura seja vida da memoria, & a memoria hua semelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que della nos cabe, quis movido destas razões, fazer esta breve historia, pera cujo ornamento nam busquey epitetos exquisitos, nem outra fermosura de vocabulos de que os eloquentes oradores costumavão usar, pera com artificio de palavras engrandecerem suas obras. Somente procurey escrever esta na verdade, per hum estilo facil & chão, como meu fraco ingenho me ajudou, desejoso de agradar a todos os que della quizerem ter noticia. Pelo que devo ser desculpado das faltas que aqui me podem notar: digo dos discreto[s], que com tam zelo o costumão fazer, que dos idiotas & maldizentes bem sey que nam hey escapar, pois está certo nam perdoarem a ninguem.⁴²⁴

Defendemos a hipótese que o *ductus* em Gandavo é simples, pois eleva aquilo que é matéria de elogio e rebaixa o que deve ser vituperado, ou seja, como em Capela, louva-se o mérito e acusa-se a falta, e, tal qual Herênio ao considerar a causa como honesta, defende aquilo que deve ser defendido por todos ou ataca o que parece que deve ser atacado por todos⁴²⁵. Desta maneira, em Gandavo, esses preceitos retóricos também se ajustam à ocasião, porque é ela que faz supor se isso ou aquilo é ou não conveniente e à sua luz delibera-se sobre um conselho; logo, nessa perspectiva, o tema acomoda-se ao lugar que é circunstanciado. Podemos dizer, então, no caso do autor, que há uma *dispositio* que se refere ao plano dos capítulos da obra e uma *dispositio* do discurso. Em Gandavo, a disposição das matérias mostra que *thema* e *consilium* não variam muito em seu escopo, por isto, dizemos que nesse caso o *ductus* é simples, pois o autor relata no momento da enunciação eventos pretéritos em ordem natural (*ordo naturalis*), fazendo com que o *thema* – planificação e exposição das

424

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prologo ao Lector”. In: _____. *Historia...*, ed. princeps, op. cit.

425

RETÓRICA a Herênio, op. cit., p. 56.

matérias – seja adequado ao seu *consilium* no momento do enunciado que é posterior à enunciação – elementos exteriores à obra e às motivações históricas e sociais que dele emanam, atendendo o texto de Gandavo à prerrogativa de pertencer ao corpo místico ibérico pós-tridentino que se direciona a um destinatário discreto⁴²⁶ – e ambos bifurcam-se em direção às práticas regradamente convenientes ao gênero histórico.

Para Fortunaciano, a condução da causa descobre-se pela intenção. Se ela for verdadeira, a condução será simples, caso contrário, não será simples a condução, ou seja, será “sutil, figurada oblíqua ou mista”⁴²⁷. A condução ou o *ductus*, segundo o preceptista, se descobre a partir da causa em litígio. No caso de Gandavo, o fato de o Brasil ter sido descoberto há setenta anos e ainda naquele momento nada ter sido dito a respeito da nova terra evidencia-nos o litígio da causa em questão – a terra deve ser habitada apesar de seus reveses? – que emana de uma determinada condução – *ductus* – que é simples, pretérita e verdadeira e não desviante. Ademais nota-se uma estrita relação entre a enunciação descrita nas *ekphrásis* e a intenção dos *thema/consilium*:

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente historia, & sair com ella a luz foy por nam aver ategora pessoa que a empreendesse, avendo ja setenta & tantos annos que esta provincia he descuberta. A qual historia creyo que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os Portuguezes fizeram sempre da mesma provincia, que por faltarem na terra pessoas de engenho & e curiosas, que per melhor estilo & e mais copiosamente que eu a escrevessem.⁴²⁸

Capella⁴²⁹ diz que a condução da causa parte do litígio, isto é, inicia-se a partir do que produz a controvérsia, que pode remeter-se ao passado, como no caso do gênero histórico. Quando isso ocorre, temos o exercício de uma causa simples que também pode remeter-se a um futuro a partir de um aconselhamento. Dessa forma, podemos concluir que a condução nasce da intenção que se origina da causa do litígio que é produtora de uma dúvida. No caso de Gandavo, qual a incerteza apresentada pelo litígio? A terra, apesar de ser habitada por uma gente sem “Fé, Lei e Rei”, é boa para se viver. Como dissemos anteriormente, defendemos a hipótese de que o gênero demonstrativo é complementar do gênero deliberativo, uma vez que

426

GRACIÁN, Baltazar. *El Heroe: El Discreto*. 7ª ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1969. (Colección Austral, v. 49).

427

FORT. apud GARBELLINI, Izabella Lombardi. *Tradução e comentário da Arte Retórica de Consulto Fortunaciano*. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

428

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prologo ao Lector”. In: _____. *Historia...*, ed. princeps, op. cit.

429

CAPELLA, Marciano. *De Nuptiis Philologiae et Mercurii*, 5, 470-472; CAPELLA, Marziano. *Le nozze di Filologia e Mercurio*. Milão: Bompiani, 2004.

se aconselha o que se louva e se desaconselha o que se vitupera. Nessa perspectiva, o aconselhamento também edifica uma ética. Ao se escolher a terra para se viver, como é necessário proceder para nela se ter uma vida aprazível? Por exemplo, em *História da Província de Santa Cruz* o autor já aconselha quando expõe as matérias a serem narradas. Inicia seu relato mostrando como se descobriu a província e a razão de ela se chamar Santa Cruz e não Brasil, depois mostra o local e suas qualidades, fala sobre as capitanias e povoações de portugueses que existem na província, a governança das capitanias e seu modo de viver, descreve plantas, fala de mantimentos e frutas, os animais e bichos venenosos, em seguida pondera sobre as aves, sobre alguns peixes notáveis, sobre os índios e finalmente sobre ouro e pedrarias que poderiam ser encontrados no sertão.

Para Garbellini⁴³⁰, tanto Fortunaciano quanto Capela inserem a exposição da condução na invenção – *inventio* – e mostram que a condução perpassa pela causa inteira de modo que ela se estenda ao longo de todo o discurso e não somente em uma de suas partes. Porém, a maneira de encaminhar uma parte Capela define por “*color*” e Fortunaciano, “*modus*”. Segundo a estudiosa, os autores arrolam, na mesma ordem, cinco tipos de conduções a que aplicam os mesmos nomes; nas definições, porém, empregam termos diferentes e dão exemplos diversos. As definições das quatro primeiras conduções (simples, sutil, figurada, oblíqua) são semelhantes, pois tanto Capela quanto Fortunaciano dizem que a condução é: simples, quando a intenção do falante coincide com o que diz de seu discurso; sutil, quando não há coincidência entre a intenção do falante e seu discurso, ou seja, diz uma coisa e na verdade pretende outra; figurada, quando o pudor impede de dizer algo francamente; oblíqua, quando o medo impede de dizer algo abertamente. As definições da condução mista é que são diferentes, pois Fortunaciano admite na condução mista três conduções: sutil, figurada e oblíqua, ao passo que Capela admite apenas duas: figurada e oblíqua.

Fortunaciano aponta que a condução não é sempre igual em ambas as partes do litígio, uma vez que ela se origina da intenção e esta nem sempre é a mesma em todos os tipos; além disso, nem sempre as partes do litígio têm a mesma vontade:

A condução é sempre igual em ambas as partes? Não. Por quê? Porque a condução origina-se da intenção, a intenção, porém nem sempre é única em todas. Com efeito, tampouco ambas as partes têm sempre a mesma vontade; porque, se tiverem a mesma, isto é, se observarmos uma única intenção em ambas as partes, também a condução será uma única, como costuma ocorrer no foro na maioria das vezes, quando se debate, por exemplo, as causas de um contrato. E quando a intenção de

430

GARBELINI, op. cit, p. 33.

uma e de outra parte for diversa? Também a condução será diversa. Ora, o modo e o escopo são semelhantes à condução? Não, porque o modo é a condução em uma parte do discurso, já o escopo é aquilo que a condução toda perfaz. Em que a intenção difere da condução? No fato de que a intenção diz respeito à vontade e a condução ao discurso em si, ou ainda, que a condução nasce da intenção e não a intenção da condução.⁴³¹

Nessa perspectiva, o *ductus* contempla o tempo de três modos: pretérito, presente e futuro. Para Sinkevisque⁴³², o tempo no mundo católico associa-se à questão teológica do providencialismo que fundamenta as questões políticas, como as da expansão e da conversão dos gentios. Nele, os eventos históricos são o lugar específico da presença de Deus, isto é, um *topos* causal, uma teleologia que fundamenta o providencialismo, por ser Deus a condição de possibilidade de tudo, inclusive das práticas de representação que são signos Dele. A sucessão dos dias, por exemplo, é histórica (é história) e crônica da providência, que se atualiza, a cada momento, nos acontecimentos históricos. Em termos teológicos, a história é efeito, causa segunda, signo análogo de Deus. A história se subordina ao tempo e é indiretamente produto de Deus, ação da humanidade e providência em palavras. Deus produziu o livro da natureza. O homem escreve segundo essa perspectiva. A história é signo profético de Deus. O movimento ininterrupto do tempo histórico do expansionismo ibérico é instrumento de legitimação política, jurídica e moral do *télos* providencialista que também aparece inscrito na natureza, como diz Gandavo ao descrever a banana:

Com esta fruta se maném a maior parte dos escravos desta terra porq assadas verdes paixão por mantimento & quasi tem sutância de pão. Há duas callidades desta fruta, huas são pequenas como figos brogaçotes, as outras são maiores e mais compridas. Estas pequenas tem dentro em sy hua cousa estranha a qual he que quando as cortão pello meyo com hua faca ou por qualquer parte q seia acha se nellas hu signal a maneira de cruçifixo, e assi totalm[en]te o parece.⁴³³

Como sabemos, Gandavo, com sua história, chama a atenção dos portugueses para a conquista de riquezas que também são ambicionadas pelos estrangeiros com o projeto de atrair mais colonos para Santa Cruz, “especialmente pera que todos aqueles que nestes Reinos vivem em estado de pobreza não duvidem escolhê-la pera seu emparo”,⁴³⁴ além disso, o autor

431

FORTUNATIANI. *Ars rhetorica*, I,8, op. cit,

432

SINKEVISQUE, E. “Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita: galeria de tópicos”. *Contexto*, UFRGS, n. 22, p. 243-244, 2012.

433

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 6. Das frutas da terra”. In: _____. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província...]*, op. cit, p. 173.

434

requer uma participação especial da cultura letrada no organismo e no cotidiano do Império para a dilatação da fé.

Segundo Alcides⁴³⁵, no texto de Gandavo o ofício da memória, além das questões retóricas a ele inerentes, reatualiza o compromisso de um vassalo com seu suserano, o que em nossa hipótese implica a submissão e manutenção de um decoro regado por um providencialismo metafisicamente fundado em Deus no qual o rei é a cabeça do Estado⁴³⁶. Em torno de ambos, Rei e Estado, reside a finalidade nuclear do processo expansionista e providencialista ibérico defendido por Gandavo: o enriquecimento material e a conversão espiritual, ou seja, em uma das mãos a cruz, na outra, a espada, porque no Cristianismo só é possível a perenidade a partir da transcendência. Esse problema é de ordem teleológica nos séculos XVI e XVII, pois os meios transformam todo fim alcançado novamente em meios para um novo fim. Esse movimento de avanço e recuo gera a questão de cunho utilitarista “Para que serve?”. A finalidade de hoje se torna o meio de um amanhã melhor, como Pero de Magalhães Gandavo propõe:

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente historia, e sair com ella a luz, foi por não haver atégora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos annos que esta Provincia he descoberta. A qual historia creio que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portuguezes fizerão sempre da mesma província, que por faltarem na terra pessoas de engenho, e curiosas que per melhor estillo, e mais copiosamente que eu a escrevessem. Porêem já que os estrangeiros a tem noutra estima, e sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nós (aos quaes lançarão já os portuguezes fora della à força darmas per muitas vezes) parece cousa decente e necessaria terem também os nossos naturaes a mesma noticia, especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em pobreza nam duvidem escolhe-la para seu emparo: porque a mesma terra he tal, e tam favorável aos que a vão buscar, que a todos agazalha e convida com remédio por pobres e desamparados que sejão.⁴³⁷

Em nossa proposição, a leitura providencialista de Gandavo se realça na observação sobre a falta de fé, lei e rei dos ameríndios; na falta de L, F e R dos índios se expressa o teor providencialista pós-tridentino ibérico, pois se Deus aspergiu signos pelo mundo também pode ter espalhado a falta deles, por isso o uso de léxico como *bárbaro* e *gentio* como

Idem. “Prólogo”, fl 5.

435

ALCIDES, Sérgio. “F, L e R: Gândavo e o A B C da colonização”, *Escritos*, FCRB, pp. 1-16. Disponível em: <casaruibarbosa.com.br>. Acesso em: 6 nov. 2016.

436

KANTAROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

437

GANDAVO, Pero de Magalhães. “Prologo ao Lector”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit, p. 76.

designativos dos ameríndios na vertente de vitupério. É relevante não nos esquecermos do debate quinhentista sobre as línguas vernáculas europeias feito desde o final do século XV a partir dos círculos humanísticos de Florença e Roma. Entre os humanistas italianos, um dos temas mais polêmicos em discussão era o uso do alfabeto latino e as dúvidas sobre sua capacidade de representar todos os fonemas pronunciados no idioma toscano. Já na Espanha dos reis católicos, o âmbito linguístico foi melhor explorado – ou melhor subordinado – numa esfera política muito mais complexa e cheia de consequências, que demandava o fortalecimento da língua nacional; o maior emblema dessa imbricação é a famosa frase do gramático andaluz António de Nebrija, dirigindo-se à rainha Isabel de Castela em 1492: “Sempre a língua foi companheira do Império”⁴³⁸.

Se nos lembrarmos de que Portugal e Castela fundavam sua expansão no ultramar numa justificativa religiosa (a difusão do Cristianismo), articulada à convicção de serem monarquias eleitas por Deus para esse fim, percebemos que a língua não poderia se isentar de um caráter igualmente providencial. O cruzamento dessas considerações – a questão do vernáculo e do providencialismo da expansão – funde dois enlaces: o da língua com o império. O discurso da fama é um deles, reiterando a necessidade de completar a honra dos feitos heroicos por meio do registro que os perpetue em desafio ao tempo e à morte: “Como pois a escritura seja vida da memoria, & a memoria hua semelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que della nos cabe, quis movido destas razões, fazer esta breve historia [...]”⁴³⁹.

Em Gandavo, a tópica do providencialismo está em diversas passagens de sua história, a começar pela narrativa dos episódios que se seguiram à chegada da armada de Cabral à costa sul-americana. A nomeação da terra nova, por exemplo, para ele vinha confirmar que ela apenas aguardava desde a eternidade a chegada de seus colonizadores:

[...] por deixar nome àquela província, por ele novamente descoberta, mandou [Cabral] alçar uma Cruz no mais alto lugar de uma árvore, onde foi arvorada com grande solenidade e benções de Sacerdotes que levava em sua companhia, dando à terra este nome de Santa Cruz, cuja festa celebrava naquele mesmo dia a santa madre Igreja (que era aos três de Maio). O que não parece carecer de mistério, porque assi como nestes Reinos de Portugal trazem a Cruz no peito por insígnia da ordem e cavalaria de Cristo, assi prouve a ele [Cristo] que esta terra se descobrisse a tempo que o tal nome lhe pudesse ser dado neste santo dia, pois havia de ser

438

NEBRIJA, Antonio de. *Gramatica castellana*. Madrid: Universidad de Salamanca, 1492, fl. 1. Ver ASENSIO Eugenio. “La lengua compañera del imperio: historia de una idea de Nebrija en España y Portugal”. In: _____. *Estudios Portugueses*, Paris, FCG – Centro Cultural Português, pp. 1-16, 1974.

439

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Prologo ao Lector”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit.

possuída de Portugueses, e ficar por herança de patrimônio ao mestrado da mesma ordem de Cristo.⁴⁴⁰

No autor, a junção entre “língua” e “império” aponta sem equívocos para o uso da tópica do “L, F e R”, que é reatualizada⁴⁴¹, agora, no contexto ibérico pós-tridentino. No texto de Gandavo, os índios aparecem como aqueles que serão submetidos ou resistirão ao jugo colonial e são vistos potencialmente como escravos pelos colonos ou como iminentes cristãos pelos missionários. Em ambos os casos, presume-se a subordinação deles ao mando senhorial português:

Os mais dos moradores que por estas capitânias estão espalhados ou quase todos têm suas terras de sesmaria dadas e repartidas pelo capitães e governadores da terra. E a primeira cousa que pretendem adquirir são escravos pera nellas lhes faze[re]m suas fazendas; e se uma pessoa chega na terra a alcançar dous pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu) logo tem remédio pera poder honradamente sustentar sua família: porque hum lhe pesca, e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e granjeam suas roças, e desta maneira não fazem os homens despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daqueles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como há muitos moradores na terra que não tem menos desta quantia e daí pera cima.⁴⁴²

Sem negar explicitamente a humanidade dos ameríndios, Gandavo não deixa de ressaltá-la em variadas oportunidades, tomando como padrão judicativo o uso ou a falta da razão e os modos de convivência e comunicação dos indígenas. A categoria de “humano”, porém, não representava no mundo católico dos séculos XVI e XVII um estado homogêneo. Pressupunha-se uma minuciosa escala de preenchimento de suas potencialidades segundo critérios teológico-políticos⁴⁴³. Segundo João Adolfo Hansen: “O índio não conhece a Revelação, mas não está excluído da lei natural; logo, é humano, ainda que num grau distantíssimo da boa humanidade católica”⁴⁴⁴. Ainda, segundo Hansen:

440

Idem. “Cap. 1”, fl. 7.

441

Segundo João Adolfo Hansen, a tópica do “F, L e R” já aparece em Santo Agostinho na obra *De Trinitate*, XV, XIII, 22. Cf. HANSEN, J. A. “A escrita da conversão”, op. cit., p. 40.

442

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 4”. In: _____. *Historia...*, op. cit., fl. 15-15 v.

443

Cf. EISENBERG, José. “A escravidão voluntária dos índios”. In: _____. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: Encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Humanitas; UFMG, 2000, pp. 125-158.

444

[...] embora seja humano o índio não consegue pensar segundo a ordem da verdade eterna e necessária, o que fica evidente na falta de letras (=fonemas) de sua língua, como F, L, R. Para convertê-lo é preciso fazer com que reencontre a presença original das coisas a partir de sua ideia eternamente co-presente no espírito.⁴⁴⁵

Ao considerar a noção de *ductus* em Fortunaciano e Capella, a partir deste momento pretendemos refletir sobre tal noção em Pero de Magalhães Gandavo no afã de responder algumas questões, a saber:

1. Como se dá o entrelaçamento das partições dos textos – *Tratado da Província do Brasil*, *Tratado da Terra do Brasil* e *História da Província de Santa Cruz* – de Pero de Magalhães de Gandavo?
2. A passagem de um capítulo a outro se dá por motivo de alguma tópica específica ou eles se organizam sequencialmente por conta da *descriptio* em ordem natural – *ordo naturalis* – que é convenientemente adequado ao gênero histórico?
3. A *dispositio* direciona para algum tipo de leitura a partir da relação *thema* e *consilium*?

Para iniciar nossa discussão, procuramos mostrar as matérias dos três textos – *História da Província de Santa Cruz*, *Tratado da Terra do Brasil* e *Tratado da Província do Brasil* – para que tenhamos uma visão estrutural dos capítulos em cada obra a fim de notarmos que entre uma obra e outra bem como entre elas e o manuscrito do Escorial há inserção ou elisão de capítulos. Contudo, para iniciar nossa exposição, primeiramente mostraremos como o crítico Emmanuel Pereira Filho aborda os textos gandavianos⁴⁴⁶.

3.2 O *Tratado da Província do Brasil*

É conhecida a existência de duas cópias de *Tratado da Província do Brasil*. A primeira delas encontra-se arquivada na Coleção Sloniana da Biblioteca do Museu Britânico, na Inglaterra, sob o número 2026 e foi publicada em 1965, pelo Instituto Nacional do Livro, em

HANSEN, João Adolfo. “Sem F, sem L, sem R: cronistas, jesuítas e índio no século XVI”. *Cadernos Cedex*, n. 30, 1993, pp. 45-46. Ver ainda do mesmo autor: “O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil: Nóbrega, 1549-1558”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, IEB-USP, São Paulo, n. 38, pp. 87-119, 1995.

445

Idem, J. A. “A Escrita da Conversão”, op. cit., p. 18.

446

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Introdução: Um texto Inédito”. In: _____. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província...]*, op. cit., pp. 10-49

edição (fac-similada e anotada) preparada por Emmanuel Pereira Filho (1965). Conta com dezessete capítulos: nove na primeira parte e oito na segunda, estes divididos em duas partes: “Declaração da Costa” e “Tratado Segundo das Coisas Gerais por toda a Costa do Brasil” distribuídos em quarenta e oito fólios, em recto⁴⁴⁷ e verso. Nela consta:

[Folha de rosto]: Tractado da província do Brasil no qal se contem a informação das cousas que ha na terra, assi das capitánias e fazendas dos moradores que vivem pella costa & doutras particulariades que aqui se cotam: como tam be da condição e bestiaes costumes dos Indios da terra, & doutras estranhezas de bichos q ha nestas partes, offerecido a muito Alta sereníssima Sora Dona Catherina Rainha de Portugal Snora nossa. Visto e aprovado pellos deputados da Sancta inquisição.

[Dedicatória]

Prollogo ao lector.

Declaração da Costa

Capitulo 1. Da capitania de Tamaracá

Capitulo 2. Da capitania de Phernãbuco

Capitulo 3. Da capitania da Bahia de Todollos sanctos.

Capitulo 4. Da capitania de Ilheos.

Capitulo 5. Dua çerta nação de gentios que se acha nesta capitania.

Capitulo 6. Da capitania de Porto Seguro.

Capitulo 7. Da capitania de Spirito São.

Capitulo 8. Da capitania do Rio de Janeiro.

Capitulo 9. Da capitania de São Viçente.

Tractado segundo das cousas q são gerais por toda côsta do Brasil.

Cap. 1. Das fazendas da terra

Cap. 2. Dos costumes da terra

Cap. 3. Das qualidades da terra

Cap. 4. Dos mantimetos da terra.

Cap. 5. Da caça da terra.

Cap. 6. Das frutas da terra.

Cap. 7. Da condição e costumes dos indios da terra.

Cap. 8. Dos Bichos da terra

[Epílogo]

3.3 O *Tratado da Terra do Brasil*

O Tratado da Terra do Brasil, em função das variantes textuais e alterações em relação

447

Face externa de um fólio; frente; com o livro aberto corresponde sempre à página da direita, à de número ímpar. É o oposto de verso. A outra cópia encontra-se na Biblioteca da Ajuda, em Portugal, registrada sob o número 51 –VII – 31, constante no inventário dos manuscritos da BibliotEca da Ajuda referentes à América do Sul, de Carlos Alberto Ferreira, 1946. Cf. SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo, op. cit., p. 233.

ao *Tratado da Província do Brasil*, é considerado como segunda versão de elaboração⁴⁴⁸ e, segundo os comentadores, resultará em *História da Província de Sãcta Cruz*, obra publicada aproximadamente em 1576. Em relação aos dois tratados, nota-se alteração no título, dedicatória endereçada a um outro destinatário e acréscimo de um capítulo ao final da segunda parte. Composto por quarenta e seis fólios com registros em recto e verso, e um (o último) com registro apenas em recto. Ainda estruturado em duas partes, porém, dessa vez com nove capítulos:

[Folha de rosto]

[Dedicatória]

Prollogo ao lector

Declaração da costa

Cap. 1. Da capitania de Tamaracá

Cap. 2. Da capitania de Phernābuco

Cap.3. Da capitania da Bahya de Todollos Sanctos

Cap. 4. Da capitania de Ilheos.

Cap. 5. Dua nascaõ de gentio q se acha nesta capitania

Cap. 6. Da capitania de Porto Seguro

Cap. 7. Da capitania de Spirito Sancto

Cap. 8. Da capitania do Rio de Janeiro

Cap. 9. Da capitania de San Viçente

Tractado segundo das, cousas que são, gerais por toda, costa do Brasil

Cap. 1. Das fazendas da terra

Cap. 2. Dos costumes da terra

Cap. 3. Das callidades da terra

Cap. 4. Dos mantimentos da terra

Cap. 5. Da caça da terra

Cap. 6. Das fruitas da terra

Cap. 7. Da condiçaõ E costumes dos indios da terra

Cap. 8. Dos bichos da terra

Cap. 9. Da terra q çertos homes da capitania de Porto Seguro foraõ a descobrir, e do q acharão nella.

[Epílogo]

Dessa “segunda versão” do tratado, de acordo com Pereira Filho⁴⁴⁹, são conhecidos quatro testemunhos manuscritos e todos são apógrafos. O primeiro “quinhentista

448

HUE apud GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil*, op. cit., 2004; PEREIRA FILHO apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província..., op. cit., 1965; STETSON JR., op. cit.*

449

PEREIRA FILHO apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província, op. cit., pp. 19-20.*

contemporâneo do autor” e anônimo se encontra arquivado na Biblioteca Nacional e Lisboa, sob o número 552. O segundo pertence à Série Vermelha dos arquivos da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, sob o número 165, e se trata de: “Cópia tardia, realizada por Fr. VICENTE SALGADO, que declara tê-la acabado em 19-2-1800”⁴⁵⁰. O terceiro, anônimo, também pertence à Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa e pertence à Série Azul, sob o número 739⁴⁵¹ e se trata de “cópia tardia e pouco cuidada”. O quarto, finalmente, anônimo e do século XIX se encontra arquivado na Biblioteca Municipal do Porto, sob o número 597.

Em *Tratado da Terra do Brasil*, o autor, após a exposição do prólogo, apresenta as matérias a serem desenvolvidas na seguinte ordem: Itamaracá, Pernambuco, Bahia de Todos-os-Santos e Ilhéus. Após a exposição da topografia, bem como seus aspectos constituintes, pinta-nos um retrato do habitante local – o índio – nas capitanias de Porto Seguro, Espírito Santo e Rio de Janeiro e São Vicente. No Tratado Segundo, por ordem desenvolve as seguintes matérias: “Das fazendas da Terra”, “Das Qualidades da Terra”, “Dos Mantimentos da Terra”, “Da caça da Terra”, “Das frutas da Terra”, “Da condição e costumes dos Índios da Terra”, “Dos Bichos da Terra”, “Da Terra que certos homens da Capitania de Porto Seguro foram a descobrir, e do que acharão nella”.

Em *Tratado da Província do Brasil*, o autor descreve em ordem natural – *ordo naturalis* – o seguinte plano no que se refere à exposição das matérias. Em primeiro lugar expõe as capitanias, na seguinte ordem: Tamaracá, Pernambuco, Bahia de Todos-os-Santos e Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. No Tratado Segundo, a exposição das matérias apresenta-se da seguinte forma: “Das fazendas da terra”, “Dos Costumes da terra”, “Das qualidades da terra”, “Dos mantimentos da terra”, “Da caça da terra”, “Das frutas da terra”, “Da condição e costumes dos indios da terra”, “Dos Resgates” e “Dos Bichos da Terra”.

O que notamos ao comparar a *dispositio* tanto de um tratado como de outro, ou seja, tanto em *Tratado da Terra do Brasil* quanto em *Tratado da Província do Brasil*, é que os lugares-comuns que geram a exposição das matérias são muito parecidos, com elocuições idênticas, contudo, notamos que no *Tratado da Terra do Brasil*, que foi editado posteriormente, há um capítulo a mais em comparação com o anterior: “Da Terra Que Certos Homens da Capitania de Porto Seguro foram A Descobrir E Do Que Acharão Nella”.

450

Ibidem.

451

Disponível em:

www2.acadciencias.pt/joomla/images/Documentos/Biblioteca/Cat%C3%A1logos/catalogoma.pdf.>.

Acesso em: 6 nov. 2011.

Segundo Pereira Filho, em 1826, o texto do tratado fora publicado pela primeira vez na Academia Real das Ciências de Lisboa, junto à “Collecção de Notícias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Dominios Portuguezes, ou lhe são visinhas”, tomando como referência um dos manuscritos da Academia, sem critério seguro e, ao que parece, com má revisão tipográfica⁴⁵². Na introdução dessa publicação pode-se ler:

Apezar porém de ser o Escrito que agora offerecemos, mais resumido, que o que anda impresso, nem por isso se póde reputar destituído de interesse pois nelle refere o Author algumas particularidades, que no outro omittio, e ainda quando conta os mesmos factos, he não sómente com diversidade de expressões, mas até muitas vezes de circumstancias. O Leitor que quizer comparar estas duas obras, se convencerá facilmente da sua diversidade, e importância.⁴⁵³

3.4 O manuscrito do Escorial

O texto que tomamos é um apógrafo⁴⁵⁴ conservado na Biblioteca do Mosteiro do Escorial, na Espanha, sob o registro b-IV-28, uma cópia do século XVI. O ano de sua entrada na biblioteca do Real Mosteiro do Escorial é de 1575, aproximadamente. Ao referir-se a essa cópia, Stetson Jr.⁴⁵⁵ inicia sua exposição argumentativa sobre o manuscrito a partir da leitura de uma carta redigida por uma bibliotecária endereçada ao visconde de Juromenha⁴⁵⁶:

Quanto ao manuscrito de Magalhães de Gandavo, é um volume em quarto, escrito sobre papel numa grafia muito boa do final do século XVI; a página de rosto é adornada com um desenho em pena e tinta pintado em cores, como são também algumas das letras capitulares nos inícios de capítulos, os quais contêm os títulos dos capítulos. No final do capítulo oito [...], há um desenho do monstro. Junto ao fólio 12, um mapa da província de sãcta Cruz vulgarmente chamada Brasil. Não há outras indicações a respeito de onde veio o manuscrito, nem para quem ele foi escrito, nem se ele é cópia do autor.⁴⁵⁷

452

PEREIRA FILHO apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil* [Tractado da província, op. cit., p. 20

453

Ibidem.

454

HUE apud GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil*, op. cit.; PEREIRA FILHO apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil* [Tractado da província..., op. cit.

455

STETSON JR., op. cit., pp. 48-49.

456

VISCONDE de Juromenha, op. cit., v. 1.

457

“As for the MS. Of Magalhães de Gandavo, it is a volume in 4to, written on paper in a very good clear hand of the end of the XVI century, the titlhe page adorned with a sketch in a pen and ink painted in colours, as are also some of the headpieces at the beginnings of chapters, which contain the chapter headings. At the end of chapter VIII [...] there is a design of the monster. On f. 12 there is a map of the province of sãcta Cruz commonly called Brazil. There are no other indications as to where the MS. Came from, nor for whom it was written, nor whether it is the author's copy”. STETSON JR., op. cit., pp. 48-49.

O texto é composto por oitenta e um fólhos, sendo que os de número 45 e 81 são registrados apenas em recto; os outros, em recto e verso. Sobre sua datação, Pereira Filho afirma que:

a primeira redação da História [...] não pode ultrapassar de muito a faixa 1572/1573, dado que nela não figura ainda o capítulo referente á divisão da Governança Geral do Brasil. Mesmo que se admita um certo retardo em o Autor tomar conhecimento do fato, não pode ele ter sido muito prolongado, pois Gandavo estava em Portugal e pesquisava com cuidado os fatos que acêrca do Brasil queria narrar. Além do que, de 1573 para 1574 devia estar cuidando de suas Regras de Ortografia, que já aparecem impressas neste último ano [...].⁴⁵⁸

Como já dissemos anteriormente, Capistrano de Abreu julga que a obra *História da Província de Sãcta Cruz* foi redigida entre 1572 e 1573, pois o autor outorga a Duarte Coelho de Albuquerque e Vasco Fernandes Coutinho a titularidade de donatários das capitanias de Pernambuco e Espírito Santo, respectivamente. Em realidade, o primeiro deixa de ser dela titular em 1572 devido a seu regresso a Portugal e o segundo faleceu em fevereiro de 1571⁴⁵⁹. Baseado em nota marginal do manuscrito do tratado existente na Biblioteca Municipal do Porto, onde se lê que em 1587 o número de engenhos de açúcar é de sessenta, talvez o opúsculo tenha sido redigido aproximadamente em 1570. É improvável que ele tenha sido escrito após essa data, visto que, posteriormente, a rainha D. Catarina toma a decisão de ausentar-se definitivamente em Castela. A partir de uma nova disposição – *dispositio* – o manuscrito escorialense se organiza em treze capítulos e, ao contrário dos tratados anteriores – *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil* –, não se organiza em duas seções em que se trata das coisas gerais e das coisas específicas da terra:

[Tercetos de Luis de Camões a D. Lionis, sobre o livro]

[Soneto de Luís de Camões a D. Lionis, sobre a vitória em Malaca]

[Folha de rosto]

[Dedicatória]

Prologo ao lector

458

PEREIRA FILHO apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil* [*Tractado da província...*, op. cit., p. 36.

459

VISCONDE de Porto Seguro. *História*, I, p. 373, 419, n., V, p. 311; LEITE, Serafim, op. cit., p. 224.

Capitulo primero de como se descobrio esta provincia, e a razão por que se deve chamar Sancta Cruz, e nã Brasil

Cap. ij. Em que se descreue o sitio, demarcação, e qualidades desta provincia

Cap. iij. das capitancias e pouoações de Portugueses que ha nesta provincia

Cap. iiij. das plantas, mâtimentos e frutas que ha nesta provincia

Cap v. dos animaes e bichos venenosos que ha nesta prouincia

Cap vj. das aves que ha nesta prouincia

Cap. vij. e alg~us peixes notauéis, baleas e ambar que ha nestas partes

Cap viij. do monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no año de 61

Cap. ix. em que se dá noticia da gente que ha nesta provincia, da condição e costumes della, e de como se governaõ na paz.

Cap. x. das guerras que tem h~us contra os outros, e a maneira de como se haõ nellas

Cap xi. da morte que daõ aos captiuos e crueldades que vsãõ cõ elles

Cap xii. do fruto ~q fazerm nestas partes os Padres da companhia com sua doctrina

Cap. xiiij. Das grandes riquezas que se esperão da terra do sertoã

O manuscrito escorialense nos é apresentado a partir dos tercetos de Camões; a dedicatória é direcionada a D. Leonis Pereira, a quem também Camões oferece um soneto fazendo referência à vitória em Málaga do dignatário que lá foi governador-geral; além disso, notamos no manuscrito a inserção do primeiro capítulo para tratar da descoberta e nome da província; o segundo é reservado à descrição, demarcação e a qualidades da província; tratamento de aves e peixes em capítulos específicos; destinação de um dos capítulos para narrar a morte de um monstro marinho e a inserção de um capítulo para enaltecer os feitos dos padres da Companhia de Jesus.

3.5 A História da Província de Sãcta Cruz: edição príncipe

Ela sai do prelo em 1576 da oficina tipográfica de Antonio Gonsalvez. De acordo com Hue⁴⁶⁰, o referido tipógrafo produziu, em sua oficina, aproximadamente 38 livros. Com quatorze capítulos, a obra se estrutura da seguinte maneira:

[Folha de rosto]

[Folha de] Aprovaçam

[Tercetos de Luis de Camões a D. Lionis] sobre o livro

460

HUE apud GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil*, op. cit., p. 13.

[Soneto de Luís de Camões a D. Lionis acerca de sua vitória em Malaca]
[Dedicatória]

Prologo ao lector

Capit. Primeiro. De como se descobrio esta prouincia, e a razam porque se deve chamar Sancta Cruz, e nam Brasil.

Capit. 2. Em que se descreve o sitio e qualidades desta provincia

Capit. 3. Das capitancias e pouoações de Portugueses que ha nesta provincia.

Capit. 4. Da governança que os moradores destas capitancias tem nestas partes, e a maneira de como se hão em seu modo de viver.

Capit. 5. Das plantas, mantimentos, e frutas que ha nesta provincia

Capit. 6. Dos animaes e bichos venenosos que ha nesta provincia.

Capit. 7. Das aves que ha nesta provincia.

Capit. 8. De algus peixes notauéis, baleas e amarq ue ha nestas partes.

Capit. 9. Do monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no anno de 1564.

Capit. 10. Do gentio que ha nesta provincia, da condiçam e costumes delle, e de como se gouernam na paz.

Capit. 11. Das guerras que tem hus com outros e a maneira de como se hão nellas.

Capit. 12. Da morte que dam aos cativos e crueldades que vsam com elles.

Capit. 13. Do fruto que fazem nestas partes os Padres da Companhia com sua doctrina.

Capit. 14. Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertam.

Comparado à edição príncipe, o testemunho disponível do manuscrito escorialense poderia estar incompleto, faltando um dos capítulos, já que este tem treze e aquela quatorze. Se fosse ao final, poderíamos sugerir que houve perda de páginas, mas o capítulo em questão foi inserido após o terceiro capítulo; apresenta-se no manuscrito do Escorial a sequência correta na numeração dos capítulos e das páginas. Dessa forma, deduz Gomes⁴⁶¹, que a versão *princeps* tem um capítulo a mais em relação ao manuscrito do Escorial, o que reforça a hipótese de esse manuscrito ter sido copiado de uma versão ainda em fase de elaboração.

Na edição *princeps* de *História da Província de Santa Cruz*, após as notas de dedicatória e prólogo, o autor inaugura a exposição do livro mostrando no capítulo primeiro “De Como se descobriu esta provincia e a razão porque se deve chamar Santa Cruz e não Brasil”. Logo adiante, no capítulo 2, Gandavo descreve as qualidades da terra. No capítulo seguinte, apresenta as capitancias e povoações de portugueses que vivem no Brasil e mais adiante estabelece um arrazoado sobre os governadores-gerais, aconselhando o destinatário a se mudar para o Brasil, além de deliberar acerca da melhor maneira de ele residir na nova terra. No capítulo 5 apresenta as plantas, mantimentos e frutas que há na província, seguindo

461

GOMES, Rejane Centurion Gambarra.

o capítulo 6, “Dos Animais e bichos venenosos da provincia”. No capítulo 7 elenca as aves da provincia, como as águias, açores, gaviões e iacus, que são galinhas do mato, segundo o autor. Afirma que na terra há muitas perdizes, pombas, rolas e patos. Além desses, enumera os tipos de papagaios da terra que, segundo o autor, é o que há de mais exuberante na terra. Logo mais adiante, especificamente no oitavo capítulo, fala dos peixes notáveis da terra e no nono capítulo, sobre o “Monstro Marinho que se matou na capitania de São Vicente no ano de 1564”.

No décimo capítulo, mostra o “gentio que há nesta provincia, da condição & costume delle, & de como se governam na paz”. Adiante, no décimo primeiro capítulo coloca diante dos olhos do destinatário, em um estilo tucididiano, as guerras que os índios travam entre si e como elas se dão. No capítulo 12, “Da morte que dam aos cativos & crueldades que usam com elles”. No penúltimo capítulo, o 13, espalha as sementes lançadas pelos Padres da Companhia de Jesus na dita provincia e, finalmente, no último capítulo, arraoa sobre as “Grandes riquezas que se esperam da terra do sertão”.

No manuscrito escorialense, o autor inicia o texto a partir do capítulo primeiro que se intitula “De como se descobrio esta provincia & a razão por que se deve chamar-se na Brasil”. O segundo capítulo, “Em que se descreve o sitio, demarcação & qualidade da terra desta provincia”, quando comparado com o segundo da edição *princeps*, “Em que se descreve o Sitio e Qualidade desta Província”, faz-nos perceber uma diferença que julgamos importante, e que se refere ao léxico “demarcação”.

Segundo Hue, tal vocábulo aparece em um longo trecho presente no manuscrito e não incluído na edição *princeps* de 1576, pois se mostrava, como dissemos anteriormente, matéria não adequada a um livro impresso. Por outro lado, na versão impressa não temos, como indica o novo título, as informações relativas à demarcação das fronteiras que talvez fosse matéria litigiosa entre as duas coroas ibéricas. Ainda segundo a estudiosa, seria por parte do “autor” uma inteligente alteração, tendo em vista a aprovação do livro pela censura do paço. Como é notório, através da comparação das duas versões, a longa e detalhada *demarcação* da provincia do manuscrito escorialense dá lugar a uma sumária, na versão impressa de 1576. Segundo Hue, quando aprontou o texto destinado ao prelo, Gandavo retirou o trecho que não era conveniente divulgar e que era de conhecimento da Coroa espanhola.

Mais adiante, no terceiro capítulo, Gandavo mostra-nos as capitánias e povoações de portugueses na provincia a fim de deleitar o destinatário para mostrar a utilidade da imigração na nova terra; portanto, temos, nesse momento, a fusão do gênero deliberativo com o epidítico. No capítulo 4, fala das plantas, mantimentos e frutas que há na provincia. No

capítulo 5, o tema são os animais e bichos venenosos dela. No sexto capítulo apresenta ao leitor as aves da província; no subsequente, no sétimo capítulo, coloca diante de olhos do destinatário alguns peixes notáveis e versa, inclusive, sobre a baleia e o âmbar que ela solta nas águas da nova terra. No capítulo 8, o autor anuncia o monstro marinho que se matou na capitania de São Vicente em 1561. Já no capítulo 9, Gandavo dá notícia da gente da província, da condição e costumes dela e de como se governa em tempos de paz; no décimo capítulo do manuscrito do Escorial, tal qual uma pintura de retrato, *ut pictura*, aparecem as guerras que os índios travam entre si e a maneira como tais guerras ocorrem; no décimo primeiro capítulo a tópica é a morte que dão aos cativos e crueldades que fazem com os prisioneiros; no décimo segundo capítulo, o autor espalha a semente plantada pelos padres da Companhia de Jesus na nova terra. Interessante notar que o discurso evangélico transforma o léxico “semente” em tropo de boa germinação lançada à nova terra, ou seja, ao se espalhar uma boa semente em um novo sítio se disseminará no solo uma nova e boa grei, lançada pelo padres da Companhia de Jesus. Como diz posteriormente Bluteau:

Semear. He tirar o lavrador do sacco, que traz a tiracollo, hua manchea de trigo, & acompanhando com cada passo, que dá, o movimento de mão, espalhado pela terra(...) Semear hum campo. Frumentum in agro ferere ou feminare. Frumento agro conferere. In agro sementem facere. Todos estes modos de falar são de Columella, com o qual podemos também dizer solo semen comittere, falando geralmente em semear, pois no cap. 8 do livro 2 diz este Autor Quamvis sitienti solo rectemen committitur, quer dizer, por seca que seja a terra, bom he semealla & no cap. 9. diz Qui bene uberem campum in singula jugera tricice quinque & ado octo modis obserere praecipunt.⁴⁶²

Importante acentuar a sequência dos capítulos quando comparamos a edição *princeps* de *História da Província de Santa Cruz* com o manuscrito escorialense. Nos capítulos primeiro e segundo são inalteráveis suas respectivas disposições. Devido a uma diferença no terceiro capítulo, notamos a partir desse momento algumas distinções quanto a suas ordenações. No manuscrito do Escorial, o capítulo 4 é “Das plantas & frutas que há nesta provincia”, na edição *princeps* o capítulo 4 é “Da Governança que os moradores destas Capitánias tem nestas partes e a maneira de como se hão em seu modo de viver”. No manuscrito, o capítulo 5 é “Dos animaes & bichos que há nesta provincia” e na edição *princeps* o referido capítulo é “Das Plantas, Mantimentos e Frutas que ha nesta Provincia”; no capítulo 6 do manuscrito do escorial temos “Das aves que há nesta provincia” e na edição

462

BLUTEAU, R. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...*, op. cit., 1728, v. 7, p. 564.

princeps este é o capítulo “Dos Animaes e Bichos Venenosos que ha nesta Provincia”; o sétimo capítulo do manuscrito escorialense “De alguns peixes notaveis, baleas & ambar que há nestas partes”, por outro lado, na edição *princeps* este capítulo é “Das Aves que há nesta Provincia”; o capítulo oitavo do manuscrito é o “Do monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente em 61”, na edição *princeps* o capítulo oitavo é “De alguns Peixes notaveis, Baléas e Ambar que ha nestas partes”; o capítulo 9 do manuscrito escorialense é “Em que se dá noticia da gente que há nesta provincia, da condição & costume della & de como ser governão na paz”, na edição *princeps* o nono capítulo é “Do Monstro Marinho que se matou na Capitania de Sam Vicente, Anno 1564”; no manuscrito escorialense o décimo capítulo é “Das guerras que tem hus contra os outros & a maneira de como se hão nellas”, na edição *princeps* o referido capítulo é “Do Gentio que há nesta Provincia, da Condição e Costumes delle, e de como se governam na Paz”; o capítulo 11 do manuscrito é “Da morte que dão aos captivos & crueldades que usam cõ elles”, já na edição *princeps* é “Das Guerras que tem huns com outros e a maneira com que se hão nellas”; o capítulo 12 do manuscrito do Escorial “Do fruto que fazem nestas partes os Padres da companhia com sua doutrina”, na edição *princeps* temos “Da morte que dão aos Cativos e Crueldade que usam com elles”; por último, no manuscrito o capítulo XIII é “Das grandes riquezas que se esperão da terra do sertão”; na edição *princeps* o referido capítulo é “Do Fruto que fazem nestas partes os Padres da Companhia com sua Doctrina” e, por fim, na edição *princeps* o 14 e último capítulo é “Das Grandes Riquezas que se esperam da Terra do Sertão”.

A partir da exposição acima, podemos notar que, enquanto o manuscrito do Escorial tem treze capítulos, a edição *princeps* tem catorze. Tanto uma como a outra iniciam e finalizam a *dispositio* dos capítulos com os mesmos capítulos, ou seja, ambas estreiam o texto com o capítulo intitulado “De como se descobrio esta provincia, & a razão porque se deve chamar Sancta Cruz & nam Brasil” e encerram-no, ambas, com o capítulo “Das Grandes Riquezas que se esperam da Terra do Sertão”. As únicas diferenças quanto aos títulos capitulares são as seguintes. No manuscrito escorialense o primeiro capítulo apresenta-se da seguinte maneira: “De como se descobrio esta provincia & a razão porque se deve chamar Sancta Cruz e na Brasil” e o último capítulo “Das grandes riquezas que se esperão da terra do sertão”. Após uma análise preliminar da *dispositio* dos capítulos, ao compararmos a edição *princeps* com o manuscrito, ficam-nos algumas perguntas para as quais este trabalho não encontrou respostas e que podem render uma próxima investigação científica. A saber:

1. O capítulo que existe na edição *princeps* e que não consta no manuscrito do Escorial poderia indicar pistas sobre as datas de edição na versão *princeps*? Além disso,

seria possível a partir dessa inserção ou exclusão capitular apontar o que é anterior ou posterior, ou seja, o manuscrito antecede ou precede a edição *princeps*?

2. Como ficaria a ideia de *originalidade*, considerando o fato de que teríamos, nesse caso, um manuscrito posterior à primeira edição?

Os primeiros três capítulos tem a mesma *dispositio*, tanto no manuscrito quanto na edição *princeps*. O capítulo 4 do manuscrito é o 5 da edição *princeps*; o capítulo 5 do manuscrito é o 6 da edição *princeps*; o capítulo 6 do manuscrito é o 7 da edição *princeps*; o capítulo 7 do manuscrito é o 8 da edição *princeps*; o capítulo 8 do manuscrito é o 9 da edição *princeps* com alteração dos nomes capitulares. No manuscrito assim se encontra: “Cap. VIII. Do monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no ano de 61”. Na primeira edição: “Cap. IX. Do Monstro Marinho que se matou na Capitania de Sam Vicente, Anno 1564”. Ao comparar ambas as didascálias, notamos claramente que, enquanto uma traz o ano de 1564, a outra registra o ano de 61. Estaríamos aqui diante de um “erro” de copista ou a mudança das datas atende a uma prerrogativa inerente mais ao *consilium* do que ao *thema*? Infelizmente, em nossos estudos não conseguimos levantar dados para responder a esta indagação.

No manuscrito escorialense, o capítulo 9 “Em que se dá noticia da gente que ha nesta provincia, da condição & costume della & de como se governão na paz” aparece no capítulo 10 da edição *princeps* como “Do Gentio que há nesta Provincia, da Condição e Costumes delle, e de como se governam na Paz”, portanto notamos algumas variantes capitulares nas didascálias. Por exemplo, o título do capítulo 9 do manuscrito “Em que se da notícia da gente...” é mudado na edição *princeps* por “Do Gentio que ha nesta Provincia”, ou seja, notamos a elisão da expressão “em que se dá notícia” na edição *princeps*.

Vejamos agora como Bluteau trata o léxico:

Noticia. Conhecimento, ou cousa que vem ao conhecimento. Ha muitas castas de noticias. Humas são certas, & evidentes, como he a sciencia; outras são duvidosas, & escuras, como he a opinião, a conjectura, a sospeita; outras firmes, mas escuras, como a Fé; outras firmes, & clarissimas, como he a luz da glória. Tambem ha noticias naturaes, como he a inteligencia; outras adquiridas, como he a metaphysica, outras infusas, como são todas as revelaçoens; a estas acrescenta o moral as noticias celestes, terrestres, profanas, ou mundanas, politicas, diabolicas. Noticia. Conhecer. Cognitionis. Fem. Cic. Ter noticia de hua cousa. Habere notitiam alicujus rei. Quintil. Tomar noticia de huma cousa. Alicujus rei notitiam quaerere, ou comparare. Dar a alguém noticia de huma cousa. Alicujus rei notitiam alicui aperire, Cic. ou dare. Ovid. Alicujus rei notitia alicui instruere Quintil.⁴⁶³

463

BLUTEAU, R. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...*, op. cit, v. 5, p. 754.

Por qual motivo o termo foi elidido? Em nossa hipótese, tanto o léxico “demarcação” quanto a expressão “dar notícias” atendem ao mesmo pressuposto, ou seja, a elisão de determinados léxicos está relacionada, talvez, a uma questão política em relação às linhas demarcatórias das novas possessões territoriais ultramarinas que a Coroa não pretenderia ver divulgadas, como já apontou Hue. Por outro lado, caso tomemos o manuscrito como posterior à primeira edição, não teríamos um caso de elisão, mas sim de inserção.

A partir de um olhar mais atento, notamos que o capítulo que consta na edição *princeps* e que não se inclui no manuscrito é o capítulo 4, “Da Governança que os moradores destas Capitâneas tem nestas partes e a maneira de como se hão em seu modo de viver”, da edição principal. A divisão da forma de governo da província do Brasil se deu a partir de 1572 – provavelmente no governo de D. Luiz de Brito e Almeida (1573-1578) e Antônio de Salema – e a preparação definitiva da versão em questão não pode ter-se dado antes deste ano e “em 1575 já estaria pronta a segunda e definitiva redação da História, pois desse ano datam as licenças do Santo Ofício, que aparecem no verso da folha”⁴⁶⁴. Dessa forma, procuramos enfeixar como datas aproximadas tanto para o manuscrito quanto para a primeira edição um intervalo temporal que oscila entre 1573 e 1578. Justamente nessa última data é que se efetua a divisão político-administrativa do governo do Brasil em duas sedes administrativas, tendo em D. Luiz de Brito e Almeida o responsável pela administração das capitâneas do Norte do país, com sede em Porto Seguro, e sendo Antônio de Salema administrador das capitâneas do sul do país, com sede administrativa no Espírito Santo.

Nossa hipótese, como dissemos acima, é que o referido capítulo fora elidido do manuscrito devido a questões políticas, tal qual afirma Hue⁴⁶⁵ em relação ao segundo capítulo que versa sobre o léxico “demarcação”. Julgamos que ambos os casos ocorrem devido a interesses políticos da Coroa de não querer que determinados aspectos demarcatórios e de governança fossem do conhecimento geral; enquanto o segundo capítulo mostra de forma patente os limites territoriais das capitâneas e seus referidos donatários, o capítulo 4 mostra-nos que o Brasil possui dois centros governamentais. Julgamos que ambos os casos seriam estratégicos para a Coroa, ou seja, elidir ou inserir capítulos ou léxicos que gerassem notícias sobre a província do Brasil poderia ser um aspecto da mais alta relevância no tocante a

464

PEREIRA FILHO apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil* [*Tractado da província...*, op. cit., p. 36.

465

HUE, Sheila Moura. “Em busca do cânone perdido”.

noticiar as terras continentais da província de Santa Cruz. Portanto, concluímos em ambos os casos que uma alteração capitular interfere na *dispositio* das obras; logo, temos aí um caso de alteração de *consilium*, pois uma questão política exterior à obra interfere em sua disposição interna.

Nos textos de Gandavo – *História da Província de Santa Cruz*, manuscrito do Escorial, *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil* – estabelecem-se as tópicas das matérias tendo como fio condutor – o *ductus* – a exposição dos assuntos em ordem natural – *ordo naturalis* – que já se fazem presentes na invenção – *inventio* – do discurso que estrutura o *thema*, articulando-o com seu *consilium* e vice-versa, ou seja, as matérias tratadas são “produzidas” a partir de uma determinada intenção pouco desviante, por isso defendemos a hipótese de que no texto gandaviano o *ductus* é simples.

Segundo Emmanuel Pereira Filho⁴⁶⁶, o livro *Tratado da Costa do Brasil* teria passado talvez por duas fases nitidamente definidas e bem caracterizadas, desenvolvidas através de quatro redações sucessivas diferentes. O crítico diz que Gandavo, em retorno a Portugal após uma passagem pelo Brasil, reúne o material coletado e o ordena, vestindo-o com uma redação que, apesar de clara e incisiva, revela-se apressada. Além disso, dedica o texto à rainha-avó, D. Catarina, sob o título de *Tratado da Província do Brasil*. Afirmar ainda o estudioso que essa não era a obra “sonhada” por Gandavo. Segundo Pereira Filho, a insatisfação que era marca típica de Gandavo é patente em seu texto:

Quisera tractar mais meudamente das particularidades desta provincia do Brasil, mas q satisfizesse a todos com brevidade guardeime de ser comprido, posto que os louvores da terra pedissem outro livro mais copioso e de maior volume onde se comprehedessem por extenço as exçellenças e diversidades das cousas q ha nella pera Remedio e proveito dos homes q la fore viver.⁴⁶⁷

Afirma Emmanuel Pereira Filho que, pouco tempo depois, Gandavo retoma esse “primitivo” texto, repassa-o do fim ao cabo e acrescenta-lhe um capítulo novo à segunda parte e também muda-lhe a dedicatória. Nesse momento, o texto é dedicado ao Cardeal Infante e Gandavo dá-lhe o título de *Tratado da Terra do Brasil*, fazendo surgir a redação mais conhecida através das duas edições impressas.

Segundo o crítico, a insatisfação de Gandavo continuava e o autor deliberou reelaborar

466

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Introdução: Um texto Inédito”. In: _____. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província..., op. cit., pp. 10-49.*

467

Ibidem.

inteiramente a obra. Retomou as duas redações e, na visão do crítico, “ampliou-as e as melhorou” o quanto pôde e com todos os dados que logrou coligar. Deu ao novo texto uma perspectiva nova que passa marcadamente pela historiografia e estruturou a obra em treze capítulos, pois as anteriores tinham oito e nove capítulos, respectivamente. Por fim, dedica essa nova/velha obra a D. Leonis Pereira, fazendo surgir a redação primeira da *História da Província Santa Cruz* inédita até hoje, embora conservada em um rico manuscrito na Biblioteca Escorialense.

Pereira Filho diz também que o autor, ávido de perfeição como era, porém, quando teve ensejo de editar o livro não se pôde limitar ao que já estava feito. Reescreveu-lhe todo o capítulo segundo, acrescentou-lhe um outro, narrando a divisão do Governo Geral do Brasil e, depois de repassar e corrigir todo o texto, entregou-o afinal à prensa. Surge assim, na perspectiva do estudioso, a edição de 1576. Afirma ainda que os especialistas consideram *Tratado* e *História* como obras autônomas, contudo, utiliza-se do argumento de que apenas um texto contaria para uma edição crítica porque tão somente ele retrata a vontade definitiva do autor e este é *História da Província de Santa Cruz*, conforme a edição *princeps* de 1576; todos os outros – *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil* e o manuscrito escorialense – são patentes que seriam indispensáveis, segundo o crítico, mas apenas como elementos auxiliares para o estabelecimento criterioso de *História da Província de Santa Cruz*⁴⁶⁸. Ainda segundo o estudioso, isso não quer dizer que entre as duas redações do *Tratado*, como entre as duas de *História*, não haja profundas e importantíssimas diferenças, variantes da mais alta relevância que atingem não apenas o plano da linguagem, afetando inclusive vocabulário e sintaxe, mas que alcançariam também o conteúdo informativo e até a estrutura da obra. Basta lembrar que *Tratado da Província do Brasil* tem ao todo dezessete capítulos (9+8), enquanto *Tratado da Terra do Brasil* tem dezoito (9+9), da mesma forma que o manuscrito escorialense da *História* tem treze capítulos, enquanto a primeira edição da dita obra possui catorze capítulos. Segundo Pereira Filho, o texto de Gandavo nos coloca indubitavelmente em um caso de gênese literária de cunho nacionalista. Afirma ainda sobre o texto de Gandavo: “Além do que, representam êles [os textos] quatro monumentos preciosos do patrimônio cultural e afetivo de todos os brasileiros, quatro retratos vivos e de corpo inteiro das fases de elaboração de uma obra que havia de ser o marco inicial da nossa

Historiografia”⁴⁶⁹.

Mostra Emmanuel Pereira Filho que Gandavo fez duas redações do tratado, sucessivas e diferentes: o da província e o da terra. O crítico procura se distanciar da ideia de que cada uma das redações possui características que permitem uma individuação imediata independentemente de qualquer cotejo. Para ele, estão perdidos todos os autógrafos das obras de Gandavo, por isto, do autor só podemos falar em apógrafos. Segundo Pereira Filho, como ocorre também com toda a obra de Gandavo, salvaram-se das duas redações do tratado cópias quinhentistas contemporâneas do autor, muito provavelmente extraídas diretamente dos originais perdidos.

Segundo o crítico⁴⁷⁰, a comparação entre o trabalho dedicado a D. Henrique e o ofertado a D. Catarina mostra que as duas obras são exatamente a mesma. A cópia de Londres é, porém, mais fiel e apresenta algumas variantes. Diz-nos o estudioso que a partir de uma simples leitura comparativa entre o texto do *Tratado da Província* e o *Tratado da Terra* põe-nos uma evidência logo diante dos olhos: ou são do mesmo autor ou um deles é plágio e dos mais cínicos, segundo o estudioso. Pereira Filho declara que talvez o próprio Gandavo seria o plagiário de um texto que não foi escrito por ele, contudo, afirma que isto é bem mais difícil de admitir do que confirmar que alguém plagiou seus textos. Para o crítico, que recorre a um léxico romântico e anacrônico. Gandavo era um homem reto e simples, despido de veleidades de “gênio”, mas cioso de sua “originalidade” que, com palavras “discretas”, proclama sempre e até de maneira altaneira uma independência de atitudes. Afirma, ainda, Emmanuel Pereira Filho:

Há maneiras de ser, de pensar e sentir, gostos e idiossincrasias, que revelam de modo irrefutável uma personalidade, porque são coisas que jamais se plagam, manifestações mais ou menos inconscientes da complexidade interior de cada um. Ainda a sua ausência pode deixar margem para dúvidas e hesitações. Mas a presença, não; revela imediatamente um traço da individualidade que, na maioria das vezes é incofundível.⁴⁷¹

Para o crítico, o que melhor e mais acentuadamente caracteriza o pensamento de

469

PEREIRA FILHO apud GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil* [*Tractado da província...*, op. cit., p. 12.

470

Ibidem.

471

PEREIRA FILHO apud GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil* [*Tractado da província...*, op. cit., p. 12.

Gandavo como escritor é a preocupação de objetividade pragmática. Ele quer ser útil com o que escreve e sabe que para lograr seu intento terá de ser claro e objetivo, despojado de toda e qualquer superfluidade, adstrito sempre e apenas aos aspectos verdadeiramente mais importantes dos assuntos que focaliza. Por outro lado, dessa vez, acertadamente, diz que Gandavo a todo instante procura motivar o leitor para que este aproveite das riquezas que a nova terra oferece pois “os que la forem viver com esta esperança, nam creyo que se acharã[m] enganados”⁴⁷²; mostrando que as condições do meio “favorecem muito os pobres que começam a viver na terra” (H. fl.15v); salientando com muita argúcia, a propósito de tudo que vai descrever, que não fará menção “senam de alguas [plantas, mantimentos & frutas] em particular, principalmete daqllas, de cuja virtude & fruto participam os Portugueses” (H, fls. 15v-16) e que não tratará “senam somente daquellas [aves] de que se póde notar algua cousa, & que na terra sam mais estimadas dos Portugueses” (H. fl.25).

Em relação ao estilo de Gandavo, afirma o crítico que este possui uma linguagem caracterizada no vocabulário pela economia e sobriedade dos adjetivos; na estruturação sintática pela manifesta preferência pelas construções paratáticas e pelo período curto e uma grande objetividade descritiva. No *Tratado da Terra do Brasil*, logo no início da dedicatória ao Cardeal Infante, diz Gandavo:

Posto que os dias passados apresentei outro Sumario da Terra do Brasil a ElRey nosso Senhor foi por cumprir primeiro com esta obrigaçam de vassalo, que todos devemos a nosso Rei; E por esta razão me pareceo cousa mui necessaria (muito alto, e Serenissimo Senhor) oferecer tambem esta a V.A., a quem se deve referir os louvores e acrecentameto das terras que nestes Reinos florecem [...].⁴⁷³

Segundo Pereira Filho, Capistrano de Abreu, que conhecia as duas redações do tratado, convenceu-se da existência de uma terceira cópia perdida, admitindo que “Provavelmente o livro dedicado a D. Sebastião não passava de outra cópia com ligeiras variantes, e sua perda não é desfalque para nossa literatura histórica”⁴⁷⁴.

Vários anos mais tarde, em carta a Lúcio de Azevedo, datada de 25/3/1917, afirma Capistrano que “Gandavo dedicou ao rei um Tratado cujo paradeiro ignoro; outro à Rainha avó, que existe em Londres, outro a D. Henrique que está nas Memórias, talvez outro ou

472

H, fl. 13v

473

MAGALHÃES, Pero de Magalhães. “Dedicatória”. *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes*, op. cit., p. 185.

474

ABREU apud PEREIRA FILHO apud GANDAVO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tratado da província...]*, op. cit., p. 45.

outros, até que D. Leonis Pereira caiu com os cobres e mandou editá-los”⁴⁷⁵.

Stetson Jr., sem dúvida, segundo Pereira Filho, um dos mais sérios estudiosos de Gandavo, limitou-se a concluir que esse *Tratado da Província* era “*the second account Magalhães had written of Brazil, the first having been a letter addressed to the sovereign, of which no trace has been found*”⁴⁷⁶.

Segundo Emmanuel Pereira Filho, tanto Capistrano de Abreu quanto Stetson se equivocaram, pois, segundo o crítico, as duas redações do *Tratado* e as duas da *História* estão longe de representar quatro textos quaisquer, alheios e sem ligações; muito ao contrário, entrosam-se intimamente uns aos outros pelo nexos de uma sequência, que traduz um “desenvolvimento orgânico”. Uma terceira redação do *Tratado*, portanto, teria de se encaixar nessa sequência e só há duas possibilidades, nas quais ela pode se localizar: antes da redação deste *Tratado da Província* ou entre ela e a do *Tratado da Terra*. A primeira hipótese, segundo Pereira Filho, é inaceitável. Segundo o estudioso, as palavras de Gandavo mostram bem que ele está escrevendo pela primeira vez (ou pelo menos dedicando pela primeira vez o texto) com o fito de se desincumbir de uma “obrigação de vassalo” e de fornecer, do Brasil, “novas particularidades” da terra à rainha; além do que, houvesse ele dedicado outra redação a quem quer que fosse, não deixaria de introduzir uma explicação qualquer através de uma corriqueira deferência, como fez com a soberana e com D. Henrique. Só resta assim, segundo Pereira Filho, a segunda hipótese; em nossa observação, no entanto, o crítico ignora em sua exposição o uso dos procedimentos retóricos como a *captatio benevolentiae*, tanto nos proêmios quanto nos epílogos.

De cada redação do *Tratado* há pelo menos uma cópia contemporânea do autor, o mesmo ocorrendo em relação à *História da Província de Santa Cruz*. Como diz Stetson, porém, nem o mais leve traço de uma terceira redação subsistiu para nós. Tudo que há se enquadra nos arquétipos construídos e algumas poucas referências, aparentemente ambíguas, como aquela de José Bonifácio, em discurso perante a Assembléia Pública da Real Academia de Ciências, proferido em 24/06/1813: “O Sr. Sebastião Francisco de Mendo Trigoso apresentou hum manuscrito de Pedro de Magalhães Gandavo; em que se contém a História das cousas do Brazil. Este Opusculo, que offereceo ao Cardeal Infante”⁴⁷⁷.

475

Ibidem, p. 40.

476

STETSON JR. apud PEREIRA FILHO apud GANDAVO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província...]*, op. cit., p. 14.

477

Para Emmanuel Pereira Filho, Gandavo é o autor das duas redações, escreveu *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil*, sendo o primeiro texto o que indubitavelmente elaborou e sem dúvida o que primeiro ofereceu a alguém da família real; uma terceira redação do *Tratado*, dedicada a D. Sebastião, teria de ter sido redigida e caligrafada em época posterior à primeira e anterior à segunda – *Tratado da Terra do Brasil* – como é obvio; dessa terceira redação não ficou o mais leve indício, uma alusão indireta sequer, a não ser a duvidosa expressão do autor, não obstante das outras duas terem restado, afora outros apógrafos coevos, inclusive redigidos pelo mesmo calígrafo. Segundo o crítico, quanto a chamar o texto de “Terra do Brasil” e não “Província do Brasil” decorre exclusivamente do pensamento do autor no momento em que escrevia e que chegara à conclusão de que a expressão “Terra do Brasil” era melhor que “Província do Brasil”, tanto assim que introduzira a alteração até no título do trabalho.

Ao voltarmos à noção de condução e se estabelecermos que ela se origina de uma intenção que provém da causa do litígio, a partir disso podemos pensar no caso de Gandavo que o *consilium* gera o *thema* em alguns momentos, ou seja, os aspectos exteriores ao texto geram o texto. Dessa maneira, o epidítico executado por Gandavo é fruto de uma questão política.

3.6 Manuscritura & Edições

Gostaríamos de neste momento ponderar sobre transmissão de texto, códices e temas afins para refutarmos a ideia de Pereira Filho acerca de “gênese textual”, porque, especificamente, no caso de Gandavo, julgamos que as obras *Tratado da Província do Brasil*, *Tratado da Costa do Brasil*, *História da Província de Santa Cruz* e o manuscrito escorialense não fazem parte de um “todo orgânico” transmitido a partir de uma “gênese textual”, mas defendemos a hipótese de estarmos diante de textos elaborados em momentos distintos com *themas* e *consilium* mais ou menos diferenciados, que partilhavam, retoricamente, dos mesmos lugares-comuns.

Será possível deduzirmos que a adaptação da língua modelo às soluções da época em que se realiza a cópia segundo um mesmo gênero pode fornecer diferentes comportamentos

PEREIRA FILHO apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil* [*Tractado da província...*], op. cit., p. 46; SILVA, J. Bonifácio de Andrada e. “Discurso”. In: *Memórias de Mat. E Phys.*, t. III, p.II, pp. 70-71.

de transmissão de um texto?⁴⁷⁸ Para Sánchez⁴⁷⁹, cada manuscrito é um texto, pois cada cópia obtém em si uma dada singularidade⁴⁸⁰; já a ideia de edição se constrói como uma hipótese sobre o texto do autor que é modificável a partir do método seguido⁴⁸¹, ou seja, a orientação metodológica define o objeto de edição⁴⁸².

O divórcio entre sincronia e diacronia se torna mais evidente nos impressos e muitas vezes as escolhas paleográficas são mais de cunho tipográfico estabelecido pelo editor e menos escolhidas pelo autor⁴⁸³, atendendo também a princípios de circulação e/ou comercialização de uma obra. Dessa forma é possível deduzir que uma edição é uma redação distinta do texto manuscrito; todavia, o que temos que avaliar é o quanto essa redação se diferencia do(s) manuscrito(s) analisado(s) e se as partes elididas tanto dos manuscritos quanto das edições nos dizem algo. Portanto, podemos inferir que há um hiato entre transmissão de manuscritos, cópias e edição; presumimos que, para notar tais nuances, seja necessário fazer um levantamento nos manuscritos e edições analisadas sobre as suas regularidades ortográficas e de pontuação, para começarmos a investigar quais “mãos” operaram tanto nos manuscritos quanto na edição, caso possamos supor que tal trabalho tenha sido feito por um mesmo e único copista até mesmo para falarmos em autógrafos e apógrafos. Segundo Sanchez, caso haja diferenças ortográficas na comparação entre manuscritos e edições, devemos observar o estado mais frequente de transmissão e considerar tanto no manuscrito quanto nas edições três questões: a) textuais; b) língua; c) gráficos. Além disso, julgamos importante notar se a transcrição nos manuscritos é interlineada ou disposta em colunas paralelas, pois esse dado pode nos oferecer dados relativos a datas e gêneros dos textos⁴⁸⁴. Por outro lado, é relevante termos cuidado nessa unificação dos traçados, pois ao

478

SANCHEZ, Pedro; BORJA, Pietro. *Cómo editar los textos medievales: Criterios para su representación gráfica*. Madrid: Arco Libros, 1998.

479

SANCHEZ, Pedro. *Edición del Romanceamiento del Eclesiástico Contenido em los manuscritos escurialense*. Madrid: Biblioteca Nacional de Madrid, 1986.

480

SANCHEZ, Pedro; BORJA, Pietro, op. cit., p. 20; cf. BRANCA, V. Y. J. *La Filologia e la critica letteraria*. Milão: Rizzoli, 1977.

481

Cf. COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e historia: El problema del cambio lingüístico*, Madrid: Gredos, 1977.

482

SANCHEZ, Pedro; BORJA, Pietro, op. cit, p. 20.

483

Ibidem, op. cit., p. 21; cf. RIVAROLA, J. L. “Imprenta, Ortografía y Dialectalismo em el siglo XVI. El caso de Pedro Cieza de León”, *Actas del III Congreso Internacional de Historia de la Lengua Espanola*. Madrid: Arco Libros, 1996, pp. 887-897.

484

tentarmos unificar os traços constitutivos do manuscrito não estaremos analisando-os em suas especificidades⁴⁸⁵ e sim querendo dar uma unidade de conjunto, o que por si pode estragar o trabalho investigativo. Interessante analisar os manuscritos não como portadores de uma “obra”, mas como uma maneira de pensar e conceber a linguagem. As variantes redacionais podem, nessa perspectiva, serem vistas como tópicos reelaborados⁴⁸⁶, como defendemos no caso de Gandavo.

Os manuscritos possuem corpo próprio e autonomia independente de seu grau de semelhança entre si. As oscilações ortográficas, quando analisadas em conjunto, podem ajudar a caracterizar cada manuscrito e também nos dar uma visão de conjunto das técnicas de edição⁴⁸⁷. Uma transcrição paleográfica não constitui necessariamente uma edição, ou seja, é incoerente o pressuposto de que uma boa edição é aquela que se assemelhe ao manuscrito. O que faríamos caso descobríssemos códices interpostos ao longo de uma dada pesquisa? Se estabelecermos um deles como fonte/original, como considerar os restantes? Neste item, especificamente, nos distanciamos de Pereira Filho, que afirma que os textos *Tratado da Província do Brasil*, *Tratado da Terra do Brasil* e o *manuscrito escorialense* são textos auxiliares para um texto mais “definitivo”, que redundaram na versão *princeps* de *História da Província de Santa Cruz*. Em nossa análise, os textos são importantes em si, ou seja, são dotados de uma planificação – *thema* – própria, apesar de serem tributários de aspectos exteriores – *consilium* – muito semelhantes; contudo, notamos que, apesar disso, todos os textos são dedicados a dignatários distintos. Por exemplo, o *Tratado da Província do Brasil* é dedicado à rainha D. Catarina⁴⁸⁸:

A Rainha nossa Sra

O autor.

ROUDIL, J. (1982), Ed. *Phrases, Textes et ponctuation dans les manuscrits espagnols du Moyen Age et dans les éditions de textes*. Colloque organize par le Séminaire d'Études Médiévales/Hispaniques (Paris, 20-21 Novembre, 1981), Actes publiés par Paris, Annexes de Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale, Vol.4.

485

RUIZ, E. *Manual de codicología*. Madrid: Pirámide, 1988.

486

BRAMBILLA, Agno, F. *L'Edizione critica dei testi volgari*. Padua: Antenore, 1975; *Normas de Transcripción y Edición de Textos y Documentos de la Escuela de Estudios Medievales del csic*, 1944; GARCIA-GALLO, A. “Los problemas de Edición de las fuentes del derecho local espanhol”, *Atti del II Congresso Internazionale dela Societá Italiana di Storia del Diritto*. Florença: Olschki, 1970.

487

SANCHEZ, Pedro; BORJA, Pietro, op. cit., p. 40.

488

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Dedicatória”. In: _____. *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes*.

Não me pareço cousa fora de proposito (muito alta e Serenissima Sñora) mas antes divida e neçessaria offereçer a V. A este summario da provincia do Brasil, (cousa que ategora não imprendeo pessoa algua) assy por mostrar à obediência e obrigação de humil vassallo, como tambem por dar novas particullares destas partes a V.A. Onde por alguns aĩnos me achei & colligi esta breve informação na verdade e maior parte das cousas q aqui escrevo vi, e experimentey. Pello q peço a V. A me reçaeba este pobre presente como fruita da terra, & com tamaña merçe ficarey satisfeito Rogando à nosso Sñor lhe de prosperos e largissimos aĩnos de vida pera ó servir e nos fazer muitas merçes.

Já em *Tratado da Terra do Brasil*, Gandavo oferta a obra ao infante Cardeal Infante D.

Henrique:

Ao mui alto e Sereníssimo Príncipe dom Henrique, Cardeal, Infante de Portugal. Posto que os dias passados apresentei outro summario da terra do Brasil a el-Rei nosso Senhor, foi por cumprir primeiro com esta obrigação de Vassalo que todos devemos a nosso Rei: e por esta razão me pareceu cousa mui necessaria (muito Alto e Sereníssimo Senhor) offerecer também a este a V. ^a a quem se devem referir os louvores e accrescentamento das terras que nestes Reinos florecem: pois sempre desejou tanto augmentá-las, e conservar seus Subditos e Vassalos em perpetua paz. Como eu isto entenda, e conheça quam acceitos são os bons serviços a V.A. que ao Reino se fazem imaginei comigo que podia trazer destas partes com que dêsse testemunho de minha pura tenção: e achei que não se podia dum fraco homem esperar maior serviço (ainda que tal não pareça) que lançar mão desta informação da terra do Brasil (cousa que ategora não empreendeu pessôa alguma) pera que nestes Reinos se divulgue sua fertilidade e provoque a muitas pessoas pobres que se vão viver a esta provincia, que nisso consiste a felicidade e augmento della. E por que V. A sabe quanto serviço de Deos e del-Rey nosso Senhor seja esta denunciação, determinei colligi-la com deliberação de a offerecer a V. A a quem humilmente peço ma reçaeba, e com tamanha mercê ficarei satisfeito rogando a nosso Senhor lhe dê prosperos e largissimos annos de Vida, e deixe permanecer seu Real estado em perpetua felicidade. Amem.

Pero de Magalhães

Humilde Vassallo de S.A.⁴⁸⁹

Em *História da Província de Santa Cruz*, a dedicatória é para Dom Lionis Pereira, que foi governador de Málaca:

Neste pequeno serviço, muito illustre Senhor, que offereço a V. M. das primicias de meu fraco entendimento poderá nalguma maneira conhecer os desejos que tenho de pagar com minha possibilidade alguma parte do muito que se deve a inclita fama do vosso heroico nome. E isto assi pelo merecimento do nobilissimo sangue e clara progenie donde tras sua origem, como pelo trophéos das grandes vitorias e casos bem afortunados que lhe hão succedido nessas partes do Oriente em que Deus o quiz favorecer com tão larga mão, que nam cuido ser toda minha vida bastante pera satisfazer à menor parte dos seus louvores. E como todas estas razões me ponhão em tanta obrigaçam, e eu entenda que outra nenhuma cousa deve ser mais aceita a

489

Ibidem.

peessoas de altos animos que a lição das escrituras, per cujos meios se alcanção os segredos de todas as sciencias, e os homens vêm a illustrar seus nomes, e perpetua-los na terra com fama imortal, determinei escolher a V. M. entre os mais Senhores da terra, e dedicar-lhe esta breve história. A qual espero que folgue de ver com atenção, e receber-ma benignamente debaixo do seu emparo: assi por ser cousa nova, e eu a escrever como testemunha de vista: como por saber quam particular affeiçam V.M. Tem ás cousas do engenho, e que por esta causa lhe nam será menos aceito o exercicio das escrituras que o das armas. Por onde com muita razão favorecido desta confiança possa seguramente sair à luz com esta pequena empresa, e divulgada pela terra sem nenhum receio, tendo por defensor della a V. M. Cuja muito illustre pessoa nosso Senhor guarde e acrescente sua vida e estado pro longos e felices annos”. (Ao Muito Illustre Senhor Dom Lionis Pereira. Epistola de Pero de Magalhães).⁴⁹⁰

Para confrontarmos manuscritos com edições, é prudente atentarmos se o uso lexical de ambos aproxima-se tanto em sincronia quanto em diacronia se quisermos inferir sobre a datação e autoria das edições e manuscritos. A partir disso, é imprescindível o exame de cada manuscrito para discernir entre usos próprios da variedade da escritura⁴⁹¹; contudo, a interpretação histórica do texto não deve se sobrepor às suas variantes textuais, ou seja, o texto constitui-se em torno de um sistema que existe por si ainda que sua circulação, feitura e edição estejam inseridas em um dado contexto e apontem para um determinado destinatário⁴⁹².

Para Sánchez⁴⁹³, o processo editorial do Antigo Regime selecionava as informações que pretendia transmitir aos respectivos destinatários. Segundo Hansen⁴⁹⁴, é importante para estabelecermos as noções de *autor* e *autoria*, sem anacronismos, investigarmos as fontes testemunhais envolvidas, analisar se os códices contém a totalidade da obra, bem como se é constituído de um *stemma codicum* rigoroso. Segundo Chociay⁴⁹⁵, o que nos importa são os textos que devem ser estudados como um “estilo” de uma época. Para Moreira, palavras como “inventor”, “produtor”, “criador” remetem os termos a uma filiação romântica, que concebe o

490

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit.

491

SANCHEZ, Pedro; BORJA, Pietro, op. cit., p. 68.

492

BLUTEAU, Raphael. “Prólogo do Autor. A Todo o Genero de Leitores”. In: _____. *Vocabulário Português e Latino*. Zúrique; Nova York: Georg Olms Verlag Hildeschein, 2002. v. 1: A.

493

SANCHEZ, Pedro; BORJA, Pietro, op. cit., p. 86; cf. também FAULHABER, Ch. B., “Textual Criticism in the 21 st Century”, *Romance Philology*, v. 45, pp. 123-148, 1991.

494

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*. Companhia das Letras, 1989, p. 15.

495

CHOCIAIY, Rogério. *Os metros do Boca: Teoria do verso em Gregório de Matos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993, pp. 17-18.

produto originado *ex nihilo*, portanto desvinculado de um estudo calcado nos *bibliographical codes* e nos *linguistic codes* que visam chegar à compreensão histórica do objeto, ou seja, o artefato bibliográfico compreendido como artefato sócio-histórico⁴⁹⁶. Afirmo o estudioso⁴⁹⁷: “[...] ao copiarem a matriz, os escribas inserem no texto copiado traços dialetais que lhes são próprios misturando-os aos do ‘original’, ou seja do antígrafo para o copista”.

Para que entendamos a *mens auctoris*⁴⁹⁸, é imprescindível localizarmos o entendimento que o próprio autor tem do trabalho que realiza no momento em que o realiza, portanto, um ato de escritura *in praesentia* para ser lido futuramente. É importante refletirmos sobre a manuscritura, impressão e a “tradição”, embora os textos impressos, em sua maioria, sejam autógrafos e possuamos, na maioria das vezes, uma edição que pode ter sido revisada pelo autor. Entre os manuscritos autógrafos e o impresso devemos admitir que há uma interferência de inúmeros agentes produtores de livros que podem alterar o manuscrito.

No caso de Gandavo, estamos diante de casos apógrafos. Na primeira edição da *História da Província de Santa Cruz*, no manuscrito escorialense, no *Tratado da Terra do Brasil* e no *Tratado da Província do Brasil* não temos o autógrafo de Gandavo. Uma curiosidade que merece ser ressaltada é que no códice 552 do *Tratado da Terra do Brasil*, bem como na epístola dedicada a D. Lionis Pereira em *História da Província de Santa Cruz*, não consta o pseudo-patronímico “Gandavo”, diferentemente de todas as outras edições, como já foi demonstrado na introdução deste trabalho. Vejamos: “*Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes/ feito por Per[o] de Magalhães [16--]. – 47 f, 23 cm [o referido manuscrito não traz o pseudo – patronímico “Gandavo”] s/ d cod 552*”.

Ao contrário de Pereira Filho, para Moreira⁴⁹⁹ não se pode falar em “gênese autoral” devido à falta de manuscritos autógrafos, mas é permitido pensarmos em processos históricos formadores de texto e “tradições” literárias. As cópias mais recentes não eram obrigatoriamente inferiores a uma mais antiga, portanto, não deveriam ser eliminadas. Para o estudioso⁵⁰⁰, toda teoria da edição deve originar-se em contato com a “tradição textual” a ser

496

MOREIRA, Marcelo. *Critica Textualis in Caelum Revocata?* Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra, op. cit., p. 55.

497

Ibidem, p. 66.

498

Ibidem, p. 70.

499

Ibidem, p. 169.

500

Ibidem, p. 196.

estudada. É uma proposta interpretativa de um determinado *corpus* textual ou bibliográfico textual. Para Tanselle⁵⁰¹: “*Authors do formulate texts, not just ideas of texts, at the moment of composition, but they may make mistakes in writing down the words. An Authorially intended text is a text that once existed, though it may not have existed in a physical form*”.

É relevante considerarmos a materialidade significativa da coletividade das versões, a significação do retoricismo conflui para a formação das versões das obras⁵⁰². Além disso se faz necessário considerar e relativizar as instituições que participaram ou intervieram nos mecanismos sociais no afã de criar, veicular e interpretar o discurso e o público-leitor envolvido no interior de suas respectivas agências de fomento. Nessa perspectiva, a prática produtora de discursos implica em seu labor um processo de escritura, reescritura e recomposição muitas vezes ampliadas e largamente difundidas em inúmeros setores sociais⁵⁰³, ou seja, entre a feitura ou cópia do manuscrito e a primeira e subsequentes edições há um processo de inserções⁵⁰⁴, alterações, emendas e censuras referentes ao texto que são veiculadas por agências culturais e religiosas fomentadas pelo organismo régio.

É importante interpretarmos os textos quinhentistas no interior dos volumes bibliográficos sobretudo nos códices da cultura escribal dos séculos XVI e XVII. Para Moreira, o retoricismo das práticas discursivas se insere em uma estrutura codicológica, pois ele corporifica uma série de práticas produtoras de significado e somente nele os textos têm apropriada significação.

No interior dos códices, notamos homogeneidades textuais inseridas em outras unidades do texto. Dessa forma, faz-se necessário analisar, além dos processos elocutivos para discutirmos autoria, também a disposição (*dispositio*) desses textos⁵⁰⁵ e verificar se há diferentes princípios organizativos da *dispositio* e da textualização e a partir disso notar se não há disparidades. Talvez devamos notar o traçado das linhas de continuidade, ruptura e descontinuidade, já que é notável a permanência de princípios organizativos para os

501

THOMAS, G. “Textual Instability and Editorial Idealism”. *Studies in Bibliography*, n. 41, 1988, p. 12.

502

ZUMTHOR, Paul. *Essai de Poétique Médiévale*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

503

MOREIRA, M., op. cit., p. 224.

504

SANTOS, Marcos Martinho dos. “Ensaio de Retórica. 1. Acréscimo; 2. Subtração; 3. Transposição; 4. Substituição” [apontamentos de sala de aula].

505

MOREIRA, M., op. cit, p. 253; MORRISON, Ken, op. cit.; FRAENKE, Beatrice. “A Assinatura contra a corrupção do escrito”.

manuscritos e os impressos dos séculos XV e XVI⁵⁰⁶.

Devemos atentar à produção, publicação, circulação, manejo e remanejo dos escritos bem como investigar suas motivações sociais, culturais e econômicas. Além disso, ter em conta a conexão entre a forma de intertextualidade encontrada e a cultura letrada e escribal ibérica do século XVI, considerando, sobretudo, os traços característicos de cada tradição cultural em suas variantes regionais e nacionais. Por exemplo, caso Pero de Magalhães Gandavo seja natural de Braga, como afirma Capistrano de Abreu⁵⁰⁷, será que a língua portuguesa por ele utilizada está em conformidade com as variantes dialetais desta região no século XVI? O conjunto de práticas letradas e escritas produzidas ao mesmo tempo nas capitais ibéricas em comparação com outras regiões pode nos indicar a noção de *autoria* quando comparamos manuscritos a edições coevas? Ademais, as tópicas e *autorictas* são extemporâneas?

A estrutura do códice pode indicar um estudo da escritura escribal em sua organicidade funcional? É possível pensarmos em um anônimo autoral⁵⁰⁸? Em relação à assinatura, ela autentica e concede em definitivo uma outorga de autoridade a quem assina. Dessa maneira a rubrica faz parte dos mecanismos de poder do Estado para estreitá-la e confirmá-la como dispositivos regulados e reguladores de suas ordens jurídicas; em relação aos homens, serve para confirmar seus vínculos com a ordem política nas respectivas esferas do poder e dos saberes. Nem todas as escrituras estão aptas a receber chancela, selo e assinatura real. Por outro lado, mesmo que estejam devidamente formuladas, nem todas as escrituras se constituem em atos jurídicos e políticos, ou seja, nem todo aquele que pronuncia está autorizado a autorizar⁵⁰⁹, ou seja:

[...] ao apor sua assinatura sobre a escritura previamente firmada pelo notário e /ou outras autoridades judiciais faz com que o assinante se submeta ao poder da coroa e, desta maneira, integra-se na hierarquia do corpo político. Ao reconhecer a legitimidade dos que detêm o monopólio da “língua dos letrados” essas assinaturas

506

MOREIRA, M., op. cit., p. 255

507

ABREU, Capistrano. “Prefácio”. In: _____. *História da Província de Santa Cruz/ Tratado da Terra do Brasil*.

508

MOREIRA, Marcelo. *Crítica Textualis in Caelum Revocata?* Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra, op. cit.; CERQUIGLINI, Bernard. *Éloge de la variante histoire critique de la philologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1989; VIALA, Alain. *L'Écrivain et son manuscrit*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991, p. 96.

509

SCHWARTZ, B. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva.

estão autorizadas à produção dos discurso forense.⁵¹⁰

O livro impresso oriundo da Península Ibérica e que chega no Brasil se multiplica através de cópias manuscritas que em muitas vezes são traduções dos “originais” impressos. Os escritos produzidos no Brasil e que não chegaram a ser publicados em Portugal ou em outros países europeus eram reproduzidos à mão e muitos desses textos nunca chegaram a ser impressos. Dessa forma, podemos afirmar que estamos diante de uma cultura manuscrita e a ela subordinada, portanto, é plausível que a presença desses profissionais – copistas – se faça necessária para a manutenção dessa prática letrada. Aponta-nos Moreira que vários tipos de escritos que circularam no século XVIII de forma impressa se difundiram anteriormente através da manuscritura na Península Ibérica⁵¹¹. Em relação ao contratante de uma obra afirma:

O comitente tinha o direito de selecionar os materiais socialmente disponíveis para a feitura dos mais diversos artefatos bibliográficos, desde que pudesse pagá-los e contratava um profissional que atendesse às suas exigências, já que as capacidades artesanais variavam de homem para homem.

As oficinas londrinas, por exemplo, que eram comissionadas para a confecção dos códices poéticos miscelâneos de luxo, dispunham de grande sortimento de materiais entre os quais o comitente podia escolher os que, quando combinados, dariam origem a um objeto único e representativo do gosto de quem o encomendara e da perícia caligráfica e encadernadora dos que foram comissionados para escrevê-lo e encaderná-lo. O objeto era produto do gosto do cliente e do artesanato de uma oficina. Os clientes solicitavam entre os profissionais disponíveis em uma oficina o serviço que mais atendesse às suas expectativas e, por pagarem pelos serviços prestados, exigiam um produto que fosse compatível com o valor dispendido⁵¹². Logo, estamos no mundo da autorização que confere outorga à autentificação e que regulamenta a legitimação. Aqueles que viviam de sua pena copiavam, ao que tudo indica, qualquer escrito desde que comissionado para a realização desta tarefa; as cópias

510

MOREIRA, M. *Critica Textualis in Caelum Revocata?* Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra, op. cit., p. 368.

511

MOREIRA, M. *Critica Textualis in Caelum Revocata?* Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra, op. cit., p. 369.

512

Ibidem, p. 375; Cf. também LOVE, Harold. *The Culture and Commerce of Texts. Scribal Publication in Seventeenth*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1988, pp. 35-137; CHARTIER, R. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990; CHARTIER, R. *Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.

poderiam basear-se em um impresso ou manuscrito. Para Moreira, o copista podia também corrigir erros, substituir termos, protocolá-lo, bem como impor ao modelo uma forma de textualização que lhe faltava⁵¹³. O contorno da caligrafia constituía um determinado prestígio social e era determinante na seleção do copista contratado; as exigências de perfeccionismo feita pelos contratantes relacionavam-se com as exigências feitas pelos aristocratas às grandes oficinas de manuscritura⁵¹⁴. A premissa de que todo manuscrito é texto não publicado não se realiza no Antigo Regime, pois os manuscritos não tinham tal pretensão. Diferentemente dos autores modernos, em que a reprodução dos manuscritos é condição indiscutível para a publicação dos seus escritos, nos séculos XVI e XVII a reprodutibilidade dos manuscritos no interior de uma cultura que era essencialmente escribal tem na veiculação dos manuscritos uma atividade também socializadora⁵¹⁵. Não são etapas redacionais de textos inacabados, como defende Pereira Filho ao tentar remontar uma “gênese textual” para os textos de Gandavo. Sabemos que os exemplares pertencentes a uma mesma edição podem frequentemente veicular textos não idênticos entre si. As variantes textuais em impressos quinhentistas, seiscentista e setecentistas podem ou não ser intencionais e comumente não são devidas à intervenção do autor. Nem todos os exemplares remanescentes de uma determinada edição nos fornecem o texto que temos sob os olhos. Cada códice em si, segundo Moreira, é um artefato bibliográfico que foi manuseado e utilizado por alguém em um dado momento da sua história. As coleções autógrafas não apenas serviam de base para a feitura de novas cópias como também podiam servir de manuscritos de base para preparo de uma edição impressa da coleção e há autores que foram extremamente cuidadosos em acompanhar todas as fases de produção impressa de seus escritos após a preparação do manuscrito⁵¹⁶. Códices não miscelâneos confirmam a autoria do autógrafo? Para respondermos a essa questão, se faz necessário relacionarmos a estrutura dos códices com práticas escribais associadas à determinadas práticas letradas. Segundo Moreira⁵¹⁷:

513

MOREIRA, M. *Crítica Textualis in Caelum Revocata?* Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra, op. cit., p. 383.

514

LOVE, Harold, op. cit., pp. 35-137.

515

MOREIRA, M. *Crítica Textualis in Caelum Revocata?* Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra, op. cit., p. 434.

516

BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 1983, p. 174.

517

MOREIRA, M. *Crítica Textualis in Caelum Revocata?* Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra, op. cit., p. 464.

No largo do Pelourinho, havia na Lisboa do século XVII homens que vendiam seu trabalho, suas habilidades de letrados a outros homens e entre os produtos disponíveis aos compradores nos deparamos com cartas de amor. Os letrados do Pelourinho, ou pelo menos alguns deles, por conseguinte, assim como os cortesãos, estavam aptos a escrever uma *lettera amorosa* a uma dama segundo convenções do gênero epistolar e conforme adequação do discurso amoroso ao seu suposto produtor e também ao seu.

Em relação às intervenções entre um manuscrito e outro, não havia um controle austero deles porque podiam livremente se incorporar emendas ao texto. O autor só tinha controle dos textos que ele próprio copiava ou produzia e corrigia; assim que o texto ganhava domínio público, a multiplicação das cópias encarregava-se da inserção de modificações no texto autoral.

Podemos refletir sobre a constância ou variação da *dispositio* e da *elocutio* de cada cópia. Muitas variantes não são devidas, necessariamente, à intervenção de mãos alheias nem são levadas a termo conscientemente, não são meros erros de cópia causados por distração ou inabilidade. Muitos autores modificavam seus versos e os publicavam escribalmente e duas ou mais versões, nesse caso, podiam coexistir e serem autorais já que a publicação de uma nova versão não eliminava as cópias circulantes em posse de aficionados colecionadores que registravam a(s) versão(ões) anterior(es).

4 ELOCUÇÃO

4.1 Apresentação

Neste capítulo, procuraremos discutir sobre as écfrases e seu uso no *corpus* gandaviano; para tanto, teremos como ponto de apoio teórico para discuti-las as noções ecfrásticas abordadas por Hansen⁵¹⁸. Posteriormente, mostraremos como a *imitatio* apresenta-se nos textos do autor a fim de demonstrar a *auctoritas* utilizada pelo autor, que, em nossa suposição, é a *História Natural*, de Plínio, o Velho.

4.2 As écfrases

Segundo Aguiar⁵¹⁹, convencionou-se afirmar desde a Antiguidade até o século XVIII que a descrição constitui pedra angular para a construção do edifício retórico ao prescrever os movimentos do discurso. Não por acaso, certos termos empregados pela retórica para nomear os objetos de seu campo de atuação, unidades de linguagem, mas igualmente os processos de pensamento resultantes, respectivamente, da *elocutio* e da *inventio*, são marcados por referência ao visível.

Em grego e desde Homero, o léxico *eikon* pertence a um campo de experiência visual que reenvia uma representação que se oferece à vista e que reproduz com semelhança a realidade. Além disso, o termo aplica-se a um tempo a representações mentais (imagem de uma coisa, visão de um sonho etc) e a representações materiais de realidades físicas (retratos, estátuas, quadros).

Segundo Webb, na retórica, o objetivo da descrição é mais dispor o objeto diante do espectador do que propriamente explicá-lo, com a finalidade de representar além das características sensíveis do objeto também as inteligíveis⁵²⁰.

A ideia de *écfrase*, ainda, aproxima-se, de modo geral, de *eidos* e *eidolon*, dos quais é possível aproximar *idea*, aspecto que uma realidade oferece em seu momento de aparição. Por fim, essas representações reenviam a formas imanentes mentais ou materiais à *morphè* (ordem

518

HANSEN, J. A. “Categorias epidíticas da Ekphrasis”, p.1 (texto fornecido pelo autor).

519

AGUIAR, Leila da Costa. “A Ekphrasis em George Scudéry: imitação e metamorfose”. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 49, pp. 115-130, jul./ dez. 2014.

520

WEBB, Ruth. “The Aesthetics of sacred Space: Narrative, Metaphor, an Motion in *Ekphraesis of Church Buildings*”. *Dumbart Oaks Papers*, v. 53, pp. 59-74, 1999.

aparente), ao *skhèma* (maneira pela qual uma coisa se mostra) e ao *typos* (marca, impressão).

No mundo latino, por sua vez, *imago* aproxima-se de *species* e de *simulacrum* que traduziriam perfeitamente o termo grego *eidolon* e se oporiam a *res*, coisa. Ao termo *imago* associam-se com frequência *forma* (moldura que acolhe uma matéria, forma do corpo humano) e *figura* (aspecto de uma matéria trabalhada, modelagem).

Não surpreende, pois, que, como aponta a etimologia do termo *eikon*, a imagem entretenha uma relação privilegiada com as representações visuais. A função discursiva, assim, abre espaço para uma entidade física de imagem, que, em contato com a linguagem, com o discurso e com a palavra, abre-os para uma espécie de visibilidade. Não surpreende então que, para conferir maior eficácia ao discurso, é que a retórica aplique à língua a função “mostrativa” do visual, modelando o discurso como uma pintura. Em suma, uma das funções da écfrase é tornar vivos os pensamentos graças à descrição das ações à maneira de pintura.

Desde as retóricas antigas, “dar palavra a um objeto inanimado” tem sido a função mais recorrente atribuída à figura de descrição. Dentre as acepções fornecidas no dicionário de Liddell e Scott⁵²¹, a *enargia* (termo grego) ou *evidentia* (termo latino) significa *clareza*, uma percepção clara e nítida de uma descrição (*descriptio*) ou écfrase (gr. *ékphrasis*) vívida do narrado. Um verbo que também nos remete à definição de écfrase dada por Teão⁵²² é *logos periegematikós* – *periegéomai*, que significa: explicar, descrever de maneira geral; *periegesis* pode ser compreendido também como “condução ao redor e explicação; descrição geográfica”. Portanto, a écfrase apresenta esse caráter periegético, sobretudo ao descrever objetos (reais ou não), uma vez que a descrição detalhada procura fornecer todos os elementos para a presentificação da imagem, fazendo com que os olhos possam ver ao redor toda a imagem. Segundo a proposição de Teão⁵²³, a écfrase remete ao discurso periegético e guia o espectador ao redor da cena descrita, dessa maneira, se exploram ao máximo as possibilidades de imagem fornecidas por uma descrição.

Segundo Rodolfo⁵²⁴, temos ainda outros verbos que podem ser associados à écfrase: *syggrápho*, que significa, dentre outras coisas, “descrever” e também “representar em pintura”; *diagrapho*, que pode significar “delinear ou descrever uma pessoa”; e *diatypóo*, que

521

LIDDEL, H. G; SCOTT, R. A *Greek English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

522

HERMÓGENES; TÉON; AFTONIO. *Ejercicios de Retorica*. .

523

Ibidem.

524

RODOLFO, Melina. *Ecfrase e evidencia nas letras latinas: Doutrina e Práxis*. São Paulo: Humanitas, 2012, p. 184

quer dizer “formar, ser gravado, imaginar e representar”.

Segundo Hansen⁵²⁵, a *ekphrasis* (de *phrazô*, “fazer entender”, e *ek*, “até o fim”) significa exposição ou descrição. Segundo os *Progymnasmata*, exercícios preparatórios de oratória escritos por retores gregos entre os séculos I e IV d. C, nas *ekphraseis* associam-se as técnicas de amplificação de tópicas narrativas, composição de etopeias e exercícios de qualificação de causas deliberativas, judiciais e epidíticas.

Para Saraiva⁵²⁶, o vocábulo *evidentia* designa: clareza, evidência; *hypotypose*, uma pormenorização vívida⁵²⁷. Assim como ocorre com *enargéia*, há em latim um adjetivo relacionado à evidência, *evidens*, que tem a acepção de visível, claro, patente, manifesto e evidente. Segundo Lausberg, o vocábulo grego *enárgeia* quer dizer também “clareza, nitidez, vivacidade e percepção (visão) clara”. *Hypotypósis* tem entre suas acepções “figura retórica por meio da qual um assunto era vividamente desenhado em palavras”. Para Hansen, na *ekphrasis*:

O narrador se define como intérprete (*exegetes*) da interpretação que o pintor fez de sua matéria. Assim, geralmente antecipa a exposição das imagens fictícias com a declaração de que as viu diretamente ou que viu uma cópia delas⁵²⁸.

Para o estudioso, esse “como se” é fundamental na ficcionalização da *enargeia*, sendo necessário observar que o autor finge transferir para a enunciação do narrador uma imagem pictórica com que compõe o enunciado, como se efetivamente fizesse as passagens entre pintura e discurso. Ainda segundo o estudioso, o autor da *ekphrasis* inventa um narrador que amplifica um *topos* sobre o qual há concordância; por exemplo, o elogio do engenho, da perícia técnica de um pintor, do caráter extraordinário, da utilidade e da beleza da obra de arte. Apesar de a imagem efetuada pela descrição ser fictícia, ela compõe-se de *topoi* conhecidos da memória da audiência. O narrador, ao ativar a memória desses *topoi*, expõe de maneira vívida a pintura do retratado, reinventando as imagens desconhecidas, estranhas ou maravilhosas, transformando-as em conhecidas.

De acordo com Hamon⁵²⁹, variavelmente a classificação da descrição ocorre de acordo

525

HANSEN, J. A. “Categorias epidíticas da Ekphrasis”, op. cit, p. 1.

526

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-Português*, 1927.

527

LAUSBERG, H. “Evidencia (369)”. In: _____. *Elementos de Retórica Literária*. op. cit., p. 218.

528

HANSEN, J. A. “Categorias epidíticas da Ekphrasis”, op. cit., p. 2.

529

com o objeto referente: *cronologia* – descrição de tempo; *topografia* – descrição de lugar; *prosopografia* – descrição física de um personagem; *etopeia* – descrição moral de um personagem; *prosopopeia* – descrição de um ser imaginário ou alegórico; *retrato* – descrição física e moral; *paralelo* – combinação de duas descrições por meio de semelhança ou antítese, de objetos ou personagens; *hipotipose* – descrição vivaz de ações, paixões, eventos físicos e morais. Para o autor⁵³⁰, a imagem visualizante da *ekphrasis* da pintura enunciada não preexiste ao ato do seu fingimento pelo narrador que a inventa com tópicos que figuram situações, cenas, objetos, sentenças, tipos, corpos de tipos etc. Os argumentos são panegíricos, ou seja, são argumentos ilustrados por exemplos e comparações que agradam ao público. Dessa forma, o narrador da *ekphrasis* dirige-se ao destinatário prescritivamente, fornecendo-lhe, na variação elocutiva do discurso, o modo de ver, ouvir e ler a descrição na qual aciona a memória dos *topoi* para compará-los com o efeito gerado pela sua utilização a fim de presentificar uma pintura ausente com a finalidade de ocasionar um efeito de imagem segundo os preceitos e as conveniências de um determinado gênero.

Para Hansen, na *ekphrasis* a palavra é especificada segundo as várias qualidades a ela inerentes, pois tenciona fazer o discurso convergir para o efeito da *enargeia* ou *evidentia*, que pode ser pura, clara, nítida, nobre, rude, veemente, brilhante, vigorosa, complicada, elegante, ingênua, picante, graciosa, sutil, agradável etc.⁵³¹

Para Aristóteles, *enargeia* quer dizer, ao pé da letra, “vividez”, como se vê no advérbio *enargos* (“vividamente”); *pro ommaton*, “na frente do olho”, fazendo com que o evento narrado ocorra como se os ouvintes estiverem vendo a cena descrita como uma forma vívida em um quadro.

Segundo Hansen, a visão gerada pela vividez do relato⁵³² intensifica o efeito da clareza dos ornatos aplicados, tornando-os mais nítidos (*nitiodora*)⁵³³. Segundo o estudioso, no texto *Schemata Dianoemas*, Júlio Rufiniano cita Quintiliano, definindo a *enargeia* da *ekphrasis* nos seguintes termos:

Enargeia é imaginação, que expõe o ato aos olhos incorpóreos e se faz de três modos: com pessoa, com lugar e com tempo. Com pessoa, quando chamamos o

HAMON, P. “Rhetorical Status of Descriptive”, *Yale French Studies*, n. 61, pp. 1-26, 1981.

530

HANSEN, J. A. “Categorias epidíticas da Ekhphrasis”, op. cit., p. 21.

531

Ibidem, p. 5.

532

Ibidem, p. 12.

533

QUINTILIANO. *Institutituciones Oratorias*, VIII 3,61, op. cit.

ausente como se estivesse presente [...]. Com lugar, quando aquilo que não está na nossa visão demonstramos como se víssemos [...]. Com tempo, quando usamos o presente como passado.⁵³⁴

Para Cassin⁵³⁵, *enargês* não quer dizer o testemunho imediato da visão, mas a presentificação do invisível, tornando-o visível, ou seja, presentifica-se um ausente.

Nas categorias epidíticas proposta por Hansen, a *pragmatografia* ocupa-se da descrição de coisas; a *prosopografia*, da descrição de pessoas; a *etopeia* atenta às paixões e caracteres; *topografia*, aos lugares reais; *topotésia*, aos lugares imaginários; e a *chronografia*, ao tempo⁵³⁶.

Nossa sugestão de análise é que em Pero de Magalhães Gandavo a *écfrase/descriptio*/descrição procura descrever os lugares e os habitantes da terra; em relação à descrição do sítio, temos variavelmente descrições topográficas cuja vividez no relato é dotada de cores mais ou menos tênues, dependendo dos afetos em juízo, ou seja, as tintas empregadas pelo autor em seu *ut pictura* são mais ou menos intensas, dependendo da amplificação da matéria narrada, seja na vertente do louvor ou na vertente do vitupério. Em relação aos naturais da terra, estamos diante de coreografias dotadas de etopeias, prosopografia e pragmatografias. O autor, ao descrever o Brasil, mostra-nos a exuberância e bestialidade da fauna e da flora, bem como o *ethos* do índio, seus costumes e seus feitos.

Em relação à terra, Gandavo a descreve de forma clara e veemente em seus aspectos topográficos amplificando-a; dessa forma, expande o *topos* de louvor ao mostrar que a província de Santa Cruz está situada na América em uma das quatro partes do mundo que se distancia em seu princípio em dois graus da equinocial para a banda do sul e daí se estende para o mesmo sul em quarenta e cinco graus. No encerramento de sua apresentação do primeiro capítulo, utiliza-se de um símile para retratar o Brasil: “Está formada esta provincia á maneira de hua harpa: cuja costa pela banda do Norte corre do Oriente ao Ocidente e está olhando diretamente a Equinocial”⁵³⁷.

Segundo Hansen⁵³⁸, as virtudes da descrição são principalmente a clareza e a

534

HANSEN, J. A. “Categorias epidíticas da Ekphrasis”.

535

CASSIN, B. “Descompartimentar os gêneros”. In: _____. *O Efeito Sofístico*. São Paulo: Ed. 34, 2005, pp. 211-262.

536

Cf. HANSEN, J. A. “Categorias epidíticas da Ekphrasis”.

537

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo Primeiro. De como se descobrio esta provincia & a razam porque se deve chamar Sancta Cruz, & nam Brasil”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit.

538

evidência: o discurso deve quase produzir a visão por meio da audição. Para o estudioso, aqui não é a ideia de clareza cartesiana unívoca, entendida como expressão de uma ideia pensada clara e distintamente, mas clareza elocutiva, recolhida de um elenco de clarezas relacionais e aplicada conforme a verossimilhança e o decoro proporcionados aos *topoi* do gênero. Para Rodolfo⁵³⁹, a éfrase não se restringe aos objetos estáticos, como anacronicamente poderíamos supor, quando pensamos atualmente o que é uma descrição, mas era compreendida na Antiguidade também para relatar processos. Implicava movimentação. Desse modo, para Philippe Hamon⁵⁴⁰ é difícil definir a descrição pois ela não tem um estatuto semântico – não é, por exemplo, um tropo – e não pode ser definida a partir do mesmo paradigma; sabe-se que a descrição é um dos inúmeros meios da amplificação.

Pero de Magalhães de Gandavo apresenta dinamismo em suas éfrases. No capítulo 2, “Em que se descreve o sítio e qualidades desta província”, ocupa-se em mostrar o posicionamento geográfico da terra, procurando fazer com que o leitor a veja de maneira periegetica de “fora para dentro”. Sua descrição – *descriptio* – procura pelos detalhes – *evidentia* – colocar diante dos olhos de seu destinatário a geografia da terra a partir de um *ut pictura* conveniente ao gênero histórico:

Destes e doutros extremos semelhates carece esta provincia Sacta Cruz: porq com ser tam grande, nam tem feras (ainda q muitas) nem desertos nem alagadiços, q com facilidade se nam possam atravessar. Ale disto he esta provincia sem contradicam a melhor pera a vida do homem que cada huma das outras de America, por ser commummente de bõs ares & fertilissima, e em gram maneira deleitosa e aprazível á vista humana. O ser ella tam salutifera & livre de enfermidades, procede dos ventos q geralmente cursamsão nella: os quaes sam Nordeftes & Sues, e algumas vezes Lestes e Lesuestes.⁵⁴¹

Pensando ainda no *ut pictura* e nos aspectos concernentes ao gênero histórico, segundo Hansen, cenograficamente pode-se dizer que a relação *proporcional/desproporcional* ou *icástico/fantástico* implica não qualquer proximidade ou qualquer distância de observação das obras, mas sempre a correta distância, que é exata, matematizada no estilo do discurso como *mésos*, *proportio*, *commensuratio*, que compõe a posição da recepção do destinatário. O preceito da correta distância da recepção prescreve em cada gênero “nem o muito longe, nem

HANSEN, J. A. “Categorias epidíticas da Ekphrasis”, op. cit., p. 10.

539

RODOLFO, Melina, op. cit., pp. 180-181.

540

HAMON, P. “Rhetorical Status of Descriptive”.

541

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit II. Em que se descreve o sitio e qualidade desta provincia”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 9.

o muito perto” de um ponto fixo adequado de observação. É a partir desse ponto fixo de observação encenado no estilo da obra que os dois eixos *perto/longe* se interceptam e normalizam, produzindo-se a visão adequada⁵⁴². Também no texto de Gandavo a descrição seleciona os elementos paisagísticos na narrativa, configurando-lhes distância e proximidade adequadas do objeto narrado. O autor amplifica a força do lugar através de suas éfrases visando o ensinamento – *docere* –, a fim de deliberar sobre as coisas notáveis da terra, edênicas ou bestiais.

Segundo Martins, a éfrase possui uma qualidade que é a evidência, ela é mais do que clareza (*perspicuitas*). É uma forma de realizar descrição a ponto de lhe dar tanta vividez ou vivacidade que a aproxima de uma narração⁵⁴³. Para Cícero, as virtudes da elocução, conhecidas como *lumina*, são apresentadas no *De Partitione Oratoriae*, ss19⁵⁴⁴, dentre as quais está o brilho (*illustre*) que permite quase colocar diante dos olhos aquilo de que se fala, uma vez que a visão é o sentido mais afetado pelo brilho:

E o discurso é brilhante se são colocadas palavras selecionadas de acordo com a gravidade, metaforizadas, hiperbólicas, epítetos, duplicadas, com os mesmos significados e que não sejam alheias à própria ação e à imitação dos assuntos. Com efeito, esta é a parte do discurso que é capaz de colocar o assunto praticamente diante dos olhos, esse é, com efeito, o sentido mais atingido: porém, os outros e, sobretudo, a própria mente, podem ser movidos.

Mas as coisas que foram ditas acerca do discurso claro, todas convêm para este, o brilhante; com efeito, o discurso brilhante é um tanto maior do que o claro: por um, compreendemos, por outro, parecemos verdadeiramente ver.

Para Quintiliano⁵⁴⁵, a *enargeia/evidentia* (clareza, nitidez, vividez) assim se define:

Há alguns que a tais virtudes acrescentam a evidência (da narração), que é chamada pelos gregos de *enargeia*. 64. [...] A evidência na narração é, até onde entendo, certamente, uma grande virtude quando não se deve dizer a verdade, mas também, de alguma maneira, mostrar aos olhos; mas pode integrar a clareza, entretanto, alguns julgaram que a evidência fosse prejudicial porque a verdade deveria ser obscurecida em certas causas; o que é um absurdo! 65. Com efeito, quem quer obscurecer narra os fatos falsos no lugar dos verdadeiros e deve trabalhar naqueles fatos que narra para parecer o mais visível possível.

542

HANSEN, J. A. “Instituição Retórica, Técnica Retórica, Discurso”, op. cit., p. 44.

543

MARTINS, Paulo. “Prefácio”. In: RODOLFO, Melina, op. cit., p. 17.

544

CÍCERO. “Partitione Oratoriae” apud RODOLFO, Melina, op. cit.

545

QUINTILIANO, *Instituciones Oratorias*, op. cit., pp. 147-153.

É possível que a evidência possa ser considerada uma virtude da narração capaz de torná-la mais clara servindo não apenas como ornato que agrada, mas também como tributária da argumentação da causa. A *enargeia*, segundo Quintiliano, equivale à *illustratio* ou evidência de Cícero, e ambas visam tornar o auditório/público/leitor testemunha dos acontecimentos através de uma descrição dotada de uma viva exposição do narrado, fazendo o discurso semelhante à pintura.

A evidência é denominada também como *repraesentatio*; o retor enfatiza que ela vai além da *perspicuitas*, assim sendo é mais do que mera exposição dos fatos. Em realidade é exposição que se apresenta aos olhos. É possível narrar acontecimentos passados, presentes ou futuros, pois os fatos podem ser imaginados ainda que não sejam vistos ou não tenham acontecido. Apesar da variedade de terminologia no tratado de Quintiliano, o objetivo é sempre transformar a narração em algo que possa ser visto durante sua enunciação, e aí reside a virtude da elocução. Para Quintiliano, IV, 68-9⁵⁴⁶:

Na demonstração exprimimos um acontecimento com palavras tais que as ações parecem estar transcorrendo e as coisas parecem estar diante dos olhos. Pode-se fazer isso reunindo aquilo que houve antes, depois e na ocasião do ato, ou atendo-se a suas consequências e circunstâncias [...] 69. Esse ornamento é muito útil para amplificar e apelar à misericórdia, pois, com uma narrativa desse tipo, expõe todo o ocorrido e o coloca diante dos olhos.

Segundo Hansen⁵⁴⁷, a *ekphrasis* vale como argumento e configura-se por meio de um ou vários espelhamentos que evidenciam o artifício enquanto o dissimulam na *enargeia*. Vejamos em Tucídides:

A partir daquele momento a confusão e perplexidade entre os atenienses tornou-se tão grande que não foi fácil saber exatamente de cada lado como os acontecimentos se desenrolaram. Naturalmente as coisas são mais claras à luz do dia, mas mesmo assim as pessoas não percebem tudo que acontece, e cada um mal sabe o que ocorre em suas imediações; em uma batalha noturna, então – aquela foi a única nesta guerra disputada entre forças numerosas – como poderia alguém saber algo claramente?

Embora a lua estivesse brilhante, os combatentes apenas podiam ver-se uns aos outros, como é normal ao luar: tem-se a visão de uma pessoa, mas não se confia no reconhecimento sequer das mais íntimas. Havia, além disso, um grande número de hoplitas de ambos os lados indo e vindo num espaço exíguo. Do lado ateniense alguns já estavam sendo derrotados, enquanto outros, ainda no primeiro ímpeto, continuavam avançando incontinentemente; quanto ao grosso dos exércitos, as tropas em sua maioria apenas haviam terminado a escalada, enquanto outras ainda estavam subindo, sem saber portanto, a que grupo juntar-se [...].⁵⁴⁸

546

QUINTILIANO, *Instituciones Oratorias*, op. cit., p. 345.

547

HANSEN, J. A. “Categorias epidíticas da Ekphrasis”, op. cit., p. 25.

548

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

Em Gandavo temos um quadro parecido ao de Tucídides no capítulo sobre o monstro marinho:

Na capitania de Sam Vicente sendo já alta noite a horas em que todos começavam de se entregar ao sono, acertou de sair fóra de casa huma India escrava do capitão; a qual lançando os olhos a huma varzea que está pegada com o mar, e com a povoação da mesma Capitania, vio andar nella este monstro, movendo-se huma parte para outra com passos e meneos desusados, e dando alguns urros de quando em quando tam feios, que como pasmada e quasi for a de si se veio ao filho do mesmo capitão, cujo nome era Baltezar Ferreira, e lhe deu conta do que vira, parecendo-lhe que era alguma visão diabólica; mas como elle fosse nam menos sizudo que esforçado, e esta gente da terra seja digna de pouco credito, nam lho deu logo muito à suas palavras, e deixando-se estar na cama, a tornou outra vez a mandar for a dizendo-lhe que se afirmasse bem no que era. E obedecendo a India a seu mandado, foi: e tornou mais espantada; afirmando-lhe e repetindo-lhe huma vez e outra que andava ali huma cousa tam feia, que nam podia ser se nam o demonio.

Entam se levantou elle muito depressa e lançou mão a huma espada que tinha junto de si com a qual botou somente em camisa pela porta for a, tendo pera si (quando muito) que seria algum tigre ou outro animal da terra conhecido com a vista do qual se desenganasse do que a India lhe queria persuadir, e pondo os olhos naquella parte que ella lhe assignalou vio confusamente o vulto do monstro ao longo da praia, sem poder divisar o que era, por causa da noite lho impedir, e o monstro tambem ser cousa não vista e for a do parecer de todos os outros animaes. E chegando-se hum pouco mais a elle, pera que melhor se podesse ajudar da vista, foi sentido do mesmo monstro: o qual em levantando a cabeça, tanto que o vio começou de caminhar para o mar donde viera.⁵⁴⁹

A história, para Tucídides, como posteriormente ocorrerá também para muitos autores quinhentistas, entre eles Gandavo, não pretende seduzir os ouvidos, e sim ser útil:

E para o auditório, o carácter não fabuloso dos fatos narrados parecerá talvez menos atraente, mas se todos quantos querem examinar o que há de claro nos acontecimentos passados e nos que um dia, dado o seu carácter humano, virão a ser semelhantes ou análogos, virem sua utilidade, será o bastante. Constituem mais uma aquisição para sempre que uma peça para um auditório do momento.⁵⁵⁰

Em *História da Província de Santa Cruz*, o autor associa em sua escrita o deleite – *delectare* – relacionado ao ensino – *docere* – para mostrar através de um discurso utilitário a terra. Parece que os textos gandavianos orbitam em torno das noções de *prazer e utilidade*,

549

GANDAVO, Pero de Magalhães. “Do Monstro Marinho que se matou na capitania de Sam Vicente, anno 1564”. In: _____. *História...*, ed. princeps, op. cit., p. 51.

550

TUCÍDIDES, I,22,4. *Guerra do Peloponeso*. Trad. de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 31.

seguidos pelo ensinamente – *docere* –, pois cabe ao futuro morador proceder de tal ou qual maneira para viver agradavelmente no referido sítio:

Como esta Provincia seja tão grande e a maior parte della inhabitada e cheia de altissimos arvoredos, e espessos matos, nam he d’espantar que haja nella muita diversidade de animaes, e bichos mui feros e venenosos, pois cá entre nós, com ser terra já tam cultivada e possuída de tanta gente, ainda se crião em brenhas cobras mui grandes de que se conta cousas mui notáveis, e outros bichos e animaes mui danosos, esparzidos por charnecas e matos, a que os homens com serem tantos e matarem sempre nelles, nam podem acabar de dar fim, como sabemos. Quanto mais nesta Provincia, onde os climas e qualidades dos ares terrestres, nam são menos dispostos para os gerarem, do que a terra em si, pelos muitos matos que digo, acomoda pera os criar.⁵⁵¹

A narrativa histórica é digressiva, desviante e não episódica cronologicamente, ainda que caiba nela o relato dos eventos sucedidos em ordem natural, pois, do contrário, pode-se tornar inverossímil. O discurso historiográfico quinhentista não vê os fatos como dados, mas eles se legitimam a partir de provas veiculadas pelos entimemas através de testemunhas, itens lexicais como “achar”, “ver” e “experimentar”. A História “[...] narra sucessos ocorridos, já singularizados em sua ocorrência”⁵⁵².

Por outro lado, também, a narração de sucessos faz a história, é o sucesso realizado, mas distante da memória de nossa época⁵⁵³. Este conceito é reforçado pela ideia de a narração ser feita com uma ação depois da outra, em ordem cronológica, gerando sobreposição, mas não unidade. O narrador da história visa persuadir pelos muitos exemplos apresentados. A história é persuasiva e exemplar. O fazer história também se projeta nos argumentos, em virtude de esses apontarem os lugares-comuns a partir dos quais se pode deduzir a natureza das ações sucedidas e particulares que serão narradas. As ações, uma após a outra, conferem uma *ordo naturalis*, uma reiteração do apresentado. O gênero demonstrativo, segundo Muhana, assenta-se no *topos personarum*: Pátria, Ascendência, Físico, Ações, Caráter⁵⁵⁴.

No capítulo 1, “De como se descobrio esta provincia, e a razão por que se deve chamar Santa Cruz e não Brasil”, mostra Gandavo, em *ordo naturalis*, a terra “descoberta”, ou seja, desde a saída da expedição cabralina de Portugal até o “descobrimento”:

551

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 102.

552

MUHANA, Adma. *A epopéia em prosa seiscentista*, op. cit., p. 46.

553

CÍCERO. “De Inventione” I, 19,27, op. cit.

554

MUHANA, Adma. *A epopéia em prosa seiscentista*, op. cit, p. 133.

Reinando aquella mui Catholico e Serenissimo Principe El Rey Dom Manuel, fez-se hum frota para a India, de que ia por Capitam mór Pedralvarez Cabral, que foi a segunda navegaçam que fizerão os Portuguezes para aquellas partes do Oriente. A qual partio da Cidade de Lisboa a nove de Março no anno de 1500. E sendo já entre as Ilhas do Cabo Verde, as quaes ião demandar para fazer agoada, deu-lhes hum temporal, que foi causa de as nam poderem tomar, e de se apartarem alguns navios da companhia. E depois de haver bonança junta outra vez a frota, empégarão-se ao mar, assi por fugirem das calmarias de Guiné que lhes podião estorvar sua viagem, como por lhes ficar largo poderem dobrar o Cabo da Boa Esperança. E avendo já hum mez que ião naquella volta navegando com vento prospero, forão dar na Costa desta Provincia: ao longo da qual cortarão todo aquelle dia, parecendo a todos que era alguma grande Ilha que ali estava sem haver piloto nem outra pessoa alguma que tivesse noticia della nem que presumisse que podia estar terra firme para aquella parte Occidental.⁵⁵⁵

Para Hansen, retoricamente, qualquer discurso implica a relação de pressuposição entre a pessoa e a situação em que age o personagem ou onde se executa a cena; assim, tanto a descrição do caráter e paixões de pessoas e personagens quanto a do espaço subordinam-se homologamente aos preceitos do gênero. Julgamos que seja pertinente indagar em que medida descrições como o monstro marinho de Gandavo são constantes no gênero histórico e como o autor as reinventa em comparação a outros autores, principalmente em relação a seus contemporâneos. Segundo a tipologia utilizada por Hansen sobre as categorias epidíticas na *ekphrasis*, no caso de Gandavo, ponderamos que no capítulo sobre o monstro marinho, ao mesmo tempo que estamos diante de uma topografia – descrição de lugares comuns – similarmente estamos diante de uma topotésia – descrição de lugares imaginários, ambos coordenados pela cronografia –, descrição do tempo que, nesse texto, explicitamente apresenta-se em *ordo naturalis*. Ou seja, a cena apresenta-se diante de nossos olhos através da sucessão dos acontecimentos em ordem cronológica e tem como consequência uma clareza e credibilidade médias, pois mediano é o discurso histórico:

Há três gêneros, que denominamos figuras, aos quais todo discurso não vicioso se reduz: um chamado grave, outro médio e o terceiro tênue. O grave é composto de palavras graves em construção leve e ornada. O médio constitui-se de uma categoria de palavras mais humilde, todavia não absolutamente comum e baixa. O atenuado desce ao costume mais usual da simples conversa.⁵⁵⁶

Quanto ao local em que se dá a cena do capítulo do monstro marinho em Gandavo,

555

GANDAVO, Pero de Magalhães de. História..., ed. *princeps*, op. cit., p. 102.

556

Cf. RETÓRICA a Herênio, op. cit., p. 213 LIV,11.

tomamos Hermógenes⁵⁵⁷ como paradigma para tentar identificar o espaço em que tal ação se efetiva. Para o preceptista, os feitos variavelmente contemplam uma descrição de um combate terrestre ou naval; as circunstâncias geradas pelo combate resultam na paz ou guerra e os feitos ocorrem em portos, praias e cidades. A época pode ser primavera, verão e festa. No texto de Gandavo, não podemos deduzir se o combate era marítimo ou terrestre. Supomos uma divisão limítrofe entre ambos, talvez o lugar seja a praia, por exemplo: “E pondo os olhos naquella parte que ella lhe asinalou, vio cõfusamente o vulto do monstro ao longo da praya, sem poder divisar o que era, por causa da noite lho impedir & o monstro tambem ser cousa nam visfta, & fora do parecer de todos os outros animaes”⁵⁵⁸.

Entre as virtudes da écfrase, temos a clareza e a energia ou vividez na descrição que deve se adaptar ao tema sem se estender em aspectos desnecessários: por exemplo, se o tema for árido ou assustador, que a expressão também o seja. Em Gandavo, quando o autor se dedica a demonstrar a terra, supomos que faz sua escolha lexical atrelada ao gênero ativado, pois cada gênero engloba um determinado repertório lexical específico na execução do gênero demonstrativo; no caso de Gandavo estamos diante do gênero histórico tanto na vertente de louvor quanto no vitupério, como abaixo mostramos:

Papagayos ha neftas partes muitos de difersas caftas, e muy fermofos, como cá fe ve alguns por experiencia. Os melhores de todos, & q mais raramente fe achão na terra, fam hus grandes, mayores que açores, a q chamam Anapurús.⁵⁵⁹

Estes Indios te fempre grandes guerras hus cotra os outros & afsi nuqua fe le acha nelles paz, nem fera pofsivel (fegudo fam vingativos & odiofos) vedarenfe entre elles eftas discordias por outra nenhua via, fe nã fôr per meynos da doctrina chriftaã, cõ que os Padres da cõpanhia pouco a pouco os vão amanfando como a diate direy.⁵⁶⁰

A argumentação gandaviana utiliza os exemplos – recurso central do gênero deliberativo⁵⁶¹ – para explorar os seus aspectos ecfrásticos como a topografia, a topotésia, a pragmatografia e a etopeia, a fim de persuadir o destinatário de que a terra é alvissareira e boa para se viver. Além disso, o autor coloca diante dos olhos do leitor as potencialidades

557

HERMÓGENES; TÉON; AFTONIO, op. cit.

558

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 30.

559

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 25.

560

Ibidem, p. 37.

561

QUINTILIANO. *Institutituciones Oratorias*, op. cit., III, VIII, 193.

econômicas do local, a abundância da fauna e da flora. Faz isto para instruir, mas também para deleitar o ouvinte/leitor. Por exemplo, o capítulo final, como *peroratio*, através de uma afetada modéstia, intenciona gerar no ouvinte o discurso da “esperança” através do relato do encontro de ouro e pedras preciosas por um grupo de índios. Com esse relato, Gandavo atinge o ápice de seu propósito argumentativo e volta a insistir através da recapitulação sobre a utilidade da ação aconselhada:

Do preço dellas [das pedras] nam trato aqui, porque ao presente o nam pude saber: mas sey que assi destas como doutras ha nesta provincia muitas & muy finas, & muitos metaes, dõde se pode conseguir infinita riqueza. A qual permitirá Deos, que ainda em nossos dias se descubra toda, pera que com ella se augmente muito a coroa destes Reinos: aos quaes desta maneira esperamos (mediante o favor divino) ver muito cedo postos em tam felice & prospero estado, que mais se nam possa desejar.⁵⁶²

Útil e honesto, como promove a retórica latina, é o que aconselha Gandavo em seus textos porque a utilidade material visa a unidade moral posto que o interesse material move os homens acima de tudo sob a égide da cruz e da espada de Cristo, pois Deus pôs no Brasil, segundo Gandavo, essas riquezas ainda escondidas. Grandes minas na terra, e grandes minas no céu, pois, como regula a preceptiva, o verdadeiramente útil é sempre um honesto⁵⁶³.

Para Sinkevisque⁵⁶⁴ a descrição é uma narração (*diegese*) epidítica, portanto, uma narração dividida e distribuída em partes e não confeccionada como uma unidade fabular localizada em um lugar apenas do discurso. Nesse sentido, a descrição não é pensada em oposição à narração, como fazemos atualmente, mas como um procedimento que funde fala, visão e audição. Narrar e descrever não se opõem nem se complementam. Quando se pensa em narrar os efeitos construídos como memoráveis, e, por isso, exemplares, pensam-se imediatamente esses eventos como *evidentia*. Segundo o estudioso, relatar e retratar são narrar fazendo ver e extrair o argumento para demonstrar. Por meio dessa técnica narrativo-descritiva, as matérias narradas se tornam vistas, não apenas lidas e ouvidas, sendo entendidas como belas, pois, segundo a retórica aristotélica, a *descriptio* pertence à *narratio*. Descrever é ação inclusa na narração, definindo-se como *enargeia*, cujo sentido é fazer ver⁵⁶⁵. O discurso

562

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capitulo XIV. Das Grandes Riquezas que se esperam da terra do Sertão”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 43.

563

QUINTILIANO. *Institutituciones Oratorias*, op. cit., III, VIII, 181.

564

SINKEVISQUE, Eduardo. “Usos da écfrase no gênero seiscentista”.

565

epidítico, de variante encomiástica, na história seiscentista é uma prosa emuladora.

A narração do gênero histórico amplifica, na elocução, as tópicos da invenção/disposição por meio de digressões narrativo-descritivo-ecfrásticas. Lembremos que uma das principais funções elocutivas dela é a de fornecer ao texto e à sua recepção utilidade prazer e deleite; qualidades, as duas últimas, sem as quais o discurso se torna enfadonho, árido, rasteiro ou pedestre. A elocução do gênero histórico narrativo-discursivo de variante histórica fabrica realidades narrativas por meio de descrições topográficas, prosopográficas, etopeicas, antropográficas, ecfrásticas que amplificam e hipervalorizam o discurso patético em suas matérias graves e elevadas. Para Sinkevisque⁵⁶⁶, nas histórias e nos anais parecem variar mais e serem mobilizadas todas as espécies, enquanto que nos diários parecem ser dominantes as topografias em uma prosa didática, mas deleitosa.

Para Murari, a fórmula sucinta do *diz-se que* basta para transpor a narração do nível dos “fatos” ao da história, uma espécie de *ouvi dizer* ou *dizem que...* Dessa maneira, o destinatário não mais lê somente, também vê:

A esta Capitania de Porto Seguro chegarão certos indios do Sertão a dar novas dumas pedras verdes que havia numa serra muitas legoas pela terra dentro, etrazião algumas dellas por amostra, as quaes erão esmeraldas, mas não demuito preço. E os mesmos indios dizião que daquellas havia muitas, e queesta serra era mui fermosa e resplandecente. Tanto que os moradores desta Capitania disto forão certificados.⁵⁶⁷

O “ouvir dizer ou dizem que” se incorpora na voz do narrador, e este se autoriza a tomar para si toda a validade e autenticidade do relato por meio do exercício da etopeia. O relato tem sua validade somente enquanto exercício retórico que procura, na *descriptio* das écfrases, uma *fides* para alertar o ouvinte de um “como digo”, postando-se como enunciador de uma incontestável verdade autorizada por um determinado exemplo exercitado através da referida expressão:

Cursão sempre ventos geraes, no inverno seis mezes Sul e Sueste, no verão Nordeste. Sempre correm as agoas com o vento por costa, e porisso se não pode navegar de humas Capitancias pera outras se não esperarem por monções pera irem com as agoas e com o vento, porque cursão **como digo** seis mezes duma parte e seis doutra [...].⁵⁶⁸

ARISTÓTELES. *Retórica*, op. cit., III, XVI.

566

SINKEVISQUE, E. “Usos da écfrase no gênero seiscentista”, op. cit, p. 59.

567

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 63.

568

4.3 Imitação

Para Cícero, o primeiro preceito na *imitatio* é indicar aquele que se há de imitar e de tal forma que se busquem com maior zelo os elementos que mais se sobressaem naquele que se imitará. Some-se a isso, então, o exercício, no qual possa a imitação reproduzir e representar aquele que se escolheu⁵⁶⁹.

Vossi diz que para imitar é necessário que se leia o mais notável, e por vezes só a ele; seguidamente o que for mais parecido; finalmente, mesmo os que não forem parecidos, mas que se distingam por um louvor qualquer. Nem sempre deve ser escolhido por nós o melhor como modelo, mas não raro um que não seja tão bom, que melhor se adapte às nossas capacidades⁵⁷⁰.

Segundo Dionísio de Halicarnasso⁵⁷¹, a imitação é uma atividade que refunde um modelo, ou seja, uma bem sucedida semelhança do modelo. Com efeito, a imitação não é a utilização dos pensamentos, mas sim o tratamento, como arte, semelhante ao dos antigos. E, segundo Dionísio de Halicarnasso⁵⁷², imita Demóstenes não aquele que diz o mesmo que Demóstenes, mas sim o que diz *à maneira de* Demóstenes. Toda a imitação se resume a isto: emulação que deve ser compreendida pelo esforço que leva o imitador a igualar, senão ultrapassar o próprio modelo da arte que refunde a semelhança dos pensamentos.

Falando da imitação, Quintiliano diz: “Só pela imitação não há crescimento”⁵⁷³. E logo acrescenta: “Também serão celebrados aqueles que forem considerados como tendo superado os seus antecessores e ensinado os seus sucessores”⁵⁷⁴. Dionísio de Halicarnasso conta-nos sobre o camponês:

Conta-se que um camponês, feio de aspecto, tinha receio de se tornar pai de filhos

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 45, grifo meu.

569

CÍCERO. “De oratore” L II, 91, op. cit., p. 211.

570

HALICARNASSO apud VOSSII Gerardi Joannis. *De Imitatione cum Oratoria, tum praecipue Poetica deque recitatione ueterum liber*. Amsterdam: 1647.

571

HALICARNASSO, Dionísio. *Tratado da Imitação*. Editado por Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Clássicos das Universidades de Lisboa, 1986.

572

Ibidem.

573

QUINTILIANO. *Instititutuciones Oratorias*, op. cit., X, II,9.

574

QUINTILIANO. *Instititutuciones Oratorias*, op. cit., X, II,28

semelhantes a ele. O mesmo medo, porém, ensinou-lhe a arte de ter filhos bonitos. Juntou imagens belas e habituou a mulher a contemplá-las. Depois, quando a ela se uniu, conseguiu gerar a beleza das imagens. Da mesma forma, com as imitações dos discursos se gera a similitude, sempre que alguém procura rivalizar com o que parece haver de melhor em cada um dos antigos e, como que reunindo de várias nascentes um só caudal, o canaliza para a sua mente.⁵⁷⁵

Dionísio de Halicarnasso diz-nos que⁵⁷⁶ dos historiadores é Heródoto o que melhor trabalha o aspecto temático. Tucídides ora lhe é superior no aspecto estilístico, ora inferior. Mas há aspectos em que se igualam. Com efeito, ambos, em virtude do uso exato das palavras, preservam o que é específico no dialeto que escolheram. A Heródoto, porém, se esconde indiscutivelmente o primeiro lugar na clareza. Em Tucídides existe a concisão, e em ambos a vivacidade das descrições. Na descrição dos caracteres é Heródoto que domina; na das paixões é Tucídides. E mais uma vez em nada se distinguem um do outro quanto à elegância e sublimidade, mas ambos dominam estas qualidades e outras do mesmo gênero. Mas quanto ao vigor, à força, à intensidade, à abundância e à variedade de figuras, Tucídides é superior. Por outro lado, crê que Heródoto de longe seja o mais notável no deleitar, no persuadir, na graça, na simplicidade, na naturalidade e na espontaneidade. Além disso, também ele observa melhor o que é adequado à ordenação das matérias e à invenção de personagens⁵⁷⁷.

De Filisto e Xenofonte, afirma Dionísio de Halicarnasso, que o último foi êmulo de Heródoto nas qualidades temáticas e estilísticas. No esboçar dos temas não é inferior a Heródoto quanto aos argumentos, à estrutura e à descrição dos caracteres. No que diz respeito ao estilo, em certos casos é semelhante, em outros, inferior. É seletivo e correto no vocabulário, claro e pormenorizado, suave e gracioso na composição a ponto de ser melhor do que Heródoto. Nunca logrou, porém, atingir o sublime nem a grandiloquência, nem, de um modo geral, a composição histórica. Com frequência, não vislumbrou o que era adequado às personagens, colocando algumas vezes na boca de particulares e de bárbaros discursos filosóficos, usando de um estilo mais adequado a diálogos do que à narração de feitos militares.

575

HALICARNASSO, Dionísio. *Tratado da Imitação*, op. cit., p. 52 (II, VI).

576

Ibidem. II, III

577

Em QUINTILIANO. *Institutiones Oratorias*, op. cit., I.O., X,I,73: “Denso, breve e sempre contido é Tucídides; doce, brilhante e profuso é Heródoto. Aquele é melhor nas paixões violentas, este nas paixões acalmadas. Aquele nos discursos públicos, este na conversação; aquele na força, este no prazer”; cf. ainda: PLUTARCO. *De Heroditi malignitate*. Londres: Loeb Classical, 1965.

Filisto é imitador de Tucídides, exceto no caráter⁵⁷⁸. Em Tucídides a liberdade e a plenitude do pensamento; em Filisto a submissão à tirania e o serviço da ambição. Filisto rivaliza com Tucídides no deixar os assuntos inacabados, do mesmo modo que ele. Mas, sobretudo, imita a desordem de Tucídides na estruturação e acaba por tornar a composição difícil de seguir, porque mistura os fatos que relata. Mas não consegue rivalizar com o obsoleto e o requinte do estilo de Tucídides. No entanto, reproduziu com inteiro rigor o estilo conciso, denso, vigoroso e combativo; mas não do mesmo modo a elegância, a majestade, a abundância de entimemas, nem a gravidade, as paixões e as figuras de estilo. É totalmente destituído de envergadura e de elevação nas descrições dos lugares, das batalhas navais e terrestres ou da fundação de cidades. O seu discurso não está à altura da grandeza dos feitos. É, todavia, inteligente sua participação. É mais útil que Tucídides no que respeita aos combates reais.

Teopompo de Quios é digno de emulação por ter seguido, em primeiro lugar, esses mesmos princípios da história; em segundo, os da estruturação (pois sua obra é fácil de seguir e clara); e, ainda, os da variedade na descrição dos eventos⁵⁷⁹. É digno de emulação, sobretudo, devido aos princípios da expressão franca do pensamento sobre cada um dos casos e por não esconder as causas secretas do que aconteceu ou foi dito e por atingir com rigor a intenção dos que disseram ou fizeram. A sua qualidade estilística é parecida com a de Isócrates, com a diferença de que é duro e muito veemente; mas, quanto ao resto, é semelhante ao seu estilo. Na verdade, este é comum, claro, elevado, majestoso e pomposo e consegue uma composição que dá prazer. É prejudicial, porém, a conservação frequente das vogais em hiato, os períodos circulares demasiadamente elaborados e as figuras de estilo sempre iguais⁵⁸⁰. Falhou também pela mediocridade temática na introdução das digressões.

578

No cânone de Quintiliano, Filisto ocupa o quarto lugar a seguir a Teopompo. Dele diz a I.O., X, I,74: “Filisto também merece ser salientado de entre a multidão de autores, embora bons, que depois deles [Tucídides e Heródoto] vieram. É imitador de Tucídides e, embora de qualidade muito inferior, é de vez em quando mais claro”.

579

Políbio (*História*, op. cit.) faz a Teopompo uma longa crítica de carácter histórico, incidindo particularmente sobre a História de Filipe, da qual cita o quadragésimo nono livro, e refere-se-lhe ainda em *História*, op. cit. Quintiliano (I.O., X,I,74) concede-lhe o terceiro lugar a seguir a Tucídides e Heródoto: “Teopompo está muito próximo destes e assim como é inferior aos autores citados do ponto de vista histórico assim também é mais semelhante a um orador, uma vez que, antes de ter sido solicitado para o trabalho histórico, foi orador durante muito tempo”.

580

Cf. LAUSBERG, E, op. cit., pp. 261-266, nomeadamente: “O período (*periodus, ambitus, circuitus, periodos*; port. Período), como “construção frásica cíclica (*circular*)” (*oratio uincta atque contexta, connexa series, katestrammênê lexis*), consiste na união de vários pensamentos (*res*) numa frase, de tal modo que seguidamente a um elemento (*protasis*; port. Prótase) que cria tensão (*pendens oratio*) vem um elemento (*apodosis; port apódose*), que dissolve a tensão (*sententiae clausula*).

Com efeito, algumas são contadas friamente e a despropósito, como por exemplo, as histórias de Sileno. A imitação mais feliz, portanto, mais próspera, será aquela que se faça tomando como modelo alguém com quem o imitador concorde quanto à natureza, ou seja, quanto a seu temperamento. O conhecimento das coisas somente pode se dar através da clareza do discurso. A imitação carece de preceitos e regras fixas. Um dos equívocos desfeitos por Morcillo⁵⁸¹, no que se refere à imitação, é pensarmos que não se deve imitar ninguém e somente seguirmos a própria natureza; quando se fala de natureza, nesse contexto, se adota a acepção dada pelo *Oxford Latin Dictionary*, que acentua o termo como índole ou engenho, ou seja, “*natural disposition, inclination, bent, temper, character*”⁵⁸². Um outro engano que Morcillo pretende desfazer é que se pode imitar todos os autores.

Quanto ao melhor método para imitar, Fox Morcillo assegura que não basta reproduzir as palavras e a forma do discurso, senão que é necessário que haja harmonia de naturezas. Em primeiro lugar, a expressão concorda com o caráter, que pode ser moderado, áspero, elegante, etc.; em segundo, a diversidade de caracteres supõe a profusão de modelos e diversidade de procedimentos.

Para Pineda⁵⁸³, os elementos que intervêm na imitação são a natureza, a arte e o exercício. No tocante à natureza, o mais importante é o estabelecimento da harmonia no que se refere aos caracteres tanto do imitado quando do imitador. Com respeito à eleição de modelo imitado há de se ter em conta duas normas: a primeira, escolher o autor que se ajusta à natureza do imitador; a segunda, tender sempre ao alto, ou seja, que se escolham os melhores autores. A diversidade das matérias se origina dos três gêneros: humilde, médio e sublime. Além disso importa atentar ao decoro empregado na *imitatio* e a necessidade de escolher bem as palavras que devem ter variedade segundo cada idade e cada matéria.

Para a estudiosa⁵⁸⁴, a imitação ciceroniana não consiste em simplesmente repetir as palavras do imitado, mas sim em reproduzir o seu discurso. Além disso, diz que é possível reconhecer um determinado caráter pelo estilo de seu autor. Já o exercício na arte da imitação pode acomodar o *ethos* do imitador ao do imitado, tendo como finalidade sua modelação. Pelo estilo se conhece a natureza e os costumes, tanto quanto os hábitos. O melhor estilo é claro,

581

PINEDA, Victoria. *La Imitación como Arte Literario em el siglo XVI español (com una edición y traducción del diálogo De Imitatione de Sebastián Fox Morcillo)*. Sevilla: 1994.

582

Cf. LEWIS; SHORT. *A Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

583

PINEDA, op. cit., p. 74.

584

Ibidem, p. 75.

elegante, uniforme, abundante e forte.

Na leitura do modelo há que se ater à composição, à substância e à expressão e confiá-los à memória. É fundamental imitar diretamente e não de segunda mão. Segundo Morcillo, o primeiro passo para imitar é compreender a perfeição daquilo que se deseja imitar. O caráter do imitador deve se ajustar ao assunto e não o contrário. O decoro se nota primeiro no assunto e depois no estilo. O procedimento poderia reduzir-se da seguinte maneira, ou seja, imitam-se primeiro as palavras e frases: decoro. Em seguida, o modo de escrever, a colocação de matérias, palavras e finalmente a harmonia e o curso das cláusulas:

Lo que yo quiero saber de ellos es si dicen que hay que imitar a todos igualmente o aprender todas las frases de los escritores antiguos para buscar el género completo de discurso en la naturaleza de cada uno y en lo innato de su ingenio. Pero esto no es menos absurdo que aquello. Porque si se imita a todos por igual, qué puede haber más descabellado que usar unas veces un discurso como enflaquecido, y después uno conciso, o grave [10r] o áspero, o tosco, y no tener siempre una misma forma en todos? Y si hay que buscar las frases una a una en todos los autores antiguos, entonces en verdad todo el cuerpo del discurso sería de frases no solamente produce esta desigualdad del discurso, sino incluso toda la otra parte, si se es conforme a la naturaleza de cada uno, entonces ni el itálico, ni el galo, ni el germánico, ni ninguno que viniera de otras naciones se acomodaría al método de los latinos.⁵⁸⁵

O exercício na *imitatio* se pauta na importância da eleição de palavras e de modismos. A memória é imprescindível nesse ponto. Além disso, é necessário adequar as palavras e os modismos aos gêneros, identificando os tipos de palavras: sublimes, vulgares, antigas, novas, metafóricas e apropriadas. As qualidades mais valorizadas são a clareza, uniformidade, distinção, harmonia, decoro e dignidade. Para se levar a cabo uma imitação feliz é necessário que a natureza, o *ethos*, do imitado esteja em consonância com a do imitador. Essa harmonia procede em última instância do pressuposto de que a cada particular tipo de engenho corresponde um modo específico de dizer.

Nessa perspectiva, podemos supor que imitar é assimilar a substância do modelo e ser capaz de figurar sua forma de pensar e falar. Para Fox Morcillo, se a meta da boa imitação é expressar com propriedade o modelo, a imitação será mais fácil e mais produtiva caso se escolha como modelo alguém de engenho similar, pois sua expressão também será similar e não se forçará, automaticamente, a própria natureza:

en efecto, creo que me concederás (sin exigirme una prueba física) que toda

585

PINEDA, op. cit., p. 177.

expresión concuerda en gran manera con el ingenio de cada cuál, ya suela hablar moderada, o áspera o elegantemente, o de cualquier outro modo. Pues si la forma del discurso concuerda con el ingenio, siempre que no se hable de manera fingida, entonces, quien quiera imitar bien a outro, necesitará, ante todo, acomodarse a su naturaleza y reproducirla; de lo contrario, vano será todo esfuerzo que se ponga en ello. [13v] Así resulta que muchísimos se pierden completamente al elegir a los que deben imitar; bastantes, como no tienen un verdadero método para imitar, apenas alcanzan con grandísimo esfuerzo la forma de expresión que anhelan; lo más, finalmente, imitan de manera infeliz. Porque, em efecto, si alguien quisiere acomodar un solo tipo de zapatos a todos, sería enteramente un necio; de igual modo, quien piensa que puede imitar a cualquier autor y quien tiene un solo método para imitarlos a todos, nunca alcanzará lo que busca; porque ni todos los ingenios pueden coincidir, ni se puede proponer una sola forma de imitar.⁵⁸⁶

Segundo Piñeda, é importante salientar que a noção de estilos não atende a uma identidade subjetiva, isto é, não há um estilo que corresponda a cada autor. Não se pode, por exemplo, falar do estilo de Dante como expressão da “personalidade” de Dante. O que se pode fazer é falar de “tipos”, pois os engenhos de determinadas características produzem um estilo de acordo com elas. Por outro lado, a noção romântica de *gênio individual* somente pode se associar com a ideia de *inspiração*, uma força externa, porque a ideia de invenção poética associada com forças exteriores reside já na concepção platônica de *furor*. No chamado Renascimento, as correntes (neo)platônicas revitalizaram a imagem do poeta *demens*, produzindo de certo modo uma tensão entre a necessidade de conhecer e dominar a arte e a força incontrolável da inspiração. Para Baxter Hathaway: “[...] *the suspended opposites in the sixteenth century were not art and nature - that opposition was always readily reconcilable - but art and furor*”⁵⁸⁷.

Além disso, segundo Fox Morcillo, o estilo concorda com o engenho. Em suma, a expressão tem de concordar com o engenho atendendo um dado decoro que é regulado pelo gênero. Já o estilo há de se relacionar necessariamente com o temperamento do imitador em relação ao imitado. Segundo Morcillo, os melancólicos são concisos, duros e breves; os sanguíneos, fáceis, suaves e polidos; os coléricos são elevados e precisos; os fleumáticos fáceis, fluidos e humildes⁵⁸⁸.

586

MORCILLO, op. cit, p. 186.

587

HATHAWAY, B. *The Age of Criticism: The Late Renaissance in Italy*. Ithaca: Cornell University Press, 1962; ver especialmente a parte quinta, “The Poet’s Art and the Poet’s Furor” donde se toma a citação, p. 437.

588

MORCILLO, op. cit, f. 15v.

Cícero⁵⁸⁹, em *De Oratore*, estabelece que a primeira condição para a arte de imitar reside em indicar quem deve ser imitado, ou seja, qual a autoridade em questão, de tal modo que se persiga com acuidade e diligência a imitação do modelo. Em seguida, preceitua o retor que através do exercício da imitação se represente e retrate aquele que tiver sido escolhido, mas não cabe ao imitador perseguir as coisas que são fáceis ou ainda as que são particulares e quase viciosas⁵⁹⁰.

Podemos perceber que no conceito de *emulação* encontram-se as noções de *rivalidade* e *superação*. O sentimento (diga: afeto) da emulação desperta no artista (diga: artífice) um desejo de rivalizar com o que parece haver de melhor em cada um dos antigos e de superar as particularidades da obra emulada⁵⁹¹. Dionísio de Halicarnasso afirma que: “[...] a imitação não é a utilização dos pensamentos, mas sim o tratamento, como arte, semelhante ao dos antigos. E imita Demóstenes não aquele que diz o mesmo que Demóstenes, mas sim o que diz à maneira de Demóstenes”⁵⁹².

Para Saltarelli⁵⁹³, outro dado importante do *Tratado da Imitação* de Dionísio de Halicarnasso é a recomendação de se imitarem diversos modelos, não apenas um. Assim como a *mimesis* aristotélica promove um aperfeiçoamento da natureza, unindo em um universal perfeito o melhor de cada particularidade da natureza, a emulação deve promover um aperfeiçoamento dos modelos, unindo o que cada um tem de melhor numa forma única, perfeita e bela. Assim se dará a superação dos modelos. Logo, deve-se procurar embelezar o discurso com os recursos provenientes de todos os autores dignos de imitação em um determinado gênero, pois, ao se exercitar a imitação na prosa histórica, cabe o imitador escolher os melhores nomes da prosa histórica e não da poesia. Esses recursos, se reunidos com a ajuda da arte num único molde de um só corpo discursivo-oratório-artístico, tornam o estilo indubitavelmente melhor. Quintiliano condena a imitação feita sem cuidado e discernimento:

E por Hércules, é necessário que sejamos semelhantes ou diferentes dos bons. Raramente a semelhança provém da natureza, frequentemente provém da imitação.

589

CÍCERO. “De Oratore”, II, 91, op. cit., pp. 211.

590

IDEM apud MORGANTI, Bianca Fanelli. “Petrarca e a Imitação de Cicero”. *Limiar*, v. 2, n. 3, 2014, p. 94.

591

Cf. HALICARNASSO, Dionísio de. *Tratado da Imitação*, op. cit., pp 51-52.

592

Ibidem, p. 50.

593

SALTARELLI, Thiago. “Imitação, Emulação, Modelos e Glosas: o paradigma da mimesis na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII”. *Aletria*, v. 19, 2009, p. 6.

E essa mesma imitação, que torna o entendimento de todas as coisas tão mais fácil para nós do que foi para eles, não tiveram nada para seguir, prejudica se não for tomada com cuidado e discernimento.⁵⁹⁴

Petrarca⁵⁹⁵ orienta que a imitação circunscreva-se ao semelhante e não ao igual. A relação entre **eles** deve ser como a existente entre o pai e o filho. Nesses, de fato, ainda que a aparência seja muito diferente, há certa sombra daquilo que os pintores chamam “ar”, e que se revela sobretudo no rosto e nos olhos, produzindo uma semelhança que faz com que, vendo o filho, rapidamente lembremos o pai, ainda que por um exame mais atento tudo pareça diferente; há ali, contudo, algo misterioso, que produz tal efeito. Da mesma forma devemos nos precaver de que, se há algo de semelhante, muito haja de diferente e aquilo que é semelhante esteja de tal modo escondido que não possa ser descoberto se não com uma tácita investigação do pensamento de modo que seja possível antes percebê-lo do que descrevê-lo. Portanto, deve-se fazer uso do engenho e das cores de outrem, não das palavras; pois aquela imitação permanece escondida, essa aparece, aquela é própria dos poetas, essa dos símios. Segundo Petrarca, o modelo deve promover um texto melhor por aquele que imita, ainda que assuma que sempre há um elemento individual que é traço distintivo de estilo de cada autor:

E é naturalmente saudável que cada um, tanto na expressão e no gestual quanto na voz e no discuso, tenha algo próprio e seu, visto que pode ser mais fácil, e então melhor e mais feliz, cultivá-lo e discipliná-lo do que mudá-lo.⁵⁹⁶

4.4 Etopeia

O discurso do gênero histórico se faz em *ordo naturalis*⁵⁹⁷ com elocução na primeira pessoa testemunhal de um narrador não autor das matérias, mas ponderador, que discorre ou faz arrazoados e juízos a respeito de ações sucedidas e particulares. Para Sinkevisque⁵⁹⁸, a testemunha ocular é uma das *personae* do historiador. Ela pode ser fabricada pelo testemunho de outros, por meio da recolha da oralidade ou da leitura das autoridades do gênero como

594

QUINTILIANO apud MORGANTI, Bianca Fanello, op. cit.

595

PETRARCA apud MORGANTI, Bianca Fanelli, op. cit., p. 102.

596

PETRARCA apud MORGANTI, Bianca Fanelli, op. cit., p. 103.

597

HORÁCIO. “Art Poétique”. In: _____. *Ouvrés Complètes*. Paris: Garnier, 1944.

598

SINKEVISQUE, Eduardo. “Usos da écfrese no gênero seiscentista”, op. cit., p. 47.

Plínio, Salústio, Heródoto, Tucídides, Xenofonte que, entretanto, não deixa de se fazer com a credibilidade da visão. Nesse sentido, ao autorizar o discurso, tomando-o por verdadeiro pela voz de outrem, não se está abandonando nem o critério da testemunha tampouco o da visão. Ambos se recompõem em variação de elocução. Nesse sentido não existe o historiador fora do discurso historiográfico quinhentista. Lá, ele é letrado cortesão.

No uso do gênero é um narrador/espectador falando a um leitor/espectador de personagens/atores e de suas ações exemplares/memoráveis reencenáveis. A primeira pessoa produz, no gênero histórico quinhentista, a particularização das ações enunciadas, não como suas, mas de outrem.

Os gêneros de bens que Cícero atribui aos homens virtuosos de que é exemplo o bom orador são: os bens externos relativos à prosápia, à fortuna e à herança; os da aparência que são relativos aos dotes físicos e os do ânimo que se dividem respectivamente em prudência – virtude relativa à *calliditas* ou habilidade – e ao saber – e em temperança, relativa ao hábito e à ação⁵⁹⁹.

Segundo Sinkevisque, a prosa historiográfica atuava como uma técnica, um fazer pela narração encômios e ações sucedidas, transformando em verossímeis muitos casos idênticos e já conhecidos pela recepção em uma ordem cronológica através de uma primeira pessoa institucionalizada que representa um pensamento coletivo, hierarquizado, que escreve sobre um dado passado a partir de um presente.⁶⁰⁰

O gênero epidítico/demonstrativo pode adotar como procedimento retórico a etopeia, que tem por finalidade louvar ou vituperar um indivíduo ou um grupo de pessoas (como uma nação), descrevendo também seu aspecto físico e moral. Segundo Quintiliano⁶⁰¹: “A imitação do caráter dos outros que uns chamam *Ethopoiía* ou, como outros preferem, *mímesis*, já pode ser numerada entre os afetos menos veementes”.

A etopeia deve apresentar estilo claro, conciso, simples e livre de figuras. Para produzir o discurso é preciso antes de tudo refletir acerca do caráter daquele que profere o discurso e do seu público como, por exemplo, sua idade, ocasião, lugar, fortuna e os temas. Dessa maneira, os discursos são adequados ao *éthos* de cada um. Outras diferenças interferem na fabricação dos discursos: se é homem ou mulher (natureza), a condição de escravo ou livre (sorte), soldado ou campesino (ofício), alguém apaixonado ou não (estado anímico). É um

599

CÍCERO. “Partitione Oratoria”, op. cit., XXII, 74 e XXII, 76

600

SINKEVISQUE, “Usos da écfrase no gênero seiscentista”, op. cit, p. 122.

601

QUINTILIANO. *Instituciones Oratorias*, op. cit. IX, II, 58

procedimento retórico que auxilia na construção do *éthos* e, portanto, indispensável à prática do discurso epidítico/demonstrativo; faz uso dos procedimentos ecfrásticos para cumprir sua função. Portanto serve aos propósitos do gênero epidítico/demonstrativo porque, quando se quer elogiar ou vituperar, é necessário enumerar as qualidades ou defeitos do indivíduo quer sejam características físicas ou morais. Dessa maneira, aproveita-se da descrição como forma amplificadora, pois o orador ou poeta tratará de destacar aquilo que for mais conveniente ao objetivo de seu texto. Em Gandavo, a etopeia pode associar-se à prosopografia⁶⁰²:

As armas cõ q pelem, sam arcos & frechas, nas qes andam tã exercitados qe de maravilha erram a cousa que apõntem, por difficil q se dacerar. E no despedir dellas sam muy ligeiros em extremo, & sobre tudo muy arriscados nos perigos, & atrevidos e gram maneira cõtra seus adversários. Quando vã à guerra sempre lhes pareceq té certa a Victoria, & q nenhu de sua cõpanhia ha de morrer, & assi em partindo dizem, vamos matar, fem mais outro discurso, ne cõsideraçã: & nã cuidá q tambe podem ser vencidos. E sómente cõ esta sêde de vingança, sem esperanças de despojos, ne doutro algu interesse que a isso os mova, vão muitas vezes buscar seus immigos muy loge caminhando por ferras, matos, desertos e caminhos mui asperos.

Segundo Aristóteles, em *Retórica*⁶⁰³, três são os elementos que ajudam a alcançar a arte da persuasão: a honradez (*ethos* do orador e não dos personagens) daquele que fala, disposição dos ouvintes (o orador há de mover sua audiência para algum sentimento: *pathos*) e o discurso (*logos*). Parte do segundo livro está dedicada a estudar o valor das diferentes manifestações do carácter enquanto indicadores da disposição do auditório. Aristóteles paraleliza os caracteres com as paixões, os modos de ser, a idade e a fortuna. Nos capítulos doze ao dezessete de sua *Arte Retórica*, analisa especialmente os caracteres em relação com a idade (juventude, velhice e idade madura) e com a fortuna (nobreza, riqueza, poder e boa sorte). Tomando por exemplo as descrições dos caracteres segundo a idade, encontramos no texto que a juventude se apresenta como volúvel e passional; a velhice, como desconfiada e temerosa; e a idade madura como um termino médio entre as outras duas. Entre os adjetivos usados para descrever a cada idade lemos que os jovens são “quentes por natureza” e os velhos, “frios”.

Mais adiante⁶⁰⁴, ao desenvolver a ideia de “expressão adequada”, lemos que esta se conquista caso haja analogia entre a expressão e o conteúdo, ou seja, a expressão reflete as

602

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit 11. Das Guerras que tem hus com outros & a maneira de como se hão nellas”. In: *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 37.

603

ARISTÓTELES. *Retórica*, op. cit., II.

604

Ibidem, L III.

paixões e a exposição é expressiva do *ethos*. Interessa-nos em especial esta última, pois dentro dela Aristóteles assinala que a expressão há de se ajustar a cada gênero e a cada modo de ser. Quanto ao modo de ser, o *ethos* aristotélico define-se segundo “aquilo segundo cada um é de uma determinada maneira”⁶⁰⁵, por exemplo, um rústico não fala como um instruído.

Quintiliano, no capítulo 8 do Livro III, ao explicar a oratória deliberativa, inclui a necessidade do orador de assumir o papel daquela pessoa pela qual fala algo⁶⁰⁶. Adverte que a prosopopeia não somente é absolutamente necessária para o orador, mas também utilíssima para poetas e historiadores. Mais adiante, no Livro VII, capítulo segundo, se discute sobre os dois tipos de afetos que os gregos chamam *pathos* e *ethos* (*adfectus* e *mores* em latim). Depois de descrevê-los e mostrar como o orador há de fazer uso deles, Quintiliano diz que também se chama *ethos* o tipo de exercício escolar em que se retratam diversos personagens adequando o discurso ao caráter moral⁶⁰⁷.

Em Gandavo, as etopeias são em nosso julgamento dotadas de veemência e clareza tanto na vertente de louvor quanto de vitupério, pois a modulação do gênero demonstrativo no autor bracarense amplifica-se com veemência e cólera quando a matéria desenvolvida é o índio; por outro lado, é também dotado de veemência, portanto mais dócil, quando tece o encômio à terra. Tais modulações no trato do epidítico gandaviano são coordenadas por etopeias, prosopografias e corografias moduladas segundo as convenções do gênero histórico. No autor, o gênero deliberativo anuncia a utilidade da terra e ao mesmo tempo o discurso modula-se nas vertentes de louvor e vitupério, fazendo com que o *ethos* do historiador descreva as coisas bestiais e maravilhosas da terra dotando suas descrições de honradez e dignidade, porque, ao mesmo tempo que aconselha, instrui, e ao mesmo tempo que instrui, deleita, e ao mesmo tempo que deleita, amplifica; portanto, o *ethos* do historiador é didático, pois ensina, e deleitoso, porque coloca diante dos olhos do leitor as abundâncias da nova terra

4.5 *Auctoritas*

Defendemos a hipótese que os textos de Gandavo tenham Plínio, o Velho, autor de *História Natural*⁶⁰⁸, como autoridade. Nesta seção, procuraremos aproximá-los a fim de mostrar suas semelhanças no desenvolvimento das tópicas elencadas por ambos.

605

Ibidem, II.

606

QUINTILIANO. *Institutiones Oratorias*, op. cit., III,8,51

607

Ibidem, VI,2,17

608

PLÍNIO. *Historia Natural*. Madrid: Gredos, 1995. (Biblioteca Clássica Gredos, v. 206).

4.6 Gandavo & Plínio, o Velho

A *História Natural* de Plínio, o Velho, censura a tópica da guerra na historiografia, pois a considera como uma surpreendente maldição do espírito humano⁶⁰⁹. Sugere outra visão da história que não seria a das guerras e recomenda que se conte tudo o que a paz permite. Podemos dizer que a *História Natural* de Plínio ativa tópicos retóricos que inserem o homem na natureza, levando-o a uma busca moral sobre a terra. Nesse item julgamos que Pero de Magalhães de Gandavo busca imitá-lo, pois o autor, em inúmeros momentos de sua obra, evidencia o projeto expansionista cristão ibérico quinhentista e também procura na terra seus aspectos moralizantes no exercício do gênero demonstrativo. Em *História da Província de Santa Cruz*, ambas as tópicos – a da expansão comercial e a da proteção divina – finalizam o texto:

Por todas as Capitánias desta Provincia estão edificados Mosteiros dos Padres da Companhia de Jesus e feitas em algumas partes algumas Igrejas entre os Indios que sam de paz onde residem alguns Padres pera os doctrinar e fazer Christãos; o que todos aceitam facilmente sem contradicam alguma porque como elles nam tenham nenhuma Lei nem cousa entre si que adorem, he-lhes muito facil tomar esta nossa. E assim tambem com a mesma facilidade, por qualquer cousa leve a tornam a deixar, e muitos fogem pera o sertão, depois de baptizados e instruidos na doctrina christã; e porque os Padres vêm a inconstancia que ha nelles, e a pouca capacidade que têm para observarem os mandamentos da Lei de Deos, principalmente os mais antigos, que sam aquelles em que menos frutifica a semente de sua doctrina, procuram em especial planta-la em seus filhos, os quaes levam de meninos instruidos nella. E desta maneira se tem esperança, mediante a divina graça, que pelo tempo adiante se vá edificando a Religião Christã por toda esta Provincia, e que ainda nella floreça universalmente a nossa Santa Fé Catholica, e mo noutra qualquer parte da Christandade.⁶¹⁰

Apesar de sua admiração declarada por Aristóteles, o autor de *História Natural* rompe várias vezes com a taxonomia aristotélica da Academia: nada de classificações fundadas sobre critérios anatômicos, exceto em raras passagens. Por exemplo, em X, 29, mostra a estrutura dos pés dos pássaros: articulado, ungulado e palmiforme. Interessa-se mais pela etopeia dos animais. Plínio também consagra ao elefante qualidades intelectuais e morais⁶¹¹, em suma,

609

“sanguinem et caedes condere in annalibus”. PLÍNIO, op. cit., p. 7.

610

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo XIII. Do Fruto que fazem nestas partes os padres da Companhia com sua doutrina”. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., pp. 45-46.

611

Cf. PLÍNIO, op. cit, VIII 2; 12; 22

não se interessa pela descrição anatômica e fisiológica, mas pelo comportamento dos animais. Há desinteresse pelas bases anatômico-fisiológicas da zoologia. Em Plínio não se fala tanto da natureza, mas sim da relação do homem com a Natureza; neste item, Gandavo a ele filia-se: “[...] *no es de natureza, aunque tantas vezes exaltada, de lo que se nos habla, sino del hombre en sus relaciones com tal o cual setor de la naturaleza*”⁶¹².

Em Gandavo notamos uma etopeia ao descrever os tigres tal como Plínio a demonstra ao construir a prosopopeia do elefante:

Outros animaes ha nesta Provincia mui feros e prejudiciaes a toda esta caça, e ao gado dos moradores: aos quaes chamam Tigres, ainda que na terra a mais da gente os nomea Onças: mas algumas pessoas que os conhecem e os virão em outras partes, affirmão que sam Tigres. Estes animaes parecem-se naturalmente com gatos, e nam differem delles em outra cousa; salvo na grandeza do corpo porque alguns são tamanhos como bezerros e outros mais pequenos. Tem o cabello dividido em varias e distintas cores, convem a saber, em pintas brancas, pardas e pretas. Como se achão famintos entrão nos curraes do gado e matão muitas vitellas, e novilhos que vão comer ao mato, e mesmo fazem a todo o animal que podem alcançar. E pelo consequente quando se vem perseguidos da fome, tambem cometem aos homens, e nesta parte são tam ousados, que já aconteceu trepar-se um Indio a huma arvore por se livrar de hum destes animaes que o hia seguindo, e pôr-se o mesmo Tigre ao pé da árvore, nam bastando a espanta-lo alguma gente que acudio da povoação aos gritos do Indio, antes a todos os medos se deixou estar muito seguro guardando sua preza até que sendo noite se tornaram outra vez sem ouzarem de lhe fazer huma offensa, dizendo ao indio que se deixasse estar, que elle se enfadaria de o esperar, e quando veio pela manhã (ou porque o Indio se quis descer parecendo-lhe que o Tigre era já ido, ou por acertar cair de algum desastre, (ou pela via que fosse) nam se achou ahi mais delle que os ossos. Porem pelo contrario, quando estão fartos sam muito cobardes; e tam pulsilanimos que qualquer cão que remete a elles, basta a faze-los fugir: algumas vezes acoissados do medo se trepam a huma arvore e ali se deixam matar ás frechadas sem nenhuma resistencia. Emfim que a fartura superflua, nam somente apaga a prudencia, a fortaleza do animo, e a viveza do engenho ao homem, mais ainda aos brutos animaes inabilita e faz incapazes de uzarem de suas forças naturaes posto que tenham necessidade de as exercitarem pera defençam de sua vida.⁶¹³

Em VIII, XI, 32, Plínio fala em dragões que supostamente corresponderiam aos eternos inimigos dos elefantes nas paragens das Índias. Importa aqui esclarecer que a simples menção a dragões – *dracones* – não implica a recorrência de Plínio aos domínios dos *thoma*, da fantasia. Com efeito, esse termo, muitas vezes, apenas designa com diferenças de formalidade em latim a “serpente”, ao lado de outras palavras possíveis como *coluber* e

612

Ibidem, p. 122.

613

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capitulo VI. Dos Animaes e Bichos Venenosos que há Nesta Província. In: _____. *História...*, ed. *princeps*, op. cit., p. 22.

*anguis*⁶¹⁴.

Por outro lado, certas características empregadas por Plínio para falar nesses dragões antagônicos aos elefantes começam a nos descortinar o contato com traços bastante surpreendentes ou quase monstruosos, no sentido usual do termo⁶¹⁵: entre eles, mencionamos a suposta capacidade de tais seres para envolver completamente até o sufocamento os paquidermes com seus anéis, tamanha eram suas dimensões⁶¹⁶; além disso, eventualmente adentrariam o corpo de seus inimigos pela tromba, desse modo ferindo-os nas partes mais vulneráveis⁶¹⁷.

Embora se diga já no capítulo XIII do Livro III que a Etiópia produz serpentes de oito côvados aproximadamente, Plínio chega a falar em muitos outros animais semelhantes a monstros⁶¹⁸, como o “pégaso”, cavalo alado dotado de chifres; o cercopíteco, de cabeça negra e pele de asno e diferente dos demais macacos por sua voz⁶¹⁹; os bois indianos⁶²⁰ de um ou três chifres; as leucocrotas, do tamanho dos asnos selvagens, com coxas de cervo, colo, cauda e peito de leão, cabeça de texugo, uma “boca fendida até as orelhas”⁶²¹ e um “osso contínuo no lugar dos dentes”⁶²²; as manticoras, com “três fileiras de dentes”⁶²³, face e “orelhas

614

ERNOUT; MEILLET, 2001, p. 33: “*anguis*, is. m. Mot ancien, employé dans la langue religieuse ; cf. Thes. II, 53, 49 sqq. A pour substituts des adjectifs: *serpens (bestia)*, *uipera*, sans doute aussi *coluber*, *colubra* ; ou l’emprunt au. gr. *Draco*. Poétique; rare em Prose”.

615

TREVIZAM, M. “Os ‘monstros’ de Virgílio no livro I das Geórgicas”. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 35, p. 75, 2009. “Assim, de início convém lembrar que a raiz latina de *monstrum*, como nos ensinam Ernout & Meillet *Dictionnaire etymologique de la langue latine*. Paris.: Klincksieck, 2001, p. 629) identifica-se com a mesma do verbo *monstrare* (mostrar, demonstrar, avisar), correspondendo, pois, o sentido primeiro do substantivo aludido ao de um prodígio que adverte da vontade dos deuses”. Depois observa-se a passagem desta primitiva ideia, de caráter eminentemente religioso e nem sempre indicadora de desditas, para o significado específico de um ente (em vez de evento) inusitado por suas características; expressam essa segunda nuance, assim, certos dizeres de etimologistas segundo os quais *monstrum* seria desta forma um objeto ou ser de caráter sobrenatural” In: ERNOUT; MEILLET, 1939, p. 629.

616

tantae magnitudinis. VIII – XI, 32

617

molissimas partes – VIII, 12, 33

618

multaque alia monstri similia – VIII, XXX, 72

619

dissimilis ceteri uoces – VIII, 30, 72

620

Indicos – VIII, XXX, 72

621

ore ad aures usque rescisso – VIII, XXX, 72

622

dentium locis osse perpetum – VIII, XXX, 72

623

triplici dentium ordine – VIII, XXX, 75

humanas”⁶²⁴, “olhos esverdeados”⁶²⁵, “uma cauda que pica como aquela do escorpião”⁶²⁶. Outras regiões, porém, produzem segundo a descrição pliniana seres igualmente inusitados, como a província de Cirenaica, donde provém o basilisco, que “afugenta todas as cobras com seu sibilo”⁶²⁷ e “mata os arbustos, não só pelo contato, mas ainda pelo alento, queima as ervas, estoura as pedras”⁶²⁸. Já em Pero de Magalhães Gandavo, o “dragão” também aparece como sinônimo de miraculoso e vicioso, com codinome Hipupiara:

Então se levantou elle [Baltezar Ferreira] muito depressa e lançou mão a huma espada que tinha junto de si com a qual botou somente em camisa pela porta fora, tendo pera si (quando muito) que seria algum tigre ou outro animal da terra, conhecido com a vista do qual se desenganasse do que a India lhe queria persuadir, e pondo os olhos naquella parte que ella lhe assignalou vio confusamente o vulto do monstro ao longo da praia, sem poder divisar o que era, por causa da noite lho impedir, e o monstro também ser cousa não vista e fora do parecer de todos os outros animaes. E chegando-se hum pouco mais a elle, pêra que melhor se podesse ajudar da vista, foi sentido do mesmo monstro: o qual em levantando a cabeça, tanto que o vio começou de caminhar para o mar donde viera.

Nisto conheceu o mancebo que era aquilo cousa do mar e antes que nelle se metesse, acodio com muita presteza a tomar-lhe a dianteira, e vendo o monstro que elle lhe embargava o caminho, levantou-se direito pera cima como um homem ficando sobre as barbatanas do rabo, e estando assi a par com elle, deu-lhe uma estocada pela barriga, e dando-lha no mesmo instante se desviou pera huma parte com tanta velocidade, que nam pôde o monstro leva-lo debaixo de si: porem nam pouco afrontado, porque o grande torno de sangue que sahio da ferida lhe deu no rosto com tanta força que quase ficou sem nenhuma vista: e tanto que o monstro se lançou em terra deixa o caminho que levava e assi ferido hurrando com a boca aberta sem nenhum medo, remeteu a elle, e indo pera o tragar a unhas, e a dentes, deu-lhe na cabeça huma cotilada mui grande, com a qual ficou já mui debil, e deixando sua vã porfia tornou entam a caminhar outra vez para o mar. Neste tempo acudiram alguns escravos aos gritos da India que estava em vella: e chegando a elle, o tomaram todos já quasi morto e dali o levaram á povoação onde esteve o dia seguinte á vista de toda a gente da terra.⁶²⁹

É interessante atentarmos à maneira pela qual Plínio desenvolve a tópica da nobreza do leão e sua clemência. O movimento da cauda do leão denuncia, segundo Plínio,

624

facie et auriculis hominis – VIII, XXX, 75

625

oculis glaucis – VIII, XXX, 75

626

(VIII, XXX, 75)

627

sibilo omnes fulgat serpentes – VIII, XXX, 78

628

necat frutices, non contactos modo, uerum et adflatos, exurit herbas, rumpti saxa – VIII, XXXIII, 78

629

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Cap. 9”. In: _____. *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 119.

sentimentos tais como: calma, amabilidade em geral, cólera: “*De entre todas las fieras solo el león siente piedad por los que le imploran, perdona a los que se postran y cuando se enfurece, ruge contra los hombre más que contra las mujeres y no lo hace contra los niños, si no tiene mucha hambre*”⁶³⁰.

Na disposição de cada episódio dá uma forma estrutural à matéria a ser narrada a partir de uma gama cosmológica (ar, água, peixes, pássaro, homem etc.)⁶³¹. As plantas e os animais nos textos de *História Natural*, especificamente em Plínio, e em *História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gandavo, são classificados de acordo com as modulações epidíticas em torno do eixo *virtude/vício*. Os eventos na disposição – *dispositio* – da obra de Plínio se organizam em torno das causas, que presumem por si o desenvolvimento das matérias. Divulga o orbe romano como centro do mundo; critica a história de Tito Livio, que elogia os feitos guerreiros⁶³². Propõe-se a não discorrer sobre uma história de guerras, mas sim dos povos.

Plínio apresenta no Livro I os índices reunidos integralmente e que são posteriormente reproduzidos no proêmio de cada livro para que cada leitor não busque mais do que deseja. Ainda no Livro I há o índice de matérias com a enumeração dos capítulos para cada um dos 36 livros seguintes. Ao final de cada livro, há uma lista de autores divididos entre romanos e estrangeiros. Tal procedimento, segundo Plínio, foi utilizado anteriormente por Valério Sorano, escritor do século I. Afirma que a “tradição”⁶³³ enciclopédica remonta aos *libri ad Marcum filium* de Catão (séc. II a.C) e *Artes*, de Celso, da época de Tibério. A obra se dispõe de forma ternária (prefácio – dedicatória – índices – texto). Para Della Corte⁶³⁴, a *História Natural* seria uma compilação de quatro ou cinco tratados varronianos: *Antiquitates*, *Disciplinae* VIII [*De Medicina*], IX [*De Architectura*], *Res Rustica* e *Imagines*, parecendo excessiva tal assertiva para Serbat⁶³⁵.

A ordenação da obra de Plínio se inicia como *ut pictura* do local seguido do habitante, reino animal, este entendido por tudo aquilo que se distancia do homem e do reino vegetal. A

630

PLINIO, V III, 48.

631

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, p. 219.

632

PLINIO [NH II 43], [NH, VII, 92].

633

Traditio. O termo tradição, nesse caso, deve ser compreendido em sua tradução latina como “transmissão”. Cf CIC, Top. 28.

634

DELLA CORTE, F. “*Tecnica Espositiva e Struttura della N.H.*”. *Como*, n. 9, 1982, p. 19.

635

Ibidem, p. 63.

ordem tende para um único centro e direcionada no homem e para o homem e a categorização *humano/animal/vegetal/mineral* é reiterativa, ou seja, o último elemento retoma o primeiro e assim por diante.

Não há um transcorrer em *ordo naturalis* no que se refere ao desenvolvimento das matérias, que se organizam em torno da tríade: reino vegetal, mineral e animal. No que tange ao *ductus* da obra, Plínio procura investigar virtudes e vícios nos reinos animal, mineral e vegetal. Por exemplo, quando fala sobre mineralogia o faz em detrimento da utilidade dessa para o homem. Basicamente, as descrições apoiam-se nas virtudes de cada um dos aspectos narrados: cosmos, geografia e mineralogia. Há uma espécie de história edificante e também deliberativa, como apontamos anteriormente, em Gandavo. O plano do conjunto no livro II de Plínio que fala do cosmos⁶³⁶ assemelha-se às ordenações dos manuais de cosmologia dotadas de ingredientes pitagóricos ou platônicos com um fundo estoico. Plínio nos diz, neste livro, que o mundo/cosmos move-se com indescritível rapidez em um intervalo de vinte e quatro horas e também afirma que seu som é imenso e supera a sensibilidade dos ouvidos. Além disso, assegura que para nós, humanos, que vivemos no interior do cosmos o mundo se move em silêncio durante os dias e as noites.⁶³⁷

No que tange à geografia⁶³⁸, afirma sobre a existência de zonas não exploradas: ao sul uma área de calor; ao norte, uma área fria. A Europa ocupa metade da terra⁶³⁹, a outra metade⁶⁴⁰ é formada pela África e Ásia (Oriente). Em relação à topica do “nem muito quente, nem muito frio” e a teoria dos antípodas, Gandavo também nos instrui com deleite:

há nestas partes do Brasil seis mezes de verão e seis de inverno: os de verão são de Setembro até Fevereiro, os de inverno de Março até Agosto. Assi que quando nesta provincia do Brasil he inverno cá nestes Reinos he verão, e os dias quasi sempre são tamanhos como as noites huma hora somente crecem e mingão. Cursão sempre ventos geraes, no inverno seis mezes Sul e Sueste, no verão Nordeste. Sempre correm as agoas com o vento por costa, e porisso se não pode navegar de humas Capitanias pera outras se não esperarem por monções pera irem com as agoas e com o vento, porque cursão como digo seis mezes duma parte e seis doutra, e portanto são muitas vezes as viagens vagarosas, e quando vão contra tempo as embarcações correm muito risco, arribão ás mais das vezes ao porto donde sairão. Mete-se no

636

PLINIO, II.

637

Alusão à teoria pitagórica sobre o canto das esferas. Cf. PLIN, II 84.

638

Ibidem. LIII, VI.

639

Ibidem. L II, IV.

640

Ibidem. VI, 122.

meio e na força deste verão, oito dias ante os Santos, huma tormenta de vento Sul que dura huma semana, este he mui certo e geral, nunca se acha que naquelles dias faltasse. Muitas embarcações esperão por este vento e fazem com elle suas viagens. Esta terra sempre he quente quasi tanto no inverno como no verão. A viração do vento geral entra ao meio dia pouco mais ou menos, he tam fresco este vento e tam frio que não se sente mais calma, e ficão recreados os corpos das pessoas.⁶⁴¹

Nos Livros V e VI, Plinio contempla seu destinatário com os itinerários geográficos – geografia física e humana; essas inclusive em sua dimensão histórica. *História Natural* tem como núcleo central o homem inserido na natureza, com que dialoga por uma perspectiva moralizante.

Tanto Plinio como Gandavo constroem suas descrições com vividez. Em ambos, o mundo opera sem barreiras entre o homem e o animal. Eles recolhem atitudes e comportamentos do objeto narrado. Nota-se em suas escritas uma acumulação de informações que resultam em reflexões de cunho moral. A *captatio benevolentiae* buscada pelos autores insere-se nas suas respectivas éfrases para as dotar de deleite e conseguir gerar no leitor uma benquerença pela matéria narrada. A *História Natural* de Plinio apresenta-se como uma coleção de informações ilustradas com histórias, às vezes moralmente sentenciosas, pouco tendo a ver com a natureza em si e mais com o homem, ou seja, ela existe em função do ser humano. Já para Gandavo, a natureza deve subordinar-se ao homem, cabendo a este domá-la para que lhe seja útil e proveitosa na terra “anunciada” e “prometida”. Em ambos se nota a intenção de tornar o discurso breve, claro, conciso e verossímil, tal qual o modelo proposto por Isócrates e posteriormente por Cícero, que faz também de sua história uma mestra da vida.

Ainda, a fim de apontar a semelhança da escrita de Pero de Magalhães Gandavo com Plinio, é possível apontar que apresenta Gandavo, tal como o autor de *História Natural*, os melhores locais para morar, bem como instituições, povoação e número de habitantes:

La Bética, así llamada por el Río que la corta por medio, aventaja al resto de las provincias merced a sus ricos cultivos y a una especie de peculiar y espléndida fertilidad. Tiene cuatro conventos jurídicos, el de Gades, el de Cordoba, el de Astiguis y de Híspalis.

Las poblaciones suman todas ciento setenta y cinco, de las que nueve son coloniais, diez municipios de ciudadanos. Romanos, veinisiete de derecho latino antiguo, seis libres, tres federadas y ciento veinte tributários. Entre los lugares dignos de mencionar, o fáciles de enunciar en lengua latina partiendo del rio Guadiana y em la costa del oceano se encuentran la población de Ónoba, apellidada de Estuaria en la confluência del Luxia y del Urio.⁶⁴²

641

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capítulo Terceiro. Das qualidades da terra”. In: *Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 45.

642

Pero de Magalhães Gandavo mostra ao destinatário, em sua descrição, que a ilha de Itamaracá, por exemplo, possui três léguas de comprido e duas de largo, sendo sua dona Jerônima Dalbuquerque⁶⁴³:

A primeira e mais antiga se chama Tamaracá, a qual tomou este nome de huma Ilha pequena, onde sua povoação está situada. Pero Lopes de Sousa foi o primeiro que a conquistou e livrou dos Francezes em cujo poder estava quando a foi povoar: esta Ilha em que os moradores habitão divide da terra firme hum braço de mar que a rodea, onde também se ajuntão alguns rios que vem do sertam. E assi ficão duas barras lançadas cada huma pera sua banda, e a ilha em meio: per huma das quaes entrão navios grossos e de toda a sorte, e vão ancorar junto da povoação que está dahi meia legoa, pouco mais ou menos. Tambem pela outra que fica da banda do Norte se servem algumas embarcações pequenas, a qual por causa de ser baixa nam sofre outras maiores. Desta ilha para o Norte tem esta Capitania terras mui largas e viçosas, nas quaes hoje em dia estiverão feitas grossas fazendas, e os moradores forão em muito mais acrescimento, e florescerão tanto em prosperidade como em cada huma das outras si o mesmo Capitão Pero Lopes residira nella mais alguns annos e nam a desempará no tempo que a começou povoar.⁶⁴⁴

No capítulo segundo, Phernambuco, também denominado de Nova Lusitânia, se distancia de Tamaracá na perspectiva de Gandavo em cinco léguas ao sul, em altura de oito graus. Afirma o autor de *História da Província de Santa Cruz* que tal capitania tem como capitão e governador-geral Duarte Coelho Dalbuquerque⁶⁴⁵. Notamos que a descrição

PLÍNIO, op. cit. III, 2, 7 – 8.

643

Segundo Capistrano de Abreu, era filha de Pero Lopes de Souza e D. Isabel de Gambôa. Foi casada com D. Antônio de Lima. Também desta maneira atesta Emanuel Pereira Filho que o autor se engana, pois dona Jerônima era filha e não mulher de Pêro Lopes. Este, segundo o estudioso, se casou com Isabel de Gambôa, rica dama da Corte, com quem já estaria unido em 1536. Dessa união tiveram três filhos: Pêro Lopes, sucessor do pai e segundo donatário de Itamaracá, sob a tutela da mãe, tendo morrido, ainda adolescente; Afonso Lopes de Sousa, sucessor do irmão e terceiro donatário, que residiu na Índia em 1558, vindo a morrer em Baharem com D. Alvaro da Silveira, sem deixar descendência; D. Jerônima de Albuquerque e Sousa, quarta donatária de Itamaracá, a qual foi casada com D. Antônio de Lima de Miranda. PEREIRA FILHO, Emanuel. “Índice de vocábulos”. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província...]*, op. cit., p. 258; cf. FREITAS, J. de. A Exp. De M.A de Sousa, in HCPB. V III, pg. 122; e Fr. G. da Madre de Deus, Memórias, p. 273.

644

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 87.

645

Primeiro Donatário, Duarte Coelho faleceu em 7 de agosto de 1554, deixando à sua esposa D. Brites de Albuquerque por Regente da Capitania e tutora de seu filho Duarte Coelho de Albuquerque se achava no reino e lá permaneceu e a mãe a capitania governou até 1560. Isso se comprova, segundo Pereira Filho (apud GÂNDAMO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da província...]*, op. cit., p. 260) por uma escriturade sesmaria passada por D. Brites a Duarte Lopes em 20 de maio de 1556: “D.Brites de Albuquerque governadora, e administradora de meu filho Duarte Coelho de Albuquerque, herdeiro e sucessor desta Capitania”: dita escritura consta do Livro de Tombo do Mosteiro São Bento (cf. JABOATÃO. *Nôvo orbe serafico*, v. 1, pp. 149-150) Duarte Coelho (filho) teve a carta de concessão em 8 de novembro de 1560 (Chancelaria de D. Sebastião, L 7º de Doações, fl.205 v; cf. P. de Azevedo, Os Primeiros Donatários,

pretende mostrar ao destinatário precisão na construção de suas écfrases. Este tipo de preocupação era uma tópica muito usual no século XVI e, para comprovarmos isso, basta coligirmos Duarte Pacheco Pereira, Gabriel Soares de Souza e muitos outros no que tange à necessidade de mostrar um local em suas variantes longitudinais:

A segunda Capitania que adeante se segue, se chama Paranambuco: a qual conquistou Duarte Coelho, e edificou sua principal povoação em hum alto á vista do mar, que está cinco legoas [grifo meu] desta ilha de Tamaracá em altura de oito Graos; chama-se Olinda, he humas das mais nobres e populosas villas que ha nestas partes. Cinco legoas pela terra dentro está outra povoação chamada Igaroçú, que por outro nome se diz a Villa dos Cosmos.⁶⁴⁶

Sobre a tópica da distância, o autor de *História Natural* aduz:

*La longitud total della provincia, segun el testimonio de Marco Agripa, es de cuatrocientos setenta y cinco mil pasos y la anchura doscientos cincuenta y ocho quando sus limites se extendían hasta Cartagena. Esta causa da lugar bastante frecuentemente a grandes errores en la de una estimación de las dimensiones: em unos casos por cambio de los limites de las provincias, em otros porque se alarga o reduce el numero de pasos de los caminos. Em um tiempo tan dilatado los mares han penetrado en la tierra, em outro lugar se han adelantado las costas, o se ha torcido el curso de los rios, o se han enderezado sus meandros. Además observadores distintos parten de diferentes puntos para las medidas, y las siguen por distintas vias. Así ocurre que no hay dos que coincidan.*⁶⁴⁷

Tanto Gandavo quanto Plínio apresentam ao leitor o número aproximado de vizinhos do local descrito. Note-se que em ambos os relatos numéricos eram dotados de uma noção aproximada, como por exemplo, cem, centena. Segundo Plínio: “[...] antes llamada Éfiro a sesenta estadios⁶⁴⁸ de ambas costas, mirando desde lo alto de su ciudadella”⁶⁴⁹.

Sobre a ideia quantitativa e aproximativa, para falar da população local Gandavo usa o termo “vizinhança” e sobre ela afirma:

in HCPB, v.III, pg. 196, n.13); e logo em seguida partiu a Pernambuco levando em sua companhia o irmão mais moço, Jorge deAlbuquerque, futuro donatário, que Bento Teixeira cantaria na *Prosopopéia*. Exerceu o governo até 1572, quando voltou ao reino, deixando a mãe em seulugar. Acompanhou D. Sebastião na jornada á África, caiu prisioneiro na batalhada 4 de agosto de 1578 e foi um dos oitenta fidalgos resgatados. Morreu antes de chegar a Portugal, solteiro e sem filhos (v. R. Garcia, Nota IX. In: Varnhagen, **Hist. Ger. do Brasil.**, VI, p. 296).

646

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 87.

647

PLÍNIO, op. cit., III,16-17.

648

A separação do mar é de dois em dois quilômetros e meio. Para Plínio, seria de uns onze.

649

PLÍNIO, op. cit., IV, 46.

[...] outra povoação, chamada Santos, onde por respeito destas escallas, reside o Capitão ou o seu Logo tenente co officiaes do Conselho e governo da terra. Cinco legoas pera o Sul há outra povoação a que chamão Hitanhaém. Outra está doze legoas pela terra dentro chamada Sam Paulo, que edificaram os Padres da Companhia, onde ha muitos vizinhos, e a maior parte delles são nascidos das Indias naturaes da terra, e filhos de Portuguezes.⁶⁵⁰

Em ambos os autores, o *ethos* da cidade é descrito a partir do clima, terra, montanhas, bosques, montes, colheitas, rebanhos, lagos, rios, mares, portos e comércio. As marcas panegíricas desenvolvidas por Plínio, como no exemplo abaixo, repercutem em Gandavo de maneira muito explícita:

*Es, em efecto, tan grande la vigorosa y constante salubridad de ella, tanta la moderacion del clima, tan fertiles las tierras de labor, tan abrigadas las montanas, tan seguros los descampados, tan espesos los bosques, tan ricos em toda clase de arbolado... La brisa de tantos montes, la inmensa riqueza de cosechas, de vides, de olivars, la calidad de las lanas de los rebanos, la fuerza de la cerviz de los bueyes, los numerosos lagos, la riqueza de rios y manantiales que baña toda Italia, tantos mares y puertos, y el seno de las tierras abierto por todas partes al comercio, que es como se la propia Italia se lanzara con avidez al mar para ayudar a los hombres. Y ni siquiera menciono el carácter y las costumbres, ni los héroes ni los pueblos que Itallia há sometido com su poder y com el de su lengua. Los mismos griegos, uma raza desmedida em proclamar sus propias glorias, lo han juzgando así, llamando magna Grécia a uma reducida parte de Italia!*⁶⁵¹

Em Gandavo:

Destes e doutros extremos semelhantes carece esta Provincia Santa Cruz: porque com ser tam grande nam tem serras, ainda que muitas, nem desertos nem alagadições que com facilidade se não possam atravessar. Além disto he esta Provincia sem contradição a melhor pera a vida do homem que cada huma das outras de America, por ser commumente de bons ares e fertilissima, e em gram maneira deleitosa e aprazível á vista humana. O ser ella tam salutifera e livre de enfermidades, procede dos ventos que geralmente cursão nella [...]. E como todos estes procedão da parte do mar, vem tam puros e coados, que nam somente nam danam, mas recream e acrescentam a vida ao homem.⁶⁵²

A tónica do lugar aprazível também desenvolvida por Plínio, quando se refere aos

650

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 91.

651

PLÍNIO, op. cit., HN. III,2.

652

GANDAVO, Pero de Magalhães de. “Capit II. Em que se descreve o sitio e qualidade desta provincia”. In: _____. *Historia...*, ed. *princeps*.

seres Hiperbóreos, tem em suas descrições, já desde os gregos, a ideia de uma vida boa e saudável. Segundo Godinho:

Em primeiro lugar vem à posição alta, de difícil acesso do paraíso. Uma serra alta constitui, quase sempre, uma espécie de ideograma que significa o lugar inacessível, senão por ásperos caminhos, em que se situa o paraíso. As flores e frutos que abundam no paraíso são outra referência quase sempre mencionada. Dum modo geral, o paraíso é referido como lugar de abundância e de clima ameno. Faz-se uma aproximação entre as riquezas e o modo de viver; há uma insistência na pormenorização dos objetos ricos. Há que salientar a constante assimilação entre a corte celeste e a corte dos homens poderosos.⁶⁵³

A tópica do lugar aprazível é apresentada por Plínio:

Se cree que allí se encuentran los goznes del mundo y los puntos extremos de las órbitas de las estrellas, con seis meses de luz cuando el sol se encuentra de cara, y no, como afirman los ignorantes, del equinoccio de primavera hasta el de otoño. Una vez al año, en el solsticio de verano, sale el sol para ellos y una sola vez, en el de invierno, se pone. Es una zona templada, de agradable temperatura, exenta de todo tipo de viento nocivo. Tienen por morada selvas y bosques, y el culto a los dioses se celebra tanto en privado como en grupo; toda discordia y sufrimiento son desconocidos para ellos. La muerte no les sobreviene sino por estar hartos de vivir: después de darse un festín y tras haber vivido una opulenta vejez, saltan al mar desde lo alto de una roca. Éste es el tipo de sepultura considerado más feliz.⁶⁵⁴

Em Gandavo há três aspectos na formação de sua descrição: tempo, qualidade e quantidade. Afirma que o primeiro, se for bom, ocasionará produção o ano todo ou, pelo menos, a maior parte dele; em relação ao segundo, o lugar deve ser prazeroso, bom de viver. Em relação à utilidade, analisa se os produtos da terra não causam mal à saúde do habitante e se, porventura, são agradáveis aos sentidos. Sobre a quantidade, se são abundantes as ofertas de gêneros na terra. No capítulo intitulado “Das Qualidades da Terra”, Gandavo mostra que, no Brasil, no prazo de um ano, durante seis meses há verão e nos outros seis meses inverno. Ou seja, há uma divisão equânime entre as estações. Logo, metade do tempo é quente e outra metade fria. Rediscute, em nossa hipótese, a tópica tão propalada do *non ibi frigus est, non aestus sed perpetua aeris temperies*, ou seja, a tópica da equanimidade das estações desenvolvida para edificar o Éden como morada eterna dos eleitos. Além disso, afirma que, em sítio assim, os corpos das pessoas ficam recreados: “[...] he tam fresco este vento, e tam

653

ARALA GONÇALVES, Maria Adelaide Godinho. *Forma de pensamento em Portugal no século XV: Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias*. Direção de Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa: Horizonte, 1970, p. 131.

654

PLÍNIO, op. cit., HN. IV,89.

frio que não se sente mais calma, e ficção recreados os corpos das pessoas”⁶⁵⁵.

[...] he esta Provincia sem contradicção a melhor pera a vida do homem que cada huma das outras de America, por ser commumente de bons ares e fertilíssima, e em gram maneira deleitosa e aprazível á vista humana. O ser ella tam salutifera e livre de enfermidades, procede dos ventos que geralmente cursão nella.⁶⁵⁶

Já em relação à fauna, Plínio descreve minuciosamente os seguintes animais em sua descrição: aves, águias, gaviões, galinhas, papagaios, emas e gaivota. Em Gandavo notamos os seguintes bichos, sequencialmente: porcos, veados, antas, cotias, pacas, tatus, tigres, preguiças, tamanduás, bugios (macacos), cobras, lagartos e coelhos. Tem Plínio, como fonte principal nessa tópica, Aristóteles, e inicia o preâmbulo de seu Livro VII dissertando sobre a fragilidade do homem:

*Es el único de los seres vivos al que se le ha dado el dolor por la muerte, los ecosos del lujo, y de maneras ciertamente innumerables y a través de todos sus miembros, el único al que se le han dado la ambición, la codicia, um inmenso deseo de vivir, la superstición, la preocupación por la sepultura y también acerca de lo que sucederá después de El.*⁶⁵⁷

Gandavo, por outro lado, não se ocupa dessa tópica. Em várias ocasiões procura mostrar que os animais estão à disposição do homem. Procura, explicitamente, demonstrar que a fauna está a serviço do homem e este pode dela se utilizar. No Livro LVIII, Plínio, ao descrever as serpentes, amplifica o relato, afirmando que Megasthenes escreve que na Índia as serpentes crescem até um tamanho tão grande que devoram cervos e touros inteiros. Mostra que na Itália chegam a tão grande tamanho que no principado do divino Cláudio foi encontrada uma criança inteira no ventre de uma mãe morta no Vaticano. Alimentam-se primeiramente, diz Plínio, através da sucção do leite de vaca⁶⁵⁸. A respeito das serpentes mostra-nos Gandavo:

Há também pelo mato dentro cobras mui grandes e de muitas castas a que os Indios dão diversos nomes, conforme as suas propriedades. Humas ha na terra tam disformes de grandes, que engolem um veado, ou qualquer outro animal semelhante

655

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*, op. cit., p. 45.

656

Ibidem.

657

PLÍNIO, op. cit., HN. VII, 5.

658

Ibidem. HN VIII, 37.

todo inteiro. E isto nam he muito pera espantar, pois vemos que nesta nossa pátria, ha hoje em dia cobras bem pequenas, que engolem huma lebre ou coelho da mesma maneira tendo um colo que á vista parece pouco mais grosso que hum dedo: e quando vem a engolir estes animaes alarga-se, e dá de si de maneira, que paixão por elle inteiros, e assi os estão sorvendoo até os acabarem de meter no bucho, como entre nós he notório

Quanto mais estoutras de que trato, que por razam de sua grandeza fica parecendo a quem nas vio menos difficultoso engolirem qualquer animal da terra por grande que seja. Outras há doutra casta differente não tam grandes como estas: mas mas venenosas: as quaes têm na ponta do rabo huma cousa que soa quase como cascavel, e por onde quer que vão sempre andão rugindo e os que as ouvem têm cuidado de se guardarem delas.⁶⁵⁹

CONCLUSÃO

Este trabalho teve por finalidade analisar, por meio de uma matriz teológico-retórico-política, os textos de Pero de Magalhães Gandavo: a edição *princeps* da obra *História da Província Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, que saiu da officina de Antonio Gonsalves, em 1576; o *Tratado da Província do Brasil* com reprodução fac-similar do ms. n° 2026 da Biblioteca Sloniana do Museu Britânico, o ms. 2 códice 552 do *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes*, e o manuscrito IV b 28 do Mosteiro do Escorial da *História da Província de Santa Cruz* que futuramente merecerá uma edição crítica atenta e minuciosa.

Tal perspectiva de análise procura evitar anacronismos, para tratar os textos segundo a historicidade quinhentista da tríade *autor, obra, público*. Desta forma, propomos uma leitura dos textos a partir da noção de “gênero histórico”, que os coevos de Gandavo definiam como *doutrina storyal*. Por outro lado, criticamos a ideia contemporânea de que esses textos merecem ser lidos como espelhos refletores de uma época, defendendo a premissa de que são frutos de práticas retoricamente regradas executadas segundo os preceitos de um gênero determinado, o gênero histórico. Em nossa hipótese, os textos de Gandavo e de outros autores do seu tempo desenvolvem a ideia ciceroniana da história “mestra da vida”, ou seja, da história entendida como ensinamento e exemplo a fim de transformar os maus em bons, os viciosos em virtuosos, os temerosos em intemoratos⁶⁶⁰.

Os cronistas do século XVI estavam atentos aos textos elaborados por “autores”⁶⁶¹, entre outros, Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Tito Lívio e Salústio, que eram basicamente autoridades e exemplos emulados por autores dos séculos XV e XVI, como Fernão Lopes, João de Barros, Damião de Góis, Rui de Pina, Gomes Eanes de

660

PINA, op. cit., p. 488.

661

A ideia de autoria neste contexto está atrelada muito mais a uma determinada maneira de escrever, por exemplo, compõe-se à maneira de fulano ou sicrano. A definição de autoria como a compreendemos atualmente é tributária do Romantismo. No século XVI, autor relaciona-se mais com autoridade, não sendo importante as ideias de autor e autoria como presença de uma psicologia individualizada e direitos autorais da obra.

Zurara e Pero de Magalhães de Gandavo. Em suma, três princípios norteavam a composição de um cronista, gravidade, honestidade e autoridade, sobretudo quando a composição ou compilação de vários textos para fundar um novo tratassem de figuras régias. A virtude de uma obra se configurava a partir do traço distintivo da emulação particular de modelos. O autor a inventava, dispunha e ornamentava imitando usos de autoridades do seu gênero. Dessa maneira, o historiador figurava no seu relato, verossímil e decorosamente, eventos particulares segundo os estilos já realizados por autoridades do gênero.

Na Antiguidade latina⁶⁶², cabia ao historiador diversificar sua história pela variedade de estilos, dispondo as palavras segundo um suave e uniforme encadeamento discursivo. Cícero diz, em *De Oratore*:

Vedes quanto trabalho de orador há na História? Não sei se aí a fluência ou a variedade do discurso é mais importante. Não encontro, todavia, em lugar algum nos preceitos dos Retores, a História ensinada com amplitude: pois os preceitos da História estão postos diante dos nossos olhos.⁶⁶³

Cícero diz-nos que cabe à história colocar diante de nossos olhos de forma vívida uma determinada descrição. Entramos no âmbito da *descriptio* latina – ou descrição – e seu efeito imagético que é a *evidentia* – evidência –, que mostra algo de maneira tão brilhante como se as tonalidades das cores, os movimentos dos personagens e suas vozes, a chegada das naus etc. fossem colocados detalhadamente diante dos olhos do destinatário como uma pintura.

Compartilhamos da ideia de que não faz sentido pensar que a historiografia antiga, subgênero do gênero demonstrativo (louvor/vitupério), por fornecer lições aos homens de Estado, deveria ser compreendida tal qual atualmente entendemos a historiografia como sendo cientificamente verdadeira. Por exemplo, Cícero considerava o retrato de Ciro feito por Xenofonte útil não porque correspondia ao homem tal como ele poderia parecer, mas sim porque se ajustava à ideia do justo governante. Aqui, encontramos o uso da alegoria na descrição que nos coloca diante dos olhos a figura do

662

AMBRÓSIO, Renato, op. cit., 2005.

663

CICÉRO. “De Oratore” II, 62-64 apud AMBRÓSIO, op. cit., p. 38.

mandatário com vivacidade. Desta forma, como dito anteriormente, a história funciona como mestra da vida, ou seja, como lição de vida que edifica pessoas, lugares e coisas.

Outra linha argumentativa de que nos valem para analisar Gandavo no gênero histórico provém de que seus escritos foram lidos de maneira romanticamente anacrônica. O primeiro texto de Gandavo foi editado por Ternaux-Compans em 1837, na *Revista do Instituto Histórico* e nos *Anais da Biblioteca Nacional*⁶⁶⁴. Para nós, tal maneira de abordar esses escritos atende a um pressuposto de análise feita segundo conceitos românticos de autor e autoria subjetivados como expressão psicológica e categorias filológicas de plágio e cópia⁶⁶⁵, que não correspondem ao modo mais oportuno de lê-los segundo sua historicidade.

Em linhas gerais, a fortuna crítica sobre Gandavo o compreende a partir de um viés positivista como cronista que, a serviço do Reino, nada mais faz do que uma “propaganda reinol”. Em nossa hipótese, Gandavo executa a dita “propaganda reinol”, mas a partir de outra perspectiva. Infelizmente, a crítica literária e histórica leu os textos do autor segundo um ponto de vista anacrônico e exterior a eles; com isso, inevitavelmente, repetiu o anacronismo ao tratar não somente desse autor, mas também de outros de seu tempo, com a rubrica romântica de *aventureiros* e *exploradores*. Defendemos a tese de que o autor desenvolve a dita “propaganda reinol” afirmada pela crítica literária, mas que o faz retoricamente, pressupondo determinadas autoridades, entre elas Cícero, Aristóteles, Quintiliano e o Anônimo da *Retórica para Herênio*, segundo uma prática regrada e modelizada como exercício de um gênero. Em nosso ponto de vista, desde a antiguidade greco-latina o ofício do historiador recorria a preceitos formulados pelo retor; logo, ao fazer a “propaganda reinol”, Gandavo o fez segundo o gênero demonstrativo, responsável pelo elogio das coisas louváveis e o vitupério das não elogiáveis⁶⁶⁶:

664

“Voyages relations et mémoires originaux pour servir a l’histoire de la découverte de l’Amérique publiés pour la première fois en Français, par Henri Ternaux. Histoire de la province de Sancta-Cruz por Pero de Magalhães Gandavo. Lisbonne 1576. Paris, Arthus Bertrand, M.DCCC. XXXVII (1837)”.

665

Cf. MOREIRA, Marcello. *Crítica Textualis in Caelum Revocata?* Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra, op. cit.

666

Cf. RETÓRICA a Herênio, “Gêneros de Causa”, op. cit., p. 57.

Dada a causa, é preciso considerar seu gênero para que possamos fazer o exórdio com maior comodidade. Os gêneros de causa são quatro: honesto, torpe, dúbio e humilde. Considera-se honesta a causa quando ou defendemos aquilo que parece que deve ser defendido por todos, ou atacamos o que parece que deve ser atacado por todos, como, por exemplo, quando estamos a favor de um homem valoroso ou contra um parricida.

Diferentemente da fortuna crítica, entendemos que os textos de Gandavo não são meramente propaganda imigratória, ainda que o sejam. Explico. Os textos analisados tecem um encômio à terra, mas, para que se construa tal elogio ou vitupério, o autor segue uma série de preceitos retóricos para construir suas écfrases a fim de colocar diante dos olhos do leitor seu *ut pictura* para instruir, deleitar e mover o destinatário na apreciação de seus textos que procuram contar o motivo pelo qual fala da nova terra setenta anos após ela ser descoberta. Gandavo, além disso, escreve em um estilo fácil e chão segundo seu “fraco engenho”, desejoso de agradar a todos os que quiserem ter notícia sobre a província de Santa Cruz. Sem temer, o autor pede desculpas pelas faltas cometidas em seus textos, tanto aos discretos, que certamente tecerão zelosas censuras a eles, quanto aos vulgares, que não o perdoarão ao lerem sobre as coisas maravilhosas, diabólicas e bestiais do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

GANDAVO

1. GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História da provincia Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil feita por Pero de Magalhães de Gandavo dirigida ao muito illustre snor Dom Lionis, governador que foy de Malaca & das mais partes do Sul na Índia*. 1ª ed (ed. princeps). 1576;
2. GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia da provincia Sancta Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito Illustre Sñor Dom Lionis Pereira*. Manuscrito do Escorial, códice b-IV-28, [?1575-1579];
3. MAGALHÃES, Per[o] de. *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes*. 47 f., 23 cm, [16--], cod. 552;
4. GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Voyages, Relations et Memóries originaux pour servir à la Histoire de la Découverte de L Amerique´. Publies pour la première fois em Français par Henri Ternaux: Histoire de la Province de Sancta-Cruz*. Paris: Arthus Bertrand, 1837;
5. *The Histories of Brazil by Pero de Magalhães now translated into English for the first time and annotated by John B. Stetson Jr., with a fac-simile of the Portuguese original, 1576*. Nova York: The Cortes Society, 1922. 2 v.
6. CINTRA, Assis. *Nossa Primeira Historia [Gandavo]*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.
7. GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História da Província de Santa Cruz/Tratado da*

Terra do Brasil. Intro. de Capistrano de Abreu. Juazeiro: Obelisco, 1964. (Coleção Cadernos de História, vol. 2).

8. GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil [Tractado da provincia do Brasil no qual se contem a informação das cousas que ha na terra assi das capitancias e fazendas dos moradores que vivem pella costa, e doutras particularidades que aqui se cõta]*. Prefácio de Emmanuel Pereira Filho. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1965.

9. GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil/História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980.

10. GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da Língua Portuguesa*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

11. GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil: História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

12. GANDAVO. *A História da Província Santa Cruz*. São Paulo: Hedra, 2008.

Sobre Gandavo

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa, 1793.

ARAÚJO, Sarissa Carneiro. “A História (1576) de Pero de Magalhães Gândavo: notas para uma releitura desde a retórica e a gramática”. *Locus*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, pp. 71-83, 2009.

ABREU, J. Capistrano. *Ensaios e estudos: Crítica e história*. Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Briguiet, 1932.

- ALCIDES, Sérgio. “F, L e R: Gândavo e o A B C da colonização”. *Escritos*, FCRB, pp. 1-16. Disponível em: <casaruibarbosa.com.br>. Acesso em: 6 nov. 2016.
- ANTONIO, Nicolás. *Bibliotheca Hispana Vetus sive Hispani Scriptores qui ab Octaviani Augusti Aevo Ad Annum Christ MD. Floruerunt*. Madrid: Francisco Pérez Bayer, 1788. 2 v.
- ASENSIO Eugenio. “La lengua compañera del imperio: historia de una idea de Nebrija en España y Portugal”. *Estudios Portugueses*, Paris, FCG – Centro Cultural Português, pp. 1-16, 1974.
- ASSIS Brasil. *A literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967. v. 1: Manifestações literárias da Era Colonial (1500-1808/1836).
- CINTRA, Assis. *Nossa primeira historia*. Com 5 gravuras. São Paulo: Melhoramentos, 1922.
- BIBLIOTHÉQUE Americaine. *Catalogue des ouvrages relatifs à L’Amerique*, Paris, 1837.
- BRUNET, Jacques – Charles – Manuel du Libraire et de L’Amateur de Livres. Paris, 1860, 80; Jean George Théodore Graesse – Trésor de Livres rares et précieux au nouveau dictionnaire bibliographique *** Dresden, 1859-69; Ch. Leclerc-Bibliotheca Americana Histoire, Géographie, Voyages, Archéologie et Linguistique des deux Amériques et des Iles Philippines. Paris, 1878; A.I. Garraux – Bibliographie Brésilienne – Catalogue des ouvrages français & latins relatifs au Brésil (1500-1808). Paris, 1898.
- BUESCO, Maria Leonor Carvalho. “A quem não falecer matéria não lhe falecerão vocábulos: João de Barros e a Língua Portuguesa”. *Oceanos*, n. 27, jul./ set. 1996, p. 57.
- CATALOGUE OF BOOK Relating to North and South America in the Library of the late John Carter Brown of Providence, R. I. Providence, 187. v. 1.
- CASTELO, José Aderaldo. “Notícias do Brasil”. *O Estado de São Paulo*, 13 ago. 1960.
- COLE, George Watson. *A Catalogue of Books relating to the discovery and early History of North and South America forming a part of the library of E.D. Church*. Nova York: Cambridge University Press, 1907.
- COUTINHO, Afrânio. “A literatura e o conhecimento da terra”. In: _____. *A literatura*

- no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Global, 2013. v. 1: Introdução Geral.
- FAORO, Raymundo. “O Brasil até o Governo-Geral”. In: _____. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, v. 1).
- FARINHA, Bento José de Souza. *Summario da Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Antonio Gomes, 1786-1788.
- FIELD, Thomas W. *An essays towards an Indian Bibliography, being a catalogue of Books relating to the History, Antiquities, Languages, Customs, Wars, Literature, and Origin of the American Indians*. Nova York: Scribner, Armstrong & Co., 1873.
- FROM MS. notations of Thorpe in his catalogues, kindly communicated to me by Mr. Dring of Bernard Quaritch, Ltd., in a personal letter.
- GOMES, Rejane Centurion Gambarra. *Gândavo e a Historia da Provincia de Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil: Estudo do léxico e das marcas de autoria*. Versão corrigida. Tese (Doutorado em Letras) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- HORCH, Rosemarie. “Brasiliana da Coleção Barbosa Machado”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 83, 1963.
- _____. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1967.
- HUE, Sheila Moura. “Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: Das variantes textuais e das atribuições autorais”. *REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários*, Vitória, ano 5, n. 5, 2009. Disponível em: <www.prppg.ufes.br>. Acesso em: 5 nov. 2016.
- KOTHE, Flavio. *O Cânone Colonial*. Brasília: Ed. da Unb, 1997.
- LUZ, Guilherme Amaral. “Pero de Magalhães Gandavo e a ética ultramarina portuguesa na Terra de Santa Cruz”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 32-33, n. 67-90, jan./jul. – ago./dez. 2005.
- MOTTA, Arthur. *História da litteratura brasileira: Época de formação (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1930.

- MOURA, Vasco Graça. *Sobre Camões, Gândavo e outras personagens: hipóteses de história da cultura*. Porto: Campo das Letras, 2000.
- ORTA, Garcia de. *Coloquio dos simples, e drogas he cousas medicinais de India*. Goa: 1563.
- PAYNE, H. J.; FOSS, H. *Bibliotheca Grenviliana*. Londres: 1848. v. 2.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. “As grandezas do Brasil e a catequese jesuítica”. In: _____. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- PINELO, Antonio de León. *Epitome de la biblioteca oriental i occidental, nautica y geografica*. Madrid: Iuan Gonzalez, 1629.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. “Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica”. In: GIL, Beatriz Daruj; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDÉ, Valéria Gil (Orgs.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. tomo VI.
- _____. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900. tomo XVII.
- SILVEIRA, Joaquim da. *Gandavo, não Gândavo*. In: Brasília, v. III, 9. Coimbra 1946, p.525-528.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: Seus fundamentos econômicos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1938.
- TERNEAUX Compains. *Voyages, Relations, et Memóries Originaux pour servir à L'Histoire de la Découverte de L'Amérique*. Paris: Terneaux, 1837. v. 2.
- THEATRUM LUSITANIAE Litteratum, Sive Bibliotheca Scriptorum Omnium Lusitanorum. Paris: 1654, p. 272.
- VISCONDE de Juromenha. *Obras de Luís de Camões precedidas de um ensaio biographico no qual se relatam alguns factos nao conhecidos de sua vida*. 1860-70.
- VITERBO, F. M. de Sousa. *Catalogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns authografos e manuscriptos*. Rio de Janeiro, 1907.
- VALLE, Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza. “Introduções e notas”. In:

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Hedra, 2008.

Fontes secundárias

AGUIAR, Leila da Costa. “A Ekphrasis em George Scudéry: imitação e metamorfose”. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 49, pp. 115-130, jul./ dez. 2014.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila M. *Livros de devoção, atos de censura: Ensaio de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004

ALVES, Baltazar de Oliveira. *Os tópicos de Marco Túlio Cícero: Introdução e tradução*. Dissertação (Mestrado em Letras) – FFLCH-USP, São Paulo, 2001.

AMBRÓSIO, Renato. *De Rationibus exordiendi: os princípios da história em Roma*. 1ª ed. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2005.

ARALA GONÇALVES, Maria Adelaide Godinho. *Forma de pensamento em Portugal no século XV: Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias*. Direção de Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa: Horizonte, 1970.

ARISTÓTELES, *Retórica*. Intro. de Manuel Alexandre Júnior. Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

_____. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. (Biblioteca de Autores Clássicos, v. 5).

_____. *Tratados Breves de Historia Natural*. Intro., trad. e notas por Ernesto La Croce e Alberto Bernabé Pajares. Madrid: Gredos, 1987. (Biblioteca Clásica Gredos, v. 107).

_____. *Poética*. Livro IX, parágrafo 1451a, 50. Trad., pref., intro., comentários e apêndices de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Globo, 1966.

_____. *Ética Nicomacheia*. Trad. de Marcos Zingano. São Paulo: Odysseus, 2008. II, 2 1104a1-5.

_____. *Tópicos* 100 b 18. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa – Casa

da Moeda, 2007.

ARTAZA, Elena. *El ars narrandi en el siglo XVI español: Teoría y práctica*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

BARHAM, Francis. *The Political Works of Marcus Tullius Cicero: Comprising his treatise on the commonwealth and his treatise on the laws*. Londres: Edmund Spettigue, 1841-42. v. 2.

BARROS, João de. *Da Asia de João de Barros e de Diogo do Couto*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778.

_____. “Capitulo XIIj. Como o capitam Lançarote depois q leixou eftas caravelas de fua cõferva ~q fe vierã pera o reyno: com as outras que o feguirã defcobrio o grande rio a que óra chamamos Çanaga: & dhy foy ter a h~ua jlheta pegáda com o cábo verde”. In: _____. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 4ª ed. revista e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição *princeps* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932; *Scriptores Rerum Lusitanarum*). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. v. 1: Primeira Década, p. 51.

_____. “L III, Cap. VIII – Dalg~uas diferenças que paffáram entre Affonfo Dalboquerque & o Vifo rey fobre a entrega da governança da India: donde procedeo, fer Afonfo Dalboquerque levádo de Cochij, a Cananor, & foy entregue a Lourenço de Brito que o teve de chegáda do Marichal”. In: *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 4ª ed. revista e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição *princeps* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932; *Scriptores Rerum Lusitanarum*). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974. v. 2: Década Segunda, p. 139.

_____. “LVI, Cap. II – Do que Simão de Andrade fêz enquanto esteve no pôrto de Tamou da China, por onde houve causa do alevantamento daquelas partes contra nós; e dos males que os nossos passavam neste tempo, e depois que Duarte Coelho pelejou com os capitães dos chins”. In: _____. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 6ª ed. atualizada e anotada por Hernani Cidade. Notas históricas finais por Manuel Múrias. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias,

1946. v. 3: Terceira Década.

- _____. “LVII, Cap. VIII. *Como o Çamorij de Calecut com huass máchinas de caftéllos em bárcos & elle per terra, veo cometer os nóffos: & defta & doutras vezes que cometeo querer paffar o rio ficou tam defbaratádo que fe recolheo pera fe reino*”. In: _____. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 4ª ed. revista e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição *princeps* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932; Scriptores Rerum Lusitanarum). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. v. 1: Primeira Década.
- _____. “LVIII, Cap. X. *Como partido dom Francisco de Anchediva deu em Onor onde queimou as naos do porto: & do que paffou com timoja*”. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 4ª ed. revista e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição *princeps* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932; Scriptores Rerum Lusitanarum). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. v. 1: Primeira Década.
- _____. “Prólogo”. In: _____. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 6ª ed. atualizada e anotada por Hernani Cidade. Notas históricas finais por Manuel Múrias. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1946. v. 3: Terceira Década.
- _____. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 4ª ed. revista e prefaciada por Antonio Baião conforme a edição *princeps* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932; Scriptores Rerum Lusitanarum). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. v. 1: Primeira Década. Introd. XLVIII.
- _____. *Ásia: Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. 6ª ed. atualizada e anotada por Hernani Cidade. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1946. v. 4: Quarta Década.

- BLUTEAU, Raphael. “Prólogo do Autor. A Todo o Genero de Leitores”. In: _____. *Vocabulário Português e Latino*. Zurique; Nova York: Georg Olms Verlag Hildeschein, 2002. v. 1: A.
- _____. *Vocabulário Português e Latino*, Zurique; Nova York: Georg Olms Verlag Hildeschein. v. 2: B-C.
- _____. *Vocabulário Português e Latino*, Zurique; Nova York: Georg Olms Verlag Hildeschein. v. 5: K-N.
- _____. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v. 3.
- _____. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v. 4.
- _____. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v. 5.
- _____. *Vocabulário português-latino, aulico, anatomico, architetonico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, v. 7.
- BRAMBILLA, Ageno, F. *L'Edizione critica dei testi volgari*. Padua: Antenore, 1975.
- BRANCA, V. Y. J. *La filologia e la critica letteraria*. Milão: Rizzoli, 1977.
- BONILHA, Alexandre da Cruz. *Manuel de Faria e Sousa, historiador*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – FFLCH-USP, São Paulo, 2011.
- CAPELLA, Marziano. *Le nozze di Filologia e Mercurio*. Intro., trad., comentário e apêndice de Ilaria Ramelli. Milão: Bompiani, 2004.
- CARVALHO, Joaquim de. *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949. v. 1.
- CASSIN, Bárbara. “O consenso e a criação de valores”. In: CASSIN, B; LORAUX, N.; PESCHANSKI, C. *Gregos, bárbaros e estrangeiros: A cidade grega e seus outros*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, pp. 34-55.
- CASSIN, B. “Descompartimentar os gêneros”. In: _____. *O Efeito Sofístico*. Trad. A. L. de Oliveira e M. C. Ferraz. São Paulo: Ed. 34, 2005, pp. 211-262.
- CAYUELA, Ane. *Le Paratexte au Siècle d’Or: Prose romanesque, livres et lecteurs en Espagne au XVII siècle*. Genebra: Droz, 1996.
- CERQUIGLINI, Bernard. *Éloge de la variante histoire critique de la philologie*. Paris:

- Éditions du Seuil, 1989.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, p. 219.
- CERVANTES, Miguel de. *Poesías completas*. Ed. de Vicente Gaos. Madrid: Castalia, 1972. v. 1: Viaje del Parnaso.
- CHARTIER, R. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *Inscriver e apagar: Cultura escrita e literatura*. Trad. de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.
- CHIAPPETTA, A. “‘Não diferem o historiador e o poeta’: o texto histórico como instrumento de trabalho”. *Língua e Literatura*, n. 22, pp. 15-34, 1996.
- _____. “Uma arte da memória do século XVII”. In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando. *Retórica*. São Paulo: IEB-USP; Annablume, 2012, pp. 63-93.
- _____. *Ad animos faciendos: comoção, fé e ficção nas Partitiones Oratoriae e no De Officiis de Cícero*. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 1997.
- CHOCIAY, Rogério. *Os metros do Boca: Teoria do verso em Gregório de Matos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993.
- CÍCERO. *On The Orator*, 207. Cambridge (MA): LOEB Classical, 1988.
- _____. *Brutus* (402): XI (412) 42 e 43. Cambridge (MA): LOEB Classical, 1998.
- _____. “De Oratore”. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad. Familiares I,9,23*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – FFLCH-USP, São Paulo, 2009.
- _____. “De Inventione”. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad. Familiares I,9,23*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – FFLCH-USP, São Paulo, 2009.
- _____. *La Invención Retórica*. I, 9, 12. Intro., trad. e notas de Salvador Nunez. Madrid: Gredos, 1997. (Biblioteca Clássica Gredos, v. 245).
- COPELAND, R. *Rhetoric, Hermeneutics and Translations in the Middle Ages: Academic Traditions and Vernacular Texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Seara Nova, 1935. v. 2.

- _____. *Portugaliae monumenta cartographica*. Lisboa: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique, 1960.
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e historia: El problema del cambio lingüístico*, Madrid: Gredos, 1977.
- DELLA CORTE, F. “Tecnica Espositiva e Struttura della N.H”. *Como*, n. 9, 1982.
- DELUMEAU, Jean. *Uma história do Paraíso: O jardim das delícias*. Trad. de Tereza Perez. Lisboa: Terramar, 1994.
- DIAS, J. da SILVA. *Os descobrimentos da problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1973.
- DIODORO de Sicília. *Bibliothèque Historique*. Londres: Heinemann, 1967. v. 2.
- EISENBERG, José. “A escravidão voluntária dos índios”. In: _____. *As missões jesuíticas eu pensamento político moderno: Encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Humanitas; UFMG, 2000, pp. 125-158.
- EMANUELE, Pietro; PLEBE, Armando. *Manual de Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FAULHABER, Ch. B., “Textual Criticism in the 21 st Century”, *Romance Philology*, v. 45, pp. 123-148, 1991.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri Jean. *O aparecimento do livro*. Trad. de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1992.
- FERREIRA, Félix. *Notas bibliográficas: Exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro: 1882.
- FORTUNATIANI. *Ars rhetorica*. Intro., ed. crítica, trad. italiana e comentários de Lucia Calboli Montefusco. Bolonha: Pàtron, 1979.
- FRAENKE, Beatrice. “A Assinatura contra a corrupção do escrito”. In: BOTTÉRO, J.; MORRISON, K. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995.
- FREIRE, Deolinda de Jesus. *A competição entre os discursos e as artes na História de la Conquista de México de Dom Antonio de Sólís*. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Hispano-Americana) – FFLCH-USP, São Paulo, 2014.
- GARBELLINI, Izabella Lombardi. *Tradução e comentário da Arte Retórica de Consuelo Fortunaciano*. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

- GARCIA-GALLO, A. “Los problemas de Edición de las fuentes del derecho local espanhol”, *Atti del II Congresso Internazionale dela Società Italiana di Storia del Diritto*. Florença: Olschki, 1970.
- GENERAL CATALOGUE. Londres, v. 5, n. 2848, 1887.
- GRACIÁN, Baltazar. *El Heroe: El Discreto*. 7ª ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1969. (Colección Austral, v. 49).
- GUEVARA, Antonio de. *Menosprecio de corte y alabanza de aldea* (1539). Ed. e notas de M. Martínez de Burgos. Madrid: EspasaCalpe, 1942.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Inovação e permanências nos séculos XV e XVI entre mito e utopia”. In: _____. *Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar*. Séculos XIII- XVIII. Lisboa: Difusão, 1990.
- GÓIS, Damião de Góes. *Terceira Parte da Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel da Gloriosa Memoria, ha qual por mandado do Serenissimo Principe ho Infante Dom Henrrique seu filho, cardeal de Portugal, do título dos sanctos quatro coroados, Damião de Goes colligio, & compos de novo*. Coimbra: Acta Universitatis; Conimbricensis, 1953. v. 3.
- HANSEN, João Adolfo. “Artes Seiscentistas e Teologia Política”. In: TIRAPELI, Percival (Org.). *Arte sacra colonial: Barroco, memória viva*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001, pp. 180-189.
- _____. “A Escrita da Conversão”. In: COSTIGAN, Lúcia Helena (Org.). *Diálogo da Conversão: Missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005, nota n. 6.
- _____. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o e bárbaro”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. “Categorias epidíticas da Ekhphrasis”. *Revista USP*, São Paulo, n. 71, pp. 85-105, set./ nov. 2006.
- _____. “Instituição Retórica, Técnica Retórica, Discurso”. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul./ dez. 2013.
- _____. “Introdução”. In: _____. *Poesia Seiscentista: “Fênix Renascida” e “Postilhão de Apolo”*. São Paulo: Hedra, 2002.

- _____. “Lugar-comum” In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando. *Retórica*. São Paulo: IEB-USP; Annablume, 2012.
- _____. “O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil: Nóbrega, 1549-1558”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, IEB-USP, São Paulo, n. 38, pp. 87-119, 1995.
- _____. “Prefácio”. In: PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. “Sem F, sem L, sem R: cronistas, jesuítas e índio no século XVI”. *Cadernos Cedes*, n. 30, 1993, pp. 45-46.
- _____. *Cartas do Brasil (1627-1697)*. São Paulo: Hedra, 2003.
- _____. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*. Companhia das Letras, 1989.
- HAKLUYT, R. *The Principal Navigations: Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*. Londres: J.M. Dent & Sons, 1927. v.
- HALICARNASSO, Dionísio. *Tratado da Imitação*. Editado por Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Clássicos das Universidades de Lisboa, 1986.
- HAMON, P. “Rhetorical Status of Descriptive”, *Yale French Studies*, n. 61, pp. 1-26, 1981.
- HATHAWAY, B. *The Age of Criticism: The Late Renaissance in Italy*. Ithaca: Cornell University Press, 1962.
- HERMÓGENES; TÉON; AFTONIO. *Ejercicios de Retorica*. Madrid: Gredos, 1991. (Biblioteca Clássica Gredos, v. 158)
- _____. *Sobre los tipos de estilo: Sobre el método del tipo Fuerza*. Intro., trad. e notas de Antonio Sancho Royo. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1991.
- HERRERA, A. *Teatro de las Grandezas de la villa de Madri corte de los reyes catolicos*, 1623.
- HOMERO. *L’Odyssée*. Paris: Les Belles Lettres, 1924.
- _____. “Canto VII, 115-120”. In: _____. *Odisseia*. Trad. e pref. de Frederico Lourenço. Intro. e notas de Bernard Knox. 3ª reimp. São Paulo: Penguin.
- HORÁCIO. “Sixième Epode”. In: _____. *Odes et Épodes*. Paris: Les Belles Lettres, 1927.
- _____. “Art Poétique”. In: _____. *Ouvrés Complètes*. Paris: Garnier, 1944.

- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. 3ª ed. Trad., intro. e comentários Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Pólen; Iluminuras.
- JOHN CARTER LIBRARY. *A Catalogue of Book Relating to North and South America in the Library of the late John Carter Brown of Providence, RI*. Providence: 1875. v. 1.
- JUAN, J. Huarte de S. “La obra”. In: _____. *Examen de Ingenios para las Ciencias*. Edição preparada por Esteban Torre. Madrid: Nacional, 1976.
- KANTAROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KENNEDY G.A. *Classical Rhetorical and its Christian and Secular Tradition form Ancient to Modern times*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.
- KOSSELECK, Reinhardt. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. da PUC-Rio, 2006.
- LAUSBERG, H. *Elementos de Retórica Literaria*. 5ª ed. Trad. de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Edições 70.
- LEITE, Serafim S. I. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. tomo II: Século XVI: a obra.
- LEWIS; SHORT. *A Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- LIDDEL, H. G; SCOTT, R. *A Greek English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- LOPES, Fernão de. “Prólogo”. In: _____. *Cronica del Rei dom Joham da boa memoria*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977. v. 1, pp. 15-16.
- LOVE, Harold. *The Culture and Commerce of Texts. Scribal Publication in Seventeenth*. Amherst: University of Massachussets Press, 1988.
- LOYOLA, San Ignacio de. *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca de Auctores Cristianos, 1952.
- LUCIANO. *Lucien de Samosate*, Paris, Garnier Frères: 1933. (Oeuvres Complètes, v. 2). ss 13
- _____. *Como se deve escrever a História*. I,9. Edição bilíngue. Trad. e ensaio de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.
- MANDEL, J. L. “Historiographie hellenistique et son influence sur Cicerón”. *Euphrosyne*, n. 10, pp. 7-25, 1980.

- MASCARDI, Agostino. *Dell'Arte Istórica (Rosa di Gerico)*. Modena: Mucchi, 1994.
- MEGIANI, Ana Paula T. *O rei ausente: Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004
- _____. “Política e letras no tempo dos Filipes: o Império Português e as conexões de Manuel Severim de Faria e Luis Mendes de Vasconcelos”. In: BICALHO, Maria Fernanda B.; FERLINI, Vera Lucia A. *Modos de governar: Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 239-256.
- _____. “Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640)”. *Anais de História do Além-Mar*, Lisboa, n. 7, pp. 231-250, 2006.
- MENANDRO, El Rétor. *Dos tratados de retórica epidítica*. Intro. De Fernando Gascó. Trad. e notas de García Manuel García e Joaquín Gutiérrez Calderón. Madrid: Gredos, 1996.
- MENDES, M. V. A. *Oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 1989.
- MENDIOLA, Alfonso. *Retórica, comunicación y realidad: La construcción retórica de las batallas em las crónicas de la conquista*. México: Universidad Iberoamericana, 2003.
- MOREIRA, Marcelo. *Crítica Textualis in Caelum Revocata? Prolegômenos para uma edição crítica do corpus poético colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra*. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2001.
- _____. *Crítica Textualis in Caelum Revocata? Uma proposta de edição e estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Edusp, 2011.
- MORGANTI, Bianca Fanelli. “Petrarca e a Imitação de Cicero”. *Limiar*, v. 2, n. 3, 2014.
- MORRISON, Ken. “Estabelecendo o texto: A Institucionalização do Conhecimento por meio das formas históricas e filosóficas da argumentação”. In: BOTTÉRO, J.; MORRISON, K. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995, pp. 141-200.
- MUHANA, Adma. *A epopéia em prosa seiscentista*. São Paulo: Unesp; Fapesp, 1997.
- NEBRIJA, Antonio de. *Gramatica castellana*. Madrid: Universidad de Salamanca, 1492.
- NORMAS DE TRANSCRIPCIÓN y Edición de Textos y Documentos de la Escuela de

- Estudios Medievales del csic, 1944
- NOVAK, Maria da Glória; NÉRI, Maria Luiza; PETERLINI, Ariovaldo Augusto (Org.). *Historiadores latinos: antologia bilíngue*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ORDENAÇÕES Afonsinas. Reprodução fac-similada da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Livro V, Título CXVII.
- OLIVA NETO. *Falo no jardim: Priapéia grega, priapéia latina*. Cotia: Ateliê; Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- OVÍDIO. *Métamorphoses*. Paris: Les Belles Lettres, 1924.
- PAUSANIAS. *Descripción de Grecia*. Intro, trad. e notas de María Cruz Herrero Ingelmo. Madrid: Gredos, 1994. (Biblioteca Clásica Gredos, v. 196).
- PATCH, H. R. *The Other World According to Descriptions in Medieval Literature*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1950.
- PINA, Rui de. “Cronica D'El Rey Dom Duarte. Deste Nome Ho Primeiro Dos Reys de Portugal Ho Onzeno, Dirigido a El Rey Dom Manuel, Deste Nome Ho Primeiro, Seu Neto Nosso Senhor; Por Cujo Mandado Ruy de Pina, Cavalleiro De Sua Casa, E Seu Cronista Moor e Guarda Moor da Torre do Tombo Primeiramente Compoz”. In: *Crónicas de Rui de Pina (D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V. D. João II)*. Intro. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.
- PINEDA, Victoria. *La Imitación como Arte Literario em el siglo XVI español (com una edición y traducción del diálogo De Imitatione de Sebastián Fox Morcillo)*. Sevilha: 1994.
- PINTO, Rodrigo Gomes de Oliveira. *Entre borrões e cadáveres: Os sermões de Dominga de Quaresma de Antônio Vieira*. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – FFLCH-USP, São Paulo, 2009.
- PLINIO. *Historia Natural*. Intro. de Guy Serbat. Trad. e notas de Antonio Fontán, Ana Maria Mource Casas e outros. Madrid: Gredos, 1995. (Biblioteca Clásica Gredos, v. 206).
- PLUTARCO. “Sobre a fama dos Atenienses”. In: _____. *As vidas comparadas dos maiores guerreiros da Antiguidade: Alexandre e César*. Trad. de Hélio Vega. São

- Paulo: Ediouro, 2001.
- PLUTARCO. *De Heroditi malignitate*. Londres: Loeb Classical, 1965.
- POLIBIO. *Histórias*. Intro. de A. Díaz Tejera. Trad. e notas de Manuel Balasch Recort. Madrid: Gredos, 1981. (Biblioteca Clássica Gredos, v. 38).
- POPELLINIÈRE, Lancelot Voisin de la. *Les trois mondes*. 2ª ed. Paris: 1582. v. 3, fólho 222.
- RETÓRICA a Herênio. Trad. e intro. de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- RIVAROLA, J. L. “Imprenta, Ortografía y Dialectalismo em el siglo XVI. El caso de Pedro Cieza de León”, *Actas del III Congreso Internacional de Historia de la Lengua Espanola*. Madrid: Arco Libros, 1996, pp. 887-897.
- RIZER, Donald. “Self-Censorship and Textual Editing”. In: _____. *Textual Criticism and Literary Interpretation*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1985.
- RODOLFO, Melina. *Ecfrase e evidencia nas letras latinas: Doutrina e práxis*. São Paulo: Humanitas, 2012.
- ROMERO, Sylvio. Livro II: Primeira Época ou Período de Formação (1500-1750). Capítulo I: Estado do paiz em fins do seculo XVI. Poetas e chronistas n’esse tempo. In: *Historia da Litteratura Brasileira*. Tomo Primeiro (1800-1830). 2 ed. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1902.
- ROUDIL, J. (1982), Ed. *Phrases, Textes et ponctuation dans les manuscrits espagnols du Moyen Age et dans les editions de textes*. Colloque organize par le Séminaire d’Études Médiévales/Hispaniques (Paris, 20-21 Novembre, 1981), Actes publiés par Paris, Annexes de Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale, v. 4.
- RUIZ, E. *Manual de codicología*. Madrid: Pirámide, 1988.
- RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Trad. de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998.
- QUINTILIANO. *Instituciones Oratorias*. Trad. de Ignacio Rodríguez e Pedro Sandier. Madrid: Librería de Perlado y Páez, 1916.
- QUINTILIANO, Marco Fabio. “Cap. VII”. In: _____. *Instituciones Oratorias*. Trad.

- Ignacio Rodríguez e Pedro Sandier. Madrid: Biblioteca Clásica Hernando, 1942. tomo I, v. 8.
- SABIN, Joseph. *A Dictionary of Books relating to America from its discovery to the present time*. Nova York: 1868-92.
- SALTARELLI, Thiago. “Imitação, Emulação, Modelos e Glosas: o paradigma da mimesis na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII”. *Aletria*, v. 19, 2009.
- SALÚSTIO. “A Conjuração de Catilina”. In: NOVAK, Maria da Glória; NÉRI, Maria Luiza; PETERLINI, Arioaldo Augusto (Orgs.). *Historiadores latinos: Antologia bilíngue*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 80-85.
- SAN AGUSTÍN. “Capítulo XIII: Diferencia entre nuestra ciencia y nuestro verbo mental y la ciencia y el verbo de Dios”. In: _____. *Obras Completas de San Agustín*. Trad. de Luis Arias. Madrid: Biblioteca Autores Cristianos, 1985.
- SAN ISIDORO de Sevilha. *Etimologias*, XIV, VI,8: Patr. Lat, t.82, c.514.
- SANCHEZ, Pedro; BORJA, Pietro. *Cómo editar los textos medievales: Criterios para su representación gráfica*. Madrid: Arco Libros, 1998.
- _____. *Edición del Romanceamiento del Ecclesiástico Contenido em los manuscritos escurialense*. Madrid: Biblioteca Nacional de Madrid, 1986.
- SANTAMARIA, J. A. Fernandez. *Juan Luis Vives: Escepticismo y prudencia en el Renacimiento*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1990.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-Português*, 1927.
- SCHWARTZ, B. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva.
- SINKEVISQUE, E. “Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita: galeria de tópicos”. *Contexto*, UFRGS, n. 22, p. 243-244, 2012.
- SINKEVISQUE, Eduardo. “Usos da éfrase no gênero seiscentista”. *Historia da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, pp. 45-62, ago. 2013.
- SIQUEIRA, Sônia Aparecida de. *A Inquisição Portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaaios, v. 56).
- SPAGGIARI, Barbara. “A censura na transmissão da obra de Luís de Camões”. In: SPAGGIARI, Barbara; PERUGGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

- STETSON JR., J. *The Histories of Brazil by Pero de Magalhães, now translated into English for the first time and annotated by John the first time and annotated by John b. Stetson Jr. with a facsimile of the Portuguese original, 1576*. Nova York: The Cortes Society, 1922. 2 v.
- TEÓCRITO. “Septieme Idylle”. In: _____. *Bucoliques Grecs*. Paris: Les Belles Lettres, 1972.
- TERNAUX. *Catálogo da Exposição de História de Brazil*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, 1881.
- THOMAS, G. “Textual Instability and Editorial Idealism”. *Studies in Bibliography*, n. 41, 1988.
- TREVIZAM, M. “Os ‘monstros’ de Virgílio no livro I das Geórgicas”. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 35, p. 75, 2009.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- TUCÍDIDES, I,22,4. *Guerra do Peloponeso*. Trad. de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- VASCONCELLOS, B. A. *Ciência do dizer bem: A concepção retórica de Quintiliano em Institutio Oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- VIALA, Alain. *L'Écrivain et son manuscrit*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: Língua, Instrução e Leitura”. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa, pp. 331-385.
- VILLEGAGNON, Nicolas de. “Lettre à Calvin”. In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil français*. Paris: Maisonneuve, 1878, pp. 292-397.
- VOSSII Gerardi Joannis. *De Imitatione cum Oratoria, tum praecipue Poetica deque recitatione ueterum liber*. Amsterdam: 1647.
- WEBB, Ruth. “The Aesthetics of sacred Space: Narrative, Metaphor, an Motion in Ekphraesis of Church Buildings”. *Dumbart Oaks Papers*, v. 53, pp. 59-74, 1999.

WISEMAN, T. P. "Practice and Theory in Roman Historiography". *History*, n. 66, pp. 375-93, 1981.

ZUMTHOR, Paul. *Essai de Poétique Médiévale*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

ANEXO

Código IV 28 B - manuscrito do Escorial

nas hê justo que a oitrem s'õ fereca;
 nenhuma obra que possa ser famosa?
 Sendo a quem por armas resplandeca
 no mundo todo co tal nome? E fama

q' honnor immortal sempre merca.
 E os asy d'ito. A pello, que da flama
 ceaste quia os carros, d'outra parte
 se h'apresenta, e por seu nome oculta
 Dizendo, Madaalbas posto que Marte
 co seu terror e espante, toda via
 comigo deus so aconu harte?

Hum bomo sapiente, em que Italia
 pos seus tesouros, e cuminha ciencia
 de tender suas obras poderia.

He justo q' a escriptura na prudencia;
 acse sua defencao, por que a dureza
 das armas, de contumacia da eloquencia;
 Asej d'ize, e invocando co des treza
 a Citara doumada, com cou

de mitigaçõ de Marte a fôrula da
 Mas Mercuria, que sempre co sumou
 aq' partit por suas duvidoras?

co Laduceo namão qui sempre vron;
 Determina com por a' dirigeas
 o pinoes das Deos inimidos?
 co raaõs boas, justas e amoraas?

E dize, bem sabemos das antigas
 heroes, e dos modernos, que prouanam
 de Bellona os xruuimos p'rigos;

que tambe muitas vezes quintanam
 as armas eloquencia, por q' as Mulas
 mil capitães na guerra a companhavam.

Nunca Alexandre, ou Ceas nas confusões
 guerras, deitao o estudo hum breui esboço
 nem armas das ciencias são escusas?
 Nua mão limros, noutra ferro e aço
 ahua reger, e vinda, E a outra fore,
 mais co saber e vence, que co braco.

Pois logo braco grande se require
quã com teus doês Apollo illustra
Cada ti Marte palma, gloria e fôrça
Este nos darey eu, e tuq̃ se veja
saber, e esforço no sereno peito,

q̃ hã Dom lionis quã fuzas mundo enega
Destas iras em vinda o bom sujeito
todas nou' nos bracos o tomaram
criando co seu leite no seu leite
As artes, e sciencias hã ensinaram
incluindo diuina hã influiram
as virtudes morais quã o logo ornaram

Daquas exercicios o seguiram
das armas no Oriente, onde principio
hum soldado gentil instituiam
Ahi tuas provas fez da caualleiro
que d'as cristas magnanimo, e seguro
asj veyo a vencer por derredouro
Despois ja capitão forte, emaduro

governando toda Amona e oronesso
he defendes co braco o debil mano
Porquẽ vindo a cercula toda o peso
do poder dos Acheos, quã se sufronta
de sangue alheio, em furia toda acceso.
Este so q̃ ali Marte representa
o castigo do crime, q̃o vencido

de torquem fique vius se contenta
Pois tanto quã oyras Olios defendido
deixou: segunda vez co maior gloria
para o'r governar foy elegido.

Enã pendendo ainda da memoria
os amigos o seu governo brioado,
os inimigos o danna da victoria:
Jus co amor intrinseco espendido
estas por elle, e os outros conculados
o vas com temor froy recando.

Pois vade se senas desbaratados
de todos por seu braco, se tornasse

6

E pístola ao Senhor Dom.
Lionis.

Neste pequeno scalluco, muito illustre sñor,
que offereço a vossa mercê das praemias
de meus fructos crendimto, pode na malquã
maneira conhece os deçeyos que tenho de pagar co
minha impossibilidadi a qual parte do muito que se de
uê a inclita fama de vossos heroyes nomi. E isto
assi pelo merecimento do nobilissimo sangue e clara
braganie donde tira sua origem, como pelos trope
os das grandes vicissitudes e casos bem afortunados
que lhe ha succedido nestas partes do oriente em que
Deos quiss fauorece com tam larga mão, que não
cuide-se toda minha vida bastante para satisfazer
a menor parte de seus louvores. E como todas

estas razões me pondo em tanta obrigação, e em en-
 tidade que outra mensura com a deus, e a meus acritia
 a peccados de alhos annos que a fideddas escripturas,
 peccados meus, e a fideddas os regimentos de todos as
 ciencias, e os homes vem a illustrar, e os nomes, e
 prescriptos na terra com fama immortal: determi-
 ney excoler a obra mea, entre os mais nobres de
 terra, e dedicare esta breue historia. A qual es-
 peço que folgare de vez com attenção, e recebam
 benigna mente de baxo de seu tempo, assi pe-
 sea com a nova e ou a escreves com o testimonio
 de vista: como tambem peço sabe quam parti-
 cular affeição a obra meo, tem as cousas do in-
 genho, e que peço esta causa. E não seoa me-
 nos acerto o correção das escripturas, que o das
 aemas. Poronde com muita deus, favorecendo
 desta confiança, peço segura mente sair a luz
 esta pequena impenna, e diuulgala pela terra

sem membrum pecco, tendo por de foy de la a. V.
 M. Cuius illustrissima persona novo senio quare
 e accremente suauida e istudo peço longos e felices
 annos. —

tem ouueza tam profundo esquivamento de-
muitas cousas, em cujo estudo tem muitos lomes
doctos cansado, e deuoluido grande copia de
livros, sem as poderem descubrir nem recu-
pear da maneira que praticam. Daqui
vinha aos Romanos, aueem todas as outeiras:
nações por habiaas: e na verdade com da-
zaos lhes podião dar este nome, pois eam
tam pouco solucios e cobiosos de honra, q' por
sua mesma culpa deixavam morrer aquellas
couzas que lhes podiam dar nome e fructos im-
mortaes. Como pois a certum sciri vida
da memoria, e a memoria sua semelhança
da immortalidade, a que todos deuenos aspi-
rar pela parte que della nos cabe: quis mo-
uido destas razões, fizesse esta breue e frito-
ria: peça cujo ornamento não busquey-
epiteto exquiescior, nem outra feamosura de

vocabulos, de que os eloquentes oradores costumão
usar, peça com artificio de palavras engrande-
ceem suas obras. Sómente peccarey escreue
esta na verdade: peça um estilo facil e cello co-
mo meu fraco ingembo me ajudou, de rigoroso de a-
gradar a todos os gustos, quizeem ter noticia.
Quello que deuo ser desculpado das faltas q' aqui
me podem notar: digo dos sabios e discretos q'
com dam zelo o costumão fazer: que dos ido-
tas e maladizentes bem sey que não seyr des-
cascar, pois esta ceza não peadarem a
ninguem.

Capitulo principio de como
se descobrio esta prouincia,
e a cazão por que se deu cha-
mar Sancta Cruz & nã Brasil.

cinando aquelle muy catholico e her-
nissimo Principe e Rey Dom Chame-
se se fua frotta para a India, de que
fua por capitão mo de Castelauez Gbrial, que foy
a segunda nauicatio que foy eam os Portugueses
para aquellas partes do Oriente. Aquella par-
te da cidade de Lisboa a noue de Março, no
anno de mil e quinhentos e tres. E sendo ja en-
tre as ilhas do cabo verde, asquias fua de mandae
para fazer ali aguada, deusses li temporal, que
foy causa de eis nã poderem tomara, e de se
apear tam alguns nauios da companhia. E
depois de auer bonanza, junta outra 2.ª

a frotta, emseguaam-se as mae, asy por foy em tas
calmarias de Guiné que lhos palas e troua sua
viagem, como por lhos fizesse logo poderem dobrar
o cabo de boa esperança. E nũc se fues
que fua na quella volta navegando com vento
peroso: foram das nestas prouincias, no longo da
qual coetaram todo aquelle dia, parecendo ato-
dos que era alguma grande ilha que ali estava sem
auer piloto nem outra pessoa alguma, que tivesse
noticia della, nem que presumisse que patria
estae tezaa fozne para aquella parte occiden-
tal. E no lugar que lhos pareceo della mais
acomodado, seguiam aquella tarde: onde
logo tiveram vista da gente da tezaa, de cuja
se melhança não ficaram pouco admirados, por
que era diferente da de Guiné, e foy do corom-
paece de toda outra que tinham visto. E sta-
do así juntos nestes parati que digo, saltau-

aquella noite com elles tanto tempo, que lhes for
forçado levantar as amozas, e com aquelle vento
que lhes cea logo por aquelle fumo, foram
correndo a costa, ate chegarem a sum poço len-
po e de bom surtidouro onde entraram: aqui
pararam entao este nome que oye em dia se
de Doro seguro, por lhes dar coberto e os assegu-
rar do perigo da tempestade que iam vindo.

No outro dia seguirte, sahio Desalvarez
com terra com a mayor parte da gente: na qual
se disse logo minha amada, e omni peregrinatio.
E os Indios da terra que ali se aquartelaram,
omniado tudo com muita quietude, deitando de
todos os actos e ceremonias que o vao fazem aos
mortos: e assi se punham de giolos e batido
nos peitos, como se tucaam luma de se, ou
que por alguma via lhes fua revelado aquelle
grande e ineffabil mysterio do santissimo

sacramento. No que mostramos claramente esta-
rem dispostos para receberem a doutrina Christiana
a todo tempo que lhes fôr denunciada, como gente q.
nao tinha impedimento de vobos, nem professava
outra ley alguma que pudesse contradizer a esta nova
como adiante se vee no capitulo que trata de
seus costumes. Entao espedio logo Desalvarez
um navio com a nova a elle Rey Dom Manuel,
a qual foy delle recebida com muito prazer e con-
tamento: e da li portanto se comou logo de mandar
alguns navios a estas partes, e assi se foy a terra des-
cobrindo pouco a pouco, e concedendo de cada vez mais
a te que depois se vee toda a degnidade em capitani-
as e a honra da marceia que agora esta. E
tornando a Desalvarez seu descobridor, para-
dos alguns dias que ali esteve fazendo sua ago-
da e descobrindo por tempo que lhe se ouvisse, fates
de se fazeis, por deixar nome a quella provincia

poelle nouamente descuberta, mantou leuantee
 sua cruz no mais alto lugar de hui tempo, onde
 for annuada com grande solemnidade e benediz
 dos sacerdotes que leuaua em sua companhia, da
 do a terra este nome de sancti Cruz. Cujas festas
 celebraua naquella mesma dia a sancta madre
 Syrcia, que era aortes de Marro. Oque nã se
 crete cacece de mystico; por preadi com o nome
 deinos de Roatugal trazeu a cruz no spirito
 por insignia da ordem e canonical de Chri-
 stus, assi se viu a elle que ista terra se desco-
 bris a tempo que o tal nome se pôde se
 da do neste sancta dia, pois auia de ser posu-
 ida de Dantugues, e faze por leuaua de ba-
 trimonio a nobre da mesma ordem de Xpus.
 Donde não fazeo? O que que se nequemos
 este nome nem que nos arguamos delle tam
 indubida morte por outro que se de outro modo

mal considerado depois q' o pau da trinta comçou
 de vir a estes deinos. No qual se amam bual
 por ser o mais e ter semelhança de bual: e
 daqui ficou atreu cõ este nome de Brasil. Mas
 poraq' nesta parte magoemos a demonio q' tanto
 traballou e traballa por extinguir a memoria
 da sancta Cruz. e desleual dos concõs dos so-
 mens (mediante a qual fomos redimidos e sum-
 dos a do poder de sua tyrannia) tomemos a de-
 stituir seu nome e clamemos se peouincia de
 sancta Cruz. q' assi o amosha tambon Joande
 Barros na sua primeira decada, tratando de si
 descobrimeto; poque na deidade, mais se de
 estimar, e melhor oia nos ouidos da gente Chris-
 taã, o nome de um pau em que se obrou o mystico
 de nossa Redempção, que o doutro que não se
 uẽ de mais, que de tingir paños ou couas se-
 melhantes.

há o cabofrio, toma a costa directamente a loeste
ate o Rio de Janeiro. E ali coae' no nome
ste e' p'judicial, ate a boca do mesmo Rio da
peita. E' a mais distancia dos rios que a ma-
te' deita, se coae quasi ao p'judicial a te e
que a Oagya, onde por costa faz sem como ja
dize. Esta provincia por toda esta parte co-
finu com o mar occano, e o ha deicta monte
os Ventos de Longo e Amplo ate o cabo do bo a
esperanca que se o seu oppoito. E' pela de loch,
continua com as altissimas serras dos Andes e
faldas do Peru: as guas são, sob hehas encimada
teoa, que se diz toem as aues trabalho em as
passas. E' ate o se so hum caminho l' a
cliam os homes vinda do Peru a esta provincia
cia: e este tam agro, que em o passas porre
alguns peccas, quando do estremo caminho a
trazem, e' o passas os coeos mortos tam longe

dos rios, que menha os mais dem, nem podem
ainda que quieram d'elles sepultura. D'estes
e doutros extremos semelhantes, carece esta pro-
vincia de Santa Cruz: porque com se tam gra-
de, não tem serras (ainda g'muitas) nem dezoito,
nem alagados, que com fuculada se não podem
atravesar. Além disto e' esta provincia sem
corridica, a melho para a vida do home, que
cada sua das outras de America, por se commu-
ment de bons ares, e fertilissima, e engannu ma-
niera deicta e apparece a vista humana. O
se e' ella tam salubre e livre de enfermidades,
procede dos rios que geralmente correm nella,
as guas são m'uitas e suis, e alguns rios
loes e estuantes. E' como todos estes proce-
da da fonte do mar, sem tan puros e cados,
que não somente não danam, mas deicta
e acrescenta a vida do home. Acuração deicta

ventos entra ao meio dia pouco mais ou menos,
e dura ate de madrugada: entao cessa por causa
dos vapores da terra que o apagam. E quando
amanhece as mais das vezes esta o Ceu todo
coberto de nuves, e asri as mais das manhãs
chove nestas faezas, e fica a terra toda cuber-
ta de neuoa por causa de ter muitos arvores
q' chamamos p' todos estes humores. Neste in-
teruallo, sopra um vento brando que' ma-
terra se gera, ate que o sol com seus raios a-
calma, e contendo o vento do mar acostrumado,
torna o dia clero e sereno, e faz fizez a terra
limpa e desempecada de todas estas exaltações.
Esta provincia, se a vista muy deliciosa, e
fresca e grama muneira: toda esta d'cidade
de muy alto e espessa acruada, regada com
as aguas de muitas e muy pecciosas ribei-
ras de que abundante menty fazecia toda

terra, onde permanece sempre a verdum com a
quelle temperatura da primavera, que cu nos offe-
rece Abril e Mayo. E isto causa n'os aue-
la frios, nem Quinas de inverno que' offendem
a suas plantas como cu offendem as nosas.
Os ares de pela manha, ate muy freatos e
sadios: muitas vezes se costumam alevantar
cedo por se deprecitarem delles e quando tem
esta virtude.

As aguas que na terra se bebem, são muy sa-
das e sabrosas: por muita que se beba, não
pecejudica a saúde da pessoa, porque a mais
della facil mente se torna logo a digerir, e desta
maneira fica o corpo desaliado e sem. E n'os
q' asri se ouve a natureza com todas as coisas
desta provincia, e de tal maneira se comido
na temperatura dos ares, q' nunca nella se sen-
te frio, ne quezura excessiva.

Cap. iij. das capitãias & pou-
ações de Portuguezes que ha
nella prouincia

Em esta prouincia assi como deoys lanca-
da da linha equinoctial para o sul, oito
capitãias povoadas de Portuguezes, que

contem cada uma em sy poucos mais ou menos, cin-
coenta legoas de costa: e demarcam suas das
outras por sua linha lançada sobre o este, e assi
ficão semitadas por estes termos, entre o mar lre-
go, e a linha da Depreciação geral dos Reis, de
que actas fez menção. As quaes capitãias el-
Rey Dom Joam o terceiro, desceyso de plan-
tae nestas faetas a deligado Christão, orde-
nou em seu tempo: escolhendo para o gouer-
no de cada uma dellas, varonhos seus de

47
delegado e mee ci meiros, em que cabia esta com-
arca. Os quaes edificaram suas povoações na
longa da costa, nos lugares mais convenientes
e accomodados, que lhes pareceo para a viu-
da dos moradores. Todas estã ja muy povoadas
de gente, e nas faetas mais importantes quã-
necidas de muita e muy grãd artefina que
as defende e assegura dos inimigos, assi da pã-
te do mar, como da terra. Simo dellas, auia
muitos Indios quando os Portuguezes comen-
çaram de as povoaer: mas porque os mesmos In-
dios se levantaram contra elles, e fazião lles
muitas treições, os gouernadores e capitães da
toza, destruíram nos poucos apouco, e mata-
ram muitos d'elles: outros fugiram para o soe-
tão, e assi ficou a terra desocupada de gen-
to longo das povoações. Alguns aldeas destes
Indios, ficaram todavia arredos dellas, que

são de paz, e amigos dos Portuguezes que habitão
estas capitâneas. E pora que de todas as pe-
rentes capitâneas foy a primeira, não foy por ora-
mais, que se fez de camilhões nomas dos pezin-
ros capitanes que as conquistaram, e tractos pezi-
samonte das povoações, sítios, e povos onde desi-
dem os Portuguezes, nomando cada uma delas e
especial, assi como a do norte se chama o sul, e a ma-
noia seguinte.

1. Primeira e mais antiga, se chama Tamaraí,
a qual tomou este nome de sua ilha materna-
ra, onde sua povoação está situada. Deo Lopez
de Souza foy o primeiro que a conquistou, e Linco-
dos Trancezes, em cujo poder estava quando a foy
povoa. Esta ilha em que os moradores habitão,
chamada terra firme, tem baía de mar que a bo-
dea, onde também se ajuntão alguns rios e ri-
beirões. E assi foy a duas povoações lançadas

18
cada uma pela sua banda, e a ilha em mezo: por sua
das quaes entraram muitos granos e de toda sorte, e uns
ancejos juntos da povoação que está da li meza le-
gou poucos mais ou menos. Também pela outra foy
feyta da banda do norte, se seueu alguns embeza-
cos por que nas, a qual por causa de ser baixa não
soffre outras maiores. Desta ilha se chama o norte,
tem esta capitania terras muy largas e ricas, e
nas quaes oye em dia estevam feydas granas fa-
zendas, e os moradores foram em muito mais cre-
cimento, e florecem tanto e prosperidade co-
mo em cada uma das outras, se o mesmo capitão
Deo Lopez crendia nella mais alguns annos, e
não a desemparearia no tempo que a comen-
çou povoa.

2. A segunda capitania que a diante se seguiu, se
chama Pacamambuco: a qual conquistou Duarte
de Cabello, e edificou a sua principal povoação em

sumado a a villa do mar, q' esta cinco legoas -
 desta ilha de Tamazani em a sumado oito gomos,
 Chamase Olinda, e a villa das mais nobres e popu-
 laes villas que ha nestas partes. (que se deo a
 terra dentro esta outra povoação chamada So-
 rocu, q' por outro nome se de a villa dos Cosmos.
 E alem das novidades que achamos nestas villas,
 ha outros muitos que se los enqueramos e fazendas
 estas e palhaços, assi nesta, como nas outras ci-
 pitarias de que a terra comarcã toda esta po-
 uoada. Esta he a villa das meliores terras, e a ma-
 mais tem a alguns os moradores, q' todos as outas
 capitanias desta provincia: os quaes foram sempre
 muy favorecidos e ajudados dos Indios da terra,
 de que alcançaram muitos indios e servicos,
 com que ganharam suas fazendas. E a causa prin-
 cipal de ella e sempre tanto avari e no crecimento
 da gente, for por a terra continuamente nella o

mesmo capitão que a conquistou, e deo mais fe-
 quentada de muitos deste Reino por esta mais
 perto delle que cada uma das outras que a diante
 se segui. Fui legoa da povoação de Olinda
 para o sul esta sum arreife ou baxio de pedras,
 q' he o porto onde entram as embarcações. Tem
 a secunria pela praia, e tambem por sum de o
 pequeno que passa por junto da mesma povoação.
 A terceira capitania que a diante se segue, he
 a da Bahia de todos Santos, terra de Bay-
 noso sro: na qual se deo o governador, bispo,
 e ouvidor geral de toda costa. O primeiro capitão
 q' a conquistou e que a começou de povoar, for Ju-
 cis de Azevedo Coutinho, ao qual a hereditação os
 Indios com a força da muita guerra que he fe-
 zera, a cujo impetu não pod. Oveste pela
 multido dos inimigos que então se conjura-
 ram por todas aquellas partes contra os Portuguezes.

Depois disto tornou a ser restituida e outra
vez povoada por Thomé de Sousa o primeiro go-
vernador geral que foy nestas partes. E' aqui
poderante porra sempre os moradores multiplicando
com muito acrecentamento de suas fazendas. E'
ahi hũa das capitanias que agora esta mais po-
voadas de Portuguezes de quantas ha nesta pro-
vincia, e esta da Bahia de todos sanctos. Te'
tres povoações muy nobres e de muitos vizinhos,
as quaes estas distantes das de Parambuco
com legoas em altura de treze e quatro. A primeira
foi onde residem os do governo da toza e a
mais da gente nobre, e a cidade do Salvador.
Outra esta junto da barra aque chamão Villa
velha, que foy a primeira povoação, que ouve
nesta capitania: depois Thomé de Sousa sen-
do governador, edificou a cidade do Salvador
remanso distante meya legoa, por ser luma mais

decente e peoniceiro para os moradores da toza.
Quatro legoas pela toza dentro esta outra que se
chama Camipê que tambem tem juradição sobre sy
como cada hũa das outras. Todas estas povoações
estas situadas ao longo de hũa bahia muy grande
e fechora, onde podem entrar seguramente quizes
que os maos por grandes que sejam: aqual e tres le-
goas de lago, e navega-se quinze por ella dentro.
Tem dentro em si muitas ilhas de terras muy singu-
laes. D'onde se em muitas partes, e tem muitos
bracos e encostas por onde os moradores se sequeem
em bracos para suas fazendas.

4 A quarta capitania, que e a dos Ilhas, se deu a
João de Brito e Almeida (oza fidalgo da casa do Rey nos
seus: e por seu mandado a foy povoada em Joam
Almeida, o qual edificou sua povoação trinta
legoas da Bahia de todos sanctos em altura de
quatorze e quatro e duas tozas. Esta povoação e

e melhoz peouida e todos os mantimentos da terra, que ou em alguma que seja na costa.

7 A septima capitania, e' a do Rio de Janeiro, a qual conquistou Monde'sa, e a fortica das mas offerendo a muy pozigosos combates, e livrou das Tronçees que a occupava, sendo gouernadoz geral destas partes. Tem ella pouaçoão a que chamão Sam Sebastião, cidade muy nobre e pouada de muitos rezinhos: a qual esta dista de da do espiritu sancto setenta e cinco legoas em altura de porto e tresyguas. Esta cidade esta junto da barra edificada ao longo de hum braço de mar a maneira de bahia: a qual entra sete legoas pela terra adentro. e tem cinco de traseira na parte mais longe, e na boca onde se mais estreita, aua a metade de legoa. Ofoneço desta barra, esta hua lagoa que tem cincuenta e seis braças de comprimento, e vinte e seis de largo: na qual se pode fazer

22
hua fortaleza para defensão da terra e companhia. Esta e hua das mais oganas e melhoz barras que ha nestas partes, pela qual podem guarecer nos entras e sair a todo tempo sem temor de nenhum peizo. E as terras que ha nesta capitania, tambeem sam as melhozas e mais apparelladas para erigirem os moradores, de todas quantas ha nesta provincia. e os quila podem viver com esta espcança, não creya que se acharão enganados.

8. A octima capitania e' a de Sam Vicente, a qual conquistou Martin Afonso de Souza: tem quatro pouaçoões. Duas das dellas estão situadas em hua ilha mediterranea que diuide hum braço de mar da terra, forme a maneira de Rio. Estas duas pouaçoões distantes da do Rio de Janeiro quateenta e cinco legoas em altura de vinte e quatro graus. Este braço de mar que ceca esta ilha, tem duas barras cada hua sua parte. A que fica da banda

do sul, he barra e' não muito grande, por onde se
podem entrar se não embarcações pequenas: ao
longo da qual está situada a mais antiga po-
vuação de todas, a que chamão San Vicente.

Atua legoa e' meya da outra barra que fica da ba-
da do norte (que he a principal) por onde entram os
navios grandes) está a outra povoação chamada —
Santos, edificada ao longo do mesmo braço de mar:
onde por despois destas escolas, reside o capitão
ou seu loge' tenente com os officiaes do conselho e
governo da terra. Cinco legoas para o sul, ha ou-
tra povoação a que chamão Himmalaon. Outra
está doze legoas pela terra dentro chamada Sam-
Paulo, que edificam os Sacerdes da companhia
onde ha muitos vizinhos, e a mayor fortificação
dos naviões das Indias para terras da terra, e fillos
de Portuguezes. Também está outra illa a fme
desta da banda do norte, a qual divide da terra

como outro braço de mar que se vem ajuntar co
este: em cuja barra estão feitas duas fortalezas,
cada uma de sua banda que defendem estas pou-
ações dos Indios e com o porto me comete baria
de que estão muy bem aperceuidas. Por esta barra
se saem antigamente, e he o lugar por onde
costumavaõ os inimigos de fazer muito dano aos
moçalozes.

Outras muitas povoações ha por todas estas capitaniaes,
além destas de que tratai, onde residem muitos Por-
tuguezes: das quaes não quis aqui fazer menção, por
não ser o meu intento dar noticia, senão daquellas
mais asimiladas, que são as que tem officiaes
de justiça e jurisdicção sobre si, como qualque villa
ou cidade destes Reinos.

Cap. iij. das plantas, mātmen-
tos & frutas que ha nel sapo-
uincia

am tinnus é tam diuersas, as plantas, frui-
tas, é herbas q' ha nesta prouincia de qua-
se todos no ter muitas particularidades q'

seria com infinita escrueelas aqui todas e das ro-
ticia dos effectos de cada uma meudamente: E

por isto não farey agora menção de algumas
em particular, peincipalmente daquelle, de
cuja virtude e fructo paeccitibão os Doctores.
Primeira mente tractarey da planta e Raiz de q'
os moradores fazem seus mantimentos que ha
comem em lugar de pão. E Raiz se chama
Mandioca, e a planta de que se fazea, se da natura
de um homem ou mais compeida. Esta planta

não se muito grana e tem muitos nos: quando aque-
rem plantar em alguma laca, coadão na e fazemna em
pedaços: os quaes metem de baxo da terra depois de
cultuada com o estacas. E da si tornão a areben-
tar ou tras plantas de nouo: e anda estaa destas cri-
tas ou quatro raizes, e da si fazea cima (segundo a
virtude da terra em que se planta). As quaes poe-
noue ou dez meos em se crir, saluo em San Vicente
te que fozem tres annos por causa da terra, se mais
fria. Estas raizes acabo deste tempo se fazem muy-
grandes a maneira de inhama de San Thomé: ain-
da que as mais dellos am compeidas e de muitas da
fazea de cozo de boy. E depois de criadas desta
maneira, se logo as não quecem acoutado poea come,
coadão a planta pelo poe e asi estão estas raizes
cinco seis meos de baxo da terra em sua perfeiçã
sem seclanarem. E em San Vicente se cor-
seuão a virte trinta annos da mesma maneira.

E' tanto que eis morando, poem massa coetir
 em agua tres quatuor dias: e depois decoradas, pi-
 samas muito bem. Feito isto, metem aquella
 massa em duas mangas compridas e estreitas, q'
 fazem de duas vergas de ligadas, tecidas a maneira
 de cesto: e ali a espremem daquelle como de
 mado que não fique delle nenhuma coua por expor-
 taque: e' tam pegonhento, e em tanto extremo re-
 mendo, que se algum pecca, ou qualquer outro animad
 o pecca, logo naquell' instante morrea. E de-
 pois a treem curada desta maneira, põem buen-
 a aquidade sobre o fogo em que a lançao: aqua es-
 trechendo a mão. Sobra ate que o mesmo fogo se vácahe
 de gaste aquella humidade e q' fique cravada e
 disposta para se poder comer, que sera por os peccos
 de moça e por poucos mais ou menos. Este se o mi-
 timent' aqua e' chamado facenda de peccos com qua-
 os moradaes e gerois desta provincia se mantem.

Ha talavia farinha de duas maneiras. Uma se chama
 de guerra, e outra de casa. A de guerra se faz desta
 maneira: coze a farinha de feita, fica muito seca, e
 torrada de maneira que dura mais de hum anno se
 se guardar. E' feita e' mais minui e e' de melhor
 gosto: mas não dura mais que dois ou tres dias, e'
 como para de lles, logo se corrombe. Desta mes-
 ma maneira, fazem outra maneira de mantine-
 tor que se chama bejuis: os quaes são da feitura de
 omeas, mas mais grossos e' alvos, e alguns d'elles este-
 chidos da feitura de fillos. D'estes deão muito os
 moradaes da terra, principalmente os da bahia
 de todos os lados, porque são mais robustos e' de
 melhor deusito que a farinha.
 Tambem ha outra casta de Mandioca q' tem dife-
 rença de peccadade desta, aque por outro nome
 chamao. Apeim: da qual fazem e' os bolos em
 algumas capitannias, que parecem no gosto q' excedem

É ua planta humilde juro do céo. Aqual planta-
 tem é uas poucas como de terra babaça. Esta
 fruta chama-se manares, e nasce como alcaçô-
 fes: os quaes pertencem naturalmente pinças e são
 do mesmo tamanho e alguns melhores. Depois que
 são maduros tem hum cheiro muy suave, e com
 se apertados feitos em talhasas. São taõ subreptos,
 que a juizo de todos não se fruita neste tempo, q
 regosso lhes faza a ventagem. E assi fazem os
 moadores por elles mais, e os tem em maior di-
 ma, que outro nenhum panno que aia na terra.
 Ha outra fruta que nasce pelo mado em suas
 arvores tamanhas como peceirias ou mactierias:
 aqual se da feição de peros de Rey, e muito a-
 marella. Esta fruta chama-se Cajús: tem muito
 cumo, e come-se pela casca boa. Expressaos peny
 de ella de sua natureza muito fria, e de ma-
 uita faz mal a vida que se deymandem nella.

A forma de cada foma destes se cria hum carro, ta-
 manho como castanha da feição de fava: aqual
 nasce primeiro, e vem diante da mesma fruta co-
 mo fave. A cora delle se muito amargam em
 extremo, e o meolo a favela, e muito quente de
 sua propriedade, e mais gostoso que amendoa.
 E uas arvores ha tamem nestas partes muy
 altas, a que chama-se Tabucades: nas quaes se cri-
 am as uas arvores tamanhos como grandes quocos da
 feição de jarras da India. Estes arvores não muy
 altos em grana maneira, e estão cheos de suas ca-
 stanhas muito doces e subreptos em extremo: e
 tem as bocas pela bucca cubertas com suas ca-
 baduros, que parece o cal montinho, semem ari-
 criadas da natureza, se não feitas por artificio
 de industria humana. E tanto que as taes
 castanhas são maduras, caem estas capadeiras,
 e dali comeca as mesmas castanhas tamem

acabar pouco a pouco, ate não ficar nenhuma dentro dos vasos,

Outras muitas frutas ha nesta provincia de diueras qualidades comuvas a todos: e são tãtas, que ja se acham pela terra dentro a algumas pessoas, as quales se sustentam com ellas muitas dias sem outro mantimento algum. Estas que a qui escreuo, são as q os Portuguezes tem entre sy em mais estima e as melhores da terra. Algumas deste Reino se dão tamhem nestas partes, como a canha, melões, pepinos, Romãs, e figos de muitas castas: muitas parriceiras que dão duas e tres vezes no anno, e de toda outra fructa da terra, ha sempre a mesma abundancia por causa de não auer la comodo q' frios que hees para nelly pequiriz. De cidras, limões, e laranjas, ha muita infiridade, por se dão na terra estas maiores de sequeza, e multiplicão

mais que as outras.

Além das plantas que produzem de sy estas frutas e mantimentos que na terra se comem, ha outros de que os moradores fazem suas fazendas, como a canha, muitos canas de açúcar, e algodoões, que se a principal fazenda que ha nestas partes de que todos se ajudão e fazem muito proveito em cada uma destas capitannias. Os peruaes na de Caranambuco, que são feitos pezo de trinta engenhos, e na da Bahia do Salvador quarsenta outros tantos donde se tira cada hum anno grande quantidade de açucres, e se dá infiridade algodo e mais sem contarmos, que em machuadas outras. Tamhem ha muito pau brasil nestas capitannias de que os mesmos moradores alcançam grande proveito: o qual pau se macha claro, e se peo de sequeza da quantidade do sol, e cruado com a infiridencia de seus raios: porque não se acha

se não de huer da torcida zona. E assi quanto
mais peço esta da linha equinocial, tanto se mais
fino e de melhoze trinta que o outro. E esta se acou=
sa poque o não se, na capitania de sam Vicente
nem da hyerea o sul.

Em um ceo de genero de arvores ha tambem pelo ma=
to dentro na capitania de Diamantibus, a que se ha=
maõ Opalibus, de que se tira balsaõ muy solu=
tifero, e peoueyro emextremo peo infirmitades
de muitas mactenas: principalmente nas que peo=
cedem de frialdade: causa grandes effeitos, e tira
todas as dozes por grandes que se são em muito bre=
ue espaço. Dea feidas, ou quaesquer outras
cegas tem a mesma virtude: as quaes tanto q=
com elle se acodem, saiam muy depeceada, e tira
os sinnes de maneira, que de manilha se cruce=
ga onde estancam: e não faz ventagem a todas
outras medicinas. E se oleo não se achando

29.
anno perfeita mente nestas arvores nem peou=
ram n' buscalo senão no ceto, que se o tempo en=
que assi malada mente o criaõ. E quando que=
rem tiralo, dão certos golpes ou furtos no tronco del=
las, pelos quaes pouco a pouco ceto se estilando do
amago este licoe precioso. Dorem não se achar
em todas estas arvores, senão em algumas a q' por
este Respeito dão nome de fencas: e as outras
que carecem d'elle clamão machos, e nisto so=
mente se conhece a differença destes dois gene=
ros: que na peo poço e semelhante não differe=
nada suas das outras. As mais dellas se achão
vocadas dos annes que por infinita natural
quando se sentem feridos ou mozdidos de alguma
fera, as vãos buscar peo a remedio de suas infir=
midades.

Outras arvores diferentes destas, ha na capitania
dos Jueos, e nado espiritu Santo a q' chamão

condonáveis, de que também se tira outro benefício: ou quasi da casa da mesma arvore, e cheira suaissima morte. Também a peçonha hea as mesmas infernidades, e aquelles que a talmanção temno em grande estima e vendem no por muito pouco: he que alemde as tres arvores, heem poucas, coecem muito (disco as peçonas que o vin buscar por causa dos inimigos que andão sem peo e buscados pelo mal, e não peçoão a quem os achão). Também ha hua certa arvore na capitania de San Vicente, que se diz pela linguada Indios, obripar a macta, que quer dizer hea a peçonha infernidades. Com o leite da qual, se mete com tres gotas, purga hua pessoa por heuio e por cima grande mente. E se tomar quantidade de hua casa de roç, mececa sem menhua Peçonha.

Outras plantas e herbas que não são frutis,

90
nem se sabe o hea que presta, se podia escrever muitas coeyas, de que aqui não fizo menção, porque meu intento não for, senão dar noticia como já disse, destas de cujo fructo se aproveitão os moradores da terra. Somente tratey de hua muy rarissima, cuja qualidade se bida, creyo que em toda parte caustura grande ofendo. E assim se heu a hua, e tem alguma se melanga de sítuo mado. Quando alguém se toca com as mãos ou com qualque outra coisa que seja, naquelle momento se encolhe, e murcha de maneira, que parece criatura sem vida, que se anjoia e heche escudado com aquelle tocamento. E depois que a arvore, com a cousa ja escurada deste agriuo, torna logo pouco a pouco a estenderse, até ficar outra vez tão robusta e verde como dantes. Esta planta deue ter alguma virtude muy grande a nós encuberta, cujo effecto não seza pela ventura

de menor admiração. Do que sabemos de todas
as heruas que Deus criou, ter cada uma sua
particular virtude, com que fazem diversas
operações naquelle cousas peccas cuja utili-
dade foram criadas: quando mais esta, a que
a natureza misb tam qum asri nalar, danda
hum tam abunda see, e dissecme de todas
as outras. —

Como esta provincia seja tam grande, e a
mayor parte della inhabitada e cheia de al-
tissimos arvozelos e cspessos matos, naõ

he de se pautar que aya nella muita diversidade de
animaes e bichos muy ferros e venenosos: pois ca e
tre nos, com see a terra ja tam deusada e povoada
de tanta gente, criada se criaõ com breñas cobras
muy grandes de q se contaõ cousas muy notaveis,
e outros bichos e animaes muy danosos a seaa-
zidos por cãeças e matos, a que os homes com
seem tantos, e mataram sempre nelles, naõ po-
dem acubar de dar sem como sabemos. Quab
mais nesta provincia, onde os climas e qualida-

des dos arts tecestes, não são menos dispostos
para os dezoito. do que a terra em si pelos mi-
tos matos que digo, acomodada para os criar. Do-
cem de quantia immundicia e variedade de ani-
maes por ella espalhou a natureza, não aua-
la nem os domesticos quando começaram os Do-
mestres de a pouar. Mas depois que a terra for-
delles conhecida, e vieram a entender o proveito
da criação que nella parte podião alcançar, co-
meçãõ se a levar da illado do verde ca-
uallos e eguas de que agora ha ja grande cria-
ção em todas as piturias. E assi ha tambe
grande copia de gado que da mesma ilha for
levado a estas partes, principalmente do va-
cum ha muita abundancia: o qual pelos pastos
seem muitos, e as sempre em grande crecim.
Os outros animaes que na terra se achão,
todos são brutos de natureza, e alguns estã nos

ningua vistos em outras partes: dos quaes darey
aqui logo noticia, começando primeiro mente por
aqueles que na terra se comem, de cuja carne os
moadores são muy abundados em todas as capit-
nias.
Ha muitos veados, e muita soma de porcos de
diversas castas, comensalhes, ha montes co-
mo os deste Reino: e outros mais pequenos que de
o embuço nas costas de que se mata natureza gran-
de quantidade. E outros que come e cria o
em terra, e andão de bucco d'agua o tempo qua-
nquerem: aos quaes, como cozeão pouco, por cau-
sa de terem os pees com peidos, e as malferidas,
porcos a natureza de maninha, que podem
começar a vida de buço da mesma agua,
aonde logo se lançaõ de mequillo tanto q
vem gente ou qualquer outra coisa de que se
tema. E assi a carne destes, como a dos

a tegora se tem visto. Chamallico Latus, e
são quasi tamanhos como leitões: tem hum
casco como de caquid, oqual se separa de em
muitas juntas como lamina, e poe porcionado
de maneira, que parece totalmente hum ca-
uallo armado. Tem hum rabo comprido todo
coberto do mesmo casco. Oferece se como de
leitão, ainda que mais delgado algum tanto,
e não bota mais fora do casco que uacabaça. Te-
as pernas baixas, e crião se em couas como co-
elhos. A carne destes animaes, e a mellos
e a mais esbada que se na terra, e tem
o sabor quasi como de galinha.

Esta também coelhos como os de ca da nossa
patria, de cujo parece não differem com
algua. Finalmente que desta e de toda
a mais caça de que acima trata, participa
(como de q) todos os mealdades e mata se muita

34
della a custa de poucos trabalhos em toda parte que
querem: porque não ha la impedimento de coua-
das como nestes outros. E hum so finto basta se
le bom caçador, a sustenta sua casa de carne de
mato: a qual não escapa si dia por outro q não
mate pouco, ou pouco, ou qualq: outro animal d'elles
de que a tras se nutre.

Outros animaes ha nesta península muy feos, e
prejudiciaes a toda esta caça e ao gado dos mora-
dores: os quaes são Tigres, ainda que na terra a
mais da gente os nomea por Onças: mas algumas
pessoas que os conhecem e viuão em outras par-
tes affirmão que são Tigres. Estes animaes, pa-
recem naturalmente com gatos, e não differem del-
les em outra coua, salvo na grandez do corpo:
porque alguns são tamanhos como bezerros, e outros
mais pequenos. Tem o cabello dividido em du-
as e distintas cores, com umas abas em finitas

brancas, pardas, e pretas. Como se achão famintas,
então nos curras dogado, e matas murtas e vitelas
e novilhas que vão comee ao mato, e o macho
fazem a todo animal que podem alcançar. E pelo
consequente quando se vem perseguidos da fêmea,
tambem cometem aos homens: e nestas paezias
tam ouvidos, que já aconteceo trepa-se hum indio
a hum aveloz, e se hum de hum destes animaes
que o via seguindo, e puez se o macho tigre ao pre-
da aveloz, não bastando a espanto alguma de
que acadio da puação aos gritos do indio: antes
a todos os meios, se deixou estar muito segun-
guarando sua presa, até que sendo noite se
transformam outra vez sem ouzarem de lesta-
res nem mais offensa, dizendo ao indio que se
deixasse e faze; que elle se enfiava de o espe-
rar. E quando vez pela manhã (ou poquias
o indio se quis dezes puerenal e; que o tigre

era já ido, ou por accetue de cair puez algum das bestas
ou pela via que faze) não se acoua e i mais delle,
que os ossos. Doem pelo contrario, quando estão
fartos, são muy cobardes, e tam pusilanimos, que
qual quez com que temer e achos, basta a fazelos
fugir: e alguns dezes acabados do mato, se tirão
a hum aveloz, e ali se deixou matar as frentadas
sem nenhuma resistencia. E n'isso que a furtiva
superflua, não se me de apaga a prudencia, a
fozileza do animo, e a vicia do ingenho ao ho-
mem: mas ainda aos brutos animaes inabili-
ta, e faz incapazes, de ouzarem de suas forças
naturaes, posto que tenhão necessidade de as ex-
ercitaarem puez defensão de sua vida.

Quito genero de animaes é a na leon, que clama
tamendoads, que secom tamanhos como caniveis.
os quaes são pardos, e tem hum focinho muito com-
pido e delgado puez bazeo. A boca não tem

Casgada como a dos outros animaes, e de tam pequena, que creosamente cabeu' boella dois dedos. Com sua lingua muito estroita, e quasi de tres palmos em comprido. As fencas tem duas tetas no peio como de molles, e sobre lançada encima do peçoço entre as pernas, donde lhes deca o leite as mamas totas com que cria os fillos. E assim mais cada um delles duas tetas em cada mão tam compridas como grandes dedos, longas a maneira de escouparo. Também pelo congueito tem um Cabelo muito cheo de setas, e quasi tam compridas como as de um cavallo. Todos estes extremos que se achão nestes animaes, são necessarios para conservação de sua vida: porque nós comem outra coisa sendo farniguas. E como isto ahi se cria, não se com aquellas urilas a adornar nos farnigueros onde as cria: e tanto quanto tem agruadas, lançando a lingua fora, e pe-

na ali naquelle parte onde azaançam, aquil como se enche dellas, recolhem para dentro da boca: e tantas vezes fazem isto, ate que se acabam de farte. E quando se quecem aquil fazer, ou esconder de alguma coisa, levantando aquillo. Cabelo, e urilas no por cima de si: de baixo decujas setas ficando todos cubertos sem se enxergar delles contra alguma. Outra casta de animaes se a também na terra, que não farnidos, e quasi terminados como Raposas, a que chamão Geijos. Os quaes tambem farte, recolhem os fillos em seus bolsos que tem na barriga junbadas urilas, donde não saem, servindo a mame, e como acabam, tornam se outra vez a meter nelles, e ali os trazem sempre. Recolhidos, ate que são criados. Estes animaes deuem ser aquelles de que Pedro Sphero (tratando da America) fez menção na sua cosmographia. Hum certo animal se acha também nestas partes,

a que chamão Deiquia, que se pouco mais ou menos do tamanho destes cerigões: o qual também se paria, e tem hum Costo muito feo, e huas orzadas quasi tam compridas com dadas. Tem sua grade. Ha grande no taitica que se cobre o pescoco, e anda sempre com a boçigua lançada pelo chão, sem nunca se levantar em pee como os outros amimaes. E aqui se pode comparar tam os qaeosos, que ainda ^{grande} quize dias atirado, não deocea distancia de hum tiro de pedra. O seu matimemto, e folhas de amozes, e enxada dellas anda o mais do tempo: aonde pelo menos, ha muitas adous duas poça sobre, e adous poça deca. E passoque o matim com lançadas nem que o peçoigão outros matimmas, não se mema. E não poça mais que outra.

Bogios ha na terra muitos e de muitas castas como ja se sabe: e por seem tam conhecidos em toda parte.

27
não particularizar aqui suas pecceridades tão por extensa. Somente thatey em breues palavras alqua coisa destes, de que particularmente entre os outros, se pode fazer menção.

Ha uns Ruyos não muito grandes, que deoamão de se hum ceiro muy suau: a toda pessoa que adles se chega, e se os trata com as mãos ou se accoita de suas fiam, muito mais odorifero, e alcanar o ceiro a todos os circunstantes. Estes ha muy poucos na terra, e não se achão senão pelo sebo dentro muito longo.

Outros ha peccos maiores que estes, que tem bocha como homem: os quacs são tam atirados que muitos vezes acontece fucarem os pullos alguis, e elles tirarem as frechas do coço com suas proprias mãos, e tornaem a azeermalas a quem lles atirou.

Estes são muy bravos de sua natureza, e mais esquivos de todos quatos ha nestas partes.

Ha tamẽm ãus pequeninos pela costa de duas cas-
 tas poucas maiores que dominicas, a que comen-
 mente chamão çagóis, començabebes, ha ãus
 louros, e outros paedos. Os louros tem ãs cabellos
 muito finos, e na semelhança do vulbo, e fricção do
 corpo quasi se querem parecer com lãos. São m-
 ferosos, e não os ha senão no Rio de Janeiro. Os
 paedos se achão da si peoa onte em todas as
 mais capitãrias. Tamẽm são muito apençueis,
 mas não tam alegres a vista como estes amarellos.
 E assi são como outros são muito mimos, e tam
 delicados de sua natureza que como os trinos da pa-
 tria e os embocadõs peoa este Peru, tamõ que che-
 gão a outros aces mais frios, quasi todos morre-
 no mar, e não esguapa senão algu de grande
 macanilha.

Ha tamẽm pelo mar dentro cobras muy grandes
 e de muitas castas, a que os Indios dão diversos

38
 nomes conformẽ a suas peopelidades. Haas ha na-
 toza tam dos fomes de grandes, que engolm ãum
 grande, ou qualque outro animal semelante todo
 intiro. E isto não se muito peoa aspanas,
 pois 2 emas que nesta nossa patria, ha oje endia
 cobras bem pequeninas, que engolm ãua seba, ou
 coello da mesma maneiã, tendo ãum collo que a
 vista parece pouco mais grosso que um dedo: e quando
 vem a engolir estes animas, allargae, e da de sy
 de maneira, que passaõ por elle intiro, e assi os
 estão roendo até os acabarem de mite no bu-
 cho como entre nós se notão. Quanto mais es-
 toutras de que trata, que por oazio de sua gran-
 deza, fica paecendo a quem mas vira menos diffi-
 cultos, engolhem qualque animal da toza por
 grande que seja. Outras ha doutra casta -
 diferente não tam grandes como estas, mas
 muito mais 2 onças: as quaes tem na ponta

do Cabo e'ua couem que' seoa guari como cascavel,
e' ari por onde que' que' não sempre e' a mudo. E'guirado,
e' os que' as ouem tem cuido de se guardar m deli-
las. E' com de' suas. E' a outras muitas na toea adu-
tras castas diuersas que' aqui não. E' firo por es-
cume peoluxidade: as guas pela mays forte não
tam nocuas e' peconferentes, e'pecialmente e' suas
a que' e' lambo' seeritias, que' se acceto de moode
a'guia peora, de maza m'la. e' a'guia, e' o mais q
dura, firo e' m'ne e' quatro lozas.

Lambem e' a laguetos muy grandes pelas lagoas e'
eios d'agua doce, cujos testiculos e' e'idos m'elhe
que' al m'ere: e' a'guas que' Doupa que' os elegos,
fira o e'eros pegado por m'itor dias.

Outros muitos a m'inas e' b'icos e' encinos, e' a
nesta peouincia de que' não trahi: os guas são
tamto em tanta abundancia, que' seria e' f'istria
muy compeida, no m'elos aqui todos, e' trame.

Peaciculos m'enti da natureza de cada hum,
a m'enda, como d'igo, m'f'ridade delles m'istas par-
tes: a'onde pela dispozião da toea e' dos climas
que' a' sempre e' m'ado de' de' m'ede os a m'e.

Do que' como os v'entos que' peocedem da m'egma-
toea, se temem m'f'icionados dos p'aridos das
leuas, m'atos, e' a'laguadicos, q'ea se com a m'f'lu-
encia do sul que' m'isto com oee m'uitos e' muy
peconferentes, que' por toda a toea e' f'as e' f'uezi-
dos: e' a' e' f'la cauea se cria e' a' e'idos nas partes
maritimas e' pelo se'cto dentro m'f'ridos da
maneira que' d'igo.

Cap. vj. das aues que ha
nella prouincia.

entre todas as coures de que na peccunia
historia se pode fazer menção, a que mais
abundauit e femora se offerece a vista

humana, he a grande variedade das feras e ale-
gres cozes das muitas aues que nella prouincia se
crião: as quaes por seem tam diuersas em tanta
quantidade, não tratarei somente de cada da-
quellas de que se pode notar alguma coisa, e qui-
na teoza são mais estimadas dos Portuguezes
e Indios que sabião estas partes.

Ha nella prouincia muitas aues de caprina
muy fermosas e de varias castas, como a cabra,
aguia, acozes, e gamiaes, e outras doutros ge-

neros diuersos, e cores diferentes, que também tem
a mesma peopelcidade. As aguias são muy gra-
des e feroças: e aori demoram com tanta furia
a qualquer aué ou animal que quizerem pezar, qui-
as 2 vezes acontece nestas partes, de com a guastia
desatinadas seguindo a presa, que maaça nas
casas dos moradores, e ali acm a vista da de-
som mais se podem levantar. Os Indios da
teoza as costumam tomar em seus ninhos qua-
do são pequeninos, e criam nas em suas coças peo-
de bois de grandes se abouitarem das penas em-
suas galantrias acostumadas. Os acozes são co-
mos de ca, ainda que ha hum certo gnero d'elles
que tem os pés todos 2 vellos, e tam cubertos de pen-
que escarmentamente se lhes enroscam as 2 unhas.

Estes são muito ligeiros, e demorauiça se es-
caba aué, ou qualquer outra caca aque demetido.
Os gamiaes também são muy dectos e ferozes

especialmente Sãos pequenos como esmerilhões
em sua quantidade o São tanto q' tem nem a
sua fealdiz, e a leua mas 2 milas poxa onde
quecem. E juntamente São tem a trezidos, q'
muitas vezes acontece de frizem a qualquer
aue, e apanhada dando agenci sem se que-
rerem. Deuine nem se agula por muito que os
espante. As outras aues que na treza reco-
mem, e de que os moadores se abouicião, São
as seguintes.

Ha um corvo de nome dellas, a que chamão
Macucapós, que São feroz, e maiores que gu-
linhas: asquas tem tres ordens de titilas.

São muy gordas e tenas: e así os moadores
as tem em muita estima: porque São ellas
muito saboras, e mais que outras asquas que
entre nós se comão.

(Também ha outras quasi tamanhas como estas,

a que chamão Jacus, e nós lhe chamamos galinhas
do mato. São fardas e ferozes, e tem um cir-
culo branco na cabeça, e o pescoco de mellesco. Qua-
tam se na treza muitas dellas, e pelo conyugente
São muy saboras, e das melhores que ha no mato.
Ha também na treza muitos fardices, bombas, e
Collas como as de São Cirio, e muitos fardos e a-
dons brancos pelas lagoas e rios desta costa: e
outras muitas aues de diferentes castas, que não
São meos saboras e saluas, que as mellescos,
que ca entre nós se comem e se tem em mais esti-
ma.

Papageos ha nestas partes muitos de diuer-
sas castas e muy fechosos, como ca se vem alguns
por experiencia. Os melhores de todos, e q' mais
caramente se acatão na terra, São seus grandes
maiores que agora, a que chamão Anapurus.
E estes papageos São variados de muitas cores

nos, e' não são tam estimados como os outros, porque gerão muito, e alem disso, são difficiltoza mente, e a custa de muita industria. Mas quando vem a falar, paço fletos outros, e fazem les nesta parte muita ventagem. E' por isso os Indios da terra, costumão de comprar alguns emquanto são novos, e tingemnos com o sangue de suas ceetias, e as com outras misturas que lêe ajuntão: e depois que se tornão a cobrir de pena, ficam nem mais nem menos, da cor dos verde deiros. E' assi acontece' muitas vezes enganarem com elles algumas pessoas, vendendo-lhos por tacs. Ha tamem uns peçonhinos que vem do estrão pouco maiores que pardaes, aque' chamão Tunos, aos quaes visto a natureza de sua pena verde muito fina sem outra menhũa mistura, e tem o bico e as pernas brancas, e' u' Cabo

43
muito comprido. Estes tamem felleo, e' não m' ferrosos e' apaziguais em extremo. Outros ha pela costa, tamarão os como melros, a que' chamão Marcanas: os quaes tem a cabeça grande e' um bico muito grosso: tambe' são verdes, e' felleo como cada um dos outros. Alguns aues notaveis ha tamem nestas partes, a fora estas que tembo referido, de que' tãbem farey menção: e' em especial tratreys logo de suas maritimas, aque' chamão Vocas. As quaes se cam do tamanho de gaviotas, e' a pe meira pena de que a natureza as vestio, e' branca sem menhũa mistura, e' muy fina em extremo. E' por os fado de dois annos pouco mais ou menos a mudão, e' tornalles a nua outra banda tamem muito fina sem outra menhũa mistura. E' pelo mesmo tempo adiante, a tornão a mudan, e' ficam vestidas

de sua multiplicação de toda outra coa.

Depois d'elli acerto tempo pelo conseguir a mudas, e temão se acobrie d'outra muy vez me-
lea, e tanto como o mais ^{temo} e puro cramecim, q' no mundo se pode ver: e nestu acabou seus dias.

Muitas certas aves se acedão tambern na capi-
tania de Camandubá pela treza dentro mayo-
res duas vezes que galos do Dom, as quaes
são jaanelas, e he na cabeça acima do bico, e u-
espoas muito agudas como coroa. Variado
de branco, e pardo escuro, quasi do compai-
mento de um palmo, e tres se melantes a-
este em cada asa algum tanto mais pequeno,
conuem asabea, e us nos encantos, outor nas
juntas do meyo, outor nas pontas das mesmas
asas. Estas aves tem o bico com de aquiu,
e os pees grossos, e compridos. Nos gilos tem

144
e us calos trunados como grandes pinhos. Quando
selejaõ com outras aves, viraõ se de costas, e as se
ajudão de todas estas armas que a natureza lhes
deu para sua defensão.

Outras aves ha tambern nestas partes, cujo no-
me a todos ca he notorio: as quaes ainda que
temão mais officio de animas trezeles, q' de
aves pela Razão que logo dizem, todavia por se-
rem d'as mentes aves de que se pode crer e
teem a mesma semelhança, não deixando de
fazer menção dellas como de cada eua das ou-
tras. Chamão se temas, as quaes temo tanta-
corne como e um grande carmeiro: e tem as pe-
nas tam grandes, que são quasi ate os encontros
das asas da altura de um homem. Os pees
e e muy comprido e cretoso, e tem a cabeça
nem mais nem menor como de pato. São par-
vas, brancas, e brancas, e variadas pelo corpo

de suas penas muy famosas, que ca entre nos
cos humas seguir nas gozas e cêrpeos de bo-
ras galantes, e que se professa a arte militar.

Estas aves pacem de suas consualquez ou-
tro animal do campo, e nungua se leuanta da
terra nem voa como as outras. Soment' abre
as asas, e com ellas voa fevendo o ao ao longo
da mesma terra. E así nungua andão, senão
em campinas, onde se acção de impedidas
de mitos e aençados seca juntamente podem
cooce e voa da maneira que se vê.

Outras infinitas aves que ha nestas partes,
a que a natureza a estio de muitas e muy finas
cozas, pudea também aqui fazer menção. Mas
como meu intento principal, não for na presente
distancia, sendo se breve e foyr de outras em
que pudea se notar de peoluxo dos poucos
curiosos, quis somente particularizar estas

mais notáveis, e passar como algo com nien-
to por todas as outras de que se deve fazer
menos caso.

Cap. vii. de alguns peixes nota.
ueis, baleas, & ambat que ha
nestas partes.

É tam grande a copia dos peixes e ma-
deira pesada, que se mata, e se ma-
ta, como nos Rios e bahias desta peo-

uintia de que deualmente os moradores são pa-
recipantes em todas as capitania, que esta so
fertilidade basta para a sustentação abundante
sima menti, ainda que não ouzara carnes nem
outro genero de caça na terra de que se poue-
ram como a tras fica declarada. E deitan-
do a parte a muita variedade daquelles peixes
que communmente não differem na semelhança
dos de cá: tratarey logo em especial de três
genero delles que sanctas partes, aguellos
peixes bois. Os quaes são tam grandes, que os

maiores peixes quozenta cinco e dez, e de
si peza cima. Tem oficina com de boy e de
cotos com que mudão a mancha de peixes. As-
fencas tem duas tetas com o leite das quaes se cri-
am os fillos. O Rabo e o bicho, como, e não mu-
to compeido. Osão tam feitos alguns de nem tam
peixes, somente na pelle que se parece co' tim-
na. Estes peixes pela maior parte se achão
em alguns Rios ou bahias desta costa. Principal-
mente onde alguns Dibeiro ou Degado se met-
na aqua salgada, são mais cretos: porque bato
o focinho de cá, e baten as barbas que se crião em
semelhança partes, e tamem comem as folhas da
suas arvozes a que se chamão mangues de cá.
grande quantidade ao longo dos muros dos
Os moradores da terra os matão com arpões: e
tamem em pescarias costumão tomar alguns
peixes e vin com a enxada da maré aos taes

fugaces, e' com a vantagem de tornão a ir peao
ma dorde e viceam. Este peixe e' muito
gostoso e engrande' manciã, e' totalmente ba-
re e' carne' a si na semelhança, como no saboe-
e' amado, não tem nenhuma differença de som-
bo de peixe. Também se coze com couves, e'
quassas como carne: e' assi não ha pessoa que
o coma, qui' o julga por peixe, salvo se o co-
nhece bem mais.

Outros peixes ha, a que se chamão lamproyngs,
que são quasi tamanhos os como Atuns. Estes
tem suas escamas muyto duras, e' maiores que
os outros peixes. Também se matão com as pedras,
e' quando quicem pescalos, põem si' em alguma ped-
ra ou pedra, ou em outro qualquez peço de accomda-
do a esta pescaria. E' que se ha bom pescador,
pega que não faça tiro em vão, quando os vê
vir, deixa os peixes passarem, e' depois a ti q

figue agito que para arpoalos por dentro, de ma-
neira que o arpoa entre no peixe sem as esca-
mas o em pedrem: porque não (como digo) tam-
duras, que se aceita de dar nellas, de manan-
ha as pode penetrar este hum dos melhores pei-
xes qui' ha nellas peixes: porque alem de ser
muyto gostoso, e' também muito sadio, e' mu-
is exento de sua propriedade qui' outro aqu
que na terra setema.

Tambem ha outra casta d'elles a que se chamão
Tamaatins, que são pouco maiores que sandi-
nhas, e' não se crião, sendo em agua doce. Estes
peixes são todos cubertos de suas conchas distin-
tas naturalmente como laminas, com algumas
andado os mados da maneira dos Tatus de q
a tras for mendo. São muyto secheiros, e' os
moadores da terra, os tem em muita estima.
Ha também hum certo genero de peixes pe-

queijos da fiação de Xacoceros a que chamão Xana-
cus: os queijos são muy peconhentos por extremos:
especialmente a pelle o é tanto, que se sua papa
gostam hum so bocado della. Logo naquella mesma
hora deora fin a sua vida: porque não se, ne
se sabe nem hum remedio na terra, que possa
apagar nem deitar por algum espaço, o impio de-
ste mortifero veneno. Alguns fructos da terra
se auctuam a comelos depois que lhe tirão a pelle
e he sangue fora por baixo toda a quella parte
onde dizem que tem a fecca da pegonha. Mas se
embargo disso, não deixo de morrer algumas
vezes. Estes peixes, tanto que saem forada
agua, e uncho de manoir, que parecem sua
bexiga ceca do ventre. E alem de torem esta
qualidade, são tam marcos, que os deoem to-
mae as mãos sem nenhuma trabalho: e muitas ve-
zes mandão a bordo da gaa tam quietos, que não

os veza pezoa, que se não comide a tomalos, e
anda a comelos, semão tenes conhecido dellas.
Outros peixes, nestas partes de que tratao fazo
agui particular menção: porque em todos os de ma-
is não se (como digo) muita differença dos de cá,
e a mayor parte dellas são da mesma casta: mas
muito mais saberos, e tam malos, que não se ve-
daes, nem facem mal aos doentes, e peoa quacs-
que inferniadas são muito leues: e de toda
maneira que os comão não offendem a saúde.
Mas me pareceo tamem couza fora de propo-
to, tratar aqui alguma cousa das balcas, e do-
Amboas que dizem que peocede dellas. E o q
vcequa dispoer, que se muitas nestas partes:
as quacs costumão de se darribação a esta costa
em seus tempos mais que outros, que são a guel-
em que aformada menti que o amboas que do
mar de se lança fora em diversos paetes della

E' camo' b'ho, de qui' ha por esse' mar grande
 quantidade: igual a'quem que aproueja peccati-
 das, e por tal e' concedido de toda pessoa que' na-
 uega. Este' Ambar todo quando logo sac' de
 s'alto como sabam, e quasi sem nenhum ceno-
 mas da' e' a poucos dias se endurece, e depois dis-
 so, fica tam odorifero como todos os benos. Ha to-
 dauia Ambar de duas castas, comum a' m'ba, e a
 p'ondas e' a maioris, outro p'eto. Quando e' em-
 pres, e' estimado em grande' pecco em todas as par-
 tes do mundo. O p'eto e' i' mais haico nos qui-
 lates do ceno, e p'rota para muito pouco se-
 gundo o que dell' e' se tem alcançado. Mas de
 sum e' doutro, ha sahido muito nestas p'ovir-
 cia, e' sue oje em dia, de qui' alguns moradores
 enriquecem, e enriquecem cada hora como
 se notoris. Finalmente que' como Deus
 tenha de muito longe esta terra dedicada a'

 Cristandade, e o interior? seja o que mais leua os
 homens tras si que outra non lha couza que a ja na
 vida, parece manifestu, que os intellectos na tea-
 ra estao esta eiqueda do mar, a te e seguir em a des-
 que as grandes minas que a mesma teoa
 permitte, poro que assi de sta maneira tinguo a in-
 da toda aquella agua e barbaaa gente que e abri-
 ta nestas portas do lume e do conecimento da nos-
 sa sancta fce catholica, que seoa descobrin de
 outras minas maiores no ceo: o qual nasso. Sino
 permitta que assi seja, poro gloria sua e sal-
 uacao de tantas almas.

Cap. viij. do monstro marinho que se matou na capitania de sam Vicente. no año de 61

Estou com tanta e tanta deuotada aos olhos humanos, a semelhança daquelles pees e espartos monstro marinho que

nesta provincia se matou no anno de 1561, que ainda que permutas partes do mundo se tenha ja noticia delle, não decorey todavia de acaer aqui outra vez de nouo, Delatando pees extensos todos o que accozqua a si se passar. Porquy na verdade a mayor partidos Certatos, ou quasi todos em que quocem mostrar a semelhança de seu bonando as pees, andes ceados, e alem disso conta se de successo de sua morte, por diferentes maneyras, sendo a verdade sua so: a qual se a seguinte.

Na capitania de sam Vicente, sendo ja alta noite a boas em que todos concunio de se inteqne as sons, accoztu de sair fora de aua sua pntia escrua do capito: a qual levando os olhos a sua marca que esta pegada com o mar, e com a pouo aca da mesma capitania, e is andar nella este monstro, mouendo de sua parte pees outra co paos e meros deusados, e dando alguns barros de quando em quando tam feos, que como passmada e quasi fora de sy, se veo ao fello do mesmo capito, cujo nome era Baltazar Fecozia, e he deu conta do que viua, parendol e que cea alguns visao diabolica. Mas como elle foz to mem não meros sesual que esbocados, e esta genti da teza seja digna de pouco credito, não heo deu logo muito a suas palunias: e deixado se estar na cama, a terrou outra vez a mandar foz, dizendo lle que se affirmare bem no foz.

É obedecendo a India a seu mandado, for: e tornou mais espartada, affirmando e' Dejection do Sr. Sua Voz e outra, que andava a si Sua conta tam fea, que não podia ser sem o demónio. E n'tão se levantou elle muyto de pressa, e lançou mão a Sua espada que tinha junto de si, com a qual botou somente em camisa pela porta fora, tendo peço si quando muito, que seria algum d'arte, ou outro animal da terra conhecido, com a vista do qual se desenganao do que a India lhe quecia persuadir. E' pondo os olhos naquelle parte que ella lhe apresentava, vio confusamente o vulto do mosteiro ao longo da praia, sem poder dividir o que era por causa da noite. He empalido, e o mosteiro tamhem era com a não vista, e' fora do portão de todos os outros annos. E' chegando a um pouco mais nelli, peço que melhor se poderia ajudar da

vista, for sentido do mesmo mosteiro: o qual em seu natural a cabeça, tanto que o viu, começou a caminhar peço o mar donde' viera. Nisso conteeo o mancoço, que era aquillo couro do mar, e antes que nelli se metesse, a corda com muita presteza a tomar a sua altura. E' vindo o mosteiro que elle lhe embargava o caminho, levantou e' direto peço cima como um som' final sobre as barbatanas do Cabo, e' estando asi apor com elle, deu-lhe a sua estocada pela barriga, e dando-lhe no mesmo instante, se deitou peço a sua barba com tanta velocidade, que não pôde o mosteiro senão de baixo de si: peço não pouco affrontado, peço agnada' torço de sangue que saí da ferida. He deu no Costo com tanta força, q' quasi ficou sem menção de vista. E' tanto q' o mancoço se lançou em terra, deca o caminho que se uia, e asi ferido e urrando com a boca

Cap. ix. em que se dá noticia da gente que ha nella provincia, da condição & costumes della, & de como se governão na paz.

Aqui trahamos da liza, e das couas que nella seão criadas para o homem. Parece que demos aqui noticia das natu-
 ras delle: e aqui se põe que nua reia de todos em geral, seia especialmente daquelles que habita pela costa, e em partes pelo seio dentro muitas legoas com que temos comunicação. Os quos arde que estijão diversos, e aja entre elles diversos nomes de nações, todavia na semelhança, costumes, e q̃tos gentis: todos são seus. E se nalgũa ^{maneira} differem nella parte? Se tam pouco, que se não pode fazer caso d'isso, nem partição: e as couas semelhantes entre outras mais

notamais que todos geralmentē seguem, como logo
adante direy.

Estes Indios, não de cor brua e cabello coarado: tē
o rosto amarrado, e alguns feiços delli a manieira
de Ninos. Dela mayor parte não hem desposlos,
Dejos e de boa estatura: gente muy esforçada e q̃
estima pouco morte, temeraria na guerra, e de
muito pouca consideração. São desgratados
engram maneira, e muy dados a sensualidade:
inclinados a pelexia, e a injurias por extrema.
Viem todos muy descamados sem terem ou-
tros fentamentos, sendo de carne, bebez, e matto
gente: e por isto engordado muito. Mas conqual
quea desgosto pelo conseguimto tomão a magreza.
E muitas vezes pode nelles tanto a imaginação,
que se algum de seja a morte, ou a quem se me-
te em cabega, que se de morte tal dia ou tal
noite, não passa daquelle termo que não morra,

São muy inconsistentes e mudaveis: com de ligei-
do tudo aquillo que lhes por suadem por difficultos
e impossivel que seja: e con qualque determinação fa-
cilmente o tomão logo a negar.

A lingua de que se usa, toda pela costa de Eua, ain-
da que em certos vocabulos differē naquias partes,
mas não a maneira que se dizem eus aos outros de
entender: e isto a te alim de 27. q̃mos que da-
por diante: Na outra gentiliada de de q̃nos não te-
mos tanta noticia, que falo ja outra lingua diffi-
cente: E sta de que trato que se geral pela costa, se
muy branda, e aqua que mado facil de tomar. Al-
gus vocabulos Na nella de que não sendo as
fomeas, e outros que não se uem sendo poea os
maiores. Parece se de tres lettras, com uem a b, b, e
não se aella nella f, nom l, nom o, com a dig-
nados eando, por que assi não tem fe. não ley,
nem dey: e desta maneira viem de uolena =

da mente, sem teem a sem dispo conta, nem peço,
nem medida.

Não alcanço a cousa alguma, nem tem peço, e quando
depois da morte, gloria peço os bñs e pena peço os
maos: e o que sentem da immortalidade da alma,
não se mais que teem peço, e que seus diffinidos aní-
ma outra vida feidos, desbedacados, ou de qual que
maneira que acabaram nesta. E quando algum
more, costumão enterao em sua coua advertido
sobre os pees com sua vida as costas que em vida
se seouia de carna. E o fogo pelos pees maior
dias, peem se seus parentes de comez em vida
coua, e também alguns se a coua não a morte don-
to quando o enterao, e totalmente cuidão que
come, e que se peou na vida que tem con-
na mesma coua.

Estagonei não tem e te se me se de, e nom ou-
tro goue de justiça, sendo em peccados

em cada alma, que se como capião, ao qual obede-
com peo vontade e não peo fora. Quando esti mo-
do fica seu filho no mesmo lugar, e não se me dou-
tra coua sem a di com elles a goua, e a consella-
los como se não deuce na peia: mas não castiga se-
us ceos nem manda sobre elles coua alguma contra
suas vontades. E así a goua que agora tem
e us contra os outros, não se leuanta na vosa peo
se em diffidentes em seis nem em costumes nem peo
cobria alguma de interesse: mas peo que antigamente
se algum accetava de maíar outro (como elles se
o irratios e a vida com aq aboluta neta sem
teem seu peioe aqum aqum obedido nem tem a)
os parentes do morto, se conjunção contra o ma-
tado e sua geracao, e se peo se me com tam mo-
tal odo e us nos outros, que daqui naco diuidine-
se em ducesos bandos, e ficar em inimigos peo-
tua morte da maneira que agora está. E peo

estas diferenças não fossem, por diante, de te-
minar a tal e a tal, usando do bem da se-
guinte paz por esta via, se podessem, melhor se-
servar na paz, e fazerem mais fortes contra se-
us inimigos. E é quando o tal caso aconte-
ce de hum matar a outro, os matos barbaes
do matado, fazem justiça delle, e logo ali vi-
sta de todos o castigo. E com isto os da parti-
do morto ficam satisfeitos, e lus e outros peo ma-
necem em suas amizades amadores. Peo
como esta ley seja voluntaria, e executada, se
E que nem obrigados de justiça alguma, não que-
rem, ^{ainda} alguns estar por ella, e da que o em logo pelo
mesmo caso, ^adivisões e levantarem de
parte a parte lus contra os outros como já dis-
cunda que isto acontece já (amamente) por
os mais delles por outor estas diferenças, não
desta ley qui diso.

As povoações destes Indios são aldeas, e cada uma
dellas tem setenta e oito casas: as quaes são compo-
sitas a maneira de coadunias ou terraceas, fa-
bricadas somente de madeira, e cubertas com pal-
ma ou com outras folhas do mato semelhantes.
E são todas cheas de gente de sua parte e de outra,
e cada hum por si tem sua estância e sua vida
armada em que adorm: e assi estão lus juntos aos
outros por ordem, e pelo modo da casa fica hum
camino a bebo por onde todos se separam como
dormiteio ou coxia de galoe. Em cada casa
destas, vivem todos muito conformes, sem auer
ningua entre elles nenhuma diferenças. Antes
são tam amigos lus dos outros, que o que é
de hum, é de todos, e sempre de qualque cou-
sa que hum coma por pequena que seja, to-
dos os circunstantes são de parte de elle.
E quando algum os quer visitar a suas

aldens, depois que se acabam, costumam segurar
 as mãos umas escabelladas, e recebe no
 commando peanno, deoamando muitos lagri-
 mas, pequntando se se seu natural on-
 drou, que trabalhar foram os que passou depoi-
 is que da li se foy: trazendo li a memoria mu-
 tos decastrres que li podiam acontecer: bus-
 cando consim peaa isto, as mais tristes e senti-
 das palmaras que podiam achar foya proouca-
 com accezo. E se de Portugues, mal-
 com apouca d'um de seus dispostos, pois foram
 tam malafetunados, que não alcançaram de
 genti tam valerosa e suadia como são os por-
 tugueses, de cuja teoa todas as boas cousas das
 tem nomeando algumas que elles tem em muita
 estima. E este recebimento que digo,
 e com o modo entre elles, que nunca ou de-
 moar nada, deoacão deofores, saluo quando

Recebo alguma malicia contra os que são de ri-
 sitar, e les guozem fozee alguma trizada.
 As inuencões e galanarias de que são, não
 trazem alguns o peico de bucco furado, e a pa-
 da com beida metida no bucco. Outros tra-
 trazem o rosto todo cego de buccos e de pedras,
 e assi parecem muy feos e deformes: e isto les
 fazem engranar de seus moynos. Tambem cos-
 tumo todos acançarem a barba, e não consenti-
 com nenhum cabelo em parte alguma do seu
 coeço: saluo na cabeça, ainda que o coeço del-
 la por bucco tudo acançam. As fomas peccão
 se muito de seus cabellos, e trazem nos muy-
 limpos e pentados, e as mais dellas emmashados.
 E assi tambem machos como fomas, costumam
 tingir se algumas vezes com o gumo de um bom
 aque chamado Genipabo, que se deoate quando
 se peisa, e de pois que o bem no coeço e de cruqua,

e curado, como se elles fossem as magmas paridas.
E isto nasce dellas tceem em muire contra a seus
maridos; e degejam em extremo depois que
parem delles de em tudo livres compezaee.

Todos crião seus filhos viciosa mente sem nenhum
maneira de castigo, e mãas a te idade de sete ou oit
anos, se as mãs te crião não accetão de banir
outros que os tirem das brexas. Não ha entelles
nenhuas boas artes a que se dem, nem se occupão
noutro exercicio, senão em gunguear com seus
pays o que são de come: de buxo de cujo empano
casto agasalhados, a te que cada hum por sy, e
cabece de buscar sua vida, sem mais os beare.
Temças delles non legitimas de que conguiaão.

Somente lles pagão com aquella criacão em que
a natureza for universal a todos os outros animas,
que participão de Quado. Mas a vida que
buscáo, e gunguearia de que todos vivem, e

a custa de poucos tribulão, e muito mais decaem
da que a morte: porque não possuem nenhuma fa-
da, nem procuram adquirir a como os outros ho-
mens. E assi vivem livres de toda cobicia e de-
sjo de viciando de Diquetas, de que as outras
nações não carecem: e tanto, que ouro nem peat
nem pedras preciaças, tem entre elles non ha va-
lia, nem peza seu. E to tem necessidade de nenhum
coisa destes, nem doutros semelhantes. Todos andão
nus e descalcos assi machos como fêmeas, e não
cobrem parti alquid de seu corpo. As camas em q
do mem, são suas pedras de fio d'algodão, que as
mulas tceem em hum tear feito a sua arte: as qua-
es tem noue dez palmos de comprimento, e a largu-
ras em sus cordes que se e dematão nos cabos.
em que lles fazem suas asellas de cada hande por
onde as pendurão de hum parti e doutro: e assi
ficam dous palmos poucos mais ou menos, sus be-

diadas do céu, de maneira que se possam fazer foyas
de haer a peoa se aquentarem de noite ou quando lhes
foz necessario. Os mantimentos que plantão em
suas bocas com que se sustentão, são aquelles
de que a tras fez menção, com uena a bee, man-
dioca e milho zaburo. Al em diabo, ajudansi
a carne de muitos animaes que matão, assi com
frecas, como poe indubha de seus sacos e foyos
onde costumão cagar a mayor parte d'elles. Tam-
bem se sustentão do milho marisco, e peões q
vão pescar pela costa em jaquadas, que são sus-
tres ou quatro peaos pegados nos outros, e juntos
de modo, que ficam a maneira dos dedos d'elua
mão estendida: sobre os quaes podem ir diuis
ou tres pessoas, ou mais se mais fozem os peaos,
porque são muy leues, e soffrem muito fero e
cima d'agua. Tem quarteze ou quinze palmas
de comprimento, e de grossura ocoados, occupam

61
dous paucos mais ou menos.
Esta maneyra viuem todos estes Indios sem
mais taem outras fazendas entre sy, nem gran-
dearias em que se desuellem: nem tam pouco es-
tudios nem opinioes de honra, nem boas
peoa que as apiaõ muitos: porque todos, como di-
go, são iguaes, e em tudo tam conformes nas con-
dições, que ainda nesta parte viuem justame-
te e conformia dey de natureza.

Cap. x. das guerras que tem
hũs contra os outros. & a ma-
neira de como se hão nellas.

Estes Indios tem sempre grandes que-
ras eus contra os outros: e assi nunca
se achu nellas paz, nem seua possivel
segundo são vingativos e astucos, vedando se
elles estas discordias por outra maneira. A
maior foi por meyas da doutrina Christã, com q
os Padres da companhia pouco a pouco os vão
amamando, como adiante direy. As armas co
que se elegão, são arcos e flechas: mas quão andão
tam executados, que demora uila coisa a cura
que aporrem por difficil que seji a aceitar. E
no dispôr dellas são muy ligeiros em extremos:
e sobre tudo muy arriscados nos perigos, e abe-

nhidos em grã maneira contra seus aduersarios.
Quando vão a guerra, sempre seos pareçe que tẽ
certa victoria, e que nũh de sua companhia ha
de morrer: e assi empartindo, dizem a vnos matar
sem mais outro discurso nem consideração, e não
cuidão que tũhem podem ser vencidos. E bo-
mente com esta se uile vingança sem espreanças
de despojos, nem doutro algum interesse que aiso
os moua, vão muitas vezes a buscar, seus im-
migos muy longe caminhando por secas, matos,
desertos, e caminhos muy ásperos. Outros cõfi-
mão ir por mar de suas terras por outras em
suas embarcações a que chamão canoas quando que-
rem fazer alguns saltos a longoda costa. Estas ca-
noas são feitas a maneira de lancadours de tor-
de hum só pau, em cada hũa das quizes, vão de
te trinta Remeiros. Além destas ha outras que
são da casa de hum pau do mesmo tamanho, que

se accommoda muito as ondas, e não muyto ligadas,
ainda que menos seguras: porque se a água, sub-
se ao fundo: ou que não as deixo, que de qualq[ue]
maneira sempre andas em cima da água. E
quando acontece a lazarre a água, os mesmos ho-
dens se lanção ao mar, e a sustentão, a te que a
acabam de esgotar e outra vez se embarcã nel-
la, e tomão a fazer sua viagem.

Todos em seus combates, não muyto terminados,
e pelaão muyto animados sem nenhũa ar-
mas defensivas: e assi parece com a esdinha,
vez douz tres mil homens nus de parte a parte se
clar e us aos outros con grandes assuuios e grita,
menando se todos com muita ligeireza de sua
parte para outra, peaa que não parão os inimigos
a boutar nem fazer tiro em pessoa coerta. Doe
peloão de ordenada menti, e desmanada se
muito e us e outros em semelhantes brigas, porq[ue]

não tem capitão que os gouerne, nem outros officia-
es da guerra a que ajudo de obedecer nos tas te-
pos. Mas ainda que desta ordenança carçada, to-
daia por outra parte da se a grande manha em
seus conctinentos, e são muy cautos no escolhe-
do tempo em que saõ de fazer seus assaltos mas
a lada dos inimigos: sobre os quacs costumão dar
de noite a horas que os acem mais descuidados.
E quando acontece não podem logo entra-
los por alguma coiza de madeira lles se impedi-
mento que elles tem ocedos da lada peaa sua
defensa, fazem outra semelhante a algum tempo
separada da mesma lada: e abe a vao e quan-
do cada noite dez doze paos, aq[ue] que é u dia
a manha e segua com ados contrarios, onde muitos
vezes se aciam tam dezinbo, que vem a quebra
as cabeças com paos que os mitemos e us aos ou-
tros. Mas pela moe parão, os que elles ma

Alta, fides meliorados da peccie, e as mais das
vezes se tornão os comitadores de barbaros peccados
suas terras sem consequirem victoria. nem triu-
pharem de seus inimigos como peccando. E isto
assi por não terem armas de fens suas nem outros
a peccamentos necessarios pecca de indestem
nos cegos e justificarem contra seus inimigos como
tambem por sequirem muito aqueros. e qualque
coiza que se lhes antolha, soe bastante a detin-
los de seu intento. E tam inconsistentes e pu-
sillanimes são nesta parte, que muitas vezes
com partem de suas terras muy determinan-
dos e de peiores de execracionem sua crueldade,
de, se acoitce encontrar sua ceta ali, ou qual-
que outro animal que elles temão por Quyn peo-
nostico, não são mais peccando com sua de-
terminação, e dali consultão tornarse de outra
vez, sem auez algum da companhia que seja

contra este parece. Assim que com qualque abu-
so destes a todo tempo se abalo muy facilmente,
ainda que estego muy peito de alcancom victoria:
porquẽ se acoitce, terem sua aldea quasi con-
di da, e por se pagar o que annu nella, fa-
lar suas ceitas palavras que lhes elles tinhão en-
sinado, levantam o cequo e fugindo todos,
sem esprearem o bom successo que o tempo lhes
permittia, crendo sem duvida que se o assi não
fizeram, morreram todos a mãos de seus in-
migos. Mas a fôr esta pusillanidade a-
que estão jogando, são muy atrevidos como digos,
e tam contados em sua valentia, que não su-
focam de contrarios tam poderosas, que os abo-
bem, nem que os faga desviar de suas barbaras
e vingativas tenções. A este peccando con-
tary alguns casos notaveis que acoitceam en-
tre elles, deixando outros muitos a parte de quẽ

aua morto seu filho: e poa se acabar de satis-
 fazer, e segurar da banda de poa a sua esca-
 cia, e como for bem certificado delle seu equal-
 le, deuouse ali estar ficando em teoa espe-
 rando que se aquietasse a gente. E tanto q-
 uio horas accomodadas poa fazer a sua, com-
 poa a palma muy mansamente de que a casa
 estava cuberta, e entrando fosse direito ao
 matadoe, a qual costou logo acabear com breui
 espaço com hum cutello que poa isto leuara.
 Fatto isto tomou a nas mãos e sahio se poa a
 seu saho. Os inimigos que neste tempo aco-
 daram ao deuoligo e esbando do morto, co-
 ncedendo seem contrarios, começaram de os
 seguir. Mas como seus companheiros que elle
 aua deixado em guarda estavaõ peremptos:
 ao sair da casa, mataram muitos delles, e
 assi se poam defendendo a te e segurar os si-

ludas, donde todos sahiram com grande impetu co-
 tra os que os seguiaõ, e ali mataram muitos mais.
 E com esta victoria, se vierão recolendo pe-
 ra sua teoa com muito prazer e contentamento.
 E o Principal que consigo trazia a cabeça do
 inimigo, chegando a sua aldeia, apertou a con-
 da que fez, for se ao meio do theatro da mes-
 ma aldeia, e ali a ferrou em si poa a vista de to-
 dos, dizendo estas palavras. Agora companhei-
 ros e amigos meus, que eu tento vingada a mor-
 te de meu filho, e trucidada a cabeça do que o ma-
 tou diante vossos olhos, vos dou licença que o co-
 reis muito emboa. Que dantes com mais aca-
 me poderis a mim e loar em quando vos parecia q-
 poa algum de vus dilataua esta vingança, ou
 que poa ventura esquivado de tam grande of-
 fensa, ja não peccadua tomalla, sendo eu a
 quelle a quem mais deuia tocar o sentimento de

sua morte. Dali poeclante; for sempre este
Principal muy temido, e ficou seu nome affirmado
por toda aquella terra.

Outro caso de mao menos admiracao; aconteceu e-
tre Docto seguro e o Spiritu sancto, naquellas
quezas onde mataram Fernam de Saa filho
de Othende sua, que entao era governador geral
destas partes. E for que tendo os Doctores
descontida sua aldaa com fauor de alguns
Indios nossos amigos que tinham de sua parte,
chegaram a sua casa para fazerem festa nos
amigos, como ja tinham feito em cada uma das
outras. Mas elles delibeados a morte, non
consentiram que nemhu entrasse dentro: e os de
fora vendo sua determinacao; e que por nemhu
via sequencia entreguar, deixaram lles que se
logo a terra o mao facia, lles avisou de por foz
a casa sem nemhu de mais. E vendo os

nosos que com elles nao aprouitara este desen-
gano; antes se punha dentro em determinacao
de matar quantos podessem, lles parou fogo. E
estando a terra acasa ardena, o Principal dellas ve-
do que ja nao tinham nemhu remedio de salua-
cao nem de virgancia, e que todos começaua ja
de arde, de metes de dentro com grande furia a
outro principal dos contrarios que passava por de-
frenta da porta da banda de fora, e de tal manieira
o abarrou, que sem se poder livrar de suas mao
ometeo consigo em caa, e no mesmo instante se
lançou com elle na fogueira, onde ardeam am-
bos com os mais que la estavam sem escapar
nemhu. Neste mesmo tempo e lugar deu
hu Doctores hu tam grã cutellada a hu Indio,
que quasi o coitou pelo meio: o qual cauido no
cau ja como morto, antes que acabasse de bren-
tar, lançou a mao a sua palha que acou diante de si

e acitou com ella no que o matara; com que se des-
 sera. Recebem a vontade que te não posso ma-
 is fazer que isto que te faço em sinal de vin-
 gança. Onde verdadeira mente se padê
 inferir, que outra nichuã couira os atemem
 mais na toa de sua morte, que a magoa q
 leuão de sermõ padecem e virgem de seus im-
 migros.

a.p. xi. da morte que daõ
 a os captiuios & crueldades
 que vsão cõ elles

ũa das cousas em que estes Indios mais
 se bugam o rez da natureza humana,
 e em que totalmente paecei que se e exte-
 mados outros homens, se nas grandes e excessi-
 uas crueldades que executão em quaques hebraa
 padem auez as mãos como mãõs de seu Rebanho.
 Quando não tam so morte se e das cruel morte em
 tempo que mais livres e descompaidos estão de sua
 paixão, mas ainda depois disso por se acabarem de
 satisfazer, se comem todos a carne, estando nesta
 parte de crueldades tam diabolicas, que ainda nelles
 occadem aos brutos animales, que não tem uso
 de Razão, nem forão nãcidos por obrancencia.

Primeira menti quando tomou algum contrario,
se logo naquell' fraganti o não matou, sendo nã
as suas tobas peza que mais a seu, sahe se para
todos vingar d'elle. E tanto que agenti da al-
dea tem noticia que elles trazem oral cativo, da-
li se vao fazendo hum caminho ate obra de mui-
to pouca mais ou menos, onde o espreçam. Ho-
qual encilhando, Decehem todos com grandes
afontas e vituperios, tangendo se as suas furtas
que costumão fazer das canas das pezas doutos
contrarios semelhantes que matou da mesma
maneira. E como entra a malicia de pois de
aqui andarem com elle triumphando de sua ven-
te peza outra, lançado se ao perigo e sua cora de
algodão que peza isto tem feita, a qual se muy
grossa quando naquella peza que o abrange,
e tecida ou enlacada de maneira, que ninguem
a pode abrir nem ceavar, sendo se o mesmo

169
offiãl que as faz. E sta cora tem duas pontas
compedadas por onde o attão de noite peza nã su-
gir. Da li o metem nã casa, e junto da
estancia daquelle que o cativo se arma e sua
Dece, e tanto que nella se lança, cegando todos os
agruos sem auez mais peza que se faça ne-
nã offensa. E a primeira couza que logo
se apresenta, se sua moça a mais sonada
que se a na aldea, a qual se das por molço: e
da li por diante, ella tem cargo de se dar de co-
me e de guardar, e assi nã vai nã peza pe-
te e o nã acompanhando. E depois de assi o tre-
muy de galado e hum anno ou o tempo que quise,
deceminado o matar. E aquelles primeiros
dias antes de sua morte por festejarem a exeu-
cã de sta vingança, apparece a muia louca-
roua, e fazem muitos vinhos do fumo de sua
planta que se chama alibem, de que a trasfor

menças. Neste mesmo tempo he e ordenas sua
casa noua onde o metem: e odia que he de pa-
dece pela mancha muito cedo antes que o sol
saia, o tiram della, e com grandes acantres e
folias, o leuam a banhar a sua Gibern. E ta-
to que o tiram a tina,ce, vae-se com elle a su-
teceiro que esta no meo da lida, e ali he
mudado aquella corda do pescoco a cinta, pas-
sando he sua ponta peaa tras, outra peaa
diante, e em cada sua delle pegados tres qua-
tro Indios: as maos he e de tras, soltas, por qua-
folgas de o ve defende com ellas. E alli
he e legado seus pomos duros que tem entre sy
a maneira de saazias, conque para atinar
e offende a quem quize. E aquelle que
esta deputado peaa o matar, he sumador ma-
is valentes e somados da tribo, aquem poe
saue e permittencia de soma concedem diti-

officio. Qual se empenna primeiro por todo o
coço com pernas de papagayos, e de outras a-
ves de varias cores. E assi se e de ta maneira
com sum fado que he e tras a cobrada sobre
sum alquidar: aqua he e de su paos muy duro e
peado, feita a maneira de sua maça, ainda que
na ponta tem alguma semelhança de pa. E co-
egando ao padece a toma nas maos, e hea
passa por baixo das pernas e dos braços men-
anda de sua parte peaa outra: feitas estas ce-
rimonias, afasta se delli, e começa de se fazer
sua talia a modo de peçacão: dizendo he e qui-
se mos he muy esforcado em defender sua peaa
peaa que o não deshonre nem diga que matou
sum homem fraco, affeminado, e de pouca animo,
e que se lembre qdo o matou, he moço em da
quella maneira em maos de seus inimigos, e não
em suas pedas como molles e fracas q não

foed' nascidas peza com suas moetas q'antarem
semelantes fomas. E se o padecente he so-
men animoso, e' naõ esta desmagnado naquelle
passo como aconteceia a alguns. Respondelhe co mu-
ta soberba e' ousadia, que o mati' muito embora pa-
que o mem'o tom elle febo a muitos seus parentes e'
amigos. Doem que he' sobre' que' assi como to-
mao de suas moetas a vinganca nelle, que assi
tambem os seus o faõ de vingar como valentes ho-
mens, e' auozem-se ainda com elle e' com toda sua
dezaõ daquelle mesma maneira. Ditas estas
e' outras palavras remelantes que elles costu-
maõ arrezoar nos tales tempos. Demet' o matado
a elle com a espada leuantada nas maos em po-
stura de o matar, e' com ella o ameca muias ve-
zes, fingindo que he' q'ueza daõ. O micoanal
padecente que' sobre si e' acruel espada em-
treque naquellas violentas e' agueroras maos do

capital inimigo, com os olhos e' sentidos promptos nel-
la, empois de defendel' quando padec'. E' amando
aos nestes comecimentos, acontee algumas vezes vi-
rem a bracos, e' o padecente' tratao mal armados
com a mesma espada: mas isto d'auemete, poq'
acadeo logo com muita pezeza os circumstas
a furralho de suas maos. E' tanto que o matado
de tempo o oportuna, tal parada he' da na cabeça
que' logo hea foz em pedacos. Esta sua pratica
velha pedtes com sum cabuco grande na maõ, e'
como elle cae, acade mui' de peza a metelhe o
na cabeça peza tomar nelle os molos e' o sangue.
E' como desta maneira o acabou de matar, faze-
ro em pedacos e' cada Principal que' emto a di-
se acba, leua seu guiribãõ peza comido a gente
de sua aldeia. Tudo' empom a sede e' cozen, e'
moetica dello a cura que' maõ com' todos quantos sa-
ma trea: saluõ aquelli que' o matou maõ com'

delle nada, ealem disso se manda. sair por
 todo coelho, porque tem por certo q' logo morrera, por
 deessa mar de tri aquelle sangue tanto que acabada
 fazer seu officio. Algum braco ou peira, ou outro
 qualque pedaco de carne, costumeo avar no fumo,
 e' tello guardado alguns meses, para depois quando
 o quizerem comez, fazerem novas festas, e com as
 mesmas cerimoniaes tornarem a renovar outra vez
 o gosto desta vinganca como no dia em que o ma-
 taram. E depois que assim se q'uo a comez a carne
 destes contrarios, ficam os odios confirmados por
 petua mente, por que seruem muito esta injuria,
 e por isso andam sempre a vingarse. Sus dos
 outros como ja tenho dito.

E se a mulher que foy do padecente, accita de
 ficar peente, aquella crianca que parte depois
 de criada, matto-na e comenna, sem auoz en-
 tre elles passa alguma que se compadeca de tem

injuria morte. Antes seus proprios auos, a quem
 mais deuia chegar esta magoa, são aquelles que
 com mayor gosto a injuria a comez, e dizem que
 como filho de seu pai, se vingam delle, tendo
 peza q' que em tal caso não toma esta criatura
 nada da mã, nem crem que aquella muni-
 da se muerite pode ter mistura com seu sangue.

E por este respeito he dado esta mulher
 com que conuezei. porque na verdade são elles
 tues, que não se auerua de toda amada por vingados
 do pai, se no innocente filho não executasse esta
 crueldade. Mas porque a mã sabe o fim que heo
 de dar a esta crianca, muitas vezes quando se
 sente peente, mata dentro da barriga e for co
 que não vinda a luz. Também acontece algu-
 as vezes affeigarse tanto ao marido ou cativo,
 que cega a fogo com elle, para sua tinea pelo
 livrar da morte: e assi alguns Doctigueros desta

maneira escaparem, que ainda se em dia vivem.

Porem o que por esta via se não salua, ou por outra qualque manha occulta, sera cousa impossivel escapar de suas mãos com vida, porque não costumão dalla a nenhum cativo, nem desistindo da vingança que esperam tomar dellas, por nenhuma rigoreza do mundo que seja macho, que femer.

Salvo se o principal ou outro qualquer da aldeia, aceita de casar com alguma escrava sua contraria (como muitas vezes acontece) pelo mesmo caso fica libertada, e assento em mão pretendem a vingança della por compensar a aquelle que a tomou por mollee. Mas tanto que morre de sua morte natural, por compheem as leis de sua crueldade, auendo que la nissim offendem ao marido: costumão quebrar-lhe a cabeça, ainda que isto farias vezes, por que se tem filhos, não deixas cegar ninguém a

ella, e está guardando seu corpo até que o dem a sepultura.

Outros Indios do outra maço differem se acasas nestas partes, ainda mais feroces e de menos-nestras que estes. Chamão-se Himozes, os quaes andão por esta costa como saltadores, e habitado da capitania dos Ilheos até a de Dorroseguro: aonde viveam trez do seculo no anno de 1555. pouco mais ou menos. A cana de Pedirem nesta parte mais que nos outras, e por seem aqui as terras mais acomodadas a seu proposito: assy pelos grandes matos que tem onde sempre andão combocados, com o pela muita caca que ha nellas, que se o seu principal mantimento de que se sustentão. E totes Himozes, são mais alvos e de mayor estatura q os outros Indios da teoa, com a lingua dos quaes não tem a destes nemhua semelhança, nem

é tanto, que é inuitavêz estando a pessoa viva, lêe
costum a carne; e lá está amando e comendo
a vida de seus ossos. São finalmente estes se-
lhagens tão asperos e cruezis, que não se podem
palavras encarecer sua dureza. Alguns d'elles
ouviem já os Doctores das mãs: mas como
sejão tãmbém de condição tão esquivia, -
nunqua os poderam amarstar nem someter
a nenhuma semelhante como os outros Indios da
terra, que não recusão como estes a sujeição
do cativo.

Também há seus certos Indios junto do Rio do
Mamãem da banda do oeste, em altura de
dois quatos poucos mais ou menos, que se chamão
Tapuias: os quaes dizem que são da mesma na-
ção destes Humoes, ou pelo menos primos é
armas, pegui ainda que se encontram, nam
offendem uns aos outros. Estes Tapuias não

comem a carne de nenhuns contrarios, antes são -
irmãos carpiães daquelles que a costumão carne,
e por seguirmos com mortal odio. Deem pelo
contrario tem outro vício mais feo e diabolico, con-
tra natureza, e digno de mayor castigo. É se
que quando algum cega a estar doente de maneira
que se desconfie de sua vida, seu pai ou mãe, ir-
mão ou irmã, ou quaaes quee outros parentes ma-
is cegados, o acabam de matar com suas proprias
mãos, avendo que não asi com elle de mais pre-
dado, que consentirem que a morte o esteja sendo.
Quando é consumindo por ter mos tão viciosos.
E o pior que é, que depois disto, o cadav é cozido
e lêe comem toda a carne: e dizem que não há
de soffrer que causa tam baixa e vil como se a te-
ra. São como o coelho de quem elles tanto amam.
E que pois se seu parente é contra elles, há
tanto cuidado de amor, que sepultura mais

tomada. He poder mandar que mettes dentro em os e
aquella. Os poez sempre em suas contrarias.

E poez que meu intento principal, não for meter
aqui e não aquelles. Inkos que são gerados pela
costa com que os Portuguezes tem communicação, não
me quis mais deitar em particularizara alguns. Cito
desta e doutras nações diferentes que se ha nesta pro-
uincia, poez me parecee que seria temeridade e
falta de consideração, escreuer em Lisboa ta-
verdadeira, cousas em que poez ventura podia
auue falsas informações pela pouca noticia q
ainda temos da mais gentildade que habita
pela terra dentro.

Cap. xii. do fructo q fazem
nelhas partes os Padres da com-
panhia com sua doutrina.

os todas as capitanias desta provincia es-
tão edificadas mosteiros dos Padres da
companhia de Jesus, e foião algumas par-

tes, algumas igrejas entre os indios que são dezoito.
onde residem alguns padres poez os doutrinar
e fazer christãos. Que todos acciões facil me-
sem contradicção alguma: poez que como elles não
tenhão nenhuma ley, nem cousa entre si a que
adorem: he lhes muito facil tomar esta no-
va. E assi também com a mesma facilidade poez
qualquer cousa leuê, a tornar a deoçar, e muitos
fogem poez o secundo depois de baptizados e in-
struidos na doutrina christã. E poez os

Padres e em a inconstancia que ha nelles, e a pouca
 capacidade que tem para obseuarem os manda-
 mentos da ley de Deos (principalmente os mais
 antigos, que são aquelles em que menos fructifíca
 a semente de sua doutrina) procuram em especial
 plantala em seus fillos, os quaes leuão de mem-
 oria os instruidos nella. E desta maneira se
 tem esperanza (mediante a diuina graça) que
 pelo tempo adiante se vá edificando a Reli-
 gião Christã por toda esta prouincia, e que a-
 uinda nella floresça e multiplique a mentalidade
 da Igreja catholica como em outra qualque parte
 da Christandade. E para que o fructo desta
 doutrina se não perca, e de cada vez fosse em
 mais crecemento, determinaram os me-
 lhores de atalheas todas as occasiões que he po-
 dião de nossa parte se impedimento, causa
 de escandalo, e prejuizo as consciencias dos

moradores da terra. Doq' como estes Indios cobi-
 ção muito algumas cousas que são deste Reino,
 como machetes, camisas, pedotes, feaamentos, e
 outras semelhantes, vendião de troco dellas suas
 aos outros aos Doctugueses. Os quaes a volas dis-
 salteuam quantos quezião, e fazião heos muitos
 agriuos, sem ninguem hey a medo. Mas já que
 andão esta deprehen na terra, nem Desgates co-
 mo se cria: por que depois que os padres vierão a se-
 rcação que com elles se fazia, e o pouco se viu
 de Deos que daqui se seguiu, procuram neste
 negocio, e predarão (como dizem) muitos salos que
 faziam os mesmos Doctugueses por esta causa:
 os quaes encarregando muito suas consciencias
 com catiuarem muitos Indios contra direito, e
 mouerem heos quezeas injustas. E para mi-
 tar tudo isto, ordenamos os Padres, e fizeram
 com os jovens maiores e capitães da terra, q' não ouu-

mais Desgates daquella maneira, nem consentise
que fosse nenhum Doslugues a suas aldeas sem
licença do seu mesmo capitão. E se algum fosse
o contrario, ou os agnua fosse qualque via que seja
ainda que em com licença, pelo mesmo caso, e i-
muy bem castigado conforme a sua culpa. Me-
dido, pena que nestes parti aia mais de setenta,
quantos escravos agora vem nova mente do-
rectos, ou de suas capitanias para outras, todos
sendo primeiro astandega, e ali os examinados
e llos fazem perguntas, quem os vendeo, ou como
foam Desgataados: porque ninguém os pode ven-
deo sendo seus pais, se for ainda com extrema
necessidade, ou aquelles que em justa guerra
os cativados: E os que acedão malacquiridos,
foamnos em sua liberdade: E desta ma-
neira, quantos Indios se compaço, são bem
Desgataados, e os moradores da terra não dei-

78
xão por isso de vir muito avariado com suas fazendas.
Outros muitos beneficos e obras pias, tem feito estes
patres, e fazem oje em dia nestas partes, aqui co-
midade se não pode negar muitos loucos. E por
ellas são taces, que por se escaparem pela terra,
não me quis entrometer a tratallas aqui mais por
extorção: mas te sabemos quam apeguadas são e
toda parte por sanctas boas, e que sua tenção
não se outta, se não dedicadas a nosso srão, de
quem somente os peçam a gratificação, e peçnis
de suas virtudes.

Cap. xiiij. das grandes rique-
zas que se esperaõ da terra
do settaõ.

Esta provincia sancta fuz, alem de se-
tam feiti com alijo, e abastada de todos
os mantimentos necessarios para a vida
do homem. E coeto se tamhem muy rica e auce-
nella muito ouro e pecharrias, de que se tem gran-
des esparangas. E a maneira de como isto se deo
adenuciar e ter por cousa aueriguada, for por
via dos Indios da terra: os quaes como não tendo
fazendas que os detinhaõ em suas patrias, e seu
intento não seja outro senão buscar sempre terras
nouas a fim de lhes barree que acasando nellas im-
mortalidade e decaando por petto: acontesco seu
tato e sus poucos de suas terras e metendo pelo
seeto dentro, onde depois de terem entrado as quaes

porradas, foram dar com outros Indios seus contrarios,
e alli tucaam com elles grande guerra. E por
seem muitos e lhes dar em nas costas, não se pode-
ram tornar outra vez a suas terras: por onde os esfor-
çados entrar pela terra dentro muitas leguas. E
pelo trabalho e má vida que nesti caminho pas-
saram, morreão muitos d'elles: e os que escapam
foam dar em sua terra onde auia algumas pouca-
coas muy grandes e de muitos pezinbos, os qua-
es paguão tanta riqueza, que affirmam auer
quas muy compedias entre elles, nas quaes se
não fazia outra cousa. Sendo já uer pecas de
ouro e pecharrias. Aqui se detenuam algu-
dias com estes ricos moradores: os quaes vendelles
algumas feaas mortas que elles leuauão consigo,
pergunta nam lhes de quem as auião, ou por que
meyos lhes uindão as mãos. Respondem
lhes que sua casta genti sabiam as longas

da costa que tinha bucha e outro parece differ-
te de que as alcanicauas: que são os Portuguezes.
Os mesmos sinais lhes deuão estourros dos castel-
hanos do Deu, de onde lhes que também da
outra banda tinham noticia auogente semella-
te. Então lhes deuão certos codellas todas clareadas
de ouro e ornadas de esmeraldas: e lhes pediram
que as leuassem, porque se a caso fossem teo com
elles as suas teoas, lhes dixeram que se a toca da
quellas peccas e outras semelhantes lhes quecia
leuar foramentos e teo communicação com elles, lo
fizerem, que estavam pecces peccos e recebem
muito boa vontade. Depois disto partiram e
da li, e foram dar em Sumo, onde se embarcaram
em algumas carnoas que fizeram: e acabo de terem na-
uegado por elle acima dous annos, chegaram a
provincia do Quito reuado Deu, pouada de as-
telemos. Os quos vendo esta noua gente espi-

tares muito, e não sabendo determinar donde eram,
nomaque a viram. Mas logo foram conhecidos por gen-
tio da provincia spanha (por de alguns Portuguezes
que então na mesma teoa se acharam). E pergunta-
do por elles a causa de sua virada, contaram-lhes o
caso mudamente, fazendo os sabedores de tudo o q
lhes ouia succedido. E isto deu a noticia,
aos por via dos castelhanos do Peru, onde estas
codellas foram vendidas por grande pecca, como
pela dos mesmos Portuguezes que se estavam
quando isto aconteceu: com os quos falaram alguns
homens deste Reino, pessoas de autoridade e di-
gnas de credito, que testificão ouirem-lhes affir-
mar tudo isto por extenso da maneira que diso.
E sabe-se de certo que esta toda esta vi-
queza nas teoas da conquista de Hez do Por-
tugal, e muito mais peccos sem comparação das
pouações dos Portuguezes quei dos castelhanos.

Isto se mostra claramente no pouco tempo que
 poseam estes Indios em chegar a ella, e no muito
 que se beneficia em passarem da Si ao Doeu,
 q' se am dou a nos como jactar. Alem da co-
 teza que por esta via temos, ha outros muitos In-
 dios na terra que tamhem affirmam auezna rezoa
 m-om: ou guas posto que se o genti de pouca fe e
 verdade, da se les credito nesta parte, por que
 azeza disto os mais delles se o contestes, e talis
 em diuicias furtas por sua boca. Principalmente
 se pubrica fama entre elles que ha ha Laguna muy
 grande no interior da terra donde heo cado o Rio
 de San Francisco: dentro da qual dizem auez algunas
 illas, e nellas edificadas muitas povoades, e outros
 osselos della muy grandes, onde ha infinita Vi-
 queza. Aquel heo mittira Deos que ainda e
 noos dias se describe, heo aquel com ella se au-
 gmentei muito a cora destes Deinos, aos guas

desta maneira os heamos (mediante o favor diuino)
 e heo muito cado postos em tam felice e heo heo
 estado, que mais se me o para despoje. ---